

[Handwritten signature and initials]



Relatório de Gestão e Contas do Ano de 2021

24 de fevereiro de 2022

[Versão aprovada pelo Conselho de Administração na sua reunião de 24 de fevereiro de 2022]

DR

ÍNDICE

Parte A - Relatório de Gestão da Águas do Norte, S.A.....	9
Mensagem do Presidente.....	11
Quem Somos.....	13
A Missão, a Visão e os Valores.....	13
A Missão.....	13
A Visão.....	13
Os Valores Éticos.....	13
Descrição, Atividade e Presença.....	14
A Cadeia de Valor.....	16
A Estrutura Acionista, a Estrutura Organizacional e os Órgãos Sociais.....	17
A Estrutura Acionista.....	17
A Estrutura Organizacional.....	17
Os Órgãos Sociais.....	18
A Carteira de Participações e as Sucursais.....	20
A Carteira de Participações.....	20
As Sucursais.....	20
A Síntese de Indicadores.....	21
Os Indicadores Económicos e Financeiros.....	21
Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações.....	23
Os Destaques do Ano e os Principais Acontecimentos.....	25
Administrativa e Financeira.....	25
Investimento.....	26
Exploração.....	32
As Orientações Estratégicas.....	41
Os Deveres e Responsabilidades da Administração.....	42
As Políticas.....	42
O Enquadramento.....	45
A Envolvente.....	45
O Setor.....	47
A Regulação.....	51
A energia no Grupo AdP.....	55
O Sistema Multimunicipal.....	61
O Sistema de Águas.....	63
A Sustentabilidade.....	66

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials and arrows.

A Estratégia de Sustentabilidade 2021/2025.....	67
Os Stakeholders ou as Partes Interessadas.....	68
Deveres especiais de prestação de informação.....	68
Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco.....	68
A Atividade Operacional.....	74
Investimento	74
Barragens.....	75
Exploração.....	76
Clientes.....	82
Sustentabilidade Empresarial.....	83
Laboratório	91
Sistemas e Tecnologias de Informação.....	94
Compras e Logística.....	97
Gestão do Capital Humano.....	99
Financeira.....	112
Investigação e Desenvolvimento & Inovação.....	113
Eventos Posteriores ao Fecho.....	114
Cumprimento das Orientações Legais	115
Perspetivas Futuras	132
Considerações Finais	135
Proposta de Aplicação de Resultados	137
Anexo ao Relatório	138
Parte B - Contas do Exercício de 2021	139
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021	141
Demonstração da Posição Financeira.....	141
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	143
Demonstração das Alterações do Capital Próprio	144
Demonstração dos Fluxos de Caixa	145
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes.....	146
Notas às Demonstrações Financeiras.....	147
1. Atividade económica da Águas do Norte, S.A.	147
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas	149
3. Novas normas e alteração de políticas.....	153
4. Informação por segmentos operacionais.....	156
5. Políticas de gestão de risco.....	157

de.

7

Mark

hu

&

o

R

6. Ativos intangíveis.....	163
7. Ativos fixos tangíveis.....	166
8. Locações.....	168
9. Outros ativos financeiros.....	173
10. Desvio de recuperação de gastos.....	173
11. Clientes.....	175
12. Outros ativos.....	182
13. Inventários.....	183
14. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.....	183
15. Caixa e equivalentes de caixa.....	186
16. Capital próprio.....	186
16.5 Reservas e outros ajustamentos.....	188
17. Provisões, ativos e passivos contingentes.....	188
18. Acréscimo de gastos de investimento contratual.....	192
19. Subsídios ao investimento.....	192
20. Passivos Financeiros.....	193
21. Fornecedores e outros passivos.....	195
22. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	196
23. Rédito de contratos com clientes.....	196
24. Gastos das vendas.....	199
25. Fornecimentos e serviços externos.....	199
26. Gastos com pessoal.....	200
27. Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	201
28. Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	201
29. Outros gastos e perdas operacionais.....	201
30. Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	202
31. Gastos financeiros.....	202
32. Rendimentos financeiros.....	202
33. Imposto sobre o rendimento.....	203
34. Saldos e transações com partes relacionadas.....	205
35. Investimento contratual.....	206
36. Rendimento garantido.....	207
37. Honorários de auditoria e de revisão legal.....	207
38. Outros assuntos – COVID-19.....	208

B
M
L

Parte C - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.....	211
Introdução	213
Relatório das Atividades Operacionais	213
Investimento.....	213
Clientes.....	218
Exploração.....	222
Sustentabilidade Empresarial.....	224
Contas Operacionais – Alta	227
Demonstração da Posição Financeira.....	227
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	229
Demonstração das Variações do Capital Próprio.....	230
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	231
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes.....	232
Parte D - Sistema de Águas da Região do Noroeste.....	233
Relatório das Atividades Operacionais.....	235
Introdução	235
Sistemas Municipais.....	235
Investimento.....	240
Exploração.....	243
Sustentabilidade Empresarial.....	263
Contas Operacionais – Baixa	267
Demonstração da Posição Financeira.....	267
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral.....	269
Demonstração das Variações do Capital Próprio.....	270
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	271
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes.....	272
Parte E - Pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.....	273

12

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Nota Prévia

O Relatório e Contas de 2021 da Águas do Norte, S.A. está organizado em cinco partes:

- **Parte A** - Relatório de Gestão da Sociedade
- **Parte B** - Contas da Sociedade
- **Parte C** - Atividades e Contas da *alta*, referente à concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal
- **Parte D** - Atividades e Contas da *baixa*, referente à parceria do Sistema de Águas da Região do Noroeste
- **Parte E** - Pareceres de Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Desta forma pretende-se evitar a repetição de informação redundante, bem como, efetuar uma análise segregada da atividade da alta e da baixa, para dar resposta às necessidades e expectativas dos diversos *stakeholders* da Sociedade e às obrigações contratuais de apresentação autónoma das *contas operacionais* destas duas atividades.

A análise do exercício do ano de 2021 da Águas do Norte, S.A. deve igualmente contemplar o Relatório do Governo Societário do Ano de 2021, que é apresentado em documento específico e autónomo.

Os valores são apresentados em euros (EUR) salvo indicação explícita em contrário.

de

[Handwritten signature]
M
a
e

Parte A -

Relatório de Gestão da Águas do Norte, S.A.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

22

Handwritten notes in blue ink, including a large scribble, the letters "Xm", and a signature.

Mensagem do Presidente

Caros acionistas,

Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável vem o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2021.

O ano de 2021 ficou marcado pela continuidade da pandemia inerente à COVID-19 e consequentemente pelos diversos constrangimentos ao nível da sociedade e da economia, que condicionaram e transformaram fortemente o funcionamento das organizações.

Apesar das contrariedades, durante o ano de 2021, e à semelhança do que se verificou no ano anterior, a Águas do Norte, S.A., nunca parou e nunca descurou a missão que lhe está atribuída de garantir a qualidade e a quantidade dos serviços que presta à população residente nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, e pela parceria do sistema de águas da região do Noroeste, dando resposta às necessidades de trabalho prestado de forma remota pela grande maioria da sua equipa, reforçando o recurso à digitalização.

A Águas do Norte, S.A., alcançou em 2021 um volume de negócios de 131,5 milhões de euros, tendo concluído o exercício com um resultado líquido positivo de 4.199.668 euros.

No ano de 2021 o Desvio de Recuperação de Gastos regista um valor contabilístico de natureza excedentária (Superavit Tarifário) no valor de 19.300.800 euros.

No que respeita ao EBITDA ajustado, atingiu-se o valor de 64,6 milhões de euros.

A Qualidade da Água fornecida no ano assentou num grau de conformidade de 99,95% na alta e de 99,23% na atividade em baixa, dando continuidade a um patamar de excelência no desempenho da empresa neste domínio.

No que concerne à conformidade das Águas Residuais tratadas, o grau de cumprimento foi de 99,03% na alta e de 86,30% na baixa.

O sistema em alta registou em 2021 uma distribuição de 76,3 milhões de m³ de água e tratamento de 81,2 milhões de m³ de águas residuais. No que respeita à parceria da baixa os volumes faturados foram de 3 milhões de m³ em água e de 4,7 milhões de m³ na prestação de serviços de águas residuais.

Apesar das dificuldades sentidas pelos vários constrangimentos da pandemia na execução das obras, o investimento total realizado em 2021 atingiu um montante de 27,4 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e de outros investimentos.

Dando cumprimento ao compromisso assumido no sentido da melhoria contínua no âmbito da respetiva gestão e desempenho, a Águas do Norte renovou durante o ano de 2021 a certificação do seu sistema de gestão nos referenciais da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, (NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001 e SA 8000:2014).

Paralelamente, a Águas do Norte, S.A. manteve em 2021 a certificação do seu Sistema de Gestão de Ativos e de acreditação do Laboratório de Análises no referencial NP EN ISO/IEC 17025.

Em 2021 a Águas do Norte alargou a fronteira do seu Sistema de Gestão de Energia certificado pela norma NP EN ISO 50001:2012, perfazendo um total de 16 instalações, o que representa 47% do consumo total da empresa e foi igualmente sustentada a certificação energética da sua frota automóvel, mantendo a classificação B.

A Águas do Norte manteve igualmente a certificação COVID SAFE para todas as suas lojas de atendimento ao cliente localizadas nos Municípios que constituem o sistema de águas da região do Noroeste, no âmbito do qual esta entidade gestora presta os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em baixa aos respetivos consumidores finais. De realçar que a Águas do Norte, S.A. foi a empresa pioneira em Portugal do setor das denominadas *utilities* a obter esta certificação.

O ano de 2021 ficou no entanto marcado pela certificação da Águas do Norte em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a Norma Portuguesa NP 4457, ficando assim reconhecida como uma organização inovadora

e pioneira no nosso país nesta certificação, não só no âmbito do Grupo Águas de Portugal como também em todas as empresas que integram o setor da água.

A manutenção destas certificações constituiu o reconhecimento do forte compromisso da Águas do Norte, S.A. com o desenvolvimento sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, o que permite evidenciar, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas de gestão estão eficazmente implementadas na organização, desde o primeiro dia da sua atividade.

A Águas do Norte subscreveu também em 2021 o compromisso de integridade do Grupo Águas de Portugal, que está assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

Dá-se particular destaque no ano de 2021 à redução à redução do nível de endividamento, que registou uma diminuição de cerca de 19 milhões de euros na dívida total da empresa face ao ano anterior, mantendo igualmente o cumprimento integral das orientações da Resolução do Conselho de Ministros n. 34/2008, tendo diminuído o prazo médio de pagamento aos fornecedores de 59 para 46 dias.

No que respeita à Parceria entre o Estado e os oito municípios do Sistema de Águas da Região do Noroeste, o ano de 2021 ficou marcado pela assinatura dos aditamentos aos Contratos de Parceria e de Gestão para o alargamento do abastecimento de água às freguesias do Vale do Leça do concelho de Santo Tirso, estando a aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas para dar início à atividade de abastecimento de água nesse concelho.

Começámos o ano com uma nova vaga pandémica e com uma crise climática e energética, que acrescentam dificuldades para o País e para a população em geral, e que se refletirá por certo na atividade da empresa. O exercício de 2022 trará por isso dificuldades e desafios cada vez mais exigentes. Estamos no entanto convictos de que esse exercício se fará sem prejuízo da qualidade do serviço que vem sendo prestado, ainda com significativas melhorias na redução de custos pela eficácia operacional com fortes expectativas de continuar a redução do endividamento.

Com a apresentação do nosso relatório e contas de 2021, importa um agradecimento e reconhecimento especial aos nossos colaboradores pelos sucessos alcançados no exercício em análise, em particular pela manutenção da qualidade do serviço prestado, e, sobretudo, pelo comprometimento de cada um para alcançar as metas de eficiência traçadas, na situação difícil de pandemia que vivemos pelo segundo ano.

Expressamos igualmente o agradecimento aos nossos acionistas e clientes, por constituírem a motivação para fazermos mais e melhor, pela confiança depositada e por nos fazerem ver a importância que representa a Águas do Norte no território em que se insere.

A todos os fornecedores, empreiteiros, consultores e prestadores de serviços pela partilha continuada de soluções que nos permitem melhorar continuamente.

Ao Fundo Ambiental e ao POSEUR pela constante colaboração e pela comparticipação financeira que muito contribuiu para os resultados apresentados.

A todas as empresas do grupo pela permanente partilha de experiências e de conhecimento, em particular às cindidas Águas do Douro e Paiva e SimDouro.

Por último, importa prestar o devido o agradecimento a todos os elementos que integram os órgãos sociais da Sociedade, bem como à Entidade Reguladora e às Tutelas do Ambiente e das Finanças pela permanente cooperação e rigor com que acompanham o trabalho da empresa.

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

José Luís Machado do Vale
Presidente do Conselho de Administração

Quem Somos

A Missão, a Visão e os Valores

A Missão

Prestar um serviço público de abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, sustentável e inovadora, contribuindo continuamente para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento da região..

A Visão

Ser uma referência no setor da Água, prestando de um serviço de excelência.

Os Valores Éticos

Os colaboradores da Águas do Norte, S.A., no desempenho das suas funções e no âmbito das suas competências, deverão pautar a sua ação pelo respeito e cumprimento integral dos valores anteriormente definidos, considerando:

Espírito de Servir | Agir com zelo e dedicação no cumprimento da missão do serviço público;

Excelência | Atuar de forma perseverante, procurar sistematicamente soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico, contribuir para a otimização dos processos que conduzam ao aumento da eficácia e da eficiência, e atuar com espírito de iniciativa, tendo em vista a melhoria contínua;

Integridade | Seguir um comportamento de práticas anticorrupção e suborno, adotar práticas que evitem conflitos de interesses, garantir a confidencialidade e sigilo profissional e seguir comportamentos não discriminatórios;

Responsabilidade | Agir com justiça e equidade, adotar atitudes e medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, respeitar as normas e convenções respeitantes aos direitos dos trabalhadores, não tomar atitudes ou ter comportamentos que prejudiquem a empresa, combater situações que possam pôr em causa a imagem e o prestígio da empresa, desenvolver uma consciência ambiental, de segurança e de responsabilidade social, e partilhar conhecimento e informação;

Rigor | Ser coerente e consequente na prática dos valores e princípios, cumprir e fazer cumprir a legislação, as normas, os manuais e os regulamentos internos, decidir com isenção, equidade e objetividade, ser transparente nos processos, nas decisões e na difusão dos critérios, e proteger o património da empresa;

Transparência | Garantir a integração e o relacionamento transparente e constante, adotar estratégias e desenvolver ações em sintonia com elevados padrões de ética e divulgar, interna e externamente, a sua política da empresa.



Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Norte, S.A.

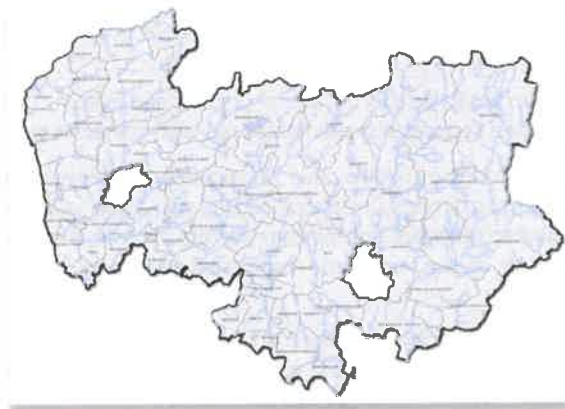
A Sociedade Águas do Norte, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, passou em 2017 por um processo de cisão, ao abrigo do Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, dando origem à criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e o novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.

Neste enquadramento, o ano de 2017 concretizou a referida cisão, produzindo efeitos em termos contabilísticos e fiscais a 1 de Janeiro de 2017.

Enquadrada com a sua nova realidade, a Sociedade Águas do Norte, S. A. mantém como objeto social a exploração e gestão:

- Do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal (Sistema Multimunicipal), criado nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei;
- Do Sistema de Águas da Região do Noroeste, (Sistema de Águas) sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento, criado em resultado de parceria estabelecida entre o Estado e municípios celebrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009 de 9 de abril.

A Águas do Norte, S.A. tem assim sob sua responsabilidade a gestão de dois sistemas, um multimunicipal de *alta* e um municipal de *baixa*, sendo a primeira empresa do país em que existe uma verticalização da atividade nestes moldes.



O Sistema Multimunicipal, criado pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal assim criado resultou da agregação de dois sistemas multimunicipais, extintos na mesma data, designadamente:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, criado pelo Decreto-Lei n.º 270 -A/2001, de 6 de outubro;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril;

O Sistema Multimunicipal integra como utilizadores os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Arcos de Valdevez, Armamar, Boticas, Bragança, Caminha, Celorico de Basto, Chaves, Esposende, Fafe, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Trofa, Valença, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais;
- No abastecimento de água, os municípios de Barcelos, Maia;

- c) No saneamento de águas residuais os municípios de Amarante, Amares, Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Terras de Bouro, Vila Verde e Vizela.

Com base no disposto no n.º 2 da Cláusula 1.ª do Contrato de Concessão, a Águas do Norte, S.A. sucedeu em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que foram extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, incluindo as infraestruturas do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, o contrato de concessão para a exploração e gestão do sistema integrado de despoluição do vale do Ave celebrado com a Tratave – Tratamento de Águas Residuais do Ave, S. A., os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, contratos de gestão dos sistemas municipais que hajam sido celebrados por essas concessionárias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados.



A Águas do Norte, S.A. sucedeu, igualmente, à Águas do Noroeste, S.A., na exploração e gestão do Sistema de Águas, em resultado da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013.

Com esta parceria a Águas do Norte, S.A. assegura o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas em *baixa* aos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e de saneamento a Fafe, Santo Tirso e Trofa. Com esta atividade, a Águas do Norte, S.A. garante de forma regular, contínua e eficiente, a prestação de serviços de água e a construção e/ ou renovação das redes em *baixa*, a mais de 80.000 clientes. A área dos 8 municípios abrangidos pelo Sistema de Águas é de 1.654 km² e a população de 300 mil habitantes, três por cento da população portuguesa.

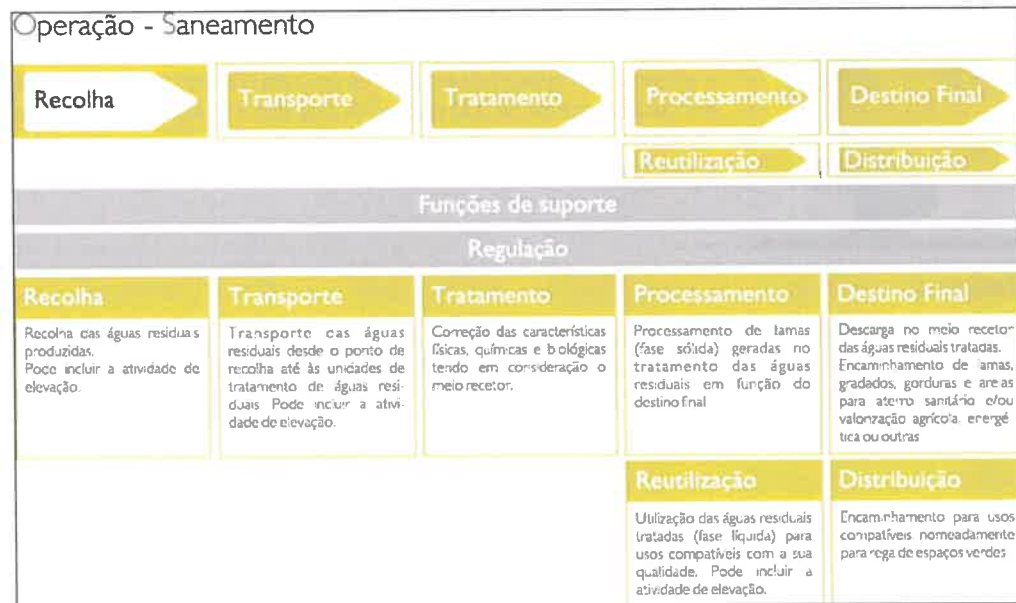
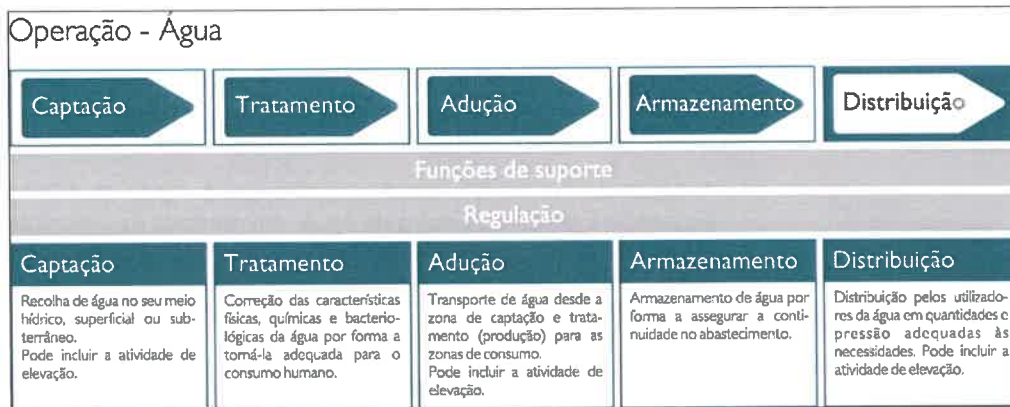
Os Estatutos

Os Estatutos da Águas do Norte, S.A. foram publicados pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, conjugada com a Declaração de Retificação n.º 35/2015 publicada no Diário da República, 1.ª série, de 27 de julho de 2015, e foram alterados pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

A Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a nossa atividade mais visível, a Águas do Norte, S.A. atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas expomos a visão sistémica da cadeia de valor do negócio – para o abastecimento de água e para o saneamento de águas residuais –, bem como a especificação das atividades de operação.



A Estrutura Acionista, a Estrutura Organizacional e os Órgãos Sociais

A Estrutura Acionista

A Águas do Norte, S.A. é uma sociedade de direito privado e capitais públicos detida pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, com uma participação correspondente a 68,73% do capital social, e por um conjunto de Municípios que totalizam uma participação de 31,27%.

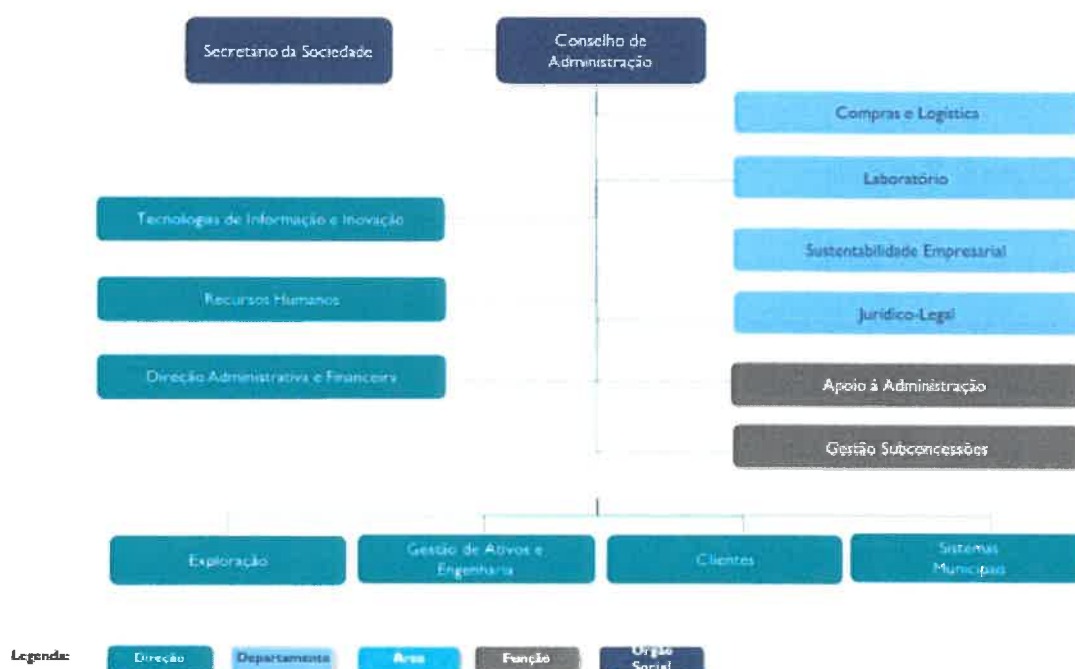
O capital social estatutário da Águas do Norte, S.A. é constituído por 111.061.732 ações, de valor nominal igual a 1,00 EUR (um euro), nominativas e assumindo exclusivamente a forma escritural, sendo 97.812.177 da categoria A e 13.249.555 da categoria C (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).

A informação detalhada sobre este ponto pode ser consultada na Parte B deste R&C, em concreto na **Nota 17**

A Estrutura Organizacional

Para o desenvolvimento da sua missão, a Águas do Norte, S.A. organizou internamente os seus recursos em diversos órgãos funcionais que, no final de 2021, tinham a seguinte representação.

Organograma da Águas do Norte, S.A.



O modelo organizacional baseia-se nos seguintes vetores de atuação:

- Filosofia de orientação para o cliente, assegurando proximidade aos Municípios e aos utilizadores municipais, garantindo a melhor qualidade do serviço público prestado, implementando e desenvolvendo as valências associadas a uma direção de clientes;
- Concentrar o que for possível, em particular das áreas de suporte (administrativos, financeiros e de apoio), garantindo a não duplicação de funções e tarefas, na procura da eficiência e do aproveitamento das sinergias geradas com vista à maximização da relação gasto / benefício;
- Reforçar a importância do capital humano maximizando as capacidades dos colaboradores através da criação de uma direção de recursos humanos;
- Desenvolver modelo organizacional para a gestão do sistema multimunicipal que possibilite a articulação com o modelo a implementar para as “baixas”, conjugando direções com unidades funcionais baseadas em departamentos e áreas, que possibilite a adequada segregação de gastos e de proveitos por unidade de negócio e por área de atividade, respeitando as responsabilidades e tarefas comuns e próprias.

Sobre esta macroestrutura a Águas do Norte, S.A. aplica a sua matriz territorial, por via da existência da sua sede em Vila Real e dos polos de Barcelos e Guimarães.

Relativamente às áreas operacionais, o modelo desenvolve-se com base nas seguintes premissas:

- Integração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maximizando economias de gama;
- Integração territorial do sistema multimunicipal e integração vertical com os sistemas municipais, maximizando economias de escala;
- Reorganização territorial dos centros de operação e de manutenção, com base nos centros existentes nas empresas agregadas, com responsabilidades e tarefas comuns e próprias por unidade de negócio e atividade;
- Modelo que possibilite a prestação de serviços de manutenção à unidade de negócios da *baixa*, aproveitando, sempre que possível, as potenciais economias de escala;
- Modelo que possibilite a segregação de gastos por atividade e, quando ocorra, por unidade de negócio.

Os Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2021 os membros dos órgãos sociais eram os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Eleitos na Assembleia Geral de 8 de junho de 2018

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Mesa da Assembleia-Geral	Presidente	Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Cunha Costa
	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes
	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira

Em 28 de abril de 2021, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da empresa, para o mandato 2021 – 2023, abaixo identificados.

Mandato		Órgão	Cargo	Nome do Titular	Designação	
Início	Fim				Forma	Data
2021	2023	Mesa da Assembleia Geral	Presidente	A definir (*)	Assembleia Geral	28/04/2021
			Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes		
			Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira		

(*) O Presidente da Mesa da Assembleia Geral José Maria Cunha Costa apresentou renúncia ao cargo a 1 de outubro de 2021

Conselho de Administração

Na Assembleia-Geral de 8 de junho de 2018, foram eleitos os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2018 – 2020, abaixo identificados.

Órgão	Cargo	Membro	Nome do Titular
Conselho de Administração	Presidente	Executivo	José Luís Machado do Vale
	Vice-Presidente	Executivo	Fernanda da Conceição Abreu Lacerda
	Vogais	Executivo	Manuel António Cordeiro Moras
		Executivo	Filipe José Araújo da Silva
		Executiva	Cristiana da Costa Barbosa
		Não Executivo	Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
Não Executivo	Presidente da Assembleia Municipal da Maia, António Gonçalves Bragança Fernandes		

Na Assembleia-Geral de 28 de abril de 2021, foram eleitos os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021 – 2023, abaixo identificados.

Órgão	Cargo	Membro	Nome do Titular
Conselho de Administração	Presidente	Executivo	José Luís Machado do Vale
	Vice-Presidente	Executivo	Fernanda da Conceição Abreu Lacerda
	Vogais	Executivo	Filipe José Araújo da Silva
		Executiva	Cristiana da Costa Barbosa
		Não Executivo	Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
		Não Executivo	Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
Não Executivo	Presidente da Assembleia Municipal da Maia, António Gonçalves Bragança Fernandes		

Ver informação constante da alínea 6 do ponto D da secção VII – Remunerações.

Conselho Fiscal

Eleitos na Assembleia Geral de 10 de abril 2019

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Conselho Fiscal	Presidente	Maria Albertina Barreira Rodrigues
	Vogais	Carlos Manuel de Jesus e Sousa de Araújo Ribeiro
		Nuno Miguel Linhares da Silva
Vogal Suplente	Maria das Dores Sousa Silva	

Revisor Oficial de Contas

Eleitos na Assembleia Geral de 10 de abril 2019

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Revisor Oficial de Contas	Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 , representada pelo Dr. José Alves Bizarro Duarte, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1957
	Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1737

Comissão de Vencimentos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 29 de junho de 2020 foi aprovada uma revisão à constituição da Comissão de Vencimentos para o mandato 2018 – 2020, a qual passou a ter a seguinte composição constante.

Comissão de Vencimentos até 27 de abril de 2021:

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Comissão de Vencimentos	Presidente	Carla da Conceição Afonso Correia
	Vogais	AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. Fernando Gonçalves

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2021 foi nomeada a Comissão de Vencimentos para o mandato 2021 – 2023.

Comissão de Vencimentos desde 28 de abril de 2021

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Comissão de Vencimentos	Presidente	Carla da Conceição Afonso Correia
	Vogais	AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A. Fernando Gonçalves

A Carteira de Participações e as Sucursais

A Carteira de Participações

O capital social estatutário da Águas do Norte, S.A. é constituído por 111.061.732 ações, de valor nominal igual a 1,00 EUR (um euro), nominativas e assumindo exclusivamente a forma escritural, sendo 97.812.177 da categoria A e 13.249.555 da categoria C (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).

A Administração Central do Grupo AdP, através da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., detém uma participação correspondente a 68,73% do capital social e os Municípios, na sua totalidade, detêm uma participação de 31,27% do capital social.

Refira-se, ainda, que os titulares dos Órgãos Sociais da Águas do Norte, S.A. não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela Águas do Norte, S.A., nem são, direta ou indiretamente, titulares de participações sociais qualificadas noutras entidades.

As Sucursais

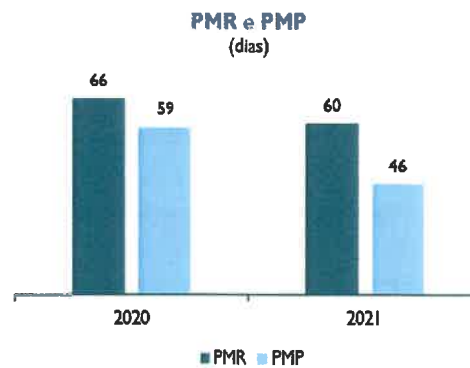
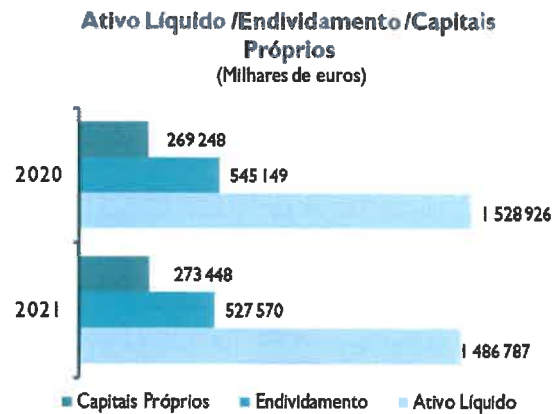
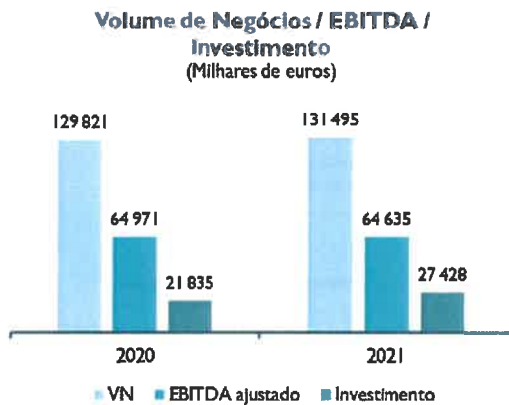
A Águas do Norte, S.A. não tem qualquer sucursal no território nacional ou no estrangeiro.

A Síntese de Indicadores

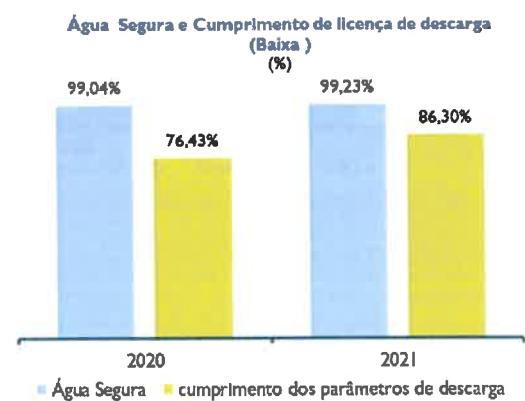
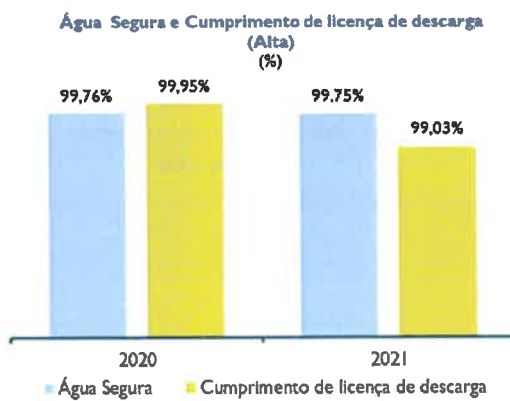
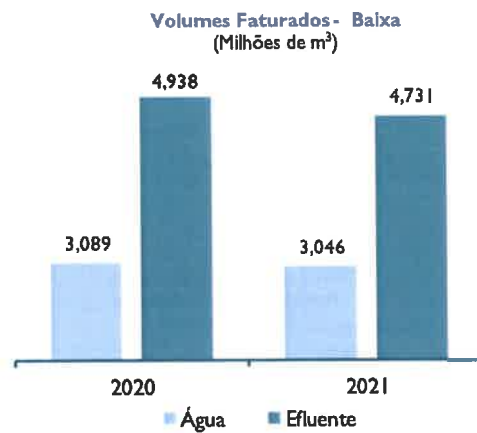
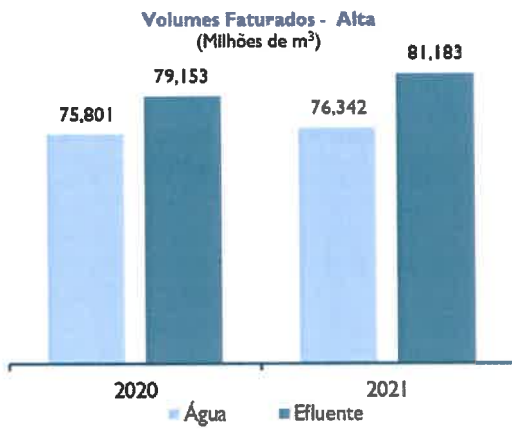
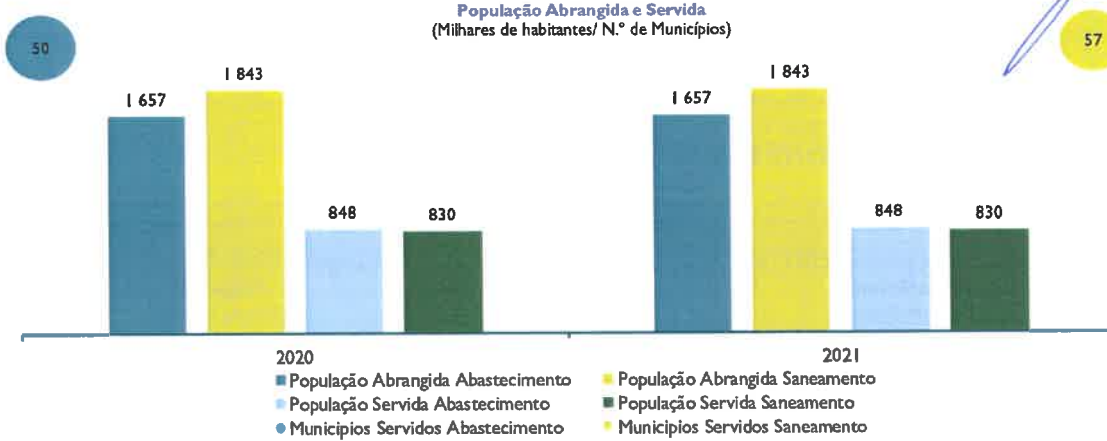
Nas páginas seguintes são apresentados um conjunto de indicadores – económico e financeiros e de atividade - com o objetivo de espelhar de forma rápida a Águas do Norte, S.A. no ano de 2021.

Handwritten notes:
 ↓
 R
 B
 x
 d

Os Indicadores Económicos e Financeiros



Os Indicadores de Atividade



Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações

Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia, Ativos e Investigação, Desenvolvimento e Inovação

O ano de 2021 foi marcado pela certificação da Águas do Norte em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a Norma Portuguesa NP 4457 tendo como objetivo fundamental o aumento da sua eficácia e desempenho na procura de soluções inovadoras na área de sistemas de água, saneamento de águas residuais e energia. De igual modo, procura também assegurar uma maior fluidez de informação em toda a organização, melhorando o reconhecimento e a compreensão das responsabilidades e inter-relações entre as suas várias áreas de atividade. A NP 4457 foi implementada por forma a ser totalmente integrada no atual Sistema de Gestão já existente na empresa.

Esta norma contempla um conjunto de boas práticas, centrada em três processos organizacionais - Gestão de Projetos de IDI, Gestão das Interfaces e do Conhecimento e Gestão de Ideias, no sentido de orientar a empresa no caminho da inovação e na forma como desenvolve as suas atividades de I&D, tendo sempre presente a procura de resultados, não só no que diz respeito à inovação mas incluindo novos produtos, serviços, processos, métodos de marketing ou organizacionais.

O sistema de Gestão da IDI é a forma ideal para a empresa canalizar todo o seu conhecimento e toda a sua criatividade, concretizando-os em Inovação.

A Águas do Norte foi reconhecida como uma organização inovadora e pioneira no nosso país, não só no âmbito do Grupo Águas de Portugal como também em todas as empresas que integram o setor da água.

A Águas do Norte, S.A. renovou durante o ano de 2021 a certificação do seu sistema de gestão nos referenciais da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, (NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001 e SA 8000:2014). As certificações abrangem a totalidade das instalações na sua atividade em alta. As auditorias de renovação foram realizadas por entidade externa certificadora, a SGS Portugal.

Paralelamente, e dando cumprimento ao compromisso assumido por esta empresa em 2019, a Águas do Norte, S.A. manteve em 2021 a certificação do seu Sistema de Gestão de Ativos, tendo sido realizada a auditoria de acompanhamento segundo a norma NP EN ISO 55001.

A AdNorte alargou em 2021 a fronteira do seu Sistema de Gestão de Energia certificado pela norma NP EN ISO 50001:2012 perfazendo um total de 16 instalações. Das 1664 instalações consumidoras de energia elétrica da organização verifica-se que o consumo da fronteira do SGE representa 47% do consumo total da AdNorte, dados 2021.

A Águas do Norte em 2021 auditou e sustentou a certificação energética da sua frota automóvel, mantendo a classificação B.

A manutenção destas certificações constituiu o reconhecimento do forte compromisso da Águas do Norte, S.A. com o desenvolvimento sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e evidenciou, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas de gestão estão eficazmente implementadas na organização, desde o primeiro dia da sua atividade.

Lojas de atendimento ao cliente da Águas do Norte certificadas com a marca COVID SAFE

Como resultado da auditoria realizada em maio de 2021 pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação) nas respetivas instalações, a Águas do Norte manteve a certificação COVID SAFE para todas as suas lojas de atendimento ao cliente localizadas nos Municípios que constituem o sistema de águas da região do Noroeste, no âmbito do qual esta entidade gestora presta os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais em "baixa" aos respetivos consumidores finais.

Esta certificação tem o objetivo de manter a confiança e a segurança aos colaboradores, clientes e parceiros desta empresa, tendo como base as orientações da Direção Geral da Saúde (DGS), da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no âmbito da pandemia mundial COVID-19, e pretende verificar no local a eficaz implementação de procedimentos e práticas de segurança e saúde.

Compromisso de integridade

Águas do Norte subscreveu, no dia 17 de dezembro de 2021, o compromisso de integridade do Grupo Águas de Portugal, que está assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Águas do Norte e pelas restantes empresas que constituem o grupo com atividade no domínio do abastecimento de água e saneamento, representando um comprometimento com a implementação da Política de Integridade do Grupo AdP, nomeadamente visando garantir a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados e assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O modelo de integridade está plasmado na sua Política de Integridade, onde se identificam os diferentes órgãos e instrumentos internos que materializam a implementação dos compromissos no âmbito da ética, compliance e outras obrigações legais relacionadas.

O nosso referencial de ética organizacional é apoiado também nos Princípios de Bom Governo e está em alinhamento com a recomendação da OCDE sobre Integridade Pública e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas, nomeadamente o 10º Princípio que promove o combate à corrupção em todas as suas formas, e com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, respeitante à Paz, Justiça e Instituições Eficazes da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Já a estrutura de governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo AdP, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A resposta da Águas do Norte, S.A. aos desafios está bem patente na evolução das taxas de cobertura dos sistemas integrados, cuja exploração e gestão estão sob a sua responsabilidade, na resolução dos passivos ambientais assim como nos indicadores de qualidade de serviço.

A Águas do Norte, S.A., enquanto empresa com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhada numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente e inovadora, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A empresa prosseguiu em 2021 empenhada em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

No ponto da atividade operacional, é analisada de forma mais detalhada o trabalho executado e os projetos desenvolvidos pelo departamento de Sustentabilidade Empresarial ao longo de 2021.

Os Destaques do Ano e os Principais Acontecimentos

Administrativa e Financeira

O ano de 2021 caracterizou-se pela continuidade da pandemia inerente à COVID-19 e consequentemente pelos diversos constrangimentos ao nível da sociedade e da economia, os quais continuaram a condicionar e transformar a forma de organização e funcionamento das organizações.

Na Direção Administrativa e Financeira (DAF), ao longo de 2021, em completa sintonia com a restante organização da Águas do Norte, S.A., demos continuidade a um conjunto de medidas de adaptação aos condicionalismos impostos pela pandemia, para dar resposta às necessidades de trabalho prestado de forma remota pela grande maioria da sua equipa, reforçando o recurso à digitalização e forma de cooperação remota.

Dando continuidade a uma aposta de resposta eficaz às exigências do setor, marcado pelo envolvimento e relacionamento, com as tutelas, do Ambiente e das Finanças, e com o Regulador, garantimos o cumprimento da nossa função, reforçando a capacidade de antecipação e de proatividade para assegurar o compromisso de uma resposta eficaz aos desafios impostos pelos principais *stakeholders* da empresa, incluindo uma resposta às exigências da própria organização.

Na área da Tesouraria e Financeira, consolidámos a política de rigor e de otimização, com particular destaque para a diminuição do prazo médio de pagamentos, em linha com as exigências legais, tendo-se conseguido uma diminuição, de 59 dias em 2020 para 46 dias em 2021, e, simultaneamente, dar seguimento à redução do nível de endividamento que registou uma diminuição de cerca de 19 milhões de euros face ao ano transato.

No processo contabilístico, destacamos a consolidação do processo de registo de faturas de fornecedores através de faturação eletrónica, com recurso à respetiva plataforma da ESPAP, com a contabilização de cerca de 6,7 milhões de euros de despesas, equivalente a cerca de 3.000 faturas que não foram recebidas em papel, a otimização e melhoria ao nível da contabilização da IFRS 16, bem como, a passagem a firme de cerca de 26,5 milhões de euros de ativos que se encontravam em curso, dando continuidade à regularização deste tema.

Na vertente fiscal, encontrando-se a Águas do Norte, S.A. inserida na Unidade de Grandes Contribuintes, o ano decorreu com normalidade, sem registo de incidências significativas sendo de assinalar a ausência de desenvolvimentos face ao Direito de Audição Prévia exercido por nós ao indeferimento pela Autoridade Tributária, de três RAT's (Revisão de Ato Tributário) para os anos de 2011, 2012 e 2013, com o objetivo fundamental e obter junto da AT a aceitação para a recuperação de amortizações de investimento contratual não realizado, anteriormente tributadas, a incluir nas Modelos 22 daqueles anos, traduzindo-se num ganho fiscal a favor da empresa. No seguimento da notificação de 30.04.2021, por parte da ANI - Agência Nacional da Inovação, da decisão final de deferimento integral da candidatura ao SIFIDE de 2019, no montante de cerca de 400 mil euros, em agosto de 2021, procedemos à substituição da Modelo 22 desse exercício. A dedução do benefício fiscal no apuramento da coleta de IRC, permitiu o recálculo do imposto final de 2019 e a restituição daquele montante a favor da Águas do Norte, SA. tendo os seu recebimento ocorrido no mês de setembro de 2021.

Na área da gestão documental e administrativa, prosseguimos com a otimização organizacional desta área, em particular no que toca à melhoria de circuitos documentais e de otimização de espaços de arquivo e crescente digitalização e desmaterialização. Destacamos ainda a conclusão da reorganização do arquivo relacionado com Barragens, em Torre de Moncorvo, e atribuição de área de responsabilidade com chefia própria para o efeito, reforçando a importância desta vertente na gestão transversal da companhia.

No que toca ao planeamento e controlo de gestão, consolidamos o processo de implementação do *Balanced Scorecard* através da utilização de plataforma para o efeito, disponível para consulta de toda a organização, dando continuidade à melhoria de processos de reporte interno, com disponibilização de informação a outras áreas da empresa, nomeadamente em matéria de controlo orçamental.

O enquadramento regulatório e do setor empresarial do estado, exigiram uma atenta e reforçada ação na vertente de regulação e *compliance* e de relacionamento com entidades como a ERSAR e a UTAM, em coordenação com a AdP. De referir ainda, durante o ano de 2021, o exercício de antecipação da monitorização de metas com vista ao apuramento do DRG do ano. O ano de 2021 fica marcado pela registo contabilístico de um Desvio de Recuperação de Gastos positivo, de natureza *excedentária* (*Superavit Tarifário*), continuando este a registar uma tendência crescente e consequentemente a continuidade da diminuição do saldo tarifário acumulado.

Investimento

Investimento

Na componente do Investimento, deu-se continuidade a um conjunto de ações e tarefas caracterizadas, essencialmente, pela elaboração e aprovação de estudos e projetos, pelo lançamento de concursos e pela construção de infraestruturas programadas no Contrato de Concessão, bem como pela submissão de candidaturas com vista aos apoios que foram disponibilizados. Por facilidade de leitura, tais tarefas são apresentadas separadamente, quer para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Norte de Portugal (SMM), quer para a parceria do Sistema de Águas da Região do Noroeste (Parceria).

Para a concretização deste investimento há ainda um conjunto significativo de tarefas que se caracteriza pela transversalidade a toda a direção, e mesmo à organização. Razão pela qual se opta pela sua apresentação em separado, destacando-se os principais desenvolvimentos corridos no âmbito da Gestão de Ativos, dos Sistemas de Informação Geográfica, das Expropriações e das Barragens.

SMM

Relativamente à componente de abastecimento de água, destacam-se as intervenções importantes na área de abrangência do Sistema de Abastecimento de Água a Paredes de Coura, com alteração do sistema adutor à ETA de Insalde, a inclusão da ligação do furo de Porreiras e a alteração do sistema adutor do eixo ETA-Insalde - RR Cossourado, que visam garantir a cobertura ao Município pelo sistema em "alta" das Águas do Norte. Destaque, ainda, para a continuação das intervenções na área de abrangência do SAA de São Jorge, para a reabilitação da conduta adutora de Bertandos, com cerca de 11,4 km, desde o Ponto de Entrega (PE) Viana Cidade até à cidade, por alteração da sua tubagem através da técnica de "relining", com a introdução de tubagem nova em PEAD DN355 na tubagem atual de fibrocimento DN400. Ainda na componente de abastecimento de água em alta, destacam-se, no Subsistemas de Abastecimento de Água de Lapela e S. Jorge, as ligações aos reservatórios de Azenhas (Valença) e Mangoeiro (V.N. Cerveira), que visam o reforço da adução ao reservatório de Azenhas e, por outro lado, a suprir as necessidades das populações de Mangoeiro e Calvário. Acresce o início dos trabalhos relativos à empreitada de reabilitação da Barragem da Queimadela, em Fafe, bem como a conclusão de algumas empreitadas, entre elas, as relativas a Celorico de Basto, que permitiram a desativação das origens existentes no município com problemas de fiabilidade, assim como a ligação ao sistema em "alta" do Rabagão, proporcionando, também neste caso, o fornecimento de água com a fiabilidade desejada. Iniciaram-se, ainda, a empreitada de Execução das Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Carreira, Guimarães, Lamelas, Agrela, Reservatório e a Adutora de Albom (Santo Tirso) – Lote C, em Santo Tirso, com uma forte componente de rede em "alta", bem como a empreitada de Conceção/Construção de Beneficiação do SAA de Vila Chã - RE Cruero (Murça) no valor de 563.488,95 euros. Por último, destaca-se a conclusão das empreitadas «AA0394 - Empreitada de Beneficiação da ETA de Pinhão (Vila Real) (valor de 498.333,73 euros) e AA0498 - Empreitada de substituição da conduta CE01 - Adução ao RE Salselas – SAA Azibo (687.752,80 euros).

Na componente de saneamento de águas residuais em alta, destacam-se intervenções importantes na área de abrangência de Viana do Castelo, nomeadamente as redes de saneamento em Serreleis, Cardielos, Torre e Vila Mou, com vista ao aumento do atendimento das populações e melhoria das condições ambientais locais junto às linhas de água. Também pela sua importância, a Empreitada de Execução do Intercetor do Tâmega – 2ª Fase (Parte I), em Amarante, cujos trabalhos se encontram muito adiantados. Existem também várias empreitadas em fase de conclusão, designadamente: a Empreitada de Execução do Sistema de Interceção e Elevação nas Freguesias de Ázere e Couto (Arcos Valdevez); a Construção da ETAR de Terras de Bouro; a Empreitada de Execução da EE de Redondelo e Trabalhos Complementares do Sistema Intercetor de Terras de Bouro; a Empreitada de Execução do Sistema de Drenagem Águas Residuais do Vale da Campeã (Vila Real), a Empreitada de Reabilitação do Intercetor do Pelhe - Troço entre a rua D. Sancho e a EE de Queimados (antiga EN14) - (V.N. Famalicão). Referir, ainda, as últimas consignações, nomeadamente: Empreitada de instalação de FSC em Canedo e execução de Box-Culvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto); Empreitada para a aquisição e montagem de um Ozonizador na ETAR de Serzedo (Guimarães); Empreitada de Remodelação do Sistema de Arejamento da ETAR de Vila Real, rumo à neutralidade energética.

Há, ainda, a destacar o lançamento de procedimentos de empreitada, nomeadamente: Empreitada de Beneficiação da EE da Ponte Velha - Arcos de Valdevez (no valor de 65.000,00 euros); Empreitada de execução de caixas de medição de caudal nos Reservatórios integrados do SAA da Lapela (10.000,00 euros); Empreitada de Reabilitação da ETA de Fonte Fria (Murça) (no valor de 145.000,00 euros); Empreitada de Remodelação dos Balneários da ETA de Areias de Vilar (Barcelos) (no valor de 125.000,00 euros); Empreitada de substituição da conduta elevatória R6-RABoim – SAA S.Jorge (Arcos de Valdevez) - Lote A (no valor de 420.000,00 euros); Empreitada de Remoção de Coberturas com Amianto nas Infraestruturas da AdNorte (no valor de 190.000,00 euros); Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação nos SAA e SAR em Alta da Águas do Norte, S.A. e Outras intervenções - Douro Sul (300.000,00 euros); Empreitada para fornecimento e instalação de módulo pré-fabricado com A/C para a captação de Freande, Paredes de Coura (no valor 3.077,25 euros).

Foram também lançados novos procedimentos, de modo a garantir a continuidade dos contratos em vigor no âmbito das necessidades de conservação e reabilitação, nomeadamente: Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção/Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Minho, Lima e Cávado (no valor de 1.000.000,00 euros); Empreitadas de Construção/Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Douro Norte e Alto Tâmega (no valor de 1.000.000,00 euros); Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção/Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Trás-os-Montes, Douro Superior e Douro Sul (no valor de 1.000.000,00 euros); Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção/Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Tâmega, Sousa e Ave (no valor de 1.000.000,00 euros). Estes contratos pretendem "acelerar" as respostas face às necessidades de menor complexidade, cujos projetos/estudos possam ser executados "in house".

Quanto aos Estudos e Planeamento, adjudicaram-se os seguintes contratos de prestação de serviços de elaboração de Projetos: «Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal - Lote A - Abastecimento de Água» (no valor de 82 258,62 EUR); «Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal - Lote B – Saneamento» (no valor de 87 780,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao tratamento de águas residuais, à captação e tratamento de água e a infraestrutura associada à neutralidade Energética - Lote A – Oeste» (no valor de 133 470,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao tratamento de águas residuais e à captação e tratamento de água e a infraestrutura associada à neutralidade Energética - Lote B – Este» (no valor de 133 470,00 euros).

Foram ainda desenvolvidos internamente os projetos de ampliação do edifício administrativo da ETAR de Viana do Castelo (cidade), para construção de cozinha e refeitório, instalações sanitárias e balneários, idem para a construção de um edifício comportando idêntico programa na ETA do Alvão (Vila Real) e para a ampliação/reabilitação do edifício da estufa de secagem de lamas da ETA de Areias de Vilar (Barcelos).

Ao abrigo do POSEUR, foram novamente apresentadas duas Candidaturas no âmbito Eixo Prioritário III «Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos», no âmbito do Aviso POSEUR-12-2021-10 «Investimentos necessários à reutilização de águas residuais tratadas, com vista a possibilitar uma gestão integrada de recursos hídricos em zonas consideradas de escassez – 2.º Aviso». O Aviso pretende promover investimentos, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, que tenham em vista a utilização de águas residuais tratadas no âmbito dos sistemas públicos de saneamento de águas residuais, por exemplo a execução de etapas de afinamento do tratamento existente, com vista a possibilitar uma gestão integrada dos recursos hídricos em zonas consideradas de escassez – denotando-se que nos termos Lei n.º 23/96, de 26 de julho, o serviço de recolha e tratamento de águas residuais configura um serviço público essencial – em linha com os princípios da Economia Circular. As duas Candidaturas totalizam 1,5 milhões de euros de investimento e respeitam ao projeto para fornecimento de ApR (Água para Reutilização) pelas ETAR de Valpaços e Vidago. Em novembro/2021, o POSEUR decidiu pela não aprovação das mesmas, atendendo a critérios específicos de elegibilidade, alegando que não se encontram em regiões classificadas de escassez na sua totalidade. Independentemente da não aprovação das Candidaturas, é intenção da AdNorte avançar com a concretização destes investimentos, dada a importância dos mesmos, conforme previsto no Plano de Ação para a Reutilização "Plano de Ação Regional da Águas do Norte, SA", tendo em vista a prossecução das metas nacionais de Reutilização de Águas Residuais estabelecidas pela SEAMB, em linha com a estratégia europeia de fomentar a economia circular em vários setores como sendo no uso da água, energia e nutrientes, nomeadamente atingir percentagens de reutilização de água de 10% em 2025 e de 20% em 2030.

Ainda no âmbito do POSEUR, a Águas do Norte viu aprovada a Candidatura submetida no âmbito do Aviso Concurso 12-2021-15 «Operações para a melhoria da qualidade da água de abastecimento com elevada maturidade», no valor de 444 mil euros, dos quais 362 mil euros serão financiados a título não reembolsável. O investimento elegível da Operação, sob a designação «Reforço do SAA Castanheira/Insalde», inclui as seguintes intervenções: parte da empreitada «AA0654 - Empreitada de substituição e reforço do Sistema Adutor desde o RR do Cossourado e do RR de Formariz até à ETA de Insalde, incluindo ligação do furo das Porreiras - SAA DE INSALDE (Paredes de Coura)»; e a totalidade da empreitada «AA0681-Reabilitação das Captações: Porreiras, Freande, Codessede e Cavaleiros - Subsistema de Castanheira/Insalde (Paredes de Coura)». A população adicional com melhoria no serviço de Abastecimento de água é de 10.187 mil habitantes. Esta corresponde à população total a servir pela área de influência do SAA Castanheira/Insalde, uma vez que se pretende reabilitar as origens de água atuais - Porreiras e Freande – efetuar a ligação do furo de Porreiras à ETA de Insalde, de modo a garantir o abastecimento de água às populações atualmente servidas (Paredes de Coura), bem como ao Parque industrial (alvo de expansão, fazendo parte a empresa farmacêutica «Grupo Zendal») e o abastecimento de água à população das freguesias de Gondar, Mentrestido, Sapardos e Candemil, em Vila Nova de Cerveira. Deste modo, a Operação contribui para um adicional de 6.813 alojamentos abrangidos pelo SAA Castanheira/Insalde.

PARCERIA

Na componente de abastecimento de água, destacam-se a consignação e o início das obras seguintes: Empreitada de Execução das Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa, Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso)- Lote A, B e C; Empreitada Rede de Abastecimento de Água e Drenagem de Fermentãos (Cinfães). Há ainda a destacar a empreitada EB0387 - Empreitada para a execução de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, que alia à componente do abastecimento de água a componente das águas residuais, com a execução de ramais de água e de saneamento, bem como pequenas extensões que visam a adesão ao sistema de abastecimento de água e drenagem de águas residuais (no valor total de 1.365.000,00 euros para os 4 lotes). Esta empreitada visa dar resposta às necessidades operacionais dos sistemas municipais afetos à Parceria, com especial relevo para a execução de ramais de AA e AR.

No que importa ao saneamento de águas residuais, destaca-se o início dos trabalhos das empreitadas seguintes: repavimentação da EM754 e Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais Urbanas na EM754 (Vila Chã do Marão) e na EM750 (Fridão) (Amarante); extensões de Redes de Águas Residuais nas Freguesias de Santa Eulália e Urrô (2ª Fase) – Arouca e a Ligação da rede de drenagem de águas residuais de Canastrês, União das freguesias de Ancede e Ribadouro (Baião) - encontrando-se as duas primeiras praticamente concluídas. Regista-se, ainda, a execução das empreitadas seguintes: Extensões de Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de São Gens, Estorãos e Vila Cova (Fafe); construção de rede de drenagem de águas residuais nas freguesias de Fervença e Codessoso (Fase 2) – Lote 1 e Lote 2; rede de Drenagem de Águas Residuais de Fermentãos (Cinfães). E a conclusão das empreitadas: Execução das Redes de Drenagem do SAR de Rabada e SAR de Lordelo/Alves (Santo Tirso); Execução das Extensões de Redes de Águas Residuais nas Freguesias de Santa Eulália, Rossas, Burgo e Urrô (Arouca); Construção da rede de drenagem de águas residuais de Tapada a Gove (Baião); Construção da rede de drenagem de águas residuais no lugar da Várzea, Teixeira (Baião); Construção da rede de drenagem de águas residuais no lugar do Peso, Santa Marinha do Zêzere (Baião).

Salienta-se ainda, a abertura de novos procedimentos, nomeadamente: Empreitada de pavimentação de estradas municipais e nacionais afetadas pela instalação de infraestruturas em Arouca e Cinfães (no valor de 149.805,00 euros); Empreitada de execução de Rede de Saneamento no lugar de Jagueiros, Freguesia de Várzea (Arouca) (no valor de 29.959,53 euros); Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote A – Municípios de Santo Tirso e Trofa; Lote B - Municípios de Celorico de Basto e Fafe; Lote C - Municípios de Amarante e Baião e Lote D - Municípios de Arouca e Cinfães (no valor total dos 4 lotes de 600.000,00 euros).

Quanto aos Estudos e Planeamento, adjudicaram-se as seguintes prestações de serviços: «Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema de Águas da Região do Noroeste» (no valor de 56 835,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas de Drenagem de Águas Residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste (Santo Tirso)» (no valor de 28 445,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste (Amarante) - Lote 1» (no valor de 69 725,00

euros); «Estudos e projetos de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste (Arouca) - Lote 2» (no valor de 63 975,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste (Baião) - Lote 3» (no valor de 69 725,00 euros); «Estudos e projetos de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste (Cinfães) - Lote 4» (no valor de 74 660,00 euros); a extensão do contrato «P0375 - Projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal e no Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote A e Lote B» (no valor total de 178 111,07 euros) para atender à Candidatura ao Aviso Convite n.º 5/REACT-EU/2021.

No âmbito das candidaturas, o ano de 2021 destaca-se pela aprovação de 1,4 milhões de euros de apoio comunitário relativo a duas candidaturas submetidas em resposta ao Aviso Concurso POSEUR-12-2020-14 «Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais (SAR), em Concelhos com Baixa Cobertura de Serviço e Alta Densidade Populacional», que abrangem exclusivamente investimentos a realizar no Município de Santo Tirso, ao abrigo do Protocolo de Delegação de Execução de Investimentos de Expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com o objetivo de melhorar a taxa de acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais no município, através da extensão do serviço a populações ainda não servidas na área de influência do SAR de Rabada. Em outubro de 2021, a Águas do Norte, SA procedeu à desistência da candidatura «POSEUR-03-2012-FC-001450 – Intervenções nas Redes de Drenagem de Águas Residuais e Baixa no Município de Santo Tirso (SAR Água Longa)», tendo em consideração que no procedimento de contratação pública da empreitada PRC_0102/2021_GAE-EB0656 – Empreitada de Execução de infraestruturas de drenagem de águas residuais no Concelho de Santo Tirso (SAR Água Longa) – Lote 1 se registou a apresentação de uma única proposta, de valor superior ao preço base do procedimento. Esta situação implicaria o lançamento de um novo procedimento, associado a uma revisão do preço base em alta, incompatível com o prazo de execução constante dos termos de referência do Aviso Concurso POSEUR-12-2020-14. A candidatura «POSEUR-03-2012-FC-001451 – Intervenções nas Redes de Drenagem de Águas Residuais e Baixa no Município da Trofa (SAR Agra)», apresentada para o Município da Trofa, não foi aprovada pelo facto do POSEUR entender que não cumpria com o critério de elegibilidade previsto no n.º 1 do ponto 3. do Aviso, nomeadamente ter acessibilidade física do serviço de drenagem de águas residuais inferior ou igual a 80%.

Ainda no âmbito dos Apoios Comunitários, a Águas do Norte apresentou, em outubro de 2021, a candidatura «POCI-07-62HI-FEDER-181416 - Sistema de Águas da Região do Noroeste - Investimentos em sistemas de saneamento em baixa», em resposta ao Aviso Convite n.º 5/REACT-EU/2021, que contribuirá para um aumento de 3.246 alojamentos com acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais de redes fixas, nos municípios abrangidos pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste. O investimento total proposto foi de 13,9 milhões de euros, dos quais 13 milhões de euros serão financiados a título não reembolsável.

Gestão de Ativos

No âmbito da atividade da Gestão de Ativos, e no que respeita ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Norte de Portugal, destacam-se as seguintes atividades:

A manutenção da Certificação do Sistema de Gestão de Ativos da ÁGUAS DO NORTE, S.A., de acordo com a norma ISO 55001;

A adjudicação do contrato «GAE_O0606 - Aquisição de Serviços de Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais da Águas do Norte», referente ao levantamento do estado/condição de interceptores, que inclui a inspeção dos mais críticos, possibilitando definir o tipo de reabilitação assente em critérios objetivos.

A criação de uma ferramenta SIG da Águas do Norte, SA, relativa à avaliação da condição, risco e cálculo de estimativas orçamentais associadas a várias opções de reabilitação para redes de coletores e, futuramente, para as câmaras de visita, partilhada por toda a empresa e que trará uma série de mais-valias para a organização, das quais se destacam, para além do apoio à tomada de decisão, a otimização de recursos (humanos e materiais), a análise gráfica e georreferenciada das anomalias detetadas e a sua apresentação em mapas temáticos.

O desenvolvimento da plataforma ÓTIMA, com o objetivo de reunir, numa única plataforma informática, o máximo de dados relevantes para a tomada de decisão sobre os ativos operacionais, com a mesma a ser alimentada em tempo real, assente, para já, em três módulos principais: Cadastro, Análise e Inspeção dos ativos.

A realização de inspeções constantes dos respetivos Plano de Inspeção aprovados, bem como de outras não planeadas resultantes de necessidades comunicadas por outras Áreas.

A monitorização e otimização do Sistema de Gestão de Ativos (SGAt) no âmbito da certificação segundo a NP EN ISO 55001.

Lançamento e adjudicação das prestações de serviços «GAE_O0655 – Modelação hidráulica dos Subsistemas de Abastecimento de Água da Águas do Norte, S.A.», «GAE_O0641 - Aquisição de Serviços de Modelação Hidráulica do Subsistema de Águas Residuais de Serzedo», «GAE_O0642 - Aquisição de Serviços para Otimização do funcionamento hidráulico do SAA de Areias de Vilar» e «P0659 - Aquisição de Serviços de Elaboração do Projeto de Modelação hidráulica do SAA de Castanheira-Insalde e do SAR de Paredes de Coura», para aumentar o conhecimento do comportamento dos subsistemas, identificação de melhorias e otimização no funcionamento das infraestruturas.

Lançamento e adjudicação da prestação de serviços «GAE_O0672 - Avaliação Funcional das Instalações de Águas do Norte», para diagnosticar a performance e a condição das infraestruturas não lineares sob a exploração direta da Águas do Norte nas suas diversas componentes – construção civil, equipamentos eletromecânicos e elétricos e instrumentação e automação - e, por sua vez, definir medidas de beneficiação necessárias (novo ou reabilitado) de modo a melhorar o seu desempenho. Compreende ainda a execução dos serviços de digitalização e respetiva planimetria das instalações, substituição das etiquetas físicas por etiquetas NFC e validação e/ou correção do inventário dos ativos operacionais.

A continuação da execução do contrato da prestação de serviços para reconciliação financeira do cadastro físico dos ativos da Águas do Norte.

No âmbito do Sistema de Águas da Região do Noroeste, destaca-se a correção da estrutura analítica dos subsistemas e respetivas componentes, imprescindível para a realização da inventariação, caracterização e valorização dos ativos operacionais do Sistema de Águas da Região do Noroeste e para a sua inserção nas aplicações informáticas da empresa. Está ainda em preparação as peças concursais para o lançamento de um concurso de inventariação dos ativos.

Sistemas de Informação Geográfica

No âmbito dos Sistemas de Informação Geográfica destaca-se a renovação do concurso relativo ao projeto SIGAME para o ano de 2021, nos mesmos moldes do ano anterior. Os resultados são muito semelhantes ao do ano anterior, ou seja, foram submetidas cerca de 330 submissões validadas que corresponderam a outras tantas correções do cadastro publicado na aplicação SIGAME e que se encontra disponível a todos os colaboradores da Águas do Norte através dum portal e de uma aplicação móvel.

Há ainda a realçar a entrada em funcionamento pleno da ferramenta de importação das inspeções CCTV, tendo sido carregadas cerca de 50 inspeções de vídeo de coletores integrantes da prestação de serviços EGA-O0326 – Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais Integradas e Partilhadas, ou seja, a sua quase totalidade.

Também durante o ano de 2021, iniciou-se a prestação de serviços PRC_0270/2021 – Aquisição de Serviços de Manutenção Evolutiva da Plataforma Colaborativa de Informação Geográfica – ArcGIS, que consideramos ser um marco de viragem nos SIG da empresa. O modelo que foi seguido desde a génese das antigas empresas que constituem a Águas do Norte está a ser migrado para o ArcGIS Utility Network que foi projetado para ser o sistema de informações espaciais da próxima geração, fornecendo maior funcionalidade sobre conjuntos de dados massivos em todas as escalas de resolução permitindo consultar o cadastro em 3D e fazer traces de redes online com integração de informação comercial dos clientes.

Expropriações

No decorrer do ano de 2021, para promover a disponibilidade de terrenos necessários à construção de infraestruturas, foram instruídos junto da Secretaria de Estado do Ambiente 12 processos de constituição de servidões administrativas e 1 processo de expropriação, totalizando 189 parcelas de terreno. No mesmo período foram despachados e publicados em Diário da República 7 processos de declaração de utilidade pública urgente, abrangendo 35 parcelas de terreno. No âmbito do direito privado celebraram-se 139 contratos de indemnização amigável, por expropriação ou constituição de servidões administrativas, continuando a apresentar-se uma percentagem superior a 90% para a resolução de indemnizações amigáveis. Realizaram-se 19 escrituras notariais de aquisição de terrenos e 6 registos de constituição de ónus de servidões administrativas. Para a execução de novas infraestruturas elaboraram-se 27 processos de expropriação/servidão, com um total de 105 parcelas de terreno de propriedade privada, em que se inclui a identificação das parcelas, a inventariação da respetiva descrição e inscrição matricial, titularidade e avaliação das indemnizações.

Barragens

A Águas do Norte, SA tem sob a sua gestão as barragens do Arroio, Alvão Cimeira, Alvão_Fundeira, Camba, Queimadela, Palameiro, Salgueiral, Sordo e Vale Ferreiros, estas construídas pelos municípios e integradas no sistema multimunicipal, e ainda as barragens da Ferradosa, Olgas, Pinhão, Pretarouca, Sambade, Vale Torno e Veiguinhas já construídas pela empresa. Além destas barragens encontra-se em fase muito adiantada de integração a barragem do Azibo, tendo sido publicado a 24 de Outubro o Decreto-Lei n.º 160/2019 que procedeu à designação da Águas do Norte, SA, como a entidade gestora da barragem do Azibo. Está também em avaliação e em curso a proposta de integração pelas Águas do Norte das barragens de Vila Chã e Peneireiro, com reuniões ocorridas no decorrer do ano de 2021. Mantém-se pendente a integração prevista no contrato de concessão, das barragens de Serra Serrada, Açude de Gralhas I, Açude de Gralhas II, Açude de Montezinho I, Açude de Montezinho II e Bastelos.

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de garantir o cumprimento legal decorrente do Regulamento de Segurança de Barragens, bem como o cumprimento do preconizado nos Planos e Observação das barragens sob a gestão da Águas do Norte. Neste âmbito, tem vindo a ser dada continuidade a uma estreita colaboração com os departamentos de barragens de betão e de barragens de terra do LNEC que além de lhe estarem legalmente delegadas responsabilidades para as barragens de Classe I, é-lhe também reconhecida capacidade científica na área de que resultam vantagens óbvias para a empresa, tendo-lhe sido desenvolvido e contratado o acompanhamento técnico necessário para o triénio de 2021-2023. Ainda neste âmbito importam salientar os trabalhos em curso relativos à Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela, bem como os trabalhos de limpeza da câmara de descarga de fundo da Barragem do Sordo, que irão permitir o lançamento do procedimento de contratação da impermeabilização durante o ano de 2022. Registe-se, ainda que está em contratação a execução do projeto de reabilitação das barragens do Alvão (Cimeira e Fundeira). Durante o mês de Março de 2021 foram realizados trabalhos de limpeza e desmatação da barragem de Pretarouca, nomeadamente no perímetro da albufeira, no âmbito do contrato-quadro para a aquisição de serviços de limpeza e o dos terrenos das barragens da Águas do Norte, S.A. (PRC_0323/2020_GAE - O0604).

Está também em curso uma empreitada para o desenvolvimento de ferramenta de gestão das barragens sob a gestão da Águas do Norte, que garanta a monitorização permanente de um conjunto de grandezas decorrentes da implementação dos respetivos Planos de Observação e outras relacionadas com a sua exploração, bem como a organização de uma plataforma que nos permita registar os dados, garantir os outputs adequados às necessidades não só internas como também a permitir-nos comunicar e alimentar as bases de dados do LNEC e também proporcionar a capacidade de prever comportamentos e garantir previsibilidade.

Tendo em atenção os períodos de seca que se verificaram nos últimos anos hidrológicos e a crescente preocupação com as alterações climáticas e crescente probabilidade da necessidade de fazer face a emergências e situações extremas, reconhece-se a importância e utilidade que a monitorização dos níveis das albufeiras que há largos anos a empresa tem vindo a efetuar, tem tido, pois tem permitido a avaliação contínua das reservas de água existentes, evidenciando todas as situações suscetíveis de ser preocupantes.

Exploração

Centros de Exploração Integrados no Sistema Multimunicipal

Ao longo do ano de 2021 os processos relacionados com a exploração decorreram de acordo com os modelos implementados, mantendo a resposta adequada aos clientes e a qualidade de serviço exigida.

Como síntese dos acontecimentos mais marcantes podemos referir:

A – Abastecimento de Água

Centro de Exploração do Alto Tâmega Douro Norte AA

- Construção definitiva do Ponto de Entrega do Redondelo/Rebordondo, município de Chaves, do Subsistema de Abastecimento de Água do Alto Rabagão, com a criação de Ponto de Entrega para controlo do caudal e contabilização por intermédio de medidor eletromagnético;
- Remodelação do sistema de supervisão eletrónica do sistema adutor do Subsistema de Abastecimento de Água do Alto Rabagão;
- Reabilitação dos Reservatórios de Vidago e de Sanjurge/Mãe D'Água;
- Instalação de unidade de remineralização na ETA do Arcossó;
- Início do funcionamento da Estação Elevatória de São João Corveira, município de Valpaços, do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabaçal;
- Início do fornecimento de água ao Reservatório de Possacos "de baixo";
- Início do fornecimento de água no Ponto de Entrega do Ratiço (Murça) do Subsistema de Abastecimento de Água de Vila Chã;
- Fornecimento de água ao Reservatório de São Sebastião, via Reservatório de São Domingos, do Subsistema de Abastecimento de Água de Vila Chã;
- Acompanhamento da reabilitação da captação e instalação de tratamento de Fonte Fria;
- Internalização dos processos de exploração do Subsistema de Abastecimento de Água do Alvão na estrutura da Águas do Norte, após 3 anos de atividade em que a exploração das infraestruturas esteve entregue à Empresa Águas do Interior Norte, incluindo a integração de 9 técnicos operativos;
- Conclusão dos trabalhos relativos à reconversão dos decantadores lamelares da ETA do Pinhão para órgãos de flotação e reabilitação da linha de lamas, visando a eliminação de deficiências profundas ao nível do funcionamento hidráulico dos decantadores, linha sólida e de reutilização de água;
- Início dos trabalhos de atualização tecnológica dos sistemas de automação e supervisão do Subsistema de Abastecimento de Água do Pinhão;
- Otimização da preparação da cal e do coagulante na ETA do Sordo, com introdução do silo de cal e de depósito de coagulante, para utilização a granel e a análise técnica com vista à introdução do reagente carvão ativado em pó;
- Otimização da operação da infraestrutura integrada na Captação do Caça e Pesca, rio Douro, tendo em conta as especiais necessidades de cumprimento de requisitos para a proteção de pessoas e bens, resultantes das condições estruturais de ruína em que se encontra esta instalação;
- Forte otimização da eficiência energética na Estação Elevatória e Ponto de Entrega de Ribeira D'Élos;
- Substituição de bombas elevatórias na Estação Elevatória de Medeiros;
- Melhoria na recloragem do Reservatório de Possacos e Reservatório de São João Corveira, com o doseamento a ser realizado pelo funcionamento das Estações Elevatórias do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabaçal.

Centro de Exploração do Douro Sul

- Montagem de sistema de transporte das lamas espessadas da ETA de Vilar para tratamento conjunto na ETAR de Vilar, numa experiência inovadora de economia circular, com uma fortíssima redução de custos operacionais e benefícios processuais na gestão da ETAR;
- Certificação energética da ETA de Vilar pela norma ISO 50001 em curso, bem como controlo e implementação de uma série de medidas operacionais com vista à melhoria da eficiência energética;
- Implementação de um novo sistema de supervisão eletrónica na ETA de Vilar;
- Montagem e funcionamento de novas bombas na Estação Elevatória ROM com uma eficiência energética muito superior e adquiridas com base no ganho energético obtido;
- Montagem de nova conduta no destrutor de ozono para aplicação de sonda e controlador;
- Instalação de câmaras na linha líquida da ETA de Vilar e da ETA do Balsemão e instalação de sistema de iluminação submersa na câmara mistura lenta, para monitorização processual à distância e desenvolvimento de sistemas de alerta associados à degradação da qualidade do processo de tratamento;
- Implementação de sistema de lavagem da linha de doseamento de carvão ativado em pó;
- Otimização do consumo específico de reagentes, eliminando-se alguns produtos químicos cuja eficácia se revelou pouco significativa, tendo-se obtido fortes poupanças na gestão de todo o sistema de tratamento de água na ETA do Vilar;
- Adoção de boas práticas na Gestão Energética, resultando na diminuição do consumo específico de energia na captação, ozonização e tratamento;
- Melhoria dos quadros elétricos com a finalidade de substituição dos autómatos e remodelação do sistema elétrico;
- Melhoria do Ponto de Entrega de Adorigo (Tabuaço);
- Desabilitação de 17 Pontos de Recloração;
- Implementação do sistema "storm off" nos pontos de entrega de Vilar para prevenção de risco de picos de tensão devido a trovoadas;
- Melhoria no sistema de supervisão do sistema adutor em curso, nomeadamente: inclusão do Ponto de Entrega de Arçêra e preparação no terreno de envio do caudal da conduta principal da Folgosa;
- Na ETA de Lumiares encontram-se a decorrer trabalhos de instalação de um novo ozonizador, na etapa de pré-oxidação;
- Trabalhos de beneficiação dos grupos de bombagem da Estação Elevatória de Vila Nova, na ETA de Lumiares;
- Inclusão do novo sistema de supervisão eletrónica da Barragem de Pretarouca na ETA de Balsemão;
- Primeiro enchimento à nova cota de NPA da Barragem de Pretarouca e acompanhamento dos testes de funcionamento das novas comportas;
- Implementação do sistema "ice off" em modo automático, para controlo de temperatura nas tubagens e válvulas do sistema de transporte de oxigénio e para evitar o seu congelamento;
- Alteração da pressão de serviço do Ponto de Entrega de Várzea da Serra de forma a garantir pressão na zona alta da rede de distribuição.

Centro de Exploração do Cávado/Ave AA

- Reforço da linha de tratamento da ETA de Areias de Vilar, com a instalação de sistema de desinfecção por UV após a etapa de filtração e a montante do processo de desinfecção final;
- Arranque da fase de ensaio e avaliação de eficiência do filtro prensa na ETA de Areias de Vilar;
- Manutenção do grupo de bombagem I I da Estação Elevatória 02 na ETA de Areias de Vilar;
- Remodelação do sistema de doseamento de cloro da ETA de Areias de Vilar, com a substituição dos equipamentos de doseamento e automação do processo através do software de telegestão;
- Reabilitação da instrumentação em linha da ETA de Areias de Vilar, com a substituição dos medidores de amónia da água bruta, turvação da água filtrada e tratada;

- Renovação dos equipamentos de deteção de fugas de gases na ETA de Areais de Vilar (ozono, oxigénio e cloro) e automação do processo;
- Substituição dos grupos de bombagem de água de lavagem dos filtros na ETA de Areias de Vilar, por grupos mais eficientes;
- Acompanhamento da elaboração de um estudo para a otimização do funcionamento hidráulico do sistema adutor de Areias de Vilar, com a construção de um modelo hidráulico de gestão do subsistema adutor;
- Remodelação e atualização tecnológica do sistema de automação e supervisão do Subsistema de Abastecimento de Água de Andorinhas;
- Reabilitação dos grupos de bombagem 2 e 3 na captação da ETA das Andorinhas;
- Reabilitação do grupo bombagem 1 da captação e do grupo 3 da estação elevatória da ETA do Rabagão;
- Remodelação dos quadros elétricos das caixas do sistema adutor do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabagão de interligação com o Subsistema de Abastecimento de Água de Queimadela, com a correspondente integração na supervisão eletrónica;
- Colocação em funcionamento do sistema de transição Rabagão/Queimadela por forma a abastecer por gravidade, a partir do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabagão, os reservatórios da zona poente de Fafe e os reservatórios da zona nascente, assegurados por sistemas elevatórios do subsistema da Queimadela;
- Início do abastecimento de água ao município de Celorico de Basto através do Subsistema de Abastecimento de Água do Rabagão.

Centro de Exploração do Minho Lima AA

Na ETA de S. Jorge foi implementado um plano de melhoria operacional e beneficiação infraestrutural que passou pelas seguintes atividades:

- Recuperação do sistema de difusão da câmara de ozonização;
- Recuperação dos esquemas de pintura de equipamentos e tubagens;
- Alteração do sistema de água de arraste para o doseamento de cloro de forma a possibilitar a utilização de ambos os sistemas (bombas de arrasto ou água de serviço do tratamento);
- Melhoria da precisão do sistema de doseamento do coagulante;
- Melhoria da precisão do sistema de doseamento do polímero para espessador;
- Substituição do hidropressor da água de serviço para o tratamento (medida de eficiência energética e estabilização do circuito);
- Melhoria das tubagens de arrasto de cloro;
- Melhoria na flotação e agitadores através da montagem de variadores de velocidade;
- Alteração do sistema de doseamento de leite de cal;
- Requalificação da instrumentação em linha de controlo da qualidade de água.

No sistema adutor de S. Jorge foi implementado um plano de melhoria operacional e beneficiação infraestrutural que passou pelas seguintes atividades:

- Redução das perdas no Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge de cerca de 20.000m³/mês;
- Instalação de novos sistemas de rechloragem nos reservatórios R7 PTB, Gontariz e Milhões;
- Início de exploração de oito novos pontos de entrega: PE de Vilarinho do Souto, PE Ermelo, PE de Gração, PE Santa Comba, PE Soajo, RR Vale, RR Deocriste e RR Aldeia;
- Reforço da Estação Elevatória de Loirinha pela substituição dos grupos elevatórios;
- Estabilização da adução e entrega do Reservatório de Areosa/Pego (instalação de altimetria no reservatório e VRP no Nó do Ponto de Entrega de Areosa);

- Instalação de medidores de caudal em 90% das saídas dos diversos reservatórios que compõem o sistema de Ponte de Lima e Ponte da Barca;
- Conceção e construção de novos pontos de entrega: PE Gração, PE Santa Comba e PE Ermelo;
- Melhoria e reforço do sistema de tratamento da ETA de Fonte Velha;
- Melhoria e reforço dos sistemas de tratamento, bem como da instrumentação em linha da ETA de Cavada;
- Beneficiação e reformulação integral da instalação elétrica da ETA de Trovela;
- Reforço dos sistemas de recloragens existentes (criação da reserva do sistema de doseamento);
- Estabilização das pressões na Conduta de Bertandos;
- Substituição de 900 m de conduta elevatória entre o Reservatório Aboim e o Reservatório 6;
- Adução gravítica do Reservatório R4 em Ponte da Barca;
- Adução gravítica parcial do Reservatório R6 nos Arcos de Valdevez;
- Ampliação do sistema de telegestão no Subsistema Abastecimento de Água de S. Jorge;

No Subsistema de Abastecimento de Água da Lapela e nos Subsistemas de Abastecimento de Água de Insalde e Codcede foram implementados planos de melhoria operacional e beneficiação infraestrutural que passou pelas seguintes atividades:

- Aquisição da bomba n. 3 da captação de Troporiz;
- Reparação da comporta da captação de Troporiz;
- Requalificação da instrumentação em linha de controlo da qualidade de água;
- Instalação de sistema de alarmística simplificada nos reservatórios integrados de Valença;
- Instalação de controlo altimétrico no Reservatório de Seara;
- Alteração no circuito hidráulico no Reservatório de Ganfei, de forma a permitir o abastecimento na rede baixa por via do Reservatório de Ganfei ou da Estação Elevatória de Outeiro;
- Realização de sistema de correção de pH na adução da mina do Reservatório de Gondomil 2;
- Instalação de sistema de deteção e gestão do radão no Reservatório de 7 Bicas;
- Reabilitação interna nos diversos reservatórios que compõem o sistema de Valença;
- Estabilização da adução do sistema de Valença com a instalação de altimetria nos diversos reservatórios;
- Arranque dos trabalhos de transferência dos equipamentos da ETA do Neiva para o Reservatório de S. Sebastião.

Centro de Exploração da Terra Fria / Terra Quente

- Instalação de balança na sala de tambores de cloro da ETA do Azibo, do Subsistema de Abastecimento de Água do Azibo, garantindo a monitorização do stock real de cloro no tambor em serviço, evitando alarmes e deslocações à ETA fora do horário normal de trabalho;
- Substituição da conduta elevatória existente do ramo nascente do Subsistema de Abastecimento de Água do Azibo por nova conduta, eliminando-se desta forma a limitação hidráulica existente na conduta antiga e ocorrências frequentes de rotura, algumas das quais na origem de falhas de abastecimento de água à população. Com a alteração da conduta, obteve-se um acréscimo de caudal de 85 para 115 m³/h. Acresce ainda que com a utilização da nova conduta, se reaproveitou uma pequena extensão da conduta existente para ligação ao Ponto de Entrega de Salselas, garantindo assim todo o caudal necessário a este ponto de entrega, o que não se verificava anteriormente por limitações hidráulicas;
- Instalação de válvula de retenção na conduta de derivação para o Reservatório elevado de Macedo de Cavaleiros, com o objetivo de evitar o esvaziamento da conduta sempre que era abastecido o Reservatório apoiado de Macedo de Cavaleiros;
- Instalação, como medida de segurança e proteção dos trabalhadores, de escadas e patamar elevado, com corrimão, para travessia da tubagem de saída do Reservatório de Água Tratada da ETA do Azibo, bem como de patamar de descanso nas escadas de acesso ao silo de cal da ETA, do Subsistema de Abastecimento de Água do Azibo;

- Execução de uma nova conduta de saída de água dos reservatórios de água tratada da ETA de Agueiras e nova conduta entre a ETA e o Nó 1 do sistema adutor, independente da existente, numa extensão de cerca de 500 m, para permitir o caudal de água necessário ao ramo de Vinhais / Macedo de Cavaleiros, do Subsistema de Abastecimento de Água de Agueiras. Foi instalado um medidor de caudal para garantir a contabilização de toda a água saída da ETA;
- Instalação de variadores de frequência na bomba da Estação Elevatória da Amendoeira, do Subsistema de Abastecimento de Água do Azibo, como medida de redução de energia e eficiência energética. Com o mesmo objetivo foram ainda instalados 2 variadores de frequência nos agitadores 1 e 2 dos tanques de mistura da ETA do Azibo e substituída a luminária interior e exterior por LED.

Centro de Exploração da Terra Quente / Douro Superior

- Integração do reservatório elevado de Olas, no Subsistema de Abastecimento de Água de Ranhados, do Município de São João da Pesqueira;
- Aquisição e substituição de areia para o meio filtrante das Estações de Tratamento de Água da Ferradosa, Salgueiral, Vale Ferreiros e Arroio;
- Substituição das portas do edifício de preparação de dióxido de cloro da Estação de Tratamento de Água do Peneireiro, devido ao seu mau estado de conservação;
- Instalação de entradas de homem nos filtros gravíticos da Estação de Tratamento de Água de Vale Ferreiros;
- Instalação de gradil no reservatório de água tratada, onde existia a possibilidade da ocorrência de quedas em altura, na Estação de Tratamento de Água da Camba;
- Reabilitação e conservação exterior dos quadros elétricos dos Pontos de Entrega dos Subsistemas de Abastecimento de Água do Peneireiro e de Olgas/Arroio;
- Substituição dos grupos eletrobomba das estações elevatórias de águas sujas e de água recirculada da Estação de Tratamento de Água do Peneireiro;
- Certificação dos reservatórios de ar comprimido da Estação de Tratamento de Água da Camba, da Estação Elevatória de Valtorno do Subsistema de Abastecimento de Água do Peneireiro e da captação das Olgas do Subsistema de Abastecimento de Água de Olgas/Arroio.

B – Saneamento de Águas Residuais

Centro de Exploração do Alto Tâmega / Douro Norte AR

- Procedeu-se à instalação e operacionalização de novas sondas de monitorização analítica mais fiáveis para controlo de processo em diversas ETAR do Centro de Exploração, com o intuito de otimizar os consumos de energia;
- Na ETAR de Peso da Régua foi instalado um novo sistema de automação que permite a melhoria dos ciclos de arejamento e de recirculação;
- Na ETAR de Vila Real foram instaladas sondas de nitratos, à saída de cada linha de tratamento biológico, e variadores de frequência em cada sistema de bombagem, na recirculação de nitratos de forma a ser parametrizado posteriormente, no sistema de supervisão, conforme medição online dos nitratos;
- Nos sistemas de desidratação das ETAR de Vila Pouca de Aguiar e ETAR de Vidago foram instalados misturadores estáticos para melhorar a eficácia do processo de desidratação e assim obter siccidades mais elevadas das lamas desidratadas;
- Nas ETAR de Alijó e ETAR de Murça foram instaladas comportas, que permitem o isolamento de cada tanque de arejamento. Esta medida permite, se necessário, laborar somente com uma vala de oxidação com reduções significativas de consumos de energia da instalação, além de permitir intervenções em cada tanque de arejamento sem necessidade de realização de bypass geral;
- Início da empreitada de remodelação do sistema de arejamento na ETAR de Vila Real, rumo à Neutralidade Energética, que irá durar 1 ano. As medidas incluem mudança de três sopradores, rede difusora e difusores das duas linhas de tratamento, mudança de instrumentação de controlo de oxigénio dissolvido e amónia, além da mudança do sistema de controlo de arejamento. Prevê-se que estas beneficiações permitam reduzir 30 % da energia consumida atualmente na ETAR de Vila Real;

- Desenvolveu-se um concurso público para a remodelação do sistema de aproveitamento de biogás da ETAR de Vila Real, rumo à Neutralidade Energética, com mudança de ativos críticos e alterações processuais. Esta medida permite aumentar a produção de energia em 85 %;
- Procedeu-se à mudança de difusores dos tanques de arejamento da ETAR de Chaves, com o objetivo de aumentar a eficiência energética do sistema de arejamento;
- Procedeu-se à otimização das condições de trabalho das equipas de manutenção na ETAR de Chaves e na ETAR de Vila Real, com a dotação de salas de armazenamento de peças, criação de postos de trabalho individuais, reforço de formação na gestão de manutenção, aquisição de máquinas de trabalho para as oficinas e instalação, nas viaturas de serviço todo-o-terreno, de uma grua para elevar carga até 500 kg.

Centro de Exploração do Douro Sul

- Implementação de novo Sistema de Supervisão na ETAR de Vilar-Sernancelhe;
- Intervenção na unidade de preparação de polímero e colocação de uma bomba de trasfega para doseamento do polímero líquido, com consequente aumento sicidade das lamas desidratadas;
- Otimização do consumo de energia nas estações elevatórias e ETAR de Vilar-Sernancelhe;
- Diminuição de entupimentos e manutenção nas bombas motivado pela instalação dos mecanismos de elevação dos cestos de gradados no Subsistema de Águas Residuais de Vilar-Sernancelhe;
- Remodelação da obra de entrada da ETAR de Lamego e da Estação Elevatória de Adega do Chão;
- Implementação dos novos sistemas de supervisão nas ETAR de Lamego, Cambres, Sande, Resende-Mirão, Resende-Loureiro e Caldas de Aregos;
- Instalação de analisadores de rede na ETAR de Lamego para o programa de eficiência energética;
- Implementação de controlo de nível do poço da Estação Elevatória de Adega do Chão com sonda hidrostática com vista à eficiência energética;
- Substituição da sonda de oxigénio na ETAR de Caldas de Aregos para monitorização e afinação do processo de arejamento com vista à eficiência energética e diminuição do ruído;
- Instalação de novos portões, na sala de desidratação da ETAR de Lamego, para diminuir emissão de odores e ruído;
- Ações de melhoria na segurança passiva da Estação Elevatória de Adega do Chão e ETAR de Cambres;
- Instalação de sistema de recolha de sobrenadantes do tipo "skimmer" no decantador das ETAR de Moimenta da Beira, Tabuaço, Ervedosa do Douro, São João da Pesqueira, Armamar e Leomil;
- Sistema de desodorização com bio filtro humidificado para a linha sólida da ETAR de Moimenta da Beira;
- Ponte raspadora superficial retangular para sistema de recolha de sobrenadantes nos decantadores das ETAR de Moimenta da Beira, São João da Pesqueira e Armamar;
- Colocação de plataformas de acesso aos contentores de lamas das ETAR de Leomil, Ervedosa do Douro e Armamar;
- Implementação de sistema de reutilização de água nas ETAR de Moimenta da Beira, São João da Pesqueira e Tabuaço;
- Novos sistemas de supervisão nas ETAR de São João da Pesqueira, Ervedosa do Douro, Moimenta da Beira, Leomil, Armamar, Tarouca e Tabuaço;

Centro de Exploração do Minho Interior

- Ativação do sistema de desodorização na ETAR de Arcos de Valdevez nos meses de Verão como forma de reduzir odores junto à estrada provenientes da desidratação de lamas;
- Instalação de sistema de oxigénio puro na ETAR de Ponte da Barca em setembro de 2021 e como forma de compensar sobrecarga orgânica resultante de descargas em período de vindimas;
- Rastreio e identificação de ligações indevidas ao sistema de drenagem, com tamponamento de ligação indevida no subsistema de saneamento de Ponte de Lima;
- Desativação da ETAR de Moimenta;

- Acompanhamento e colaboração nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Plano de Redução de Afluências Indevidas (PREDAFI) nas redes de drenagem integradas nos municípios de Guimarães e Vizela;
- Reporte das necessidades de reabilitação e conservação de diversas infraestruturas do Núcleo de Exploração do Baixo Minho Interior Norte;
- Aquisição e substituição da rede difusora de uma das valas de oxidação da ETAR de Serzedo com vista à melhoria do desempenho do sistema de arejamento e consumos energéticos;
- Instalação de reservatório para armazenamento de lamas espessadas, com vista à melhoria do funcionamento das etapas de espessamento e desidratação da ETAR de Serzedo;
- Alteração do polímero sólido para o polímero líquido com vista à melhoria das condições operacionais da linha de tratamento de lamas na ETAR de Serzedo;
- Pintura dos edifícios da ETAR de Serzedo com vista à conservação e melhoria estética;
- Melhorias na rede de saneamento, especificamente, reparação de caixas de visita em mau estado, regularização de cotas de tampas de caixas de visita com indícios de transbordo;
- Desativação das fossas sépticas de Outeiro (Fiscal), Loteamento Industrial de Rendufe, Crasto e ETAR Compacta de Prozelo, no município de Amares, e ligação à rede em baixa que, por sua vez, drena para a ETAR do Cávado/ Homem;
- Emissão da licença da ETAR de Ponte da Baia que permite a Águas do Norte o desempenho de função de Operador de Gestão de Resíduos;
- Otimização dos processos de digestão anaeróbia nas ETAR de Ponte da Baia e Sousa com o objetivo de incrementar a produção de biogás e a redução da produção de lamas. Esta estratégia, para além de resolver problemas graves de descargas de efluentes industriais incompatíveis com o regulamento de descarga, tem permitido resultados altamente promissores, com níveis de produção de energia que garantem autossuficiências mensais superiores a 70%;
- Entrada em funcionamento da Fossa Séptica de Codeçoso – Celorico de Basto;
- Trabalhos de manutenção na ETAR de Serzedo: reparações nos parafusos de arquimedes 2 e 3; interligação tubagens recirculação de lamas; reparação do sistema de purga de condensados nas linhas de arejamento; reparação dos suportes de fixação dos banana blade; instalação de medidor de caudal de ar mássico no arejamento; alteração da instalação para utilização de polímero em emulsão; melhorias no sistema de armazenamento e doseamento de coagulante;
- Melhorias no sistema de desidratação/espessamento de lamas na ETAR de Santo Emilião (instalação de variador no tambor de espessamento, recolocação em serviço das bombas de lamas ao tambor de espessamento, instalação de filtro na água de lavagem tambor espessamento);
- Trabalhos de manutenção na ETAR de Mosteiro: revisão geral rotor arejamento I; revisão geral sistema de desinfecção UV saída; substituição dos medidores de caudal de extração e recirculação de lamas;
- Alteração do processo de tratamento (decantador e recirculação de lamas) da ETAR de Pesqueiras;
- Instalação elétrica para medidor de caudal e válvula motorizada no Ponto de Recolha da Várzea e melhorias no sistema de descargas de fossas sépticas;
- Trabalhos de manutenção na ETAR do Sousa: reparação nos parafusos de arquimedes 2 e 3 do 1º estágio e revisão geral do cogedor;
- Trabalhos de manutenção na ETAR de Ponte da Baia: revisão geral do cogedor e reformulação do sistema de acionamento da ponte de desengorduramento/desarenamento;
- Substituição do grupo de bombagem da Estação Elevatória de Lufrei.

Centro de Exploração do Minho Litoral

- Exploração da ETAR de Penices em condições adversas como resultado da ligação de efluentes industriais fortemente concentrados;
- Recurso a sistemas de desidratação de lamas por geotube com vista ao reforço da desidratação de lamas nas ETAR de Viana do Castelo-Cidade e Gelfa;
- Adaptação das torres de desodorização em tanques de lamas para otimização da linha de lamas da ETAR de Penices em julho de 2021;

- Incremento da autossuficiência energética da ETAR do Ave como resultado de uma otimização do sistema de cogeração;
- Instalação de válvula de seccionamento na Estação Elevatória Molhe Sul, do Subsistema de Saneamento do Ave, em dezembro de 2021;
- Realização da ligação de abastecimento de água potável na ETAR de Penices em maio de 2021;
- Instalação de sistema de tratamento da água de furo na ETAR de Água Longa em junho de 2021, em virtude da mesma ser usada no refeitório e balneários.
- Exploração da ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial e ETAR de Campos em condições adversas como resultado da receção de descargas descontroladas de lixiviados por parte do aterros sanitários Resulima e Valorminho;
- Execução de descarregadores de emergência no Intercetor Gravítico de Darque e obra de entrada da ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial em novembro de 2021;
- Intervenção de reabilitação dos parafusos de Arquimedes de 1º estágio em maio de 2021 e parafusos de Arquimedes de 2º estágio em dezembro de 2021 da ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial;
- Substituição das pontes dos decantadores primários da ETAR de Viana do Castelo-Cidade em junho 2021;
- Beneficiação das pontes dos decantadores primários e secundários da ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial em agosto de 2021;
- Arranque do sistema de injeção de oxigénio na ETAR de Penices em janeiro de 2021 em virtude das limitações processuais existentes devido à receção de efluentes industriais com elevada concentração;
- Instalação em abril de 2021, de um sistema novo de elevação dos cestos de gradagem da Estação Elevatória 5 de outubro, a partir do exterior, de forma a melhorar as condições de segurança;
- Ligação ao sistema de supervisão do Subsistema de Saneamento de Marinhas das ETAR Antas/Guilheta, ETAR Forjães e Estações Elevatórias associadas para melhor controlo das infraestruturas.

Centro de Exploração da Terra Fria / Terra Quente

- Remodelação geral das unidades de desidratação de lamas da ETAR de Bragança, que incluiu substituição do filtro banda por um de nova geração e de maior mais eficiência, substituição das bombas de lamas ao filtro, da bomba de lavagem do filtro, das tubagens de alimentação ao filtro, do quadro elétrico de comando e da unidade de polieletrólito incluindo bombas. Foi ainda substituído o compressor de ar da sala de desidratação;
- Reconversão do silo de cal da ETAR de Bragança em reservatório, para armazenamento de água tratada e integração no circuito de água de serviço da ETAR, para fazer face à solicitação do novo filtro banda e outros consumos de água da instalação. Alargamento da rede de água de serviço aos vários órgãos de tratamento da ETAR, incluindo a obra de entrada, numa extensão de cerca de 280m;
- Trabalhos de beneficiação diversos na ETAR de Bragança, que comportaram a substituição da tubagem de lamas aos digestores, em aço, por tubagem nova em aço inoxidável AISI 316, atendendo ao desgaste provocado por abrasão da lama, particularmente nas curvas. Instalação de dois novos medidores de caudal, de lamas ao digestor e de lamas ao filtro. Substituição de tampas metálicas corroídas, por tampas novas em fibra de vidro, nos decantadores secundários e estação elevatória de lamas aos espessadores;
- Instalação de conversor e sondas de oxigénio nos tanques de arejamento da ETAR de Mirandela de modo a garantir a monitorização automática do teor de oxigénio nos reatores biológicos e uma gestão mais eficiente do sistema e um menor consumo de energia;
- Beneficiação da área exterior da Estação Elevatória de Frechas do Subsistema de Saneamento do Cachão. Atendendo ao facto de esta estação elevatória estar sujeita a inundações frequentes, que motivam a destruição da vedação, incluindo o portão de acesso, optou-se por alterar a mesma com um sistema que permite a sua rotação, evitando a acumulação dos detritos e a sua deformação/queda, com o fluxo das águas.

Centro de Exploração da Terra Quente / Douro Superior

- Instalação de gradil em diversos locais, onde existia a possibilidade da ocorrência de quedas em altura, nas Estações de Tratamento de Águas Residuais de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Flor;

- Instalação de diversos guarda-corpos nos órgãos das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Flor;
- Instalação de uma escada de acesso ao leito percolador nº1 (existente) na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Torre de Moncorvo;
- Reabilitação e conservação exterior dos quadros elétricos das Estações Elevatórias do Subsistema de Tratamento de Águas Residuais de Vila Nova de Foz Côa;
- Certificação dos reservatórios de ar comprimido das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa.

Atividades de Suporte à Exploração dos Sistemas

A contratação de bens e serviços é uma atividade essencial para suportar os exigentes desafios da exploração dos sistemas, nomeadamente no âmbito da elaboração de peças procedimentais e respetiva tramitação, bem como da gestão dos processos administrativos conducentes à celebração de contratos.

No que se refere a atividades associadas à gestão dos sistemas destacam-se os seguintes pontos:

- Otimização das ferramentas de gestão operacional no pressuposto da sua interligação com as plataformas de contabilidade analítica e de gestão documental, com resultados ao nível dos prazos decorrentes das necessidades aquisitivas e permitindo uma análise integrada ao universo de compras da Direção de Exploração;
- Desenvolvimento contínuo de melhorias da aplicação informática de gestão da operação GERE para efeitos de faturação dos volumes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como a implementação de novas funcionalidades deste software;
- Utilização do software de Gestão de Manutenção AQUAMAN na adequada gestão das atividades de manutenção dos sistemas explorados pelas Águas do Norte;
- Utilização do software AQUAWORKS na Gestão Operacional da Redes Municipais;
- Desenvolvimento das plataformas de monitorização de consumos energéticos - POWVER e consumos de reagentes - REACTE;
- Desenvolvimento dos Planos de Segurança da Água da Águas do Norte, S.A..

As Orientações Estratégicas

As Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Norte, S.A., sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidade de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

As Orientações Estratégicas Específicas

No quadro da missão que lhe está cometida, a Águas do Norte, S.A., deverá prosseguir as seguintes linhas de Orientação Estratégica:

- Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais para o setor da água e do ambiente:
 - ✓ Assegurando a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade
 - ✓ Implementando estratégias que possibilitem assegurar a qualidade, continuidade e equidade no acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, e
 - ✓ Promovendo a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde pública das populações que servimos;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal
 - ✓ Prosseguindo a promoção da eficiência na prestação dos serviços e a implementação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade económica e financeira das operações, e
 - ✓ Promovendo a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes, numa prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Promover a sustentabilidade na utilização de recursos naturais
 - ✓ Desenvolvendo ações que visem a preservação da água, enquanto recurso estratégico essencial à vida e a promoção de soluções integradas para a gestão do ciclo urbano da água,
 - ✓ Contribuindo para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões, e
 - ✓ Contribuindo para a preservação do património natural e ambiental, em harmonia com a requalificação ambiental dos recursos hídricos existentes na região onde se insere;

- Implementar uma estratégia para o desenvolvimento socioeconómico da região
 - ✓ Contribuindo para a qualificação das competências humanas e empresariais regionais na área dos recursos hídricos, nomeadamente através da dinamização do mercado dos prestadores de serviços nas atividades de engenharia, operação e manutenção, e
 - ✓ Desenvolvendo uma estratégia integrada e de parceria de I&D, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- Desenvolver uma cultura de grupo na empresa concessionária do sistema multimunicipal
 - ✓ Implementando uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do grupo empresarial que integra, e
 - ✓ Assegurando uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.

Os Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo AdP. Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

As Políticas

A Águas do Norte, S.A., assumindo o compromisso de contribuir ativamente para a promoção de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do setor da água, para o desenvolvimento sustentado dos serviços de águas, para a gestão dos recursos disponíveis no País e num quadro de respeito integral dos requisitos legais e normativos, compromete-se a antecipar, a avaliar e a promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores e colaboradoras, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Os Princípios do Sistema de Responsabilidade Empresarial

A Águas do Norte, S.A. coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com todas as partes interessadas, implementando uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

Satisfação do Cliente e das outras Partes Interessadas - Manter a satisfação do cliente e das outras Partes Interessadas, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias, com vista à melhoria do serviço público prestado aos consumidores.

Motivação dos/as colaboradores/as - Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e das colaboradoras, através da adequação e atualização de competências, sensibilização, formação e condições de trabalho, fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual e criatividade.

Igualdade de género – Garantir uma política de igualdade de género, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, e de conciliação das obrigações profissionais e familiares, implementando políticas e práticas flexíveis de organização do trabalho, que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional, promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos

e implementar as melhores práticas de promoção da igualdade, como fator de desenvolvimento e um contributo ativo para a evolução das Sociedades.

Eficiência dos Processos - Dotar a região de infraestruturas capazes de garantir a missão da empresa, procurando um constante aperfeiçoamento e inovação em todas as fases e processos, adotando soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa:

- ✓ Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a qualidade, a segurança e a continuidade da prestação do serviço público, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactos ambientais e riscos de segurança, bem como a prevenção da poluição, dos acidentes graves com substâncias perigosas utilizadas, das lesões, dos ferimentos e dos danos para a saúde dos colaboradores e colaboradoras, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da Águas do Norte, S.A. e da comunidade envolvente;
- ✓ Assegurar a disponibilidade de informação e dos recursos necessários ao cumprimento dos objetivos e metas, os quais visam a utilização mais eficiente da energia e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e assegurar a aplicação de critérios de eficiência energética na conceção e aquisição de produtos e serviços, quando economicamente viável;
- ✓ Respeitar integralmente todos os requisitos legais, normativos e outros que a Águas do Norte, S.A. subscreva.

Desenvolvimento Sustentável - Apostar nas vertentes económica, social e ambiental, cumprindo toda a legislação e requisitos aplicáveis, assim como as expectativas das partes interessadas, promovendo um modelo de organização que permita o desenvolvimento sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.

Compromissos Sociais - Cumprir com os requisitos da Norma SA8000, respeitando a liberdade, dignidade e promovendo a valorização dos colaboradores e restantes partes interessadas, não permitindo nenhum tratamento rude ou desumano, recusando o trabalho infantil, valorizando a liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação e a igualdade de oportunidades, promovendo a segurança e a higiene, prevenindo a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde e assegurando o cumprimento da legislação laboral, nomeadamente no que concerne a horários de trabalho e remunerações, assim como o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.

Melhoria Contínua e Inovação - Apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão da Águas do Norte, S.A. nas vertentes de qualidade, ambiente, energia, segurança e responsabilidade social.

Transparência e Comunicação - Adotar uma postura de transparência comunicando e partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento da região em que se insere, a Empresa assume ainda a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

A Política de Sustentabilidade

A Águas do Norte, S.A. tem a Sustentabilidade no seu negócio. É com o compromisso para com as gerações atuais e futuras que desenvolve a sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, contribuindo para a resolução de questões que melhoram a vida das populações.

A administração e os colaboradores da Águas do Norte, S.A. obrigam-se ao exercício de práticas que contribuem para o progresso e bem-estar nas comunidades e para a requalificação ambiental da região, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade ambiental, económica e social.

A Política de Responsabilidade Social

Importa, ainda, referir que no domínio da Responsabilidade Social, a estratégia da Águas do Norte, S.A. assenta em duas vertentes:

- ✓ Uma interna relacionada com a gestão dos recursos humanos, a higiene, a segurança e saúde no trabalho, a gestão da mudança e a gestão do impacto ambiental;
- ✓ Uma externa que envolve a rede das comunidades locais, os clientes e fornecedores, os acionistas e investidores e a gestão ambiental.

Estas duas vertentes interagem e resumem as áreas de atuação social responsável da Empresa, o seu comportamento para com os colaboradores e o ambiente e o seu relacionamento com os fornecedores e clientes e com a comunidade em geral.

Neste contexto, a Águas do Norte, S.A. assume como Compromissos Sociais, o respeito, a liberdade e a promoção da valorização dos colaboradores e das restantes partes interessadas, a recusa do trabalho infantil, a valorização da liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação, a igualdade de oportunidades, a promoção da segurança e higiene no trabalho, a prevenção da ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde, assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.

Assim, alinhados com as Declarações de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a legislação geral e Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) aplicável, comprometemo-nos a implementar os seguintes princípios:

- **Trabalho Infantil** – não utilizar ou apoiar a utilização de trabalho infantil.
- **Trabalho Forçado ou Compulsório** – não se envolver ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório.
- **Saúde e Segurança** – proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e tomar medidas eficazes para prevenir potenciais incidentes à saúde e segurança e lesões ocupacionais ou doenças que decorram ou estejam associadas ao trabalho, minimizar ou eliminar as causas de todos os perigos inerentes ao ambiente do local de trabalho.
- **Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva** – assegurar aos colaboradores e colaboradoras o direito de formar, se associar e organizar sindicatos da sua escolha, negociar coletivamente os seus interesses com a organização, bem como respeitar este direito e informar sobre o mesmo, sem que haja quaisquer consequências negativas ou retaliação pela organização.
- **Discriminação** – Não se envolver ou apoiar a discriminação na contratação ou de contrato de trabalho, remuneração, acesso a formação, promoção, término de contrato ou reforma, com base na raça, origem nacional, territorial ou social, classe social, nascimento, religião, deficiência ou incapacidade, sexo, orientação sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicato, opinião política, idade, patologia ou sintomatologia ou qualquer outra condição que possa estimular a discriminação.
- **Práticas Disciplinares** – Tratar todos os colaboradores e colaboradoras com dignidade e respeito, não se envolvendo ou tolerando a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal das pessoas. Não permitir nenhum tratamento rude ou desumano.
- **Horário de Trabalho**
 - ✓ cumprir com a legislação aplicável, bem como com o contrato coletivo de trabalho, nomeadamente respeitar o tempo de trabalho de uma semana normal, não excedendo as 48 horas,
 - ✓ facultar pelo menos um dia de folga, após seis dias consecutivos de trabalho,
 - ✓ assegurar que todo o trabalho extra seja voluntário, não excedendo as 12 horas por semana e que não tenha carácter regular.
- **Remuneração**
 - ✓ respeitar o direito dos colaboradores e colaboradoras a um salário de subsistência e assegurar que os salários pagos por uma semana normal de trabalho satisfaçam pelo menos os padrões mínimos legais e do contrato coletivo aplicável,
 - ✓ não fazer deduções dos salários por razões disciplinares,
 - ✓ assegurar que a composição dos salários e benefícios dos colaboradores e colaboradoras é detalhada de forma clara e regular, por escrito, em cada período de pagamento e do conhecimento daqueles,
 - ✓ assegurar o pagamento aos colaboradores e colaboradoras em conformidade com a legislação,
 - ✓ remunerar todas as horas extra, conforme definido pela legislação e contrato coletivo de trabalho,

estabelecer contratos de trabalho com vista à estabilidade no trabalho, com condições claras, cumprir os mesmos e dar a conhecer aos trabalhadores direitos e deveres de ambas as partes.

O Enquadramento

A Envoltente

Contexto Macroeconómico¹

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registe uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

O Setor

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indesmentíveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, consequentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID19

¹ Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comités Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

O abastecimento e o saneamento em Portugal²

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
9,7 milhões de habitantes servidos	8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
96% de alojamentos servidos	86% de alojamentos servidos
186 litros: consumo médio diário de água por habitante	8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
Tarifa média ponderada: 0,5519€/m ³	86% de alojamentos servidos com tratamento
Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	1,9 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	Tarifa média ponderada: 0,5393€/m

Dados: RASARP 2021 – ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes

e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;

- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto “Rumo à COP26” agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Regulação

Enquadramento Regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo

ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.

Sistema Multimunicipal

A Águas do Norte, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas em "alta" praticadas são avaliadas pela ERSAR e aprovadas pelo Concedente sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Norte, S.A., as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contratos de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

As tarifas aplicadas na faturação durante o ano de 2021 pela Águas do Norte, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR. Nos termos da legislação, o Concedente aprovou as tarifas a aplicar durante 2021.

O contrato de concessão determina que a rentabilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

O diploma constituinte da agregação e cisão da Águas do Norte, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º 16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Norte, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Tendo por base os DRG brutos, validados pela ERSAR, em 2021, não se verificaram encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados nas contas cerca de 191,1 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes das atividades da Águas do Norte, S.A..

Parcerias Estado-Autarquias

O Sistema de Águas da Região do Noroeste, é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em "baixa", celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A Águas do Norte, S.A. está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em "baixa", nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A Águas do Norte, S.A. opera na base de custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, amortizações do investimento líquidas de subsídios, gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2021, as tarifas aplicadas na faturação pelas Águas do Norte, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR. No entanto, não tendo sido aprovada pela Comissão de Parceria a atualização da tarifa de 2021, a tarifa praticada foi a mesma de 2020, sem qualquer atualização face ao IHPC.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da Águas do Norte, S.A., estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2021, estavam registados cerca de 39,6 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes da atividade do Sistema de Águas da Região do Noroeste. Águas do Norte, S.A.,

Regulação da qualidade do serviço

A Águas do Norte, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

O volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Norte, S.A.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A Águas do Norte, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Águas do Norte, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a Águas do Norte, S.A. implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela Águas do Norte, S.A. são também incluídos no RASARP.

O volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi divulgado pela ERSAR em setembro de 2021.

Em 2021, a Águas do Norte, S.A. continuou a implementar as orientações emitidas pela ERSAR, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).

Regulação da interface com o utilizador

A Águas do Norte, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

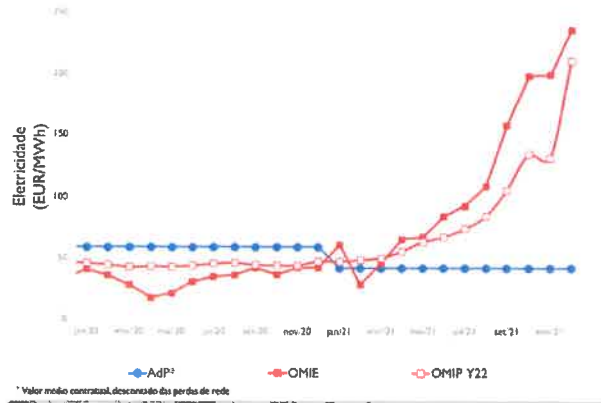
Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a Águas do Norte, S.A. dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Durante o ano de 2021 a taxa de resposta a reclamações recebidas foi 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

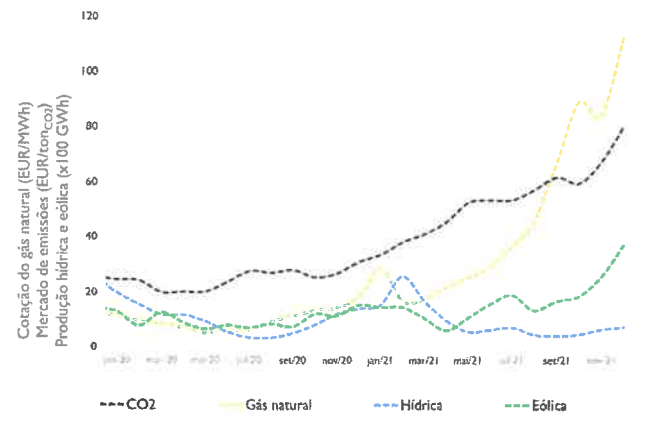
A energia no Grupo AdP

O preço da energia elétrica em Portugal

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO2 (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO2 para as cotações do gás natural e do CO2, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Varição da cotação média da energia elétrica (mercado futuro diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	40,04	44,51	102,3%
Alemanha	40,15	43,67	106,4%
Francia	36,68	46,09	102,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

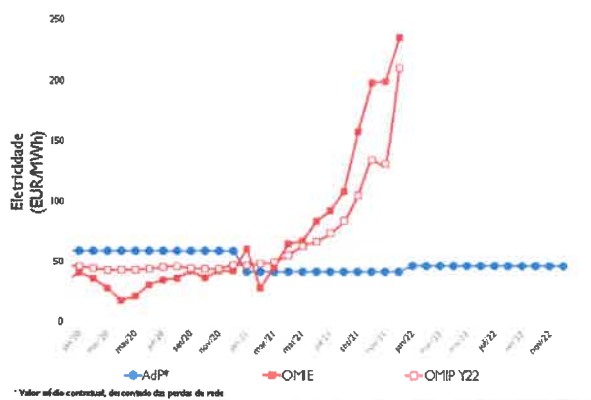
O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com estrangulamentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural

registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.

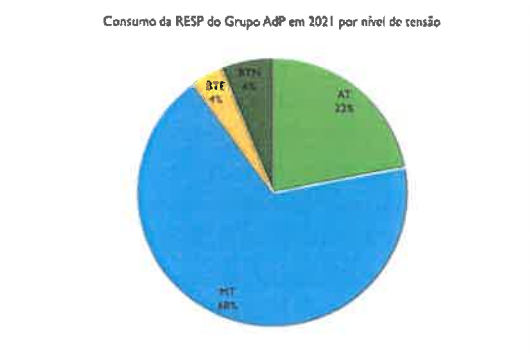


Handwritten notes in blue ink:
 2/
 B
 R
 22
 M
 4

Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+-3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

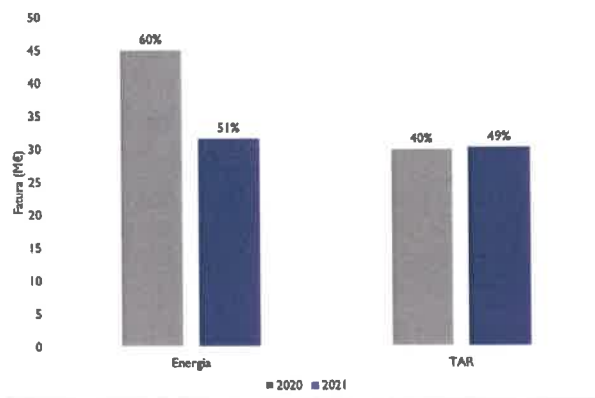
O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento da preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

O Negócio

A Sociedade Águas do Norte, S. A. criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, tem como objeto social a exploração e gestão do:

- Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal (Sistema Multimunicipal), criado nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei;
- Sistema de Águas da Região do Noroeste, (Sistema de Águas) sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento, criado em resultado de parceria estabelecida entre o Estado e municípios celebrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009 de 9 de abril.

Nos pontos seguintes, e por atividade, são identificadas as principais responsabilidades da Sociedade assumidas contratualmente, nomeadamente em termos de construção, gestão e exploração, bem como os critérios para a fixação, revisão e atualização das tarifas aplicadas aos utilizadores.

O Sistema Multimunicipal

O Sistema Multimunicipal, criado pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal integra como utilizadores 63 municípios, dos quais 54 para a atividade de abastecimento de água e 61 para a atividade de tratamento de águas residuais.

A área abrangida pelo Sistema Multimunicipal é de 17.931 km², 19% da área de Portugal continental, e presta serviços de abastecimento de água e/ou de tratamento de águas residuais a 1,3 milhões de habitantes que corresponde a cerca de 13% da população continental.

O conteúdo da concessão (Cláusula 1.ª) compreende:

- ✓ O concedente atribuiu à concessionária, nos termos do presente contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal (adiante designado por sistema), criado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas naquele contrato;
- ✓ A concessionária sucede em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que são extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, incluindo as infraestruturas do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, o contrato de concessão para a exploração e gestão do sistema integrado de despoluição do vale do Ave celebrado com a Tratave – Tratamento de Águas Residuais do Ave, S. A., os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, contratos de gestão dos sistemas municipais que hajam sido celebrados por essas concessionárias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados;
- ✓ O sistema tem a configuração constante do projeto global constante do contrato de concessão, designado por projeto global do sistema, abrangendo a área do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, e pode ter as adaptações técnicas que o seu desenvolvimento aconselhar e pode ser desenvolvido por fases, e as áreas abrangidas pelo projeto global do sistema encontram-se definidas naquele contrato;
- ✓ Nas áreas abrangidas pelo sistema, pode o concedente, com fundamento em razões ponderosas de natureza técnica e ou económica, autorizar a manutenção de sistemas alternativos de abastecimento de água e/ou de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, para utilizadores de áreas geográficas delimitadas, de pequena dimensão, estando o utilizador municipal e/ou o município utilizador obrigado à imediata desativação dos sistemas alternativos logo que ultrapassadas as razões justificativas da sua manutenção.

O objeto da concessão (Cláusula 2.ª) inclui:

- ✓ A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, bem como a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas e o respetivo tratamento e rejeição, que cumpram o disposto no regulamento de exploração relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente;
- ✓ O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:
 - A conceção, a construção, a instalação, a aquisição ou outro meio previsto para a afetação e a extensão, nos termos do projeto global constante do Anexo I, das infraestruturas e instalações necessárias à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público dos utilizadores e à recolha, ao tratamento e à

rejeição dos efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo condutas e coletores, estações elevatórias, estações de tratamento de água para consumo público e estações de tratamento de águas residuais;

- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público dos utilizadores e à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, e os respetivos tratamento e rejeição;

- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;

- O controlo dos parâmetros de qualidade da água fornecida e dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em termos de serviço público (Cláusula 7.ª), a concessão abrange:

- ✓ A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.
- ✓ A concessionária deve garantir durante todo o prazo da concessão o cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do EVEF em vigor, quando aplicável.

A Cláusula 17.ª do contrato de concessão define os critérios para a fixação das tarifas e que passam por:

- ✓ As tarifas são fixadas de forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico e financeiro da concessão, a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos serviços, a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação de gastos e dos ajustamentos de encargos e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão;
- ✓ A fixação das tarifas obedece aos seguintes critérios:
 - Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efetivo do investimento inicial a cargo da concessionária, bem como a amortização do ativo intangível e ativo fixo tangível das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, considerado como investimento inicial, deduzido das participações e dos subsídios a fundo perdido;
 - Assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afetos à concessão;
 - Assegurar a amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão, modernização ou renovação do sistema especificamente incluídos nos planos de investimento autorizados, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
 - Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes das tarifas;
 - Permitir a cobertura dos encargos financeiros anuais decorrentes do modelo de financiamento da concessionária por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avals a prestar a terceiros;
 - Assegurar a recuperação dos desvios de recuperação de gastos existentes ou determinados nas sociedades concessionárias extintas;
 - Assegurar a recuperação dos desvios de recuperação de gastos que se gerarem no âmbito da concessão até ao termo do primeiro subperíodo do terceiro período tarifário;
 - Assegurar a recuperação dos ajustamentos de encargos que se gerarem no âmbito da concessão a partir do segundo subperíodo do terceiro período tarifário;
 - Assegurar a recuperação dos encargos que legalmente impendam sobre a atividade concessionada, nomeadamente os de natureza tributária, os resultantes do funcionamento da entidade reguladora do setor e da comissão de acompanhamento da concessão;

- Assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

Em termos tarifários, o contrato de concessão (Cláusula 18.ª) estabelece que:

- ✓ As tarifas a aplicar aos utilizadores no primeiro e segundo períodos tarifários são as previstas e definidas no contrato de concessão, a preços constantes de 2015, atualizadas para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor;
- ✓ As tarifas a aplicar no terceiro período tarifário são aprovadas pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário devidamente detalhado e justificado quanto aos rendimentos estimados e aos gastos previsionais de exploração, de investimento e financeiros, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos;
- ✓ A entidade reguladora deve pronunciar-se sobre o projeto tarifário referido no número anterior até 30 de setembro;
- ✓ O projeto tarifário quinquenal deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico e financeiros constantes do contrato de concessão, e as tarifas propostas devem permitir a cobertura integral dos gastos das atividades concessionadas, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

O Sistema de Águas

A Águas do Norte, S.A. sucedeu, igualmente, à Águas do Noroeste, S.A., na exploração e gestão do Sistema de Águas, em resultado da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013.

Com esta atividade, a Águas do Norte, S.A. garante de forma regular, contínua e eficiente, a prestação de serviços de água e a construção e/ou renovação das redes em baixa, a mais de 80.000 clientes. A área dos 8 municípios abrangidos pelo Sistema de Águas é de 1.654 km² e a população de 300 mil habitantes, correspondendo a cerca de 3% da população portuguesa.

Em termos contratuais (cláusula 4.ª do contrato de gestão), o Sistema de Águas compreende:

- ✓ Nas áreas territoriais definidas na solução técnica global constituída pelos Anexos ao Contrato de Gestão, os Municípios Parceiros atribuem à Águas do Norte, S.A. (também designado por Entidade Gestora da Parceria ou EGP), em regime de exclusivo, a exploração e a gestão dos serviços de águas, as quais devem ser realizadas pela EGP nos termos do contrato de gestão, do contrato de parceria e da legislação aplicável;
- ✓ Os Municípios não podem praticar quaisquer atos que possam, direta ou indiretamente, prejudicar o direito de exclusivo territorial atribuído à EGP, designadamente a utilização, no âmbito definido na solução técnica global, de captações de água para consumo humano, públicas ou privadas, bem como de sistemas coletivos de disposição de águas residuais domésticas de responsabilidade municipal;
- ✓ O Sistema tem a configuração constante da solução técnica global constante do contrato de gestão, que compreende as infraestruturas a construir e a renovar pela EGP e a ceder pelo Municípios. A solução técnica pode ser objeto de adaptações técnicas durante o período de vigência da Parceria, a efetuar através de revisões quinquenais;
- ✓ Os sistemas municipais que integram o Sistema são constituídos pelas infraestruturas, identificadas nos anexos referidos nos números anteriores, cuja operacionalidade concorre técnica e fisicamente de forma direta para a prestação dos serviços de águas aos utilizadores finais, nelas se incluindo, com a extensão e limites que decorrem dos referidos anexos, os equipamentos e mecanismos a construir pela EGP e funcionalmente afetos ao Sistema.

A exploração e gestão dos serviços (cláusula 5.ª) de águas abrange:

- ✓ A exploração e gestão dos serviços de águas compreende a distribuição de água para consumo público e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais. Compreende ainda a captação e o tratamento de água e o tratamento e rejeição de efluentes nas infraestruturas identificadas, desde que, em qualquer caso, fora do âmbito geográfico definido nos sistemas multimunicipais que os Municípios integrem;

- ✓ O conjunto de infraestruturas referido no contrato pode ser ampliado por acordo entre as Partes, desde que existam razões de interesse público que o justifiquem;
- ✓ A atividade referida no n.º I abrange também:
 - A conceção, o projeto e a construção das infraestruturas necessárias à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema, incluindo a respetiva extensão, reparação, renovação e manutenção, de acordo com as exigências técnicas aplicáveis e nos termos da solução técnica global;
 - A aquisição, a manutenção e a renovação de todas as infraestruturas e instalações necessários à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema;
 - O controlo dos parâmetros de qualidade da água para consumo humano distribuída e ou dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas ou entregues às entidades gestoras em alta, ou, quando aplicável, tratadas, bem como, nesse caso, dos meios recetores em que sejam descarregadas;
- ✓ A atividade referida pode ser efetuada diretamente pela EGP ou por terceiros, sem prejuízo da sua responsabilidade perante os Parceiros, mediante a celebração de contratos de concessão da exploração e da gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema (designada por concessão de centros de exploração), nos termos admitidos pelo Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, desde que obtido o parecer favorável dos Municípios cujas áreas territoriais estejam em causa, através da realização procedimento contratual nos termos do Código dos Contratos Públicos;
- ✓ A EGP pode exercer outras atividades, ainda que materialmente idênticas à atividade relativa à Parceria, de natureza complementar ou acessória, para as quais esteja técnica e funcionalmente habilitada.

Em termos tarifários, os critérios definidos (cláusula 26.ª) são os seguintes:

- ✓ As tarifas a praticar em qualquer dos períodos tarifários correspondem a tarifas necessárias, que se definem como sendo as tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos anuais associados à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da EGP no âmbito das atividades relativas à Parceria, e a qualidade dos serviços;
- ✓ A recuperação anual de todos os gastos devidos com a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema referida no número anterior compreende, para além de outros, o montante correspondente aos valores mínimos garantidos ou às tarifas aplicadas aos caudais de água e efluentes medidos ou estimados devidos pelos Municípios nos termos dos contratos de concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul da área do Grande Porto e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto;
- ✓ O valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais deve ser progressivamente uniformizado até ao termo do período de convergência tarifária, tendo por base os princípios que determinam as trajetórias de convergência definidas no contrato de gestão;
- ✓ O período de convergência tarifária compreende várias fases e tem em conta as áreas territoriais dos Municípios, iniciando-se com a uniformização da estrutura tarifária, e culminando com a igualdade nos valores das tarifas em cada escalão, de acordo com a trajetória das tarifas médias, vertida no contrato de gestão.

As tarifas visam:

- ✓ Assegurar, dentro do prazo de vigência do presente Contrato:
 - A amortização do investimento inicial a cargo da EGP, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido, bem como, nos mesmos termos, a amortização do investimento de renovação, reabilitação e substituição;
 - A amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão ou modernização do Sistema especificamente incluídos nos planos de investimento, deduzido das participações e subsídios a fundo perdido;
- ✓ Assegurar a manutenção, a reparação e a renovação tecnicamente exigida de todas as infraestruturas afetas à Parceria;
- ✓ Assegurar os encargos com as tarifas ou os valores mínimos garantidos às concessionárias dos sistemas multimunicipais de que os Municípios sejam utilizadores;

- ✓ Assegurar os encargos necessários à exploração e à gestão eficiente dos serviços de águas relativos ao Sistema, designadamente os obrigatórios, nos termos da lei ou da regulamentação aplicáveis, e os da prestação dos serviços de administração, gestão e assistência técnica;
- ✓ Assegurar a retribuição aos Municípios;
- ✓ Assegurar uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos por via da presente Parceria;
- ✓ Assegurar o pagamento de prestações pecuniárias aos concessionários dos centros de exploração, quando aplicável e nos termos dos correspondentes contratos;
- ✓ Assegurar a recuperação dos encargos decorrentes do financiamento;
- ✓ Assegurar a recuperação de desvios de recuperação de gastos provenientes do primeiro período tarifário;
- ✓ Os gastos referidos devem incluir a parcela dos gastos comuns às atividades prosseguidas pela EGP, devendo, para esse efeito, ser objeto de adequada imputação a cada uma das atividades, em função da sua afetação.

A estrutura tarifária (Cláusula 25.ª) deve obedecer a:

- ✓ Os tarifários a aplicar pela EGP em cada um dos Municípios devem ter a mesma estrutura tarifária, e sem prejuízo das tarifas devidas pela prestação de serviços auxiliares, a estrutura tarifária compreende o seguinte:
 - Uma componente fixa;
 - Uma componente variável;
- ✓ A componente fixa a que se refere o número anterior corresponde ao valor necessário para, tendencialmente e em função do número de utilizadores, recuperar, em cada exercício, os gastos da EGP associados à disponibilização dos serviços e que não variam em função do número de utilizadores, designadamente os gastos com estrutura, recursos humanos ou investimento;
- ✓ A componente variável corresponde ao valor unitário aplicável em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando recuperar, em cada exercício, os gastos da EGP não recuperados através da componente fixa, incluindo a remuneração devida aos acionistas.

O modo de fixação, atualização e revisão das tarifas (Cláusula 27.ª) compreende:

- ✓ As tarifas aplicadas durante o período de convergência tarifária são as que resultam da aplicação do modelo definido no contrato de gestão e são objeto de atualização anual pela EGP, nos termos do disposto naquele contrato;
- ✓ As tarifas para os subperíodos tarifários subsequentes ao período de convergência tarifária são revistas quinquenalmente, aplicando-se no segundo subperíodo tarifário as tarifas resultantes da primeira revisão quinquenal, e são objeto de atualização anual;
- ✓ No âmbito do processo de revisão quinquenal das tarifas, a EGP procede a uma revisão obrigatória do EVEF em vigor, estabelecendo a trajetória tarifária e os objetivos de gestão do subperíodo tarifário subsequente;
- ✓ Os projetos tarifários quinquenais são submetidos pela EGP à Comissão de Parceria, acompanhados da pronúncia da entidade reguladora sobre a conformidade do tarifário com a regulamentação e legislação em vigor;
- ✓ A Comissão de Parceria só pode rejeitar um projeto tarifário apresentado pela EGP se o mesmo violar regras imperativas de fixação de tarifas previstas no contrato de gestão, no contrato de parceria ou na legislação aplicável.

A Sustentabilidade

A Sustentabilidade é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais. A Águas do Norte tem por missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, está bem ciente da enorme responsabilidade inerente a estas atividades essenciais à qualidade de vida e da saúde das pessoas, ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação do ambiente, contribuindo ao longo das últimas décadas para uma profunda transformação do setor.

No que respeita à promoção dos ODS e ao reforço do compromisso com as pessoas, com a saúde pública e com o ambiente, entre as diferentes iniciativas promovidas nacional e internacionalmente merece especial atenção a adesão do Grupo Águas de Portugal à iniciativa "Joint Statement on the Right to Sanitation", lançada por um conjunto de entidades europeias, com a qual se pretende que a Comissão Europeia introduza disposições legais, na revisão da Diretiva do Tratamento Urbano de Águas Residuais, que garantam o melhor acesso possível a serviços de saneamento para todo o Continente Europeu, em consonância com as disposições de direitos humanos.

O acesso à água, o mais precioso dos recursos, assim como o saneamento, são direitos humanos consagrados pela ONU, apresentando a água e a segurança hídrica um papel central no quadro dos ODS da Agenda 2030, assumindo o ODS 6 "Água e saneamento para todos" uma importância transversal porque "sem água não há vida, é o core do Grupo Águas de Portugal e é para ele que trabalhamos todos os dias.

Não obstante os 17 ODS estarem interligados, a necessidade de água potável e saneamento é transversal à concretização de todos os outros. Importa, pois referir que o ODS 6 - Água Potável e Saneamento, impacta a concretização dos outros ODS, conferindo ao Grupo AdP um papel fundamental e de elevada responsabilidade no caminho dos ODS, em Portugal e além-fronteiras.

Em 2021 a Águas do Norte, S.A., continuou comprometida com o desenvolvimento sustentável. Caminhou com afinco e compromisso no combate às alterações climáticas, apostou forte na economia circular e na inovação e empenhou-se nas políticas sociais rumo ao cumprimento da Agenda 2030.

A estratégia passa pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Promoção da eficiência energética das infraestruturas com redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, onde se inserem medidas de redução de perdas de água e de afluências indevidas às redes de saneamento.
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.
- Maximização da energia produzida para autoconsumo mediante a alteração do padrão de operação, incorporando a produção e armazenamento de energia no core da atividade de abastecimento, saneamento e reutilização, promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência, a digitalização e uma aposta na qualificação dos trabalhadores/as.

2021 foi um ano ainda conturbado, em continuidade do ano anterior e ainda marcado pela Pandemia Covid19. Neste contexto, prosseguimos o nosso caminho mantendo os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço, eficiência e garantia que nunca faltasse água na torneira e que as suas águas residuais fossem tratadas.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP disponível em www.adp.pt.

De forma a enfrentar os grandes desafios societais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, impôs-se uma evolução do paradigma, rumo que assumimos no Quadro Estratégico de

Compromisso (QEC), reflexão estratégica, envolvendo todos os gestores e trabalhadores e trabalhadoras do Grupo, onde sistematizamos a nossa visão para 2030.

Em junho de 2020, o Conselho de Administração da AdP SGPS promoveu o desenvolvimento de uma reflexão estratégica, envolvendo todos os gestores e trabalhadores e trabalhadoras do Grupo, que deu origem ao Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal. O QEC expressa a nossa ambição de uma busca permanente das melhores práticas, visando estabelecer um rumo mobilizador e que permitirá consolidar a nossa visão partilhada e afirmativa, criando valor para todas as partes interessadas. Este quadro estratégico pretende dar resposta à evolução do paradigma e aos grandes desafios sociais relacionados com este setor, reforçando a capacidade de resposta do Grupo à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular e permitindo prosseguir uma utilização mais eficiente dos recursos, os objetivos de melhoria da qualidade da água e dos níveis de atendimento das populações, colocando Portugal entre os melhores desempenhos ambientais da Europa.

Este quadro estratégico vem dar respostas a 12 desafios nas áreas de governação, excelência de serviço e utilidade social e reflete a experiência coletiva de décadas dos verdadeiros especialistas no setor da água, que são os trabalhadores e trabalhadoras do Grupo Águas de Portugal.

Em 2021 o Grupo reviu a estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos neste Quadro Estratégico e os nossos compromissos e metas 2021-2023. Foi um processo transversal e participativo que teve o envolvimento dos principais stakeholders, assim como a mobilização da inteligência coletiva enquanto ativo principal do Grupo.

A Estratégia de Sustentabilidade 2021/2025

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

Os Stakeholders ou as Partes Interessadas

A Águas do Norte, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.



Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Norte, S.A., cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco

A Águas do Norte, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a Águas do Norte, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



H
B
M
DR
E
L

- **Ambiente de Controlo**

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **Avaliação dos Riscos**

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- **Atividades de Controlo**

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas

• Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

• Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na **Águas do Norte, S.A.** foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da **Águas do Norte, S.A.**, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da **Águas do Norte, S.A.** sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na **Águas do Norte, S.A.**, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

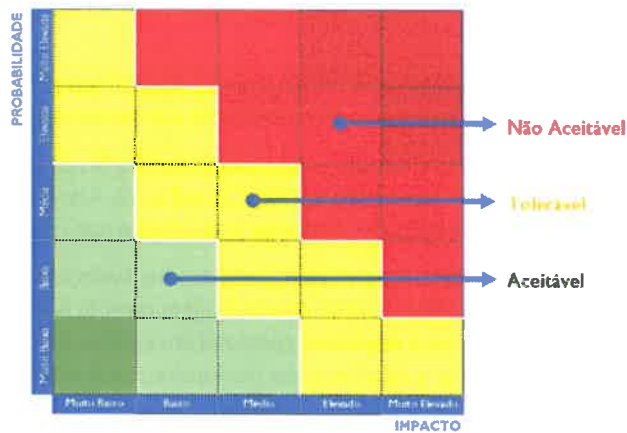
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela **Águas do Norte, S.A.**, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela **Águas do Norte, S.A.** e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a última avaliação do risco efetuada, alguns dos principais riscos a que a **Águas do Norte, S.A.** se encontra exposta, são os seguintes:

- Sustentabilidade financeira - Risco de incapacidade de gerar meios que financiem a operação, que não leve a uma dependência excessiva de clientes-chaves e à incapacidade de recuperação do défice tarifário, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão.
- Relacionamento com municípios - Risco de não atingimento dos objetivos estratégicos da Organização, decorrente da ineficiente gestão do relacionamento com os municípios, originando litígios, consequentes dificuldades operacionais na exploração das infraestruturas e degradação da imagem da Organização.
- Gestão de contratos de Concessão ou Gestão - Risco de não obtenção do retorno expectável ao longo do período de vida do contrato de concessão, decorrente da conjuntura política, económica e financeira do país ou de um inadequado acompanhamento das métricas de gestão definidas para os mesmos.
- Gestão da dispersão geográfica - Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- Catástrofe – Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

Contudo, pese embora o trabalho já desenvolvido em 2021 no âmbito da primeira fase do projeto, tendo a **Águas do Norte, S.A.** dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022. Neste contexto, os riscos acima identificados irão ser objeto de uma atualização em 2022.

RISCO FINANCEIRO

A informação relativa a este ponto deve ser consultada no ponto 2 do Cumprimento das Orientações Legais.

A Atividade Operacional

Impacto Covid-19

Durante o ano de 2021, e à semelhança do que se verificou em 2020, a Águas do Norte, S.A. nunca parou e nunca descuroou a missão que lhe está atribuída de garantir a qualidade e a quantidade dos serviços que presta à população residente nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal em alta, e pela parceria do sistema de águas da região do Noroeste em baixa, apostada em proporcionar uma estrutura direcionada para a eficiência interna e para a melhoria sustentada dos serviços prestados

Neste seguimento, a AdNorte foi confrontada com a necessidade de dar continuidade ao plano de contingência no ano anterior, procedendo a permanentes ajustamentos em resposta à evolução da pandemia.

Assim, a transformação digital assumiu um papel determinante, dada a dispersão geográfica da respetiva concessão, tendo a AdNorte recorrido ao regime de trabalho remoto para um número considerável de colaboradores, mantendo os restantes na linha da frente, aos quais disponibilizou equipamentos e ferramentas informáticas inovadoras para permitir a realização do trabalho remoto e promover a realização de reuniões virtuais.

De acordo com o plano de contingência para a Covid-19, reorganizou equipas, ajustou procedimentos, alterou hábitos de trabalho, reforçou os planos de limpeza e de higienização dos espaços, reforçou os stocks dos produtos, materiais e equipamentos típicos para o desempenho das atividades da empresa e para a proteção das pessoas, e os espaços de atendimento aos clientes, refeitórios e cantina foram alvo de medidas de prevenção e de organização do espaço específico. Estabeleceu ainda um conjunto de regras de cumprimento obrigatório pelos colaboradores e prestadores de serviços.

A aplicação destas medidas gerou efeitos no investimento e nos gastos operacionais, em ambos os sentidos, desagravando sobretudo no que respeita à adoção do trabalho remoto, e agravando no que respeita a novas aquisições de bens e serviços inerentes ao combate da pandemia

Na nota 38. Outros assuntos é apresentado um resumo desses impactos.

Investimento

A Águas do Norte, S.A., no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, realizou cerca de 13,2 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e cerca de 7,0 milhões de euros em outros investimentos.

A Empresa deu igualmente continuidade ao plano de investimentos previstos para o Sistema de Águas da Região do Noroeste, realizando cerca de 5,6 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, e cerca de 1,6 milhões de euros em outros investimentos.

No global, em 2021, a Águas do Norte, S.A. realizou 27,4 milhões de euros de investimento, sendo 18,8 milhões de euros relativo a empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, (dos quais 10,3 milhões em infraestruturas de abastecimento de água) e cerca de 8,6 milhões de euros em outros investimentos.

Investimentos	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos ⁽¹⁾ (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	13 170	7 020	20 190
Sistema de Águas da Região do Noroeste	5 634	1 604	7 238
TOTAL	18 804	8 624	27 428

(1) Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos.

Foram ainda registados 13.380 Euros em investimentos financeiros relativos OIF-Fundo de compensação do Trabalho.

Barragens

Com vista à prossecução da atividade concessionada a Águas do Norte, SA tem necessidade de recorrer à captação de água que é realizada através de furos, captações em rios e em albufeiras, para depois a tratar e distribuir em alta.

Apesar da Águas do Norte, S.A. realizar a captação de água em albufeiras de barragens destinadas a fins múltiplos, sejam predominantemente destinadas à produção de energia elétrica ou destinadas à rega, realiza sobretudo a captação de água para consumo humano em barragens construídas pelos municípios e integradas pelo sistema multimunicipal, destinadas especificamente ao abastecimento de água e sob a gestão da Águas do Norte, SA. e em barragens destinadas a fins múltiplos, mas sob a sua gestão, como é o caso das barragens da Camba e do Sordo.

Assim, a Águas do Norte, SA tem sob a sua gestão as barragens do Arroio, Alvão Cimeira, Alvão Fundeira, Camba, Queimadela, Palameiro, Salgueiral, Sordo e Vale Ferreiros construídas pelos municípios integradas no sistema multimunicipal e ainda as barragens da Ferradosa, Olgas, Pinhão, Pretarouca, Sambade, Vale Torno e Veiguiñas construídas pelo sistema multimunicipal.

Além destas barragens encontra-se em fase muito adiantada de integração a barragem do Azibo, tendo sido publicado a 24 de Outubro o Decreto-Lei n.º 160/2019 que procedeu à designação da Águas do Norte, SA. como a entidade gestora da barragem do Azibo. Está também em avaliação e em curso a proposta de integração pelas Águas do Norte das barragens de Vila Chã e Peneireiro. Mantem-se pendente a integração, prevista no contrato de concessão, das barragens de Serra Serrada, Açude de Gralhas I, Açude de Gralhas II, Açude de Montezinho I, Açude de Montezinho II e Bastelos.

Durante o ano de 2021 foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de garantir o cumprimento legal decorrente do Regulamento de Segurança de Barragens, bem como o cumprimento do preconizado nos Planos e Observação das barragens sob a gestão da AdN.

Está em curso a empreitada PRC_0460/2020_GAE-AA0632 - Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela, a limpeza da câmara de descarga de fundo da Barragem do Sordo bem como está em contratação a execução do projeto de reabilitação das barragens do Alvão (Cimeira e Fundeira).

No âmbito da atividade de acompanhamento e monitorização das barragens sob a responsabilidade da Águas do Norte, S.A., tem vindo a ser dada continuidade a uma estreita colaboração com os departamentos de barragens de betão e de barragens de terra do LNEC que além de lhe estarem legalmente delegadas responsabilidades para as barragens de Classe I, é-lhe também reconhecida capacidade científica na área de que resultam vantagens óbvias para a empresa, tendo-lhe sido desenvolvido e contratado o acompanhamento técnico necessário para o triénio de 2021-2023.

Durante o mês de Março de 2021 foram realizados trabalhos de limpeza e desmatção da barragem de Pretarouca, nomeadamente no perímetro da albufeira, no âmbito do contrato-quadro para a aquisição de serviços de limpeza e o dos terrenos das barragens da Águas do Norte, S.A. (PRC_0323/2020_GAE - 00604).

Está também em curso uma empreitada para o desenvolvimento de ferramenta de gestão das barragens sob a gestão da AdN que garanta a monitorização permanente de um conjunto de grandezas decorrentes da implementação dos respetivos Planos de Observação e outras relacionadas com a sua exploração, bem como a organização de uma plataforma que nos permita registar os dados, garantir os outputs adequados às necessidades não só internas como também a permitir-nos comunicar e alimentar as bases de dados do LNEC e também proporcionar a capacidade de prever comportamentos e garantir previsibilidade.

Durante o ano de 2021 a equipa da GAE-Barragens participou no ENEG 2021 - Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento com a apresentação "Barragem de Pretarouca - Estratégia no âmbito das alterações climáticas" inserida no tema 01 - Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas. Para além disso integrou o projeto galardoado com o prémio Tubo de Ouro no EGEG, como o melhor projeto de adaptação às alterações climáticas com a ESTRATÉGIA NO ÂMBITO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA ÁGUAS DO NORTE - BARRAGEM DE PRETAROUCA.

Tendo em atenção os períodos de seca que se verificaram nos últimos anos hidrológicos e a crescente preocupação com as alterações climáticas e crescente probabilidade da necessidade de fazer face a emergências e situações extremas, reconhece-se a importância e utilidade que a monitorização dos níveis das albufeiras que há largos anos a empresa tem vindo a efetuar, tem tido, pois tem permitido a avaliação contínua das reservas de água existentes, evidenciando todas as situações suscetíveis de ser preocupantes.

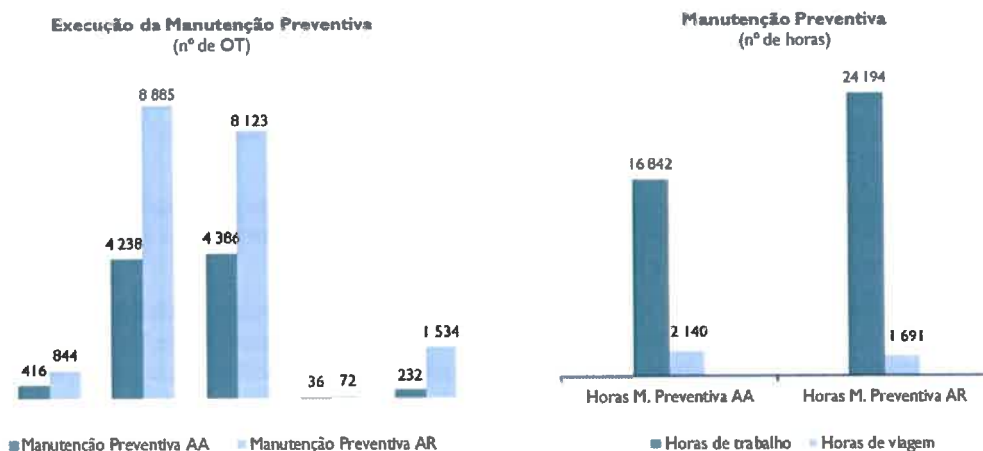
Exploração

Gestão Técnica

Durante o ano de 2021 a atividade desta área visou, para além da monitorização do cumprimento do plano de manutenção preventiva estabelecido, apoiar os responsáveis de manutenção nas suas atividades. Foram registadas 92.196 horas de trabalho pelas equipas de manutenção.

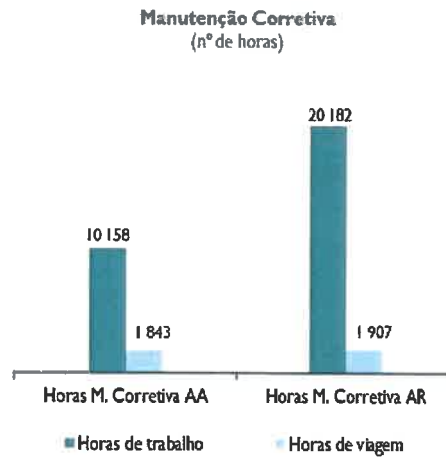
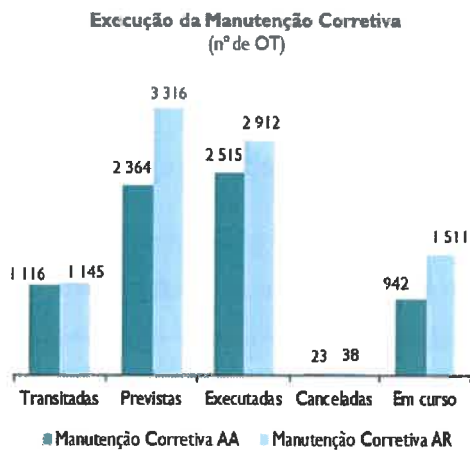
a) Gestão da Manutenção

No que respeita à Manutenção Preventiva, os níveis de cumprimento do Plano da Manutenção atingiram o valor global de 87,6% num total de 12.509 ordens de trabalho realizadas, conforme se ilustra nos gráficos seguintes:



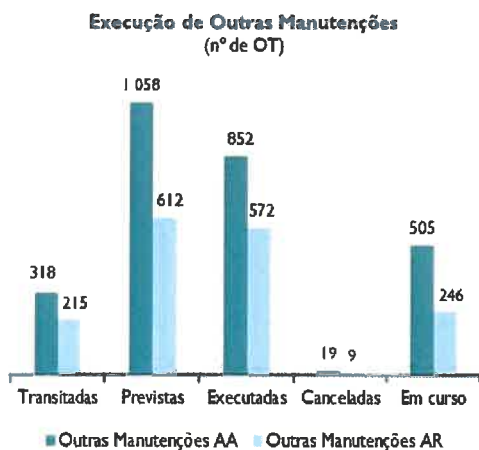
Execução do Plano de Manutenção Preventiva (%)	
Manutenção Preventiva AA	95,0%
Manutenção Preventiva AR	84,1%
Total	87,6%

Em termos de Manutenção Corretiva, a percentagem de realização atingiu 68,9%, num total de 5.427 ordens de trabalho executadas.



Execução do Plano de Manutenção Corretiva (%)	
Manutenção Corretiva AA	72,8%
Manutenção Corretiva AR	65,8%
Total	68,9%

Em Outras Manutenções, onde se incluem as manutenções de melhoria, obras novas e outros trabalhos diversos, a percentagem de realização atingiu 65,5 %, num total de 1.424 Ordens de Trabalho realizadas.



Execução do Plano de Manutenção - Outras Manutenções (%)	
Outras Manutenções AA	62,8%
Outras Manutenções AR	69,9%
Total	65,5%

b) Instrumentação

Durante o ano 2021, esta área assegurou os diversos trabalhos relativos ao parque de instrumentos, quer verificação, manutenção, aquisição e suporte técnico aos nove Centros de Exploração e Sistemas Municipais. Além das solicitações dos Centros de Exploração, também apoiou nos processos geridos pela Direção de Gestão de Ativos e Engenharia, dando suporte técnico nas componentes que lhe dizem respeito.

De entre os diversos trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- Realização das verificações metrológicas em medidores de caudal de faturação de acordo com o previsto no plano de atividades bienal;
- Realização do controlo metrológico em básculas de acordo com o previsto no plano de atividades anual;
- Realização do controlo metrológico em manómetros de acordo com o previsto no plano de atividades anual;
- Realização do controlo metrológico em detetores fixos de gases e detetores portáteis de gases, de acordo com o previsto no plano de atividades anual;
- Realização de campanhas de medição de caudal e pressão para apoio ao cálculo do rendimento dos grupos de bombagem;
- Realização de campanhas de medição e participação nas ações de combate a perdas de águas dos Sistemas Municipais;
- Aquisição de vários equipamentos instrumentação, como medidores de caudal, medidores de nível, medidores de cloro, pH, turvação e condutividade;
- Instalação de medidores de caudal em reservatórios de abastecimento de água de Ponte de Lima e Ponte da Barca;
- Apoio à Área de Compras e Logística na preparação de diversos procedimentos de aquisição de equipamentos de instrumentação.

Gestão de Energia

Durante o ano 2021 a Área de Gestão de Energia teve como principais objetivos implementar toda uma filosofia assente num conceito de Neutralidade Energética, devidamente alinhado com o "ZERO - Neutralidade Energética", programa definido para o grupo AdP. Procurou ainda, a manutenção de todos os seus processos e procedimentos definidos nos anos transatos, desde a criação da Águas do Norte, e tendo como principal meta o contínuo desenvolvimento do Sistema de Gestão de Energia, sempre com o foco na promoção de ações e medidas de inovação, otimização e eficiência energética.

Como principais destaques pode referir-se:

- Implementação do Programa "ZERO – Neutralidade Energética", desenvolvendo-o com base em dois pilares essenciais:
 - a. Pilar da Produção;
 - b. Pilar da Eficiência Energética;

Enquadrados no âmbito do Programa "ZERO", na AdNorte desenvolveram-se os seguintes projetos:

I. Produção:

- Início da instalação de Unidades de Produção Autoconsumo (UPAC) solar na ETA de Areias de Vilar e na ETAR de Terras de Bouro;
- Lançamento de um concurso público para concessão construção de 16 Unidades de Produção Autoconsumo (UPAC) solar, equivalente a 3,2 GWp de potência de produção a instalar;
- Realização de estudo preliminar para potencial eólico em 5 infraestruturas;

- Realização de estudo preliminar para potencial aproveitamento hidroelétrico em 5 locais: conduta água bruta da ETA do Alvão; aproveitamento de excedentes da Barragem de Pretarouca; entrada de água bruta da ETA do Balsemão; entrada de água bruta na ETA do Alvão; e descarga de água tratada da ETAR de Chaves;

- Preparação do processo de concurso de beneficiação da linha de Biogás da ETAR de Vila Real, aumentando a potência de cogeração de 22 kWe para 100 kWe;

II. Eficiência Energética:

- Desenvolvimento de procedimentos de monitorização e análise de eficiência e rendimentos de infraestruturas, nomeadamente sistemas elevatórios e seus equipamentos;

- Adjudicação de 2 projetos baseados na remuneração por desempenho energético para substituição de grupos de elevação na Estação Elevatória de ROM e na Captação do Azibo;

- Preparação de procedimentos para substituição de sistemas de bombagem, com o objetivo de otimização do processo elevação;

Além dos processos específicos anteriormente mencionados, tivemos ainda os seguintes:

- Continuidade dos contratos de manutenção preventiva a Postos de Transformação e Geradores;

- Início da execução e preparação dos seguintes contratos de Manutenção:

- Carregadores de viaturas elétricas;
- Disjuntores MT dos grupos de bombagem da Estação Elevatória 01 de Areias de Vilar;
- Disjuntores MT dos grupos de Bombagem da Estação Elevatória de Casais;
- Variadores Eletrónicos de Velocidade MT da Estação Elevatória de Casais;

- Continuação do processo de monitorização desagregada de informação de energia pelas várias infraestruturas, consideradas maiores consumidoras, para integração dos dados no POWVER;

- Continuidade com o processo de monitorização e manutenção de equipamentos de compensação de energia reativa;

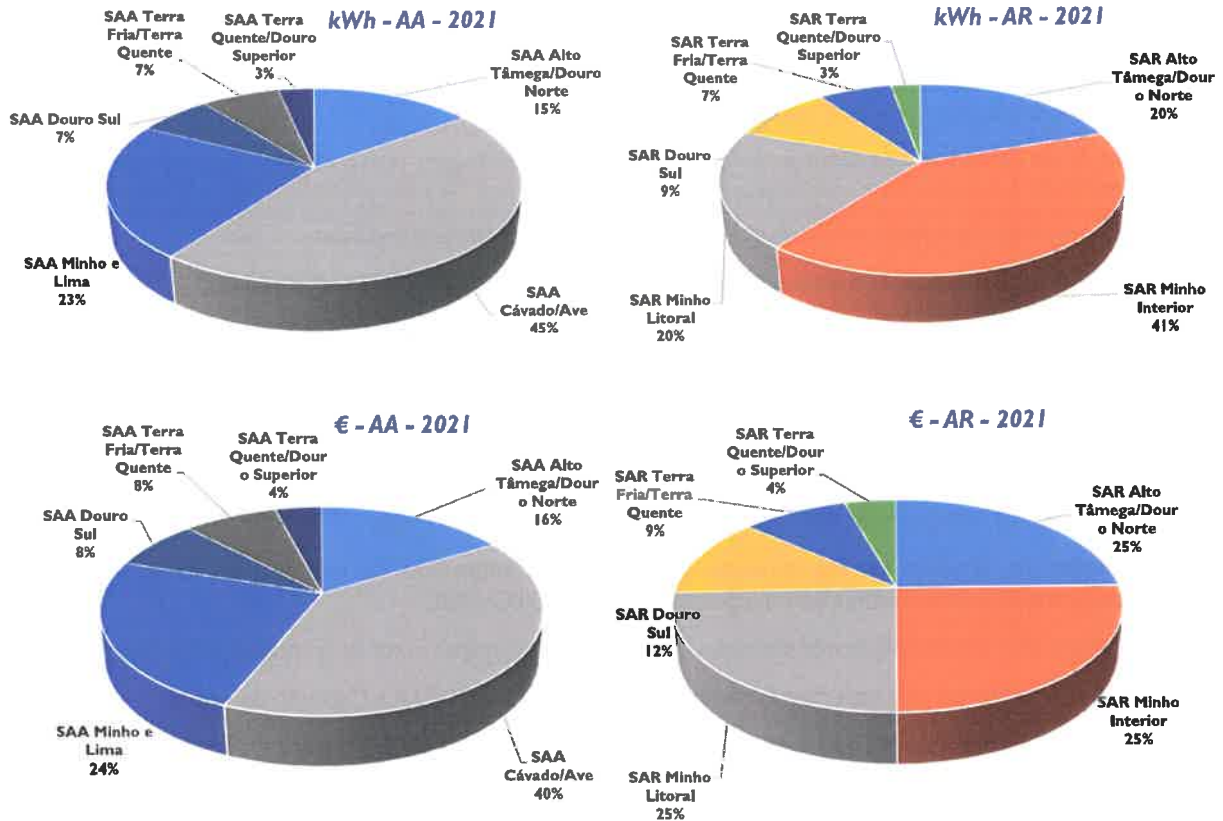
- Obtenção de certificado para mais duas infraestruturas na NP ISO 50001: ETA e Captação do Azibo;

- Alargamento à fronteira da ISO 50001 de mais duas infraestruturas: Captação de Troporiz e ETA de Lapela;

- Manutenção do Certificado em 12 infraestruturas na NP ISO 50001: ETAR de Vila Real; ETA de Areias de Vilar; ETA e Captação do Pinhão; ETA e Captação de S. Jorge; Estação Elevatória de Barradas; Estação Elevatória de Casais, ETA do Vilar; ETA do Alto Rabagão; ETA do Sordo; e ETAR de Serzedo.

Análise aos Consumos

Em termos de consumos globais de energia, verificou-se uma quase total dependência da energia elétrica (> 99%). Para o ano de 2021 o consumo global de energia elétrica foi de cerca de 106 GWh na atividade da "Alta", 2,2 GWh na atividade da "Baixa" e 0,17 GWh em "suporte", representando um custo 8,5 milhões de euros na atividade da "Alta", 396 mil euros na atividade da "Baixa" e 71 mil euros em "suporte".



Todos estes custos e consumos de energia elétrica estão afetos aos 1.667 contratos de compra de energia, 1 em Alta Tensão (AT), 197 em Média Tensão (MT), 79 em Baixa Tensão Normal (BTE) e 1.390 em Baixa Tensão Normal (BTN).

Produção de Energia

A Águas do Norte, S.A. apesar de grande consumidora de energia elétrica dispõe de algumas instalações elétricas que produzem energia elétrica, tanto para autoconsumo como para venda de energia no âmbito da Microprodução e Mini produção, utilizando para o efeito diferentes tecnologias, nomeadamente a Fotovoltaica, Cogeração a Biogás e Hídrica. No ano de 2021 a produção de energia elétrica foi cerca de 4,2 GWh (cogeração 3,3 GWh; solar – 0,7 GWh; hídrica – 0,16 GWh), traduzindo-se num proveito estimado em cerca de 365.000 euros

Sistema de Gestão de Consumidores Intensivos de Energia (SGCIE)

Durante o ano de 2021 foi atualizado todo o processo afeto às seis instalações consideradas como Consumidoras Intensivas de Energia (CIE), registadas no SGCIE, tendo-se efetuado as auditorias e relatórios de acompanhamento legalmente impostos. No caso da ETAR de Vila Real, resultado já de algumas das medidas implementadas para otimização de consumos energéticos, terminado o prazo de implementação do Acordo de Racionalização Energético (ARCE), deixou em 2021 de ser considerada como CIE, fruto de apresentar consumos energéticos anuais inferiores a 500 tep.

Certificação Energética (NP ISO 50001:2012)

Cerca de 46,3 % do consumo total de energia da Águas do Norte incide num total de 14 instalações, que são as prioritárias para a implementação desta norma tendo sido definido o seguinte plano:

- Fase 1 (2017-2018) abrangendo 21% do consumo total

Certificação das instalações - ETA de Areias de Vilar e a ETAR de Vila Real, representando uma instalação na área de negócio tratamento de água e outra na área de negócio de tratamento de águas residuais.

- Fase 2 (2018-2019) abrangendo 45,3% (21% + 24,3%) do consumo total

Alargamento da implementação da Norma a mais 10 instalações: ETA e Captação do Pinhão; ETA e Captação de S. Jorge, Estação Elevatória de Casais, Estação Elevatória de Barradas-Cerite, ETA do Vilar, ETA do Alto Rabagão, ETA do Sordo; e ETAR de Serzedo.

- Fase 3 (2019-2020) abrangendo 47,1% (45,3% + 1,8 %) do consumo total

Alargamento da implementação da Norma a mais 2 instalações: ETA e Captação do Azibo.

- Fase 4 (2021-2022) abrangendo o valor estimado de 52% do consumo total

Alargamento da implementação da Norma a mais 4 instalações: ETA e Captação de Lapela; ETA do Balsemão; e ETA do Rabaçal.

Licenciamento e/ou alimentação de energia elétrica às infraestruturas

Paralelamente a Área de Gestão de Energia tem vindo a dar apoio na gestão de processos de licenciamento e/ou alimentação de energia elétrica às infraestruturas, tanto na atividade em "Alta" como em "Baixa", tendo no ano de 2021 promovido 26 novos processos de ligações de energia elétrica, e concluído 23 processos de ligação à Rede Elétrica de Serviço Público.

Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave (SIDVA)

Para além da gestão corrente dos processos e das atividade constantes de contratos de Outsourcing, destacam-se as seguintes atividades no ano de 2021:

Foi concretizada a interligação aos SCADAS da Tratave permitindo reunir todos os SCADAS do Sistema Multimunicipal. A partir desse momento é possível visualizar o modo de funcionamento e as parametrizações das ETAR da Concessão. A Águas do Norte, S.A. terá um acesso web com perfil de consulta de toda a informação dos SCADAS podendo esta informação ser integrada no NAVIA da Águas do Norte, S.A..Este trabalho de interligação dos SCADAS integra uma auditoria final a realizar por entidade independente, que se prevê ocorrer durante o ano de 2022 de forma a garantir a segurança das redes da Águas do Norte, S.A. e da Tratave.

O grupo de trabalho - PREDAFI - constituído para o desenvolvimento de um Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela, focou-se em 2020 na resolução de alguns pontos críticos nas redes já identificados no Estudo Prévio e no Plano de Ações. Foram trabalhadas 3 situações para resolução urgente no Município de Guimarães. Para o efeito, foram efetuadas várias simulações de modulação hidráulica em cenários diferentes de condições atmosféricas para localização e dimensionamentos de descarregadores de tempestade em locais de grande infiltração, para alívio das águas de infiltração nas redes de saneamento.

A águas do Norte participou em candidatura conjunta com a Tratave e com o LNEC a Projeto ao abrigo do programa LIFE. Aguarda-se o resultado da candidatura. O projeto "LIFE OnCEC" tem como objetivo demonstrar em escala real a eficiência das estratégias de tratamento de águas residuais existentes na redução e mitigação das descargas de produtos farmacêuticos (PhCs), contaminantes químicos de preocupação emergente (PFAS, polifenóis), patógenos (bactérias, vírus, protozoários) e resistência antimicrobiana (bactérias e genes, ARB&ARGs). O projeto também pretende melhorar o desempenho dos processos de desinfecção existentes (MBR, coagulação, Ozono e outros oxidantes, Cloro, UV) e testar novas e melhoradas técnicas (adsorção PAC-AS, ozonização, etc.) em 8 (oito) ETAR representativas do contexto nacionais e da EU, 4 da Águas do Norte, S.A. e 4 da Tratave.

Cientes

No decurso do ano 2021 a Águas do Norte, S.A. deu continuidade ao modelo organizativo implementado no ano anterior, apostado em proporcionar uma estrutura direcionada para a eficiência interna e a melhoria sustentada dos serviços prestados aos Utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.

Nesse sentido, a Direção de Clientes cumpriu com o objetivo de estabelecer a interface da empresa com todos os utilizadores do sistema multimunicipal, quer sejam os parceiros municipais, quer sejam os utilizadores finais, tendo gerido os vários canais de comunicação com estes, garantindo a resposta adequada às solicitações e esclarecimentos apresentados.

A Direção de Clientes divide-se em duas áreas funcionais:

- A Gestão de Clientes, que se constitui como um canal direto de comunicação com os Utilizadores Municipais e Finais do Sistema Multimunicipal, assegurando a coordenação com as diversas áreas da Empresa no que diz respeito aos seus diversos processos: exploração, faturação, cobrança, comunicação e tratamento de reclamações, assim como a identificação e implementação de ações que contribuam para a melhoria dos indicadores económico-financeiros e o aumento da satisfação dos mesmos Utilizadores e de todas as partes interessadas, e
- A Comunicação e Educação Ambiental, com responsabilidade direta na comunicação interna e externa da empresa e no desenvolvimento da estratégia de comunicação e educação ambiental da empresa.

Desta forma, no âmbito da atividade desenvolvida pela Gestão de Clientes no ano de 2021, deverá referir-se a realização de mais de 150 reuniões de trabalho, e de proximidade, com os Utilizadores do Sistema Multimunicipal, tendo sido desenvolvidos variados processos de negociação com alguns Utilizadores Municipais, com o objetivo de não só se proceder à regularização e normalização do relacionamento comercial e financeiro entre as duas partes, como também se formalizar a integração de infraestruturas municipais no Sistema Multimunicipal, com a consequente concretização da ligação ao mesmo por parte de alguns dos seus Utilizadores (Municipais e Finais).

Relativamente aos anos anteriores, deverão ainda destacar-se algumas atividades adicionais que foram desenvolvidas pela Direção de Clientes ao longo do ano 2021, nomeadamente:

- Organização e disponibilização de serviços de apoio aos Utilizadores da Águas do Norte nas atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, tendo existido uma interação com todos os interlocutores que se mostraram interessados para esse efeito. A realização deste tipo de ações está considerada na Política da Responsabilidade Empresarial a que a Águas do Norte se propôs, sendo umas das responsabilidades constantes da Missão, Visão e Estratégia da empresa.
- Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a Direção de Clientes procedeu-se ainda a uma série de ações de dinamização, bem como de avaliação de necessidades, as quais permitirão o desenvolvimento de um modelo técnico e económico subjacente à nova atividade principal e obrigatória atribuída à empresa, e a todas as entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais, através do referido diploma – para Produção de Água para Reutilização (ApR) obtida a partir do tratamento de efluentes nas infraestruturas de tratamento de águas residuais que integram o Sistema Multimunicipal gerido pela Águas do Norte.

De igual modo, dando seguimento à estratégia estabelecida pela Águas do Norte, S.A., para concretizar a redução da dívida por parte de alguns dos Utilizadores Municipais, foram ainda desenvolvidas negociações com vários Utilizadores Municipais, no sentido de que, nos termos da Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2021 e do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, serem eventualmente celebrados acordos de pagamento das respetivas dívidas vencidas com prazos de pagamento mais alargados.

Em consequência dessas negociações, foi possível, em julho de 2021, concretizar-se a celebração de um acordo de regularização de dívida com o Município de Tabuaço, no valor total de cerca de 3,4 milhões de euros.

Por outro lado, na sequência do acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado entre a Águas do Norte e o Município de Caminha no ano de 2020, no ano de 2021 foi igualmente possível concluir-se o processo que permitiu a esta concessionária concretizar a cessão dos respetivos Créditos ao BEI – Banco Europeu de Investimentos, com o consequente adiantamento da totalidade do respetivo valor (cerca de 6,4 milhões de euros) por parte desta entidade bancária.

De referir que o processo de regularização de dívidas iniciado em 2019, permitiu igualmente a resolução e a diminuição de muitos dos processos judiciais que persistiam entre estes municípios ou utilizadores municipais e a Águas do Norte, S.A.,

dando-se assim um passo importante no sentido de se resolverem os processos litigiosos que persistem entre as partes, e de se proceder à normalização do relacionamento institucional entre as partes.

Dando cumprimento à estratégia definida para o ano de 2021, a área de Comunicação e Educação Ambiental planeou e concretizou um conjunto de ações/iniciativas, e respetivos suportes de comunicação, que permitiriam atingir os objetivos propostos no sentido de continuar a apostar numa forte ligação aos Utilizadores do Sistema Multimunicipal, assim como às suas Partes Interessadas.

A Águas do Norte, S.A. é uma empresa reconhecida pelas entidades que constituem o Sistema pelo que é frequentemente solicitada para colaborar nas ações levadas a cabo pelas mesmas, através da presença em exposições, seminários, atribuição de patrocínios, organização de diversos eventos e ações institucionais no âmbito do relacionamento institucional, organização e coordenação de visitas de estudo (Escolas e Universidades) e visitas técnicas às infraestruturas do Sistema Multimunicipal, tendo sido, realizadas 9 visitas, num total de 150 visitantes, durante a vigência do Plano de Contingência face à pandemia COVID-19, que condicionou a realização de visitas às infraestruturas.

No sentido de corporizar a estratégia de comunicação delineada para 2021 a CEA levou a cabo 210 ações de educação ambiental nas Escolas que assim o solicitaram, impactando cerca de 4.500 crianças e jovens, dando desta forma, cumprimento ao Plano de Ações previsto para este ano. Face à pandemia algumas das ações foram efetuadas a distância, de forma digital, tendo nas mesmas participado cerca de 5.800 pessoas, distribuídas por 10 eventos *online*. O somatório de vistas, eventos e ações de educação ambiental permitiram sensibilizar cerca de 10.500 participantes, de 50 dos 66 Municípios que constituem o universo Águas do Norte.

De referir ainda que no âmbito da comunicação interna e institucional foram divulgadas internamente 75 notícias e publicadas externamente 83 notícias, durante o ano em análise. Destacamos ainda a publicação de 18 edições da Newsletter externa - *AdNotícias* e da Newsletter interna - *Águas do Mês*.

Tendo em conta a estratégia de ecoeficiência económica, social e ambiental que norteia a missão da Águas do Norte, S.A. e, por forma a corresponder às necessidades atuais dos Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal, deu-se continuidade à Campanha de Sensibilização Ambiental, com incidência na componente de saneamento, "Não deite tudo por água abaixo", que assentou essencialmente sobre o que não se deve deitar na banca de cozinha e na sanita, por forma a demonstrar junto da população a importância dos serviços de saneamento básico e qual o seu impacto na qualidade de vida das populações, especificamente, na saúde pública, no ambiente, na agricultura e nos solos e na atividade económica.

No âmbito desta Campanha foram desenvolvidas as seguintes peças de comunicação: Anúncios para imprensa escrita, Cartazes A3 e A4, *Roll up*, imagens para *mupis*, imagens para redes sociais, *infomail*, *outdoors* e sinalética para as viaturas que integram a frota da Águas do Norte.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos, de destacar ainda a organização de evento técnico realizado em Vila Real, em parceria com a UTAD, no Dia Mundial do Saneamento para Todos e intitulado de "Saneamento – Atividade Geradora de Recursos". Tratou-se de programa enquadrado na candidatura aprovada pelo Fundo Ambiental, resultando num seminário com grande adesão, tendo ficado definido a repetição do evento com uma periodicidade semestral, dedicado a outros temas centrais e com localização itinerante.

Sustentabilidade Empresarial

Sistema de Responsabilidade Empresarial

O Sistema de Responsabilidade Empresarial é o sistema de gestão que integra todos os sistemas dos vários referenciais normativos: Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia, Ativos, Responsabilidade Social e Investigação, Desenvolvimento e Inovação. Este Sistema de Gestão Integrado cumpre com os requisitos exigidos, permite uma maior fluidez de informação em toda a Organização, melhorando o reconhecimento e a compreensão das responsabilidades e inter-relações organizacionais, aumenta a eficiência operacional e melhora o seu desempenho geral, diminuindo os riscos e tornando claras as responsabilidades. Adicionalmente permite, por meio do uso eficaz de recursos em todos os níveis e funções da Águas do Norte, SA a melhoria do desempenho financeiro através da redução de custos e desperdício.

A certificação do sistema de gestão atesta, junto das partes interessadas, que a Águas do Norte, S.A. cumpre todos os requisitos das normas de referência mais relevantes para o setor, cumpre obrigações e requisitos e permite que a organização reconheça possíveis melhorias em todos os seus parâmetros, destacando riscos e oportunidades, proporcionando uma visão holística de toda a empresa. A certificação confirma que o sistema de gestão é eficaz, robusto e está efetivamente implementado, conduzindo ao cumprimento dos seus objetivos e políticas em matéria de sustentabilidade da Organização.

As principais atividades dinamizadas no âmbito da sustentabilidade empresarial, incluem o desenvolvimento de atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais (ISO 45001) e a promoção de boas práticas ambientais (NP EN ISO 14001) e sociais (SA8000), de modo a cumprir todos os requisitos legais e normativos aplicáveis garantindo condições de trabalho seguras a todos os que trabalham diretamente com a Empresa (Colaboradores e subcontratados) e o desenvolvimento das mesmas com o menor impacto possível no ambiente e em respeito com os compromissos sociais assumidos pela Águas do Norte, S.A.

A atividade da Águas do Norte, S.A. é altamente dependente da energia elétrica e a organização enfrenta o desafio de reduzir os seus custos operacionais por via do aumento da sua eficiência energética. Tendo em conta a natureza estratégica da gestão de energia e os objetivos de eficiência e sustentabilidade que lhe estão implícitos, a certificação do sistema de gestão de energia de acordo com a ISO 50001, permite definir a melhor forma de alcançar a eficiência energética, reduzindo os custos com energia, as emissões de GEE (Gases Efeito Estufa) e outros impactes ambientais, e representa uma prática eficaz de gestão de energia, permitindo a implementação de processos necessários para a redução do consumo, identificar e priorizar as oportunidades, definir objetivos e metas, bem como recursos necessários para os alcançar, recorrendo a uma abordagem sistematizada.

A Águas do Norte, S.A. dando cumprimento ao compromisso assumido manteve a certificação do seu Sistema de Gestão de Ativos, definiu novas metodologias e procedimentos e estabeleceu a política e os processos de planeamento e gestão dos ativos que lhe permitem cumprir os seus objetivos estratégicos. A certificação na Norma ISO 55001 permite que a gestão dos ativos seja efetuada numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos, da otimização dos processos e apoio à tomada de decisão nos investimentos, bem como da melhoria contínua da eficiência do sistema de gestão de ativos e atesta o compromisso da Águas do Norte com a melhoria contínua e com a criação sustentável de valor.

No ano de 2021 destaca-se a conclusão com sucesso da implementação e certificação da Águas do Norte, SA em Investigação, Desenvolvimento e Inovação, de acordo com a Norma NP 4457. Esta norma baseia-se num modelo de inovação, suportado por interfaces e interações entre o conhecimento científico e tecnológico, o conhecimento sobre a organização e o seu funcionamento, e o mercado ou a sociedade em geral. Desde 2020 que a Águas do Norte reconheceu como fator estratégico a implementação de um sistema de gestão de IDI segundo este referencial, tendo como propósito aumentar a eficácia e o desempenho das suas atividades na procura de soluções inovadoras na área de sistemas de água, saneamento de águas residuais e energia, bem como, assegurar uma maior fluidez de informação em toda a empresa, melhorando o reconhecimento e a compreensão das responsabilidades e inter-relações organizacionais

Assim, embora a tecnologia seja um dos resultados fundamentais da investigação e desenvolvimento, a norma não se restringe a essa área, ou seja, destina-se igualmente a inovar não só no plano tecnológico mas também noutros domínios. A inovação é entendida na sua aceção mais abrangente, incluindo novos produtos (bens ou serviços), processos, novos métodos de marketing ou organizacionais.

Para manter a conformidade deste sistema e definir áreas de melhoria, em termos de eficácia e eficiência, a Águas do Norte, S.A. mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas, por entidade independente. Pelo menos uma vez por ano, é realizada uma revisão ao sistema de gestão, onde se analisa o desempenho dos vários processos e se estabelecem novos objetivos e metas.

Águas do Norte em Contexto de Pandemia

Atendendo à situação pandémica a AdNorte, em 2020, implementou um Plano de Contingência colocando prática um conjunto de estratégias que nos permitam uma melhor organização pessoal e profissional.

Em 2021 foi dada continuidade a todas as práticas implementadas nomeadamente no que respeita a iniciativas direta ou indiretamente associadas à pandemia COVID-19.

A gestão destes planos, também desde o primeiro dia e permanentemente, foi e tem sido assegurada pelo Gabinete de Gestão Crise (GGC).

Durante o ano de 2021 foram reforçadas um conjunto de medidas relativamente aos espaços de trabalho, de higienização e limpeza, de proteção, de organização e de funcionamento, entre outras, para a manutenção da continuidade do abastecimento de água e do tratamento das águas residuais, garantindo sempre os padrões de qualidade essenciais à proteção da saúde pública.

Auditorias Realizadas em 2021 e Constatações Associadas

Para avaliar a conformidade e detetar oportunidades de melhoria do Sistema de Gestão a Águas do Norte mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas realizadas por entidades independentes acreditadas pelo IPAC.

O desempenho e a conformidade do Sistema de Gestão são reportados trimestralmente à Administração sendo anualmente realizada a revisão pela gestão onde são estabelecidos objetivos e metas anuais.

Em 2021 foram realizadas as seguintes auditorias:

- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Ativos
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Responsabilidade Social (SGS)
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Ativos
- ✓ Covid-Safe (APCER)
- ✓ Auditoria 2ª Parte - Sistema QAS e RS em Empreitada
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Energia
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Energia
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Ativos

Todas as constatações foram registadas no sistema de apoio ao Sistema de Gestão e são analisadas e tratadas.

Visitas de Controlo Operacional

Encontram-se em vigor na Águas do Norte metodologias de supervisão da implementação e operacionalização das medidas de controlo operacional definidas ao nível da qualidade produto, dos usos significativos de energia, dos aspetos ambientais significativos, dos riscos sociais e dos riscos de SST, de modo a garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos na política da AdNorte.

O método de supervisão estabelecido tem por base a seguinte hierarquia:

- Nível 1 – Auditoria 2ª Parte; Auditoria Interna
- Nível 2 – Visitas de controlo operacional planeadas
- Nível 3 – Visitas de controlo operacional casuísticas

Decorrente da análise do controlo operacional e das atividades desenvolvidas pela AdNorte e por terceiros, são supervisionados os seguintes tipos de atividades:

- 2
- A. Atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas equipas internas da AdNorte;
 - B. *Outsourcing*;
 - C. Prestadores de serviços identificados como críticos nas matrizes de avaliação de riscos de SST, aspetos ambientais, riscos sociais e com impacto nos usos significativos de energia, tais como (lista não exaustiva) empresas de construção civil, de limpeza e vigilância, desmatção, limpeza e desinfecção de reservatórios, manutenção de parque AVAC, manutenção de PT, manutenção de equipamentos, ensaios e provas de ESP, ensaios de equipamentos de elevação de cargas, recolha e transporte de resíduos.
- 3
- 4
- 5

Digitalização Sustentabilidade Empresarial

A Águas do Norte, S.A. coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com todas as partes interessadas, implementando uma estratégia de negócio que assenta em vários princípios, nomeadamente o da transformação digital.

Pretende-se alcançar a maturidade digital catalisando a modernização da Águas do Norte, bem como promovendo a simplificação dos processos, a segurança, a resiliência e a privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação garantindo uma gestão inteligente da tecnologia.

Esta transformação foi pensada de modo a potenciar a produtividade das equipas com tecnologias que facilitem o trabalho do dia-a-dia e desmaterializem processos complexos para processos simples, por forma a impulsionar as capacidades dos colaboradores, economizando tempo e dinheiro.

Os primeiros passos para a transformação digital dos riscos empresariais foram dados no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho, considerando que um dos objetivos estratégicos da AdNorte é do promover a melhoria das condições de segurança nos postos de trabalho, bem como nas áreas relacionadas com a qualidade do produto.

Esta implementação será realizada de uma forma faseada conforme a prioridade de cada uma das temáticas.

Iniciativas

O ano de 2021 foi marcado por iniciativas dedicadas às temáticas relacionadas com Segurança no Trabalho e Ambiente, com especial destaque para aquelas que decorem dos efeitos secundários da situação pandémica que vivemos.

Avaliação dos Riscos Psicossociais

Com o intuito de apoiar os colaboradores na promoção do equilíbrio e bem-estar psicológicos, bem como de encontrar ferramentas de adaptação ao momento coletivo difícil que vivemos e solucionar problemas no âmbito da saúde mental coletiva e individual, considerou-se absolutamente urgente proceder a uma **avaliação transversal dos riscos psicossociais** na AdNorte.

Era fundamental a AdNorte conhecer os riscos psicológicos e sociais existentes na organização e implementar ações concretas para a sua adequada gestão.

Porque o bem-estar dos nossos colaboradores importa, foi realizado um Diagnóstico de Riscos Psicossociais que contou com a participação de 74% (457 colaboradores) dos seus colaboradores.

Será traçado um **Plano de Intervenção** que contemplará ações de promoção de saúde ocupacional customizadas e específicas para cada Direção/Departamento, dando os passos certos para a obtenção do bem-estar organizacional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida em contexto laboral.



Porque o bem-estar dos Nossos colaboradores importa!



DIAGNÓSTICO DE RISCOS PSICOSSOCIAIS

QUEREMOS OUVI-LO!

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Dicas para Comportamentos Saudáveis

A Semana dos 3 S's (Saúde e Segurança, Sempre), iniciativa promovida pelo Departamento de Sustentabilidade Empresarial, desde 2018, que assinala o Dia Mundial de Prevenção e Segurança no Trabalho, a 28 de abril, foi inteiramente dedicada aos colaboradores da AdNorte. A escolha dos colaboradores como público-alvo deveu-se ao facto de, num contexto de disseminação da pandemia COVID-19, ganhar especial relevo esta temática no que representa de esforço, desafios e capacidade de adaptação a nível laboral.

Foi dinamizada uma atividade relacionada com os Riscos Psicossociais, em consonância com a avaliação realizada, através de uma estratégia de *gaming*, em que diariamente, durante uma semana, os colaboradores foram desafiados a explorar e refletir sobre várias dimensões dos Riscos Psicossociais, contribuindo com dicas para fazer face a eventuais problemas. A partilha de estratégias entre pares culminou na atribuição de um "Cabaz Conforto" ao colaborador com a participação mais assídua e completa e na elaboração de um Guia dedicado a Comportamentos Saudáveis, em contexto laboral.



Com esta iniciativa pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar e avaliar estratégias promotoras do bem-estar físico e mental na AdNorte
- Promover temas de âmbito psicossocial
- Reforçar o conhecimento e a partilha de boas práticas entre pares
- Definir e implementar um guia de dicas e estratégias promotoras de bem-estar

Visitas do Médico do Trabalho aos Locais de Trabalho

A vigilância da saúde dos trabalhadores deve ser devidamente contextualizada nas condições reais de trabalho.

A melhoria contínua dos cuidados de saúde do trabalho que se pretende alcançar aponta para a promoção da saúde no local de trabalho, mediante a realização de atividades que favoreçam as práticas de trabalho saudáveis e seguras e estilos de vida saudáveis. Assim, foram programadas visitas periódicas aos locais de trabalho pelo médico do trabalho que realiza as consultas e conhece o historial dos trabalhadores. Em 2021 foram realizadas várias visitas a instalações da AdNorte, sempre com a colaboração dos serviços de segurança da AdNorte. Em resultado destas visitas foram elaborados relatórios que contemplam um conjunto de recomendações com vista à melhoria das condições de trabalho.

A articulação cada vez mais estreita entre os serviços de segurança e os serviços de saúde no trabalho tem resultado na proteção, cada vez mais eficaz, da saúde dos colaboradores da AdNorte, sendo de suma importância as visitas que têm ocorrido e a partilha de informação que estes momentos proporcionam.

AMBIENTE

ApR – Avaliação de risco e Licenciamento

De forma a promover o incremento da circularidade na utilização da água e a melhoria da eficiência hídrica, e para fazer face ao aumento da frequência e intensidade de períodos de secas e de escassez de água, destaca-se o início da elaboração do Plano de Ação para a Reutilização do Grupo AdP que envolve projetos de produção de água para reutilização (ApR).

Numa primeira fase deve ser avaliado o potencial de reutilização – análise da oferta de ApR com os possíveis usos e necessidades. Após esta avaliação o sistema de reutilização deve ser definido, desde a produção, distribuição (rede de recolha, drenagem, elevação e armazenamento) e utilização de ApR.

Na fase seguinte procede-se à avaliação do risco de produção e utilização da ApR, em função dos perigos identificados e da cenarização de exposição dos diversos recetores envolvidos, de acordo com a tipologia de usos em causa, se caracteriza o risco associado ao projeto e as respetivas medidas de gestão para minimização e controlo do mesmo.

Paralelamente a Águas do Norte identificou um conjunto significativo de ETAR com sistemas de reutilização implementados para usos próprios sendo que cerca de 40 ETAR's utilizam a ApR para rega, sendo necessária a avaliação do risco em função dos perigos e da exposição, e as restantes para uso industrial onde se inclui tratamento e limpeza em circuito fechado.

O processo culminará com os pedidos de licenciamento à entidade competente APA.

Campanha “Mitos da Reciclagem”

Ciente da importância da correta separação dos resíduos encaminhados para reciclagem bem como as dúvidas do que acontece aos resíduos depois de colocados nos ecopontos a área de Sustentabilidade levou a cabo em 2021 uma campanha intitulada “Mitos da Reciclagem” com o objetivo de desvendar mitos associados à reciclagem salientando a importância de reciclar e dar dicas de como separar corretamente os resíduos incentivando à implementação da reciclagem nos vários momentos e cenários do dia-a-dia, desde casa ao trabalho.

Meia Hora de Bom Ambiente

É uma campanha que consiste em despende 30 minutos de uma jornada de trabalho dedicados ao Ambiente. O objetivo da área de Sustentabilidade é promover e divulgar práticas relacionadas com gestão de resíduos, utilização eficiente de água e de energia, política de circularidade e ciclo de vida. Em 2021 foram realizadas 7 sessões abrangendo 60 colaboradores.

Comunicação aos trabalhadores

Comissão de Ambiente e Segurança

Em matéria de comunicação com os trabalhadores a área de Sustentabilidade coordenou os trabalhos da Comissão de Ambiente e Segurança, que funciona como interface entre a Administração e os colaboradores relativamente aos temas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. Esta comissão tem uma composição paritária e é constituída por 3 elementos representantes da Administração e 5 Representantes dos Trabalhadores.

A CAS incentiva a participação de todos, a contribuir através da emissão de recomendações, para a minimização dos impactos e ocorrências ambientais, prevenção de riscos profissionais, acidentes de trabalho e doenças profissionais, a promoção da saúde e das condições de trabalho, conduzir avaliações periódicas de segurança ocupacional de forma a avaliar e tratar perigos existentes e potenciais riscos para a segurança e saúde, manter registo das avaliações e das ações corretivas e preventivas, promover a melhoria da gestão ambiental e da segurança e a formação dos trabalhadores.

A CAS solicita e aprecia sugestões dos trabalhadores sobre Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho e identificar melhorias, facilitar a consulta aos trabalhadores, estabelecendo a interface entre a Administração e os demais colaboradores. Durante o ano de 2021 a Comissão reuniu duas vezes.

Equipa de Desempenho Social

A Águas do Norte, S.A. reconhecendo que o diálogo no local trabalho é uma componente crítica da responsabilidade social, constituiu uma Equipa de Desempenho Social (EDS) com vista a estabelecer e facilitar a comunicação entre os

colaboradores e a Administração, de modo a garantir que as preocupações sociais são analisadas e tratadas, assegurando confidencialidade, com base em princípios de justiça social.

A Equipa de Desempenho Social (EDS) possui uma representação balanceada entre os representantes da gestão e os representantes dos trabalhadores para a SA8000.

O mandato dos representantes dos trabalhadores eleitos para a SA8000, que integram a EDS, terminou em março de 2021, pelo que foi promovida nova eleição. O período de eleições decorreu entre 15 a 19 de março, o voto foi eletrónico e a participação foi de 46%. Os três trabalhadores mais votados passaram a ter assento na EDS.

Esta equipa durante o ano de 2021 cinco vezes. As posições emanadas pelos representantes dos colaboradores e restantes membros da Equipa são consultivas e não vinculativas, todavia, a AdNorte compromete-se a valorizá-las tendo em conta a sua importância para o desejável alinhamento entre as iniciativas da empresa com as necessidades e preocupações dos colaboradores.

Incidentes

Melhorar a prevenção de acidentes e doenças no local de trabalho é um dos grandes objetivos transversais para os próximos anos contemplado no Quadro Estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2021-2027.

A nível europeu e, concretamente, em Portugal, continuam a verificar-se elevados índices de sinistralidade laboral que impõem a adoção de medidas que contribuam para a sua diminuição, bem como para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e, simultaneamente, contribuam para o desenvolvimento de empresas mais competitivas.

Importa sensibilizar todos os interlocutores para o número de trabalhadores que ficam gravemente feridos no desempenho das suas funções e para a premência da interiorização, de uma verdadeira "cultura de prevenção" no trabalho, que passe, nomeadamente, pela implementação nos locais de trabalho de sistemas de gestão de segurança e saúde eficazes.

A Área de Sustentabilidade Empresarial de modo a cumprir com os requisitos legais e normativos vigentes, executa a investigação exaustiva de todos os acidentes de trabalho, com a participação de todos os intervenientes (vítimas, testemunhas, chefias, técnicos de segurança, etc) e efetua a análise estatística dos seus fatores chave com o intuito de obter conclusões sobre a evolução da sinistralidade e para que sirvam de base para a implementação de ações de melhoria contínua e de prevenção de lesões.

Em 2021, foram comunicados 29 acidentes de trabalho à seguradora tendo 17 dado origem a incapacidade temporária absoluta.

Ações de Formação / Sensibilização

Em 2021, a Área de Sustentabilidade Empresarial promoveu 177 horas de formação/sensibilização com maior relevância nas ações de Acolhimento e nas temáticas de Segurança e Saúde no Trabalho.

Capacidade de Resposta a Emergências

Com vista a uma adequada capacidade de resposta a emergências, a Águas do Norte, S.A. realiza anualmente diversos tipos de exercícios e de simulacros, cujo objetivo é criar rotinas e treinar os procedimentos e comunicações inerentes a situações de emergência, avaliar o desempenho da resposta e assegurar a participação ativa de todos os intervenientes, nomeadamente no que respeita à segurança no trabalho e à gestão ambiental.

Estes exercícios e simulacros permitem testar procedimentos de nível tático, operacional e estratégico, essenciais ao cabal cumprimento do desempenho das equipas de segurança das instalações da Águas do Norte, S.A., na medida em que permitem a identificação de falhas e constrangimentos com vista à implementação de ações de melhoria.

A Área de Sustentabilidade Empresarial organiza vários exercícios e simulacros, planeados e executados ao nível das infraestruturas, que permitiram o acumular de experiência e conhecimento nesta temática. Face ao período pandémico provocado pela COVID-19, que decorre desde o início de 2020, o número de exercícios realizados foi menor quando comparado com anos anteriores ao período pandémico, de forma a evitar aglomerados de pessoas nas instalações.

Os exercícios realizados em 2021 tiveram como principais objetivos:

- Testar a operacionalidade dos planos de emergência (internos e externos) ou das medidas de autoproteção;
- Criar rotinas e treinar os procedimentos e comunicações inerentes a situações de emergência ou outras situações reais que causam perturbações;
- Avaliar o desempenho da resposta a situações de emergência;
- Assegurar a participação ativa de todos os intervenientes;
- Incrementar nos intervenientes a confiança na sua capacidade de resposta para preservar a vida e enfrentar as situações psicológicas negativas (ex. pânico, rejeição, etc);
- Minimizar os danos, reduzindo os fatores de desconhecimento, de surpresa, e de novidade que são resultados de situações de emergência reais, causadas por diversos fenómenos ou agentes perturbadores.

E foram os seguintes:

- Exercícios online sobre vários tipos de situações de emergência (incêndio, afogamento, fuga de substância química, sismo, derrame de lamas, COVID – 19, explosão, emergência médica - queimadura e desmaio.
- Incêndio e Evacuação (presencial em todas as instalações com mais de 5 colaboradores em permanência)
- Derrame de Lamas na ETAR de Lamego
- Derrame de produto químico na ETA de S. Jorge
- Incêndio e Evacuação na ETA de Areias de Vilar (15-12-2021)
- Derrame de produto químico na ETA de S. Jorge (16-11-2021)

Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas

As alterações climáticas são um dos grandes desafios a ter em conta, uma vez que estes fenómenos climáticos adversos são cada vez mais frequentes.

Foi assim possível criar as bases para uma efetiva adaptação dos diversos subsistemas, integrando medidas flexíveis e a priorização de investimentos que reduzam a vulnerabilidade dos Sistemas.

Sendo as alterações climáticas de carácter evolutivo e com elevada variabilidade, o PEAAC está em constante atualização e evolução.

De referir que se encontram em execução algumas das medidas previstas no PEAAC, estas investimentos vão, por um lado, contribuir para reduzir a vulnerabilidade da empresa às alterações climáticas e, por outro, aumentar a resiliência dos sistemas.

Regulamento Geral Proteção de Dados

Para alinhar a organização com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Águas do Norte, S.A. desenvolveu um Plano de Trabalhos, assente nas melhores práticas conhecidas em sede de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Análise de Riscos, Continuidade de Negócio e Governance, nomeadamente:

- Segurança da Informação (ISO/IEC 27001 e 27002);
- Privacidade e Proteção de Dados (ISO/IEC 29100, 29134 e 29151);
- Controle de Riscos (ISO/IEC 31010) e Continuidade de Negócio (ISO/IEC 22301);
- "Information Technology Management System" (ISO/IEC 20000);
- Recomendações produzidas pelo Grupo de Trabalho do artigo 29.º.

A implementação deste projeto tem como principais objetivos:

- Conhecer a Organização, os seus fluxos de informação, e as ferramentas/tecnologias disponíveis;
- Definir uma estratégia, e uma política, com um plano de investimento adequado, para cobrir o gap identificado;
- Implementar a estratégia e a política, num quadro de integração matricial das áreas relevantes;

Foi criada uma estrutura de acompanhamento, para monitorizar não só a estrutura, como para garantir que a organização dispõe daquilo que é exigido em termos de "accountability" (auditorias regulares, ferramentas e formação).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

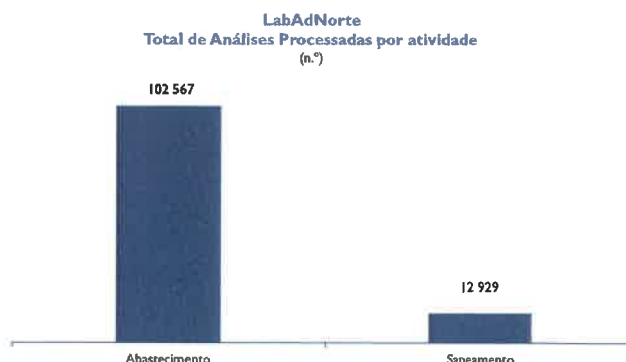
Laboratório

I. Serviços prestados

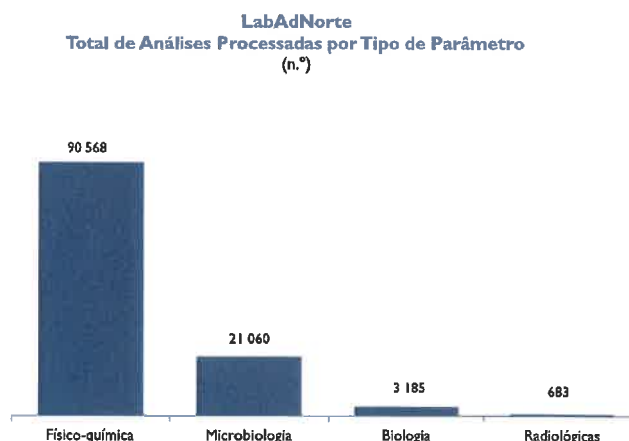
O Laboratório da Águas do Norte, S.A., ao longo do ano 2021, processou um total de 115.496 análises, o que representa um aumento de 6,5% em relação ao ano transato.

Importa referir que os planos analíticos são remetidos anualmente para o Laboratório e o mesmo é apenas responsável pela sua execução. As oscilações relativas ao número total de análises efetuadas na Águas do Norte estão assim diretamente relacionadas com os planos enviados pelo Cliente e o número de análises solicitadas.

Destaca-se o acréscimo de 7.038 análises realizadas no abastecimento face ao ano 2020.

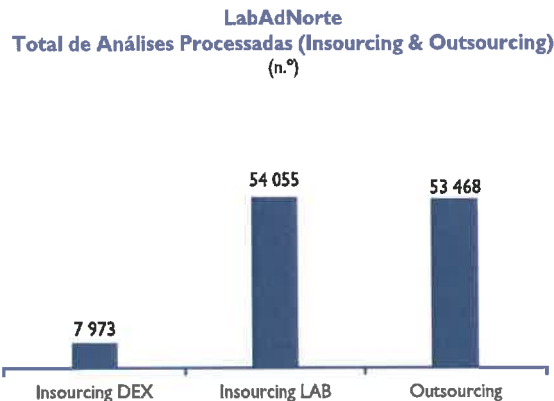


Numa observação mais detalhada, a distribuição do número total de análises processadas em 2021, por tipo de parâmetro, traduz-se da seguinte forma.



O número total de análises (abastecimento e saneamento) processadas, no que concerne a análises realizadas internamente (Insourcing), pelo Laboratório, e a análises realizadas em Laboratórios contratados (Outsourcing) foi de 54.055 e 53.468, respetivamente.

Ainda de salientar, que existe uma parcela de análises de campo cuja realização é da responsabilidade da Direção de Exploração (DEX), fruto da atividade dos seus Técnicos de Colheita Certificados. O número de análises realizadas por essas equipas totaliza 7.973, que em complemento com as análises da responsabilidade do Laboratório resulta num total de 62.028 análises internas realizadas pela Águas do Norte, S.A..



Em 2021 o número de análises realizadas internamente foi superior ao número de análises contratadas, 53,7% e 46,3% respetivamente.

O Laboratório tem como objetivo estratégico o aumento do número de análises processadas internamente. Em linha com esse objetivo, nos últimos anos tem vindo gradualmente a internalizar cada vez mais análises, o que, em 2021, traduziu-se na inversão da ponderação "insourcing/outourcing". O Laboratório processou um maior número de amostras internamente, 54.055, face ao número de amostras contratadas, 53.468.

Adicionalmente aos serviços de controlo analítico prestados ao seu Cliente, o Laboratório manteve a prestação de outros serviços à Direção de Exploração, nomeadamente a preparação e fornecimento de soluções químicas, onde se prepararam 271 litros, e na verificação analítica de equipamentos de campo, com 883 verificações efetuadas.

2. Acreditação

a. Auditoria interna

Durante os meses de junho e julho realizaram-se as auditorias internas ao Laboratório, recorrendo a Auditores devidamente qualificados para o efeito, visando uma adequada preparação para a auditoria IPAC e dando resposta ao previsto na Norma de acreditação.

O Sistema de Gestão e todas as áreas técnicas foram auditadas.

b. Auditoria externa

A Auditoria externa ao Laboratório realizou-se em dezembro de 2021 pela única entidade acreditadora em Portugal, o IPAC – Instituto Português de Acreditação.

Foram incluídos os parâmetros físico-químicos e microbiológicos acreditados, bem como a colheita de amostras, na totalidade dos parâmetros de cumprimento legal, no âmbito do controlo de qualidade da água destinada ao Consumo Humano.

A avaliação contemplou ainda o pedido de extensão a alguns metais dissolvidos pela técnica analítica de ICP-MS e da *Legionella Pneumophila* que irão constar no novo Anexo Técnico em 2022.

3. Participações externas

a. Grupos de trabalho RELACRE

No decorrer do ano o Laboratório manteve-se membro dos Grupos de trabalho da RELACRE, Grupo de Trabalho da Amostragem (GT3), que tem por objetivo a revisão do Guia RELACRE N.º 28 – Amostragem de Águas, e Grupo de Trabalho da Metrologia Química (GT5). No entanto não se registou qualquer atividade relacionada com os dois Grupos de Trabalho.

b. Outras participações

- O Laboratório da Águas do Norte, em estreita colaboração com a RELACRE, organizou o Ensaio de Aptidão de Águas e os Ensaios de Campo em Amostras de Água para Consumo Humano. O evento decorreu nas instalações da Águas do Norte, no dia 15 de junho de 2021, e teve uma elevada adesão contando com a participação de diversas entidades vindas de todos os pontos do país;
- No seguimento das etapas previstas no Projeto COVIDTECT, o Laboratório participou nas reuniões para a avaliação de possíveis técnicas a serem usadas na fase de *Scaleup*;
- No âmbito do Projeto SARSCONTROL, que surge na sequência do Projeto COVIDTECT e teve por objetivo a avaliação da eficiência dos processos de tratamento das instalações na remoção do vírus, a equipa do Laboratório assegurou a logística de colheita e transporte de amostras;
- Em 2021 o Laboratório manteve-se como membro da equipa consultiva do projeto internacional NOR-WATER – Poluentes Emergentes;
- Manteve-se membro da equipa consultiva no âmbito do projeto internacional GLOMICAVE, também integrada pela Direção de Exploração e pela Direção de Sistemas e Tecnologias da Informação;
- Em 2021 a Águas do Norte, S.A. foi convidada pelo Grupo AdP VALOR a integrar o Consórcio da candidatura "HEGEMON" no qual o Laboratório também está representado. O projeto "HEGEMON" tem como objetivo a criação de uma Plataforma de Proteção Híbrida que fornecerá diferentes tipos de ferramentas e metodologias para proteção de infraestruturas críticas contra ataques físicos e cibernéticos, assim como permitirá detetar notícias falsas e campanhas de desinformação.

4. Formação

a. Ministrada

À semelhança dos anos anteriores, o Laboratório ministrou formação no tema "Colheita de amostras e manuseamento de equipamentos de campo" a alguns colaboradores da Direção de Exploração. Esta formação visou a preparação para os exames de certificação de Técnicos de Colheita de Amostras (teórico e prático), promovidos pela RELACRE;

O Sistema de Gestão do Laboratório preconiza que a formação na norma de acreditação é um requisito fundamental para o desempenho de funções no LabAdNorte. No sentido de dar uma resposta a este requisito obrigatório, em abril de 2021 foi ministrada uma formação interna, com a duração de 8 horas, aos colaboradores temporários do Laboratório.

b. Frequentada

No decorrer do ano 2021 alguns elementos da equipa do Laboratório frequentaram as seguintes ações de formação:

- "Formação RGPD" ministrada por entidade externa;
- "Excel intermédio" ministrada por entidade externa;
- "Incertezas na amostragem" ministrada por entidade externa.

5. Outros assuntos de interesse

- O Projeto LabN & GO surgiu da necessidade de se melhorar o processo de expedição e receção de amostras. Tratando-se de um processo moroso e suscetível de erro, desenvolveu-se um conceito que, recorrendo à integração de diversas tecnologias, RFID, LoRaWAN, LIMS e plataforma IoT, permitirá integrar um elevado grau de automatização ao processo e, ao mesmo tempo, melhorar outros processos complementares, como são o caso da gestão de lotes de frascos de colheita e a rastreabilidade de malas térmicas.

O LabN & GO é um projeto no âmbito da Inovação com elevado potencial de aplicação na área laboratorial.

- Certificação de Técnicos de Colheita de Amostras

Os exames de certificação (teórico e prático), promovidos pela RELACRE, decorreram a 15 de junho, na ETA de Areias de Vilar, com o apoio da equipa do Laboratório, envolvendo a certificação de 7 Técnicos Operativos da Direção de Exploração.

Os resultados foram positivos e todos os Técnicos evidenciaram o cumprimento dos requisitos de qualificação definidos nos documentos DDE-CER-001-Ed15 e DDE-CER-013-Ed12 da RELACRE.

6. Revisão pela Gestão do Laboratório

Cumprindo com o preconizado na Norma de acreditação, no final de março foram realizadas as reuniões de Revisão pela Gestão do Laboratório, inicialmente com os Responsáveis Técnicos e na fase final com a Administradora do Pelouro, tendo-se concluído que o sistema implementado se encontrava adequado.

Sistemas e Tecnologias de Informação

Estamos numa era em que as tecnologias e processos que as empresas implementam estão a gerar uma nova forma de gestão da água. Comparável com outras indústrias, a indústria da água também está em posição de fortalecer ainda mais a sua competitividade futura através do uso de automação em redes inteligentes. Aliada à crescente integração das Tecnologias de Informação e de Operação, surgem novas oportunidades para melhor entender os sistemas de gestão da água em termos da sua complexidade e profundidade de rede, assim como ilustrá-los nos processos de produção, alarmística e tomada de decisão.

Neste sentido, a Águas do Norte, S.A. tem vindo a adotar um modelo de transformação digital das suas áreas de negócio, utilizando tecnologias digitais aliadas à inovação organizacional, operacional e de modelo de negócio para criar novas formas de operar e de se relacionar com os clientes. As tecnologias digitais e os novos modelos empresariais e estratégicos que alimentam irão resultar num impacto organizacional significativo na Águas do Norte, S.A.. Estas tecnologias têm tido um papel determinante na evolução da maturidade digital da organização, apoiando no desenvolvimento de uma série de iniciativas focadas na Transformação Digital. O desenvolvimento da atividade da Águas do Norte, S.A. está fortemente dependente das tecnologias de informação e operação, sendo que a sua disponibilidade e adequabilidade são essenciais para o bom desempenho da empresa.

Desde 2019 que a Águas do Norte, tem vindo a investir de forma significativa em sistemas de informação, procurando explorar o potencial da digitalização, adaptando-se à alteração do paradigma tecnológico para dar cumprimento, com qualidade e eficiência, às exigências regulatórias e às expectativas dos nossos clientes.

A pandemia tem posto à prova o modelo preconizado, baseado no digital, e tem permitido dar continuidade ao normal funcionamento dos serviços, que desempenham um papel fundamental na salvaguarda da saúde pública.

Na Águas do Norte já existe um grau elevado de digitalização de processos e, por isso, tem sido possível conjugar a proteção dos colaboradores com altos níveis de qualidade do serviço. O distanciamento físico entre colaboradores foi conseguido graças à telegestão, automatização e gestão de informação, ao teletrabalho e outras práticas correntes na organização, que foram maximizadas em contexto de crise.

O período pandémico veio não só comprovar que o caminho preconizado desde 2019 estava correto, como tem sido um acelerador da transição digital, que continua a ser determinante para a resiliência da empresa. Para fazer face a esses desafios, a Águas do Norte, S.A centrou-se em 2021 em várias dimensões baseadas nos seguintes princípios orientadores:

- a) Melhorar a capacidade resposta aos novos requisitos de negócio;
- b) Promover a consciencialização e envolvimento de todas as áreas na otimização e implementação de sistemas aplicativos de suporte às respetivas atividades, em particular as relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação;
- c) Implementação de um programa de segurança da informação visando a proteção de dados e a melhoria da segurança da informação e dos sistemas industriais de controlo;
- d) Melhoria dos níveis de serviço, entregando serviços na área dos STI eficientes e eficazes, numa perspetiva de qualidade e superação das expectativas;
- e) Garantir a conformidade dos sistemas de informação com os requisitos legais, normativos e contratuais;
- f) Valorização do fator humano nos sistemas de informação, nomeadamente na qualificação, requalificação ou atualização de competências para alinhamento com a evolução tecnológica e inovação;
- g) Otimização e simplificação das suas infraestruturas tecnológicas, nomeadamente através da adoção de projetos de consolidação e de virtualização, assim como procederam à otimização e normalização dos processos.

Do ponto de vista das tecnologias de operação, durante o ano 2021, os esforços foram em grande parte orientadas à integração de novas infraestruturas e à gestão energética. De entre os diversos trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- (i) **Aplicações**
 - ✓ Robotização de Processos para diferentes áreas - SOPHIA
 - ✓ Melhorias Gestão Documental e novas funcionalidades
 - ✓ Desenvolvimentos de novos serviços na intranet
 - ✓ Desenvolvimentos e integrações na plataforma de indicadores (OTIMA, ITELCOM, etc)
 - ✓ Melhorias, integração e reestruturação do Sistema de Gestão da Energia (POWER)
 - ✓ Disponibilização de novas Apps (MyAQUA, Life Guardian, etc)
 - ✓ Disponibilização de uma plataforma com dados laboratoriais (webwater)
 - ✓ Melhorias na solução de gestão da força de trabalho (SisQUAL)
 - ✓ Consolidação dos sistemas de gestão operacional (GERE)
 - ✓ Migração da intranet (OnossoADN)
- (ii) **Tecnologias de Operação**
 - ✓ Finalização do processo de inspeção e cadastro de toda a infraestrutura de Fibra ótica propriedade da Águas do Norte, com uma extensão de mais de 500km
 - ✓ Conclusão do projeto de inspeção das torres de comunicações do Alto Minho e Vale do Ave
 - ✓ Conclusão do processo de modernização sala da supervisão eletrónica WaterSee
 - ✓ Atualização tecnológica de vários sistemas de automação e de aquisição e controlo dos sistemas de saneamento com implementação de modelos de eficiência energética
 - ✓ Melhorias dos Serviços de Telecomunicações para aumentar a resiliência e qualidade dos Sistemas de Exploração da Águas do Norte S.A
 - ✓ Renovação de 50% do parque de Switch na rede de telecomunicações
 - ✓ Atualização dos Sistemas de supervisão automação e controlo dos sistemas adutores - S. Jorge, Lapela, Queimadela, Azibo e Agueiras
 - ✓ Implementação de novas funcionalidades e integração de novos sistemas na plataforma de alertas e notificações (CAN)
 - ✓ Expansão e Consolidação do Sistema de Vídeo Vigilância
 - ✓ Conclusão do projeto de telegestão - SAA – Baixa
 - ✓ Implementação da plataforma piloto IOT
 - ✓ Integração de todos os SCADAS na plataforma do Sistema de Gestão Operacional

(iii) Infraestruturas de Processamento e Cibersegurança

- ✓ Renovação de 25% do parque informático
- ✓ Garantir trabalho remoto a cerca de 300 colaboradores e sala de supervisão
- ✓ Consolidação do projeto de Implementação do Centro de Operações e Segurança
- ✓ Implementação do projeto de migração de todo o parque informático para MS 365
- ✓ Atualização da infraestrutura de processamento do Centro de Dados para a Telegestão
- ✓ Arranque da implementação da solução Network Access Control (NAC)
- ✓ Substituição da solução de antivírus Kaspersky para Windows defender

Procurou-se ainda, ao longo do ano de 2021, servir os interesses das operações, procurando soluções inovadoras, de diferentes tecnologias, que contribuam para a melhoria das comunicações globais, através de produtos e serviços com padrões de elevada qualidade. O objetivo foi prestar serviços de telecomunicações de excelência, com níveis de disponibilidade, em linha com as necessidades da organização.

A Águas do Norte, S.A. tem-se comprometido a proteger a informação gerida por si e à sua salvaguarda, qualquer que seja o seu formato, contra o acesso por pessoas não autorizadas, a garantir que a informação esteja acessível sempre que necessário e que a mesma é confiável e autêntica. Para o efeito, a empresa estabeleceu, implementou, manteve e melhorou, o seu sistema de gestão de segurança, considerando os ativos de informação que detém à sua guarda e responsabilidade, em alinhamento com as várias auditorias realizadas. As atividades realizadas sobre esta temática tiveram assim como objetivo garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas, pela implementação dos controlos necessários, e pela definição clara das responsabilidades, papéis e atividades a realizar.

A transformação digital representa de facto uma oportunidade única para as empresas transformarem o seu negócio, reduzindo custos, sendo mais eficientes na gestão dos seus processos e, portanto, mais produtivas. A Águas do Norte, S.A., implementou a gestão digital num número cada vez maior de processos administrativos. Nos dias de hoje, quando pensamos nos processos administrativos já não os conseguimos imaginar sem o uso de tecnologias de informação e comunicação, seja para o tratamento de informação e gestão documental, seja na prestação de serviços ao cidadão, mesmo quando estes ainda são presenciais. Elas tornaram-se num instrumento essencial para a modernização administrativa, permitindo melhorar a eficiência, integrar e disponibilizar serviços, e antecipar necessidades. São, assim, um motor importante da inovação. Não nos limitamos a desmaterializar os circuitos em papel, foram também automatizadas e robotizadas algumas operações. No entanto, o desafio tornou-se maior e muito mais exigente, e no futuro será necessário procurar respostas mais rápidas e normalizadas, incluindo inteligência artificial, para que possam ser proporcionadas transformações ainda mais profundas, tanto no modo como a administração administrativa se organiza, como no próprio desenho dos serviços que presta aos seus utentes.

A consolidação aplicacional revela-se um procedimento relativamente complexo, mas que a empresa executou ao longo do último ano, e que obrigou à desativação e migração de vários sistemas aplicativos e industriais. A atividade realizada pela DTI centrou-se, ainda, na melhoria de algumas soluções, disponibilizando várias novas funcionalidades.

Consolidar sistemas, criar rotinas inteligentes, normalizar procedimentos, rever processos e implementar redundâncias são medidas organizativas que permitiram ganhos de eficiência e de segurança. Depois de uma fase de normalização da atividade corrente a área da DTI tem objetivo evoluir para uma customização dos serviços prestados.

Explorar o potencial dos sistemas e plataformas tecnológicas reforçará o paradigma de prestação de serviços que se pretendem: "modernos e simples".

Compras e Logística

Introdução

O exercício de 2021, o sexto de atividade da Águas do Norte, foi um ano que do ponto de vista geral foi extremamente positivo para o Departamento de Compras e Logística.

Por um lado, registou-se uma significativa e sensível melhoria em processos que estão a fazer o seu percurso para os patamares de desempenho desejados.

Mas, ainda mais importante, a grande maioria dos processos estabilizou-se já nos níveis necessários para o bom funcionamento da Organização e em alguns casos atingiram-se mesmo os melhores resultados desde que existem registos.

Feito este enquadramento geral, analisam-se nas secções seguintes os principais aspetos e realizações das diversas equipas da CLG.

Gestão Pré-contratual

Decorridos dois anos desde o início da sua atividade, a Área de Gestão Pré-contratual teve como principal objetivo manter o nível de performance registado até à data, com enfoque nas possibilidades de otimização do processo sempre que tal se mostrou possível e necessário.

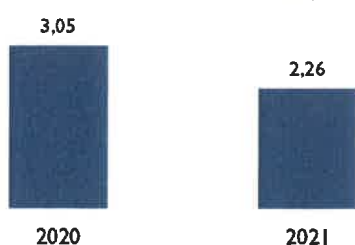
Garantiu, assim, a instrução e condução dos procedimentos pré-contratuais da Organização, entre outras formalidades que decorreram da execução dos contratos públicos então em vigor, procurando cumprir com o planeamento de contratação previsto para 2021. Excetuaram-se da atividade da Equipa a quase totalidade dos procedimentos de contratação de Empreitadas de obras públicas, da Área de Gestão de Ativos e Engenharia, os quais, pela sua especificidade, conjugada com a estratégia atual da empresa, são processos instruídos e conduzidos pela respetiva unidade orgânica.

Assim, a Gestão pré-contratual garante o cumprimento da filosofia de Gestão dos Processos de Contratação Pública plasmado no Manual de Compras aprovado em 2019, assente nos seguintes pilares:

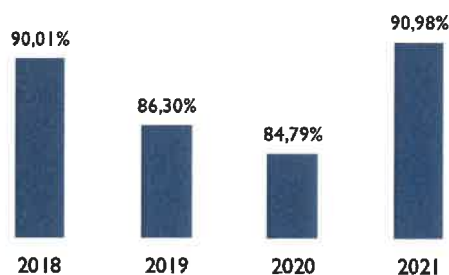
- Planeamento da Contratação da Empresa, centralizando todas as previsões de contratações no Plano Anual de Compras e enviando alertas atempados às Unidades Orgânicas para garantir que o início das rotinas de instrução de Procedimentos ocorre em momento que não comprometa a data em que é necessário ter a contratação concluída;
- Libertação das Unidades Orgânicas da necessidade de terem de conhecer detalhes procedimentais, legais e de boas práticas que se entende que devem ser incorporadas no Processo por uma Equipa especializada nessas matérias, cabendo-lhes apenas assegurar em tempo útil a prestação da informação técnica de suporte à contratação.

Em termos de desempenho, destaca-se o tempo médio de instrução dos Procedimentos de cerca de 2,3 dias face o tempo observado no período homólogo anterior (2020), de 3 dias, o nível de recurso às tipologias de contratação de maior concorrência atingiu o máximo histórico de 93% e o recurso a ajustes diretos simplificados atingiu também o mínimo histórico de 2,82%. Para além destes resultados, o trabalho desta equipa contribuiu de forma decisiva para os resultados, em termos de tempo de tramitação, que serão reportados na secção dedicada à Área de Compras.

Tempo médio de preparação dos Procedimentos (nº dias)



% de Concursos Públicos e Similares



Este registo classifica-se como muito positivo e que responde às necessidades reais da Organização em matéria de Contratação Pública, nas quais se incluem as não previstas no planeamento.

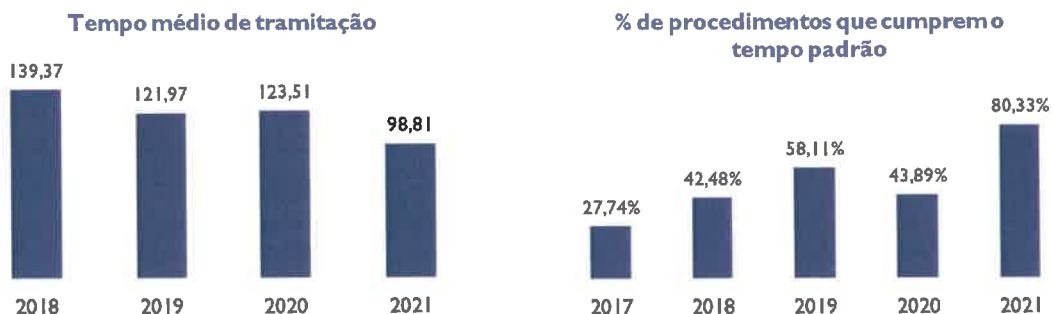
Compras

Mesmo no contexto de complexidade imposto pela pandemia, a área de Compras manteve-se sempre firme na concretização dos objetivos estabelecidos para o exercício que eram os de manter a generalidade dos níveis de performance registados no ano anterior, continuar a otimizar o processo, melhorar o indicador de cumprimento do prazo padrão da tramitação apurado no ano anterior e recuperar o processo de fecho de contratos.

No final do ano foi possível atingir a generalidade destes objetivos, como resulta dos seguintes indicadores:

- desempenho acima de 90% nos indicadores "Cumprimento de tempos padrão de tramitação", "Cumprimento de tempos padrão de pareceres" e "Cumprimentos de tempos padrão de análise de faturas";
- tempo médio de criação de documentos de compra resultantes de Informações Internas de 0,5 dias;
- tempo médio de criação de pedidos de compra em ajuste direto simplificado, que carece de pesquisa de mercado, abaixo dos 15 dias fixados como o prazo padrão ideal;
- solicitação às Áreas Requisitantes de 100% dos fechos de contratos que terminaram entre 2015 e 2018;
- tramitação via plataforma ou email de 274 procedimentos.

Estes resultados muito positivos, que espelham o esforço e trabalho de Equipa, permitiram que, em conjunto com o desempenho das restantes Unidades Orgânicas que intervêm no processo com particular destaque para a Equipa de Gestão Pré-contratual, se conseguissem resultados históricos em indicadores como a percentagem de procedimentos que cumprem o prazo padrão e tempo médio de tramitação, tendo este último pela primeira vez sido inferior a 4 meses.



Estes resultados serão agora o alicerce para os novos desafios a enfrentar durante o ano de 2022, de entre os quais se destaca uma nova abordagem ao processo de fecho de contratos.

Armazéns

Previa-se que 2021 permitisse estabilizar o normal funcionamento presencial da equipa da área de Armazéns e a recuperação dos atrasos verificados na entrega de reservas.

Ainda assim, apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia COVID19, foi possível melhorar significativamente o indicador de referência desta Área e atingir o objetivo proposto de reduzir a percentagem de reservas com mais de 90 dias para menos de 45%, concluindo-se o ano com 43,29%. Este valor compara com os 82% que se verificavam em dezembro de 2020.

Importa referir que apesar de este ser já um bom resultado, ficou aquém do que se poderia atingir dado que houve a necessidade de manter um foco particular na satisfação de reservas do grupo de materiais referentes a segurança (EPIs e materiais Covid), que num cenário em que houvesse menor número de reservas desta tipologia teria permitido uma melhor recuperação nos restantes grupos.

A par da recuperação da satisfação de reservas, continuaram em curso os trabalhos de mapeamento e inventariação do Armazém de Areias de Vilar, sendo que aproximadamente 80% dos itens movimentados ao longo do ano têm já localização configurada em SAP.

No que diz respeito ao projeto “Nós Vamos Lá!!!”, implementado em 2020, manteve-se em funcionamento ao longo de todo o ano, apesar dos constrangimentos da Equipa. Não foi, no entanto, possível alargá-lo a outras zonas da área de concessão como se pretendia.

Estes bons resultados foram fruto do grande envolvimento e empenho de todos os elementos da Equipa: seniores, juniores e chefias que acompanharam sempre a Equipa no terreno.

Apesar da grande recuperação realizada, continuam em curso os esforços no sentido de se conseguir a determinação de stocks mínimos, a conclusão do mapeamento do Armazém de Areias de Vilar e a recuperação total do atraso na satisfação de reservas. Espera-se que durante 2022, com a consolidação da uniformização do processo de entregas nos diversos armazéns e outras medidas de otimização do processo, seja possível, finalmente, concretizar estas metas..

Conclusão

Estes resultados colocam ao Departamento de Compras e Logística dois tipos de objetivos para 2022. Desde logo o objetivo de concluir a estabilização de alguns processos que ainda precisam de melhoria, designadamente no que concerne a entrega de reservas em armazém e ao de fecho de contratos. Nos restantes processos, continuar a percorrer os caminhos de melhoria contínua, otimização e superação para poder trazer mais valias de serviço às restantes Unidades Orgânicas da Empresa e contribuir para o cumprimento da Missão Global da Águas do Norte.

Gestão do Capital Humano

Dotação e Movimentação

Em 31 de dezembro de 2021, a equipa da Águas do Norte, S.A. era constituída por 602 Colaboradores/as em efetividade de funções, aos quais devem ser acrescidos os membros de Órgãos Sociais e 5 Colaboradores/as com vínculo suspenso por cedência ocasional a outras empresas do Grupo Águas de Portugal.

Assim, a equipa de Colaboradores/as da Águas do Norte, S.A. em efetividade, apresentou a seguinte evolução:

Colaboradores	Ano 2021
N.º de Colaboradores no início do exercício	591
N.º de Admissões	29
N.º de Saídas	18
N.º de Colaboradores no final do exercício	602

Admissões

Durante o exercício de 2021, a Águas do Norte, S.A. registou 11 admissões, em conformidade com o previsto no PAO 2021, devidamente aprovado pelas tutelas, Sectorial e Financeira:

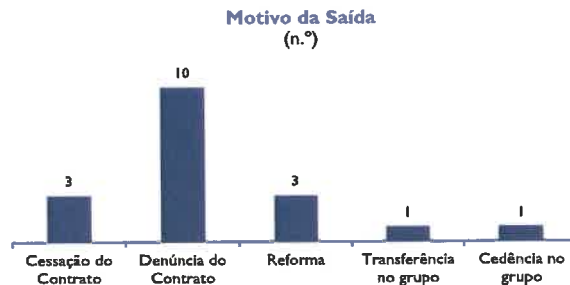
1. Integração de 9 Colaboradores para o Subsistema do Alvão através da Cedência de Interesse Público do Município de Vila Real à Águas do Norte S.A..
2. Admissão de 2 Colaboradores para o Subsistema da Lapela Contratação direta da Águas do Norte, S.A..

A estas admissões acresce ainda a reposição de 18 Colaboradores/as que saíram.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Saídas

Durante o ano 2021 registaram-se 18 cessações de contrato com a Águas do Norte, S.A., por vários motivos, sendo a saída por denúncia do contrato, cessação do contrato e reforma as razões maioritárias para a desvinculação:



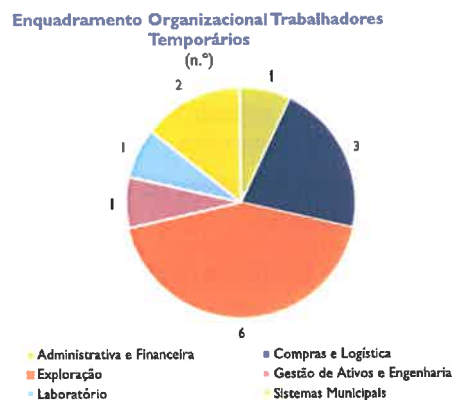
Trabalho Temporário

Com o propósito de assegurar o dimensionamento das equipas de trabalho da Águas do Norte, S.A. considerado mínimo e adequado para resposta às regulares necessidades de serviço, a Águas do Norte, S.A. recorreu à contratação de serviços de utilização de trabalho temporário para colmatar necessidades urgentes nas suas diversas áreas de atividade.



No final de 2021, 14 trabalhadores/as temporários/as (11 homens e 3 mulheres) prestavam atividade nas equipas da Águas do Norte, S.A., que se traduz num rácio de 2,3% para o número de Colaboradores/as com contrato direto com a Águas do Norte, S.A..

Os trabalhadores temporários apresentam a seguinte distribuição por unidade organizacional, destacando-se o peso na Exploração com 43% destes recursos:



Distribuição por Atividades

Final do exercício

No final do exercício de 2021, a equipa de Colaboradores apresentava a seguinte distribuição por atividade da Empresa:

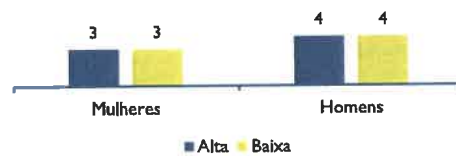
Colaboradores	Ano 2021
N.º de Colaboradores no final do exercício	602
N.º de Colaboradores afetos à atividade em ALTA	507
	Admissões 26
	Saídas 15
N.º de Colaboradores afetos à atividade em BAIXA	84
	Admissões 3
	Saídas 3

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Trabalho Temporário

A contratação de serviços de trabalho temporário foi efetuada de modo autónomo para as atividades de *alta* e *baixa*, e no final do ano 2021 o contingente de trabalhadores temporários apresentava a seguinte distribuição:

Trabalhadores Temporários (n.º)

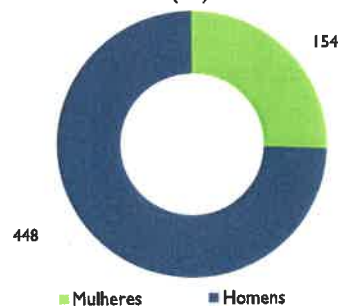


Caraterização da Equipa

Distribuição por Género

A distribuição por género demonstra uma preponderância do sexo masculino com 74% dos Colaboradores da Empresa relativamente ao sexo feminino que conta com 26%.

Distribuição por Género (n.º)



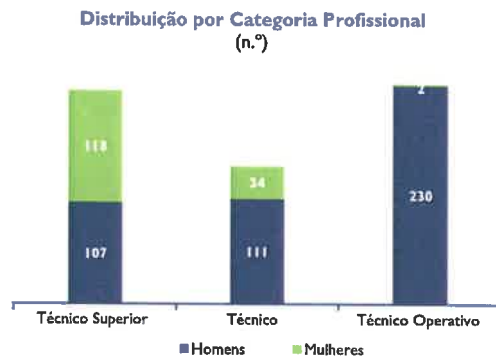
Esta diferença resulta, principalmente, do predomínio de Colaboradores do género masculino em funções operacionais. Todavia, esse facto não resulta da adoção pela Águas do Norte, S.A. de quaisquer práticas discriminatórias, antes do facto de, nos processos de recrutamento encetados para funções operacionais, o número de candidatos do género masculino ser esmagadoramente superior ao número de candidatos do género feminino.

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A., promoverá, divulgará internamente e disponibilizará, no sítio da Internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de remunerações.

Entre a população ativa, a Águas do Norte S.A. conta com 9 pessoas com deficiência e 5 pessoas de outras nacionalidades.

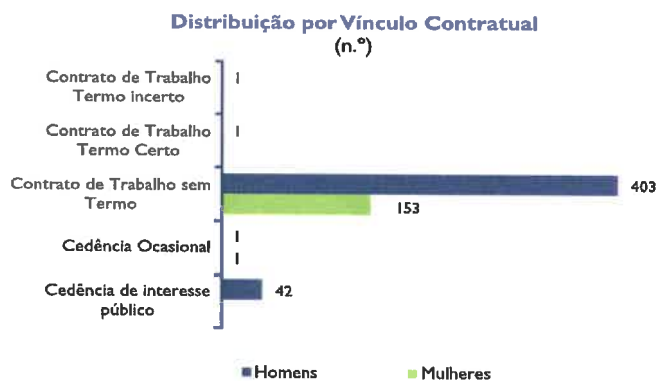
Distribuição por Categoria Profissional

Dos 602 Colaboradores que constituem a equipa de recursos humanos da Águas do Norte, S.A., 37% desempenham funções associadas à carreira Técnica Superior, 24 % desempenham funções associadas à carreira Técnica e 39% desempenham funções associadas à carreira Técnica Operativa.



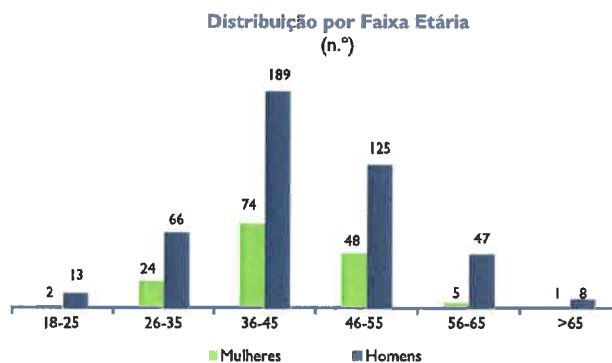
Distribuição por Vínculo Contratual

A equipa de recursos humanos da Empresa está contratada, maioritariamente, através de contrato de trabalho sem termo. De entre os/as 602 Colaboradores/as da Empresa, 556 colaboram no âmbito de contratos de trabalho sem termo, 1 colabora com contrato de trabalho a termo certo, 1 colabora com contrato a termo incerto, 2 colaboram em cedência ocasional e 42 encontram-se em cedência de interesse público.



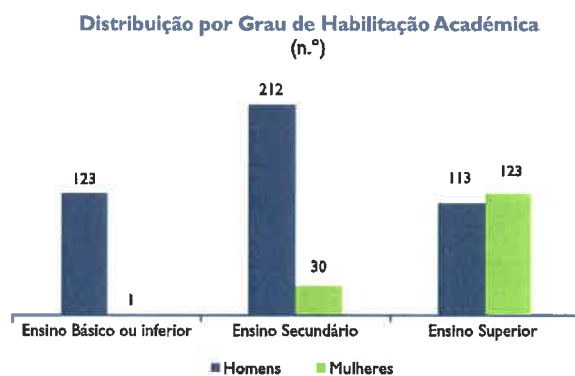
Distribuição por Faixa Etária

Analisando o perfil etário, verifica-se que a média de idades dos Colaboradores da Águas do Norte, S.A. em 31 de dezembro de 2021 é de 44 anos, com a seguinte distribuição por escalão etário:



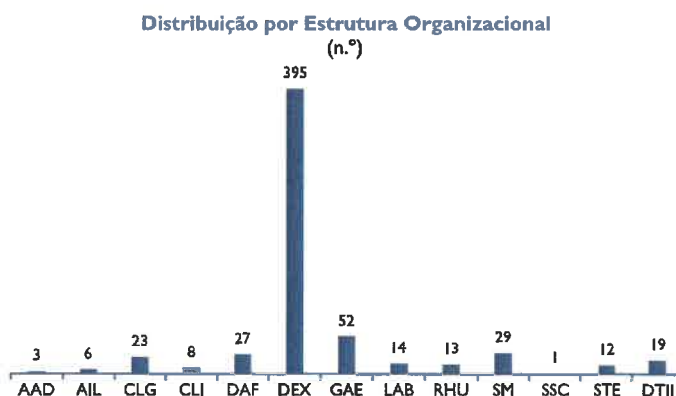
Distribuição por Grau de Habilitação Académica

No que concerne às habilitações literárias, constata-se que 39% dos Colaboradores concluíram o ensino superior universitário ou politécnico, 40% finalizaram o ensino secundário e 21% terminaram o ensino básico.



Distribuição por Estrutura Organizacional

O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos 602 Colaboradores pelas unidades funcionais da estrutura organizacional, demonstrando que a Direção de Exploração inclui 66% dos recursos humanos da Empresa:



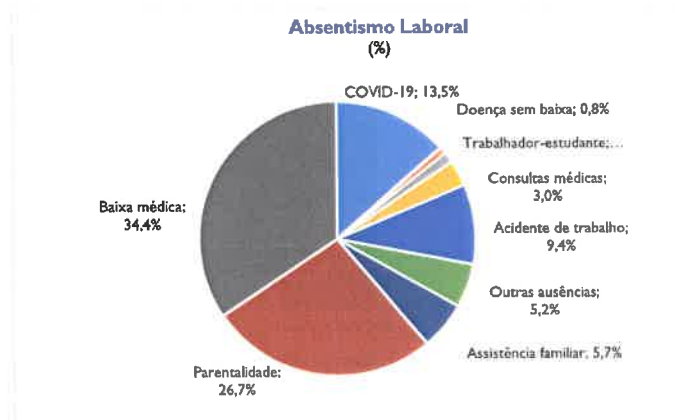
Outra Informação Relevante

Absentismo Laboral

A taxa de absentismo verificada durante o ano de 2021 situou-se nos 5,51 %, ligeiramente acima da taxa de absentismo apresentada em 2020 que se situou nos 4,57%, com a seguinte distribuição por mês, mostrando, todavia, uma redução no final do ano:



A distribuição do absentismo por motivo apresenta-se da seguinte forma:



As ausências por baixa médica têm um impacto muito significativo no absentismo dos/as Colaboradores/as, correspondendo a cerca de 56,7 % do total do absentismo, pelo que a Águas do Norte, S.A. implementou ações de verificação de baixas médicas, nos termos previstos pela segurança social. Para garantir apoio a situações de ausência prolongada por baixa médica, em situação de fragilidade económica do Colaborador, a Águas do Norte, S.A. assegura o pagamento de complemento de vencimento que garanta o rendimento mensal habitual do/a Colaborador/a.

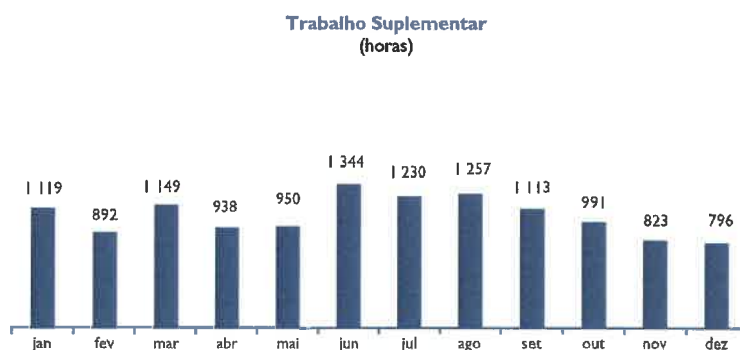
Por outro lado, as ausências associadas ao regime de parentalidade, correspondendo a 14,3 % de não presença com elevado impacto nas rotinas de serviço, são positivamente encaradas pela Águas do Norte, S.A., tanto mais que a empresa atribui, nos termos a indicar mais adiante, um cabaz de oferta para felicitar todos/as os/as Colaboradores/as aquando do nascimento de mais um filho.

Trabalho Suplementar

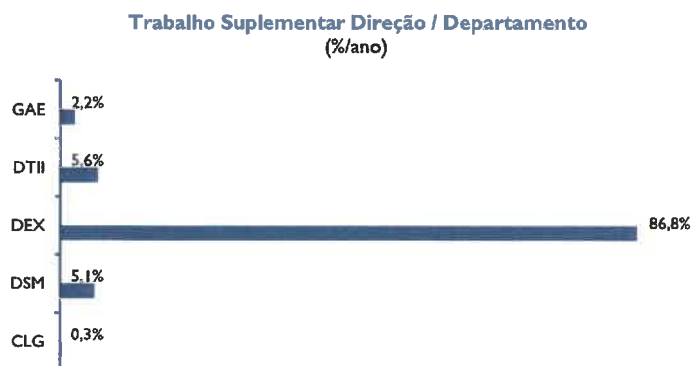
O ano de 2021 permitiu concluir que a AdNorte diminuiu, face a 2020, o volume de trabalho suplementar em cerca de 23%, num total de -3.801 horas, tendo-se verificado a seguinte evolução:



O recurso ao regime de trabalho suplementar tem maior incidência nos meses de verão, nomeadamente associado à gestão do saneamento para proteção das zonas balneares, à gestão de abastecimento no difícil equilíbrio entre maiores consumos e menores volumes disponíveis e para minimização do impacto da redução das equipas de trabalho em período de férias. Apresenta-se a evolução mensal:



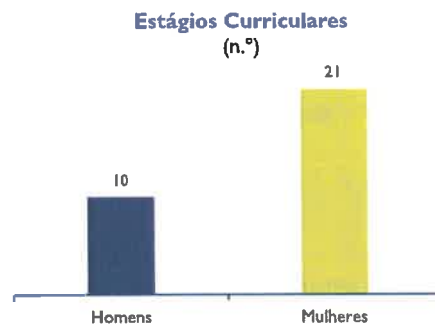
Naturalmente, a ocorrência do trabalho suplementar tem maior destaque na Direção de Exploração, conforme se apresenta no gráfico seguinte:



A prestação de trabalho suplementar foi remunerada nos termos da lei e conferiu aos respetivos Colaboradores, sempre que aplicável, o direito ao gozo do correspondente descanso compensatório remunerado.

Estágios de Formação Escolar e Profissional

Durante o ano de 2021 foi promovida a realização de estágios para complemento de formação escolar e profissional dos candidatos e realização de projetos de melhoria e desenvolvimento de grande utilidade para a Águas do Norte, S.A. Em 2021, realizaram-se 31 estágios curriculares na Águas do Norte, S.A. com a seguinte distribuição:

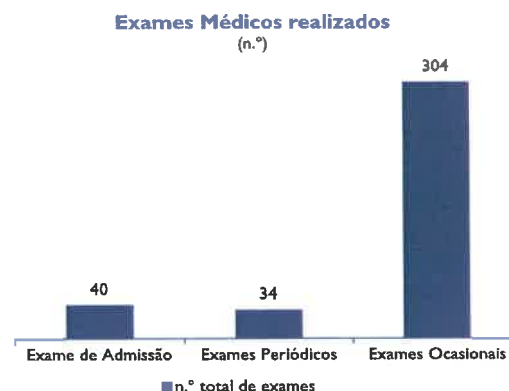


Os estágios realizados foram sustentados na elaboração prévia de um Plano de Estágio individual, validado pelo estagiário e respetivos orientadores de estágio na entidade escolar e na Águas do Norte, S.A.. Cerca de 60% dos estágios foram realizados no âmbito da Direção de Exploração, em atividades associadas à exploração das infraestruturas e nos laboratórios de processo para monitorização permanente da atividade da Empresa. Na Gestão de Ativos e Engenharia – Expropriações, foram realizados 15% dos estágios, no Laboratório 12%, nas Compras e Logística 10% e 3% na Direção de Recursos Humanos.

O acolhimento de estagiários/as é uma prática que a Águas do Norte, S.A. pretende continuar a fomentar para desenvolvimento de projetos de investigação que apoiem e impulsionem os níveis de eficiência e eficácia do desempenho da Empresa e, não menos importante, para possibilitar a partilha das boas práticas da Empresa com a comunidade envolvente, assumindo-se a Empresa, também, como um agente de formação em contexto profissional e de referência para a comunidade escolar.

Medicina do Trabalho

Durante o ano de 2021 realizaram-se 378 exames médicos no âmbito da Medicina de Trabalho para cumprimento das determinações legais aplicáveis. No gráfico seguinte descreve-se a tipologia dos exames realizados em 2021:

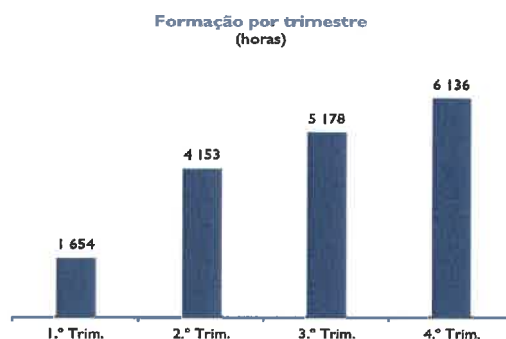


Em 2021, realizaram-se 34 exames ocasionais, com os motivos apresentados no gráfico seguinte:



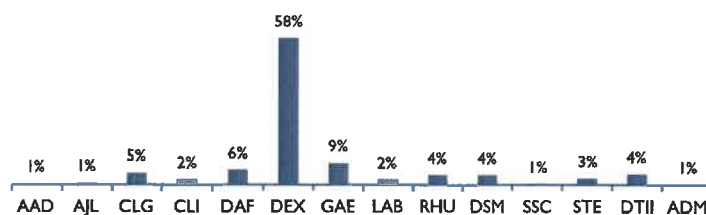
Formação Profissional

Durante o ano 2021, e no âmbito da política de valorização de competências dos/as Colaboradores/as, foram ministradas 17.121 horas de formação profissional

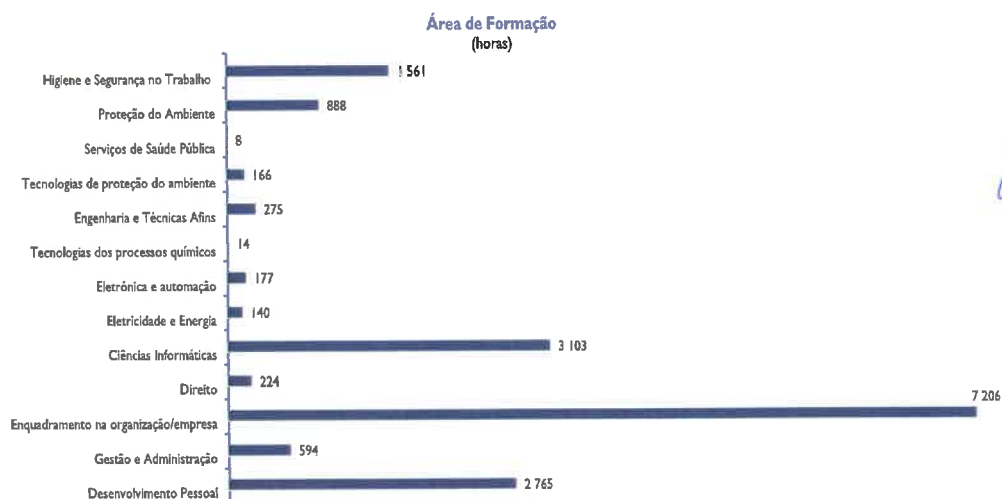


A formação profissional ministrada abrangeu todos os domínios de intervenção da Águas do Norte, com destaque para a área da Exploração, com 58% de horas de formação.

Formação por Direção / Área (% horas)



Como podemos ver, através da seguinte representação gráfica, a formação englobou diferentes áreas de formação:



a) Formação Planeada

A formação planeada foi realizada tem como base as necessidades formativas evidenciadas pelas direções/áreas e que constam no plano de formação.

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes ações de formação: Norma de Recursos Humanos NP4427; Comunicação Interpessoal e Assertividade; Liderança e Gestão de Equipas; Trabalho em Equipa Gestão do Tempo; Excel Avançado; Excel Intermédio e Finanças para Não Financeiros; Norma SA8000 – Responsabilidade Social; Avaliação de Desempenho; Da Tramitação das Contraordenações à Transferência de Competências para as Autarquias Locais - Novas Contraordenações; Formação em Transporte de Mercadorias Perigosas (ADR); Valorização Agrícola de Lamas; Trabalhos Complementares e Erros e Omissões no CCP; Segurança na Condução de Empilhadores; Formação no Sistema de Gestão de Ativos; Formação ISO 50001; Formação RGPD; Preparação para o exame de certificação de colheitas; Exames de Certificação de Técnico de Colheita de Amostras de Água para Consumo Humano; Pós-Graduação Curso Geral de Gestão; MS Project – O planeamento na Gestão de Projetos e Gestão e Utilização do Portal BASE (protocolo IMPIC).

De referir, que no ano de 2021, teve início o projeto de formação, no âmbito da aprovação da candidatura realizada ao programa compete, na tipologia Projetos Autónomos de formação – Formação de empresários e trabalhadores, que visa reforçar as competências dos/as Colaboradores/as da Águas de Norte, em domínios relevantes para a estratégia de inovação e competitividade da empresa.

No total foram realizadas 7.923 horas, abrangendo 1.352 formandos/as.

b) Formação Não Planeada

Na tipologia de Formação Não Planeada, foram ministradas 9.198 horas de formação profissional, abrangendo um total de 5.553 formandos/as

c) Comparativo entre formação planeada e formação não planeada

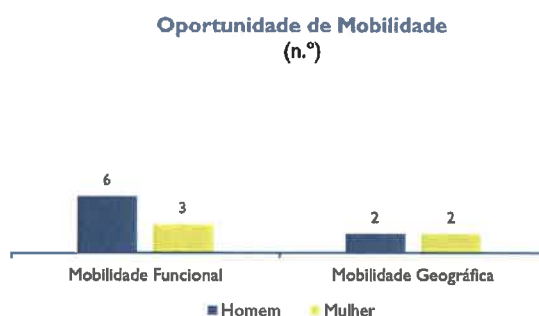
A formação não planeada corresponde a 54% do total da formação dada. Este facto justifica-se pelas formações realizadas, nas quais o público-alvo foram todos os Colaboradores/as da empresa, traduzindo-se assim num grande volume de formação

Oportunidades de Valorização dos Colaboradores

A política de gestão de recursos humanos, apostada na promoção da eficiência organizacional e do bem-estar dos/as Colaboradores/as, estabelece o primado do recrutamento interno para resposta a necessidades de reforço das equipas de trabalho. Antes de avançar com o processo de recrutamento externo, a Águas do Norte, S.A. divulgou todas as suas necessidades pela sua atual equipa de Colaboradores/as, permitindo situações de mobilidade funcional que correspondam aos interesses dos Colaboradores/as.

Também ao nível da mobilidade geográfica, têm sido criadas as condições para que os/as Colaboradores/as possam aproximar os locais de trabalho e residência, sempre que tal não tem impacto negativo no desempenho profissional.

As oportunidades de mobilidade interna proporcionaram, em 2021, a melhoria efetiva (pessoal e profissional) da vida de 13 Colaboradores/as da Águas do Norte, S.A.:



Recompensas Sociais

A Águas do Norte, S.A. disponibiliza diversas recompensas de âmbito social, com o objetivo de proporcionar condições de trabalho que valorizem os Colaboradores:

- ✓ **Cabaz NASCER NO NORTE:** Esta iniciativa atribui um cabaz-oferta aos filhos dos Colaboradores no momento do nascimento. É um cabaz-presente, composto por um valor monetário e bens de puericultura para apoio aos Colaboradores em momento de inúmeras despesas associadas a esta etapa familiar. Em 2021 foram entregues 22 cabazes.
- ✓ **PARABÉNS, O DIA É TEU:** No dia de aniversário, os Colaboradores estão dispensados de comparecer no local de trabalho. É um dia disponível para desfrutar em família do dia de aniversário.
- ✓ **Seguro de Saúde:** Permite a comparticipação das despesas de saúde do agregado familiar em aproximadamente 80%.
- ✓ **Seguro de Vida:** Assegura condições de proteção em caso de morte ou invalidez.
- ✓ **Dia da Mulher:** No dia 8 de março assinalou-se o Dia Internacional da Mulher.
- ✓ **Aniversário da Empresa:** Oferta de uma mochila, tapete de rato, torre USB, caneta e bloco de notas com logótipo da Empresa para assinalar o dia.
- ✓ **Uma Gota, Uma Ideia!** Portal de ideias para promover a criatividade dos/das Colaboradores/as com atribuição de prémio aos 3 primeiros classificados que consiste na participação numa feira, congresso ou ação técnica.
- ✓ **SIGAME:** Atribuição de prémios aos 10 primeiros classificados com o objetivo de incentivar a atualização do cadastro da Empresa.
- ✓ **Oferta de Café aos Colaboradores:** A Águas do Norte oferece café/bebidas quentes aos Colaboradores.
- ✓ **Natal 2021:** Atribuição de um cabaz de natal reforçado a cada Colaborador, num ano atípico como complemento da não realização de um almoço para convívio de todos os Colaboradores.

- ✓ **Natal dos Filhos:** Oferta de presente adequado à idade para os filhos dos Colaboradores com idades até aos 12 anos.
- ✓ **Cartão/Presente:** Atribuição de cartão/presente aos colaboradores que nos dias 24 e 31 de dezembro estiveram a garantir a continuidade de serviço.
- ✓ **Bolsas de Estudo:** No âmbito da estratégia de Responsabilidade Social Interna do Grupo Águas de Portugal, atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos Colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais. Para o ano letivo 2021/2022 foram atribuídas 12 bolsas de estudo para o ensino superior e 6 bolsas de estudo para necessidades especiais aos Colaboradores da Águas do Norte, S.A..

Plano de Bem-estar e Comunicação Interna

O Plano de Bem-estar e Comunicação Interna da Águas do Norte, S.A. tem como objetivo criar uma dinâmica de comunicação e envolvimento junto dos/das Colaboradores/as, que permita a adoção das ações de reforço da eficiência previstas, para fortalecer o nível de serviço da Empresa e a satisfação e motivação dos/das Colaboradores/as e Chefias.

Assente em vários eixos de intervenção, este Plano vem apoiar a dinamização e envolvimento das equipas, reforçar a importância de Colaboradores/as e Chefias, divulgar os valores e a cultura da empresa e reforçar a comunicação ascendente e descendente.

A taxa de execução dos objetivos traçados no referido Plano para 2021 em contexto de um ano atípico em que não foram realizadas algumas das atividades previstas foi de 94%.

Local e Meios de Trabalho

a) Gestão de Frota

No ano de 2021, a Gestão de Frota assegurou os principais indicadores:

- Número de viaturas manteve-se em 276 unidades (previstas no PAO 2021)
- Continuidade do processo de higienização de viaturas partilhadas devido a pandemia Covid-19
- Gestão de contratos centralizados com a Águas de Portugal
- Gestão de contratos básicos internos da Águas do Norte
- Aumento do consumo de combustível em relação ao ano 2020 em 27 372 litros, justificado pelo aumento da atividade (desconfinamento).
- Melhoria no consumo médio 7,48 litros/100 km em 2020 para 7,44 litros/100 km em 2021
- Renovação da Certificação energética da frota com classificação - B.
- Desenvolvimento da solução do sistema de geolocalização de viaturas operacionais

b) Locais de trabalho

Em 2021 continuou ativo o contrato celebrado em janeiro de 2019, com término em 2021, para aquisição do serviço de aluguer operacional e higienização de vestuário de trabalho, dando-se assim cumprimento à obrigação legal de limpeza e higienização do fardamento da AdNorte utilizado pelos/pelas Colaboradores/as de acordo com o Manual de Fardamento em vigor. Durante todo o ano foi realizado o devido acompanhamento do contrato com pedidos de cancelamento por saída/mobilidade de Colaboradores/as, bem como novas entradas e efetuada a gestão de um conjunto de reclamações apresentadas ao prestador de serviços para resolução entre as partes.

O serviço de transporte coletivo dos/das Colaboradores/as em mobilidade de Viana do Castelo para Barcelos continuou a ser garantido durante o ano de 2021, conforme acordado com os Colaboradores/as que preferiram esta modalidade de deslocação.

Proseguiu-se com a gestão dos parques de estacionamento, nomeadamente em Vila Real, desencadeando-se os processos para registo e/ou retirada de viaturas através do reconhecimento de matrículas, referente às declarações apresentadas para este efeito pelos/pelas Colaboradores/as, junto da área Local e Meios de Trabalho.

Foi disponibilizado nas diversas instalações de trabalho, equipamentos adequados para que os/as Colaboradores/as possam utilizar nas suas pausas dos tempos de trabalho, tais como eletrodomésticos para aquecer as suas refeições, e usufruir de bebidas quentes gratuitas nas máquinas de café subsidiadas pela Águas do Norte, S.A..

No refeitório existente nas instalações da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Areias de Vilar, devido às sucessivas declarações do estado emergência, bem como aos diplomas que estabeleceram medidas de combate à propagação da doença, determinando, entre outras, a restrição das deslocações autorizadas, ao dever geral de recolhimento domiciliário e à obrigatória adoção do regime de teletrabalho, verificou-se um impacto direto na execução do referido contrato. Face a este contexto, foi proposta a suspensão e prorrogação do prazo contratual relativa à prestação de serviços de exploração do refeitório da ETA de Areias de Vilar, com efeitos a 18 de janeiro de 2021, permanecendo durante todo o ano de 2021.

Na ETA de Areias de Vilar existe ainda um serviço externo de Portaria, Vigilância e Segurança Humana, adjudicado em outubro de 2020 para vigorar por um período de dois anos, cuja gestão do contrato está sob a responsabilidade da área Local e Meios de Trabalho.

Financeira

Apresenta-se de seguida, de forma sucinta, a perspetiva económica e financeira, procurando evidenciar os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Águas do Norte, S.A., no ano de 2021, aconselhando-se que esta leitura seja conjugada com a análise às demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas anexas.

Em consequência do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, que define e regulamenta o conceito de desvios de recuperação de gastos, assim como a obrigatoriedade do seu registo anual nas contas da empresa, o resultado líquido expresso nas demonstrações financeiras corresponde à remuneração acionista do respetivo ano, no entanto podem existir correções impostas pela ERSAR que determinem que o Resultado Líquido possa ser diferente da Remuneração Acionista, bem como o facto da variação do resultado de um ano para o seguinte resultar de variações no capital próprio a remunerar (Capital social realizado, Reserva legal e eventuais remunerações em dívida) e de variações nas taxas de referência para remuneração dos capitais.

Mostra-se assim determinante para validar o desempenho da empresa, analisar as rubricas, de Balanço e da Demonstração dos resultados, referentes a Desvios de Recuperação de Gastos e a forma como evoluíram no decorrer dos exercícios.

No exercício económico de 2021 a Águas do Norte, S.A. registou um resultado líquido positivo no montante de 4.199.668 EUR, dos quais, 3.689.641 EUR referentes aos acionistas com ações de categoria A, com designação de divisão da "Alta", e 510.027 EUR referente aos acionistas com ações de categoria C, com a designação de divisão da "Baixa".

Os Resultados Operacionais, incluindo o DRG, registaram um valor da ordem dos 12,4 milhões de euro. Excluindo o efeito do DRG os Resultados Operacionais ascendem a 31,7 milhões de euros, um crescimento de 13,1% face a 2020.

Em linha com este desempenho operacional, o EBITDA ajustado em 2021 foi da ordem dos 64.6 milhões de euros, valor muito próximo do valor do ano transato.

Os Resultados Financeiros registaram uma melhoria face a 2020 de 10,5%, cifrando-se em 2021 nos -7,3 milhões de euros.

Durante o exercício de 2021 a Águas do Norte, S.A. registou na rubrica de Desvios de Recuperação de Gastos um *superavit* no valor de 19.300.800 EUR, em resultado do desvio tarifário apurado no ano, referente a um superavit na Alta no valor de 22.322.302 EUR, e a um deficit na Baixa no valor 3.021.503 EUR.

Para uma correta análise às contas salienta-se ainda o facto, da empresa incluir na sua conta de resultados a atividade da construção de infraestruturas, embora o valor daqui resultante tenha impacto nulo nos resultados operacionais e do exercício.

Para uma mais fácil análise às contas vamos expurgar o efeito dos rendimentos e dos gastos da construção.

Rendimentos e Ganhos

No exercício de 2021, os rendimentos e ganhos totais, não considerando os rendimentos de construção em ativos concessionados, atingiram os 158.268 milhares de euros, mais de 1,1% (1.763 milhares de euros) que os obtidos em 2020.

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas em 2021, excluídos os gastos de construção em ativos concessionados, atingiu os 133.847 milhares de euros, registando uma diminuição de 2,0% (- 2.754 milhares de euros) relativamente ao exercício de 2020.

As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição as amortizações com uma diminuição de cerca de 2.915 milhares de euros (- 5,1%) em resultado da alteração da base de cálculo de apuramento de amortização sobre o investimento futuro.

Quanto às rubricas que apresentam um aumento face a 2020, foram Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento no valor de 726 milhares de euros (+ 1,5%), fundamentalmente nos gastos com Conservação e Reparação e na rubrica dos Gastos com Pessoal, com um aumento de 678 milhares de euros (+ 5,1 %).

Situação Patrimonial e Financeira

O Total do Ativo Líquido da Águas do Norte, S.A. atingiu em 31 de dezembro de 2021 o montante de 1.486.787 milhares de euros, evidenciando uma diminuição de 42.140 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2020, em resultado da diminuição de 44.124 milhares de euros nos Ativos Não Correntes e do aumento de 1.984 milhares nos Ativos Correntes.

Nos Ativos Não Correntes a variação verificada justifica-se, maioritariamente, pelas diminuições nos Ativos fixos tangíveis e intangíveis (-26.392 milhares de euros), consequência da conjugação do aumento de investimento e das depreciações, no Desvio Tarifário Ativo (-19.301 milhares de euros), e na diminuição de Outros Ativos (-1.255 milhares de euros), bem como dos acréscimos verificados em Impostos Ativos Diferidos (+2.823 milhares de euros).

Nos Ativos Correntes as maiores diminuições ocorreram nos Ativos Financeiros ao Justo Valor (-4.666 milhares de euros), por recebimento de ARD, em sinal contrário do acréscimo de Clientes (+1.906 milhares de euros), sendo que grande parte deste incremento (4.290 milhares de euros) é verificado em Outros ativos correntes, em concreto em Acréscimo de rendimentos juros a receber (+3.225 milhares de euros), Adiantamentos a fornecedores (+2.437 milhares de euros), e em sentido contrário as Perdas por Imparidade (-1.111 milhares de euros).

Relativamente ao Capital Próprio, o aumento foi de 4.199 milhares de euros, explicado pelo Resultados Líquidos de 2021 (+4.119 milhares de euros).

O Total do Passivo da Águas do Norte, S.A. com o valor de 1.213 milhares de euros em 31 de dezembro de 2021, teve uma diminuição de 46.339 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2020, em resultado das diminuições de 46.152 milhares de euros nos Passivos Não Correntes e de 187 milhares de euros nos Passivos Correntes.

Nos Passivos Não Correntes a variação explica-se, pelas diminuições nos Empréstimos (-22.174 milhares de euros), nos Passivos de Locação (-712 milhares de euros), nos Impostos Diferidos Passivos (-5.044 milhares de euros) e nos Subsídios ao Investimento (-16.672 milhares de euros), nos Fornecedores e Outros Passivos (-1.292 milhares de euros) e em Amortizações Investimento Futuro (-258 milhares de euros).

Nos Passivos Correntes as maiores diminuições ocorreram nos Outros Passivos correntes (-6.570 milhares de euros) e no Imposto Sobre o Rendimento (-2.718 milhares de euros), em contraposição com os aumentos ocorridos em Fornecedores (+4.415 milhares de euros) e no Estado e outros entes Públicos (+183 milhares de euros).

Investigação e Desenvolvimento & Inovação

A Águas do Norte, S.A. tem vindo apoiar, cada vez mais, o desenvolvimento de projetos inovadores, que contemplam medidas e ações que visem a melhoria e eficiência dos processos, a expansão do conhecimento e a satisfação das partes interessadas num quadro de sustentabilidade Financeira, Ambiental e Social da Empresa. Assim a aposta crescente na área de Investigação e Desenvolvimento (ID&I) é bem demonstrativa da vontade de inovar da organização.

A Águas do Norte, S.A. está fortemente empenhada em promover uma cultura de inovação, em todas as suas áreas, e para tal tem vindo a atuar em quatro eixos principais:

- Economia Circular.
- Digitalização.
- Infraestruturas Resilientes.
- Serviços, Processos e Governança.

Nesse sentido a Área de ID&I, com o objetivo de elaborar e gerir um amplo plano de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico, nomeadamente coordenar operacionalmente as atividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da empresa, tem realizado as seguintes atividades:

- Identificar possíveis fontes de financiamento para os projetos de I&D;
- Contactar entidades que possam participar em atividades de I&D;
- Controlar a qualidade do trabalho, dos prazos e custos dos projetos de I&D promovidos pela empresa;
- Analisar o sucesso dos projetos de I&D realizados.

De entre os diversos trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- Realização do concurso de Ideias – “Uma gota uma ideia”, com intuito de identificar e promover iniciativas e ideias dos colaboradores

- Promoção de um novo ciclo de Webinar – “À conversa com” promovendo alguns projetos inovadores, desenvolvidos pelas academias e por algumas áreas da empresa, com o objetivo de sensibilizar os colaboradores para a importância da inovação
- Concretização da 2ª Candidatura ao SIFIDE
- Certificação NP4457
- Execução e acompanhamento de várias projetos e candidaturas a programas de financiamento ((GLOMICAVE, CEF-TC-2019, COVIDTECT, SARS CONTROL e LIFEPAEIRAS, PAGIRAA, etc)
- Participação em vários projetos de investigação
- Identificar oportunidades de financiamento e elaborar candidaturas (Aproveitar+, etc)

As áreas da inovação e das tecnologias de informação da Águas do Norte têm-se constituído como extremamente dinâmicas, contribuindo para a modernização, a competitividade e a inovação do setor e da sociedade em geral. Pretende também contribuir para a transferência de conhecimento e tecnologia, cruciais para a inovação nos produtos e serviços das empresas do setor, ajudando-as, por essa via, a enfrentar e ultrapassar os desafios com que se deparam atualmente. Prova disso foram as participações, em várias sessões, nomeadamente:

- Na apresentação do Plano de Ação para a Transformação Digital da Águas do Norte, presidida pelo Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, numa sessão organizada virtualmente pelas Águas do Norte
- Na 5ª Conferência Internacional, organizada pela IWA - International Water Association, de forma presencial no Porto (ISEP), subordinada aos temas “5th International Conference on WATER ECONOMICS, STATISTICS and FINANCE” e “RETHINKING TREATMENT with ASSET MANAGEMENTD
- Na apresentação do plano Water-Cyber-Security-Plan num webinar organizado pela União Europeia (EU) sobre os desenvolvimentos e projetos piloto da Security Operations Control (SOC) nos projetos CEF e H2020 - “SOC developments and pilots in CEF and H2020 projects”
- No Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento (ENEG 2021), realizado no Centro de Congressos do Algarve, dedicado à temática “Dificuldades na gestão da água e a emergência climática”.

A Águas do Norte teve ainda a honra de receber em 2021 inúmeras gratificações pelo trabalho desenvolvido na área de inovação e das tecnologias de informação, nomeadamente:

- Menção Honrosa no concurso europeu “Industrial Excellence Award”, atribuído pela COTEC PORTUGAL a IESE Business School e a AESE Business School, tendo sido destacado o processo de transformação digital
- Prémio Abertura 2021 da ESOP - Associação de Empresas de Software Open Source Portuguesas, com o projeto “AdN4.0+: Aumento da eficiência dos serviços através da reengenharia e desmaterialização de processos”
- Finalista da 6ª edição do Portugal Digital Awards, com o projeto CAN (Centro de Alarmística e Notificações) numa iniciativa que visa reconhecer e premiar os melhores projetos de transformação digital portugueses e a excelência de organizações, suas equipas e líderes
- Estatuto de empresa certificada em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a Norma Portuguesa NP 4457, publicada pelo Instituto Português da Qualidade.

Eventos Posteriores ao Fecho

No que diz respeito à atividade em Alta, e no cumprimento do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, no seu artigo n.º 12, foi submetido à ERSAR o pedido de aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2021 para a atividade em Alta, no montante de 22.322.302,30 EUR, de natureza excedentária (**Superavit Tarifário**).

Neste seguimento, a Águas do Norte, aguarda que a ERSAR emita o respetivo Projeto de Decisão, ficando este ainda sujeito ao contraditório a apresentar pela Águas do Norte, S.A.

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação	
	S	N	N.A.			
Objetivos de Gestão:						
Eficiência de Gestão	X			-2,53		
Dívida Comercial de devedores municipais	X			103,7%		
Limite ao endividamento	X			-3,2%		
Respeito Prazos de Pagamento	X			-13		
Rentabilidade	X			35,3%		
Plano de Manutenção	X			87,6%		
Qualidade da Água Fornecida	X			99,7%		
Qualidade das Águas Residuais	X			99,0%		
Neutralidade Energética			X	Avaliação em 2022		
Plano de Lamas			X	Avaliação em 2022		
Reutilização			X	Avaliação em 2022		
Efluentes agroindustriais e agropecuários			X	Avaliação em 2022		
Metas a Atingir Constantes no PAO 2021 :						
Investimento	X		Real 2021 PAO 2021*	27 427 692 50 506 669	A execução do investimento foi inferior à prevista no PAO em cerca de 45,7%.	
Variação do Endividamento	X		Real 2021 PAO 2021*	527 569 778 527 067 286	O endividamento é inferior ao PAO em 733 KE, i. é., cerca de 0,14%.	
Gastos com Pessoal	X		Real 2021 Real 2019	13 992 303 13 415 350	O aumento verificado nos gastos com pessoal equilibra-se no aumento extraordinário autorizado no Despacho No âmbito do Despacho n.º 597/2021 -SET de 07/07/2021	
Gastos Operacionais/Volume de Negócios	X		Real 2021 Real 2019	50,10% 53,08%	No âmbito do Despacho n.º 395/2020-SET o comparativo é feito com o ano 2019, verificando-se o cumprimento deste indicador.	
Gastos com deslocações, ajudas de custo e frota	X		Real 2021 Real 2019	2 015 806 2 118 370		
Número de Viaturas	X		Real 2021 Real 2020	276 276		
Gestão do Risco Financeiro			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas da AdP SGPS.	
Limites de Crescimento do Endividamento	X			-2,69%		
Evolução do PMP a Fornecedores	X			-13	Diminuição de 13 dias em relação ao PMP de 31 de dezembro 2020, apresentando uma redução de 22%. Desta forma verifica-se o cumprimento de acordo com parágrafo 9 do anexo à RCM 34/2008 .	
Atrasos nos Pagamentos ("Ameas")	X					
Recomendações do Adonista na Aprovação de Contas	X				Contas aprovadas sem recomendações do Adonista	
Reservas emitidas na última CLC	X				CLC sem reservas	
Remunerações:						
Não Atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X					
Órgãos Sociais - Redução Remuneratória nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X		X			
Órgãos Sociais - Redução de 5% por aplicação art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X					
Auditor Externo - Redução Remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014	X		X		Redução já prevista no contrato	
Restantes Trabalhadores - Redução Remuneratória, nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X		X			
Proibição de Valorização Remuneratória, nos termos do art.º 38.º da Lei n.º 82-B/2014	X					
Artigo 32.º e 33.º do EGP						
Não utilização de Cartões de Crédito	X					
Não reembolso de Despesas de Representação Pessoal	X					
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				Informação apresentada no RGS capítulo divulgação de remunerações	
Valor máximo de combustível e portagens efetuado mensalmente às viaturas de serviço	X					
Despesa não documentada ou confidências - n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 133/2013	X					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X					
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	X					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X					
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X					
Contratação Pública						
Normas de Contratação Pública	X					
Contratos Submetidos à Visto Prévio do TC	X					
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Não se verificou qualquer auditoria	
Parque Automóvel						
Nº de Viaturas	X		Real 2021 Real 2020	276 276		
Gastos com Viaturas	X		Real 2021 Real 2019	2 009 427 2 051 663	A diminuição de gastos com Viaturas face a 2019 resulta fundamentalmente da diminuição do número de deslocações em serviço, na sequência do maior recurso a trabalho remoto (impacto decorrente da Pandemia por COVID-19)	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			X	Real 2021 Real 2019	65 873 385 63 497 048	Os gastos com FSE, GMMMC e Gastos com Pessoal, excluindo os impactos com a Pandemia por COVID 19, valorizações remuneratórias e indemnizações, aumentaram cerca de 3,7% face a 2019 . No entanto, o Volume de Negócios registou um aumento de 9,9% .
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei 82-B/2014 / artigo 28.º do DL 133/2013)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.	

¹⁷ Aprovado pela UTAM em 7 de julho de 2021

I Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

a) Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2021, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou aplicar.

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Águas do Norte, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 12 de julho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato de 2021 a 2023.

Em 2021, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente /Comissão de Parceria (conforme aplicável) e pela Tutela Setorial e Financeira.

Os objetivos de gestão fixados pelos acionistas para a Águas do Norte, S.A, para o ano de 2021, bem como os resultados obtidos, encontram-se listados no quadro seguinte:

Indicadores		Modo de avaliação			Valor atingido	
Indicadores Financeiros						
1.	Eficiência de Gestão	(%)	$\Delta \text{PRC} < +0,10\text{pp}$ Não Atingido	$-0,10\text{pp} \leq \Delta \text{PRC} \leq +0,10\text{pp}$ Atingido	$\Delta \text{PRC} < -0,10\text{pp}$ Superado	-2,53 Superado
2.	Dívida Comercial de devedores municipais	(%)	$\text{DCDMA} > 105\%$ Não Atingido	$95\% \leq \text{DCDMA} \leq 105\%$ Atingido	$\text{DCDMA} < 95\%$ Superado	103,7% Atingido
3.	Limites ao endividamento	(%)	$\text{Endividamento} > 2\%$ Não Atingido	$1,5\% \leq \text{Endividamento} \leq 2\%$ Atingido	$\text{Endividamento} < 1,5\%$ Superado	-3,2% Superado
4.	Respeito Prazos de Pagamento	Dia	$\text{PMP reduz} > \text{que } 1 \text{ dia}$ Não Atingido	$\text{PMP aumenta } 1 \text{ dia}$ Atingido	$\text{PMP} \leq 60 \text{ dias}$ Superado	-13 Superado
5.	Rentabilidade	(%)	$\Delta \text{RL} < -5\%$ Não Atingido	$-5\% \leq \Delta \text{RL} \leq 5\%$ Atingido	$\Delta \text{RL} > 5\%$ Superado	35,3% Superado
Indicadores Ambientais e de Serviço						
6.	Plano de Manutenção	(%)	$\text{AE} < 80\%$ Não Atingido	$80\% \leq \text{AE} \leq 90\%$ Atingido	$\text{AE} \geq 90\%$ Superado	87,6% Atingido
7.	Qualidade da Água Fornecida	(%)	$\text{AQA} < 97\%$ Não Atingido	$97\% \leq \text{AQA} < 99\%$ Atingido	$\text{AQA} \geq 99\%$ Superado	99,7% Superado
8.	Qualidade das Águas Residuais	(%)	$\text{AQAR} < 90\%$ Não Atingido	$90\% \leq \text{AQAR} \leq 95\%$ Atingido	$\text{AQAR} > 95\%$ Superado	99,0% Superado
9.	Neutralidade Energética	(%)	$\text{CICP} \leq 50\%$ Não Atingido	$\text{CICP} \geq 75\%$ Atingido	$\text{CICP} \geq 90\%$ Superado	Avaliação em 2022
10.	Plano de Lamas	(%)	$\text{CEPL} \leq 20\%$ Não Atingido	$\text{CEPL} \geq 40\%$ Atingido	$\text{CEPL} > 40\%$ Superado	Avaliação em 2022
11.	Reutilização	Data	$\text{Data} > 31 \text{ de março de } 2022$ Não Atingido	$31 \text{ de março de } 2022 \leq \text{Data} \leq 31 \text{ de dezembro de } 2021$ Atingido	$\text{Data} \leq 31 \text{ de dezembro de } 2021$ Superado	Avaliação em 2022
12.	Efluentes agro industriais e agro pecuários	Data	$\text{Data} > 31 \text{ de março de } 2022$ Não Atingido	$31 \text{ de março de } 2022 \leq \text{Data} \leq 31 \text{ de dezembro de } 2021$ Atingido	$\text{Data} \leq 31 \text{ de dezembro de } 2021$ Superado	Avaliação em 2022
Valor do Atingimento Global dos Objetivos de Gestão					2,7	

Com base no resultado final obtido, o desempenho dos Gestores da Águas do Norte, S.A., no ano de 2021 foi considerado Superado.

- b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2021, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;

Execução do Plano de Investimento – Real vs PAO 2021

Investimento	Real 2021	PAO 2021	Variação Real 2021 / PAO 2021	
			Valor	%
Empreitadas	17 784 197	31 437 391	-13 653 194	-43,4%
Prestações de Serviços	1 544 213	2 288 539	-744 326	-32,5%
Património	2 024 542	4 978 866	-2 954 324	-59,3%
Outros	6 074 739	11 801 872	-5 727 133	-48,5%
Total	27 427 692	50 506 669	-23 078 977	-45,7%

A execução do investimento, que se verificou ter sido inferior ao previsto em 45,7%, deveu-se, fundamentalmente, ao facto de no PAO 2021 terem sido considerados investimentos associados ao IRR (Instrumentos de Recuperação e Resiliência), num total de 16.463 milhares de euros (6.817 milhares de euros referentes ao Sistema Multimunicipal e 9.646 milhares de euros referentes ao Sistema de Águas da Região do Noroeste), não se tendo verificado qualquer execução. O atraso no envio de orientações por parte das entidades competentes está na origem da falta de execução.

Apresentamos no quadro seguinte o detalhe do investimento:

Investimento constante do PAO	PAO 2021	Real 2021	Variação Real 2021 / PAO 2021	
			Valor	%
Investimento em curso a 31.12.2020:	7 562 220	10 434 027	2 871 807	38%
Lista de Investimentos selecionados para acompanhamento (quadro 30 PAO)	3 026 314	3 942 221	915 907	30%
GAE-AA0441 - Abastecimento de Água a Celorico de Basto - 1.ª Fase - Lote A	781 618	1 099 183	317 565	41%
GAE-AA0441 - Abastecimento de Água a Celorico de Basto - 1.ª Fase - Lote B	1 065 896	1 181 976	116 081	11%
EB0540 - Empreitada de construção de rede de drenagem de águas residuais nas freguesias de Ferveço e Codossoso (Fase 2) (Celorico de Basto) - Lote 1	402 775	297 357	105 418	-26%
EB0540 - Empreitada de construção de rede de drenagem de águas residuais nas freguesias de Ferveço e Codossoso (Fase 2) (Celorico de Basto) - Lote 2	216 879	418 605	201 726	93%
EGA-AR0229 - ETAR de Terras de Bouro (Município de Terras de Bouro)	559 146	945 099	385 953	69%
Outros Investimentos (não considerados no quadro 30 do PAO)	4 535 906	6 491 806	1 955 900	43%
Investimento iniciado em 2021 constante das fichas de acompanhamento dos RET	600 000	270 226	329 774	-55%
AA0578 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Ligação ao reservatório de Mangoeiro (V.N.Cerveira) - Lote 2	600 000	270 226	329 774	-55%
Investimento iniciado em 2021, materialmente relevantes (de acordo com a identificação constante do PAO) e que não constem das fichas de acompanhamento dos RET	3 612 633	500 948	3 111 685	-86%
Digitalização SMM	3 612 633	500 948	3 111 685	-86%
Restante Investimento previsto	42 944 449	16 993 665	25 950 783	-60%
AA0415 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Reabilitação da conduta de Bertandos (Viana do Castelo)	583 333	296 128	287 206	-49%
AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carneiro, Guimarães, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albon (Santo Tirso) - Lote C	901 108	238 672	662 436	-74%
AR0488 - Empreitada de Execução do Intercetor do Tâmega - 2ª Fase (Parte 1) (Amarante)	244 444	1 062 769	818 324	335%
SUBSISTEMA DO SOUSA (FD 15): - Interceptores de Barreiros e Barreiros 2 e - Intercetores e Varzele, Margarida e Sendin (Troços em falta)				
SUBSISTEMA DE LORDELO/AVES (FD 4): - Intercetor de Carvalheira (Travessa), - Intercetor de Regilda (Prolongamento); - Ligações das Redes AR de Felgueiras ao Int. Vizela e Vão Frio (Travessias Rio Vizela)	344 750	-	344 750	-100%
Empreitada de Execução dos sistemas elevatórios de desactivação da ETAR de Antas/Guilheta - FASE 2	333 333	-	333 333	-100%
AA0578 - Subsistema de Abastecimento de Água de Lapela. Ligação ao reservatório de Azenhas (Valença) - Lote 1	175 000	65 479	109 521	-63%
AR0433 - Empreitada de Execução do Sistema de Intercetção e Elevação nas Freguesias de Serreleis, Cardielos, Torre e Vila Mou (Viana do Castelo) - Lote 2	527 080	585 417	58 336	11%
Empreitada de Construção de duas ETARs (Vieira do Minho): Covas e Espinho	100 000	-	100 000	-100%
Empreitada de Reabilitação da Barragem da Queimada	426 111	309 710	116 401	-27%
Ligação PE Verdejo (ao reservatório de Verdejo)	4 817	-	4 817	-100%
GAE-AA0xxx - Empreitada de beneficiação do SAA de Vila Chã (Alfândega): Beneficiação no RE do Cruzeiro	600 000	63 315	536 685	-89%
OBRAS NECESSÁRIAS AS GARANTIAS DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO TRABALHO	120 000	-	120 000	-100%
Reabilitação da Barragem do Serdo	200 000	-	200 000	-100%
EGA-AA0211 - Empreitada de Beneficiação do SAA das Aguielras (Macedo de Cavaleiros e Miranda)	452 083	-	452 083	-100%
SAA Bertandos - Reabilitação da QE e dos grupos de bombagem	20 000	-	20 000	-100%
SAR VC Cidade - Reabilitação da conduta da Areosa	135 000	-	135 000	-100%
CT Rio Douro (Caça e Pesca)	150 000	-	150 000	-100%
Empreitada de Execução do Reservatório de Touguinhó	189 734	-	189 734	-100%
GAE-AA0394 - Empreitada de Beneficiação da ETA do Pinhão (Vila Real)	83 056	510 213	427 157	514%
Intervenção nos muros de suporte, pavimentação e limpeza do paramento de Juzante da barragem da Ferradosa	50 000	-	50 000	-100%
AA0557 - Empreitada de execução dos Pontos de Entrega do Cortiço (Montalegre) e Rebordado (Chaves) - SAA Alto Rabagão	82 000	38 937	43 063	-53%
PRC_0224/2017_EXP - Empreitada para implementação do sistema de reforço do tratamento de água associado à captação de Freande - ETA S. Sebastião - Paredes de Coura (100m3/h)	350 000	-	350 000	-100%
AR0561 - Reabilitação do Intercetor do Peixe - Troço entre a rua D. Sancho e a EE de Queimados (antiga EN14) - (V.N. Famalicão)	321 429	730 213	408 785	127%
Ligação Res. Outeiro (Valença)				
Ligação Res. 7 Bicas (Valença)	206 616	-	206 616	-100%
Reformulação de parte do sistema adutor do SAA de Castanheira/Insokde (necessário para o abastecimento a Gondar, Mentrestido, Sopardos e Candemil - Paredes de Coura)	460 000	1 223 351	763 351	166%
AR0563 - Empreitada de Execução da EE Redondele e Trabalhos Complementares do Sistema Intercetor de Terras de Bouro	300 000	394 034	94 034	31%
Intervenções nas instalações da Adnorte para eliminação de incumprimentos legais - STE	140 000	-	140 000	-100%

Detalhe de investimento (continuação)

Investimento constante do PAO	PAO 2021	Real 2021	Variação Real 2021 / PAO 2021	
			Valor	%
1.ª Fase AAC: SAA Arcossó – SAA do Raboão	450 000	-	450 000	-100%
1.ª Fase AAC: SAA Vila Chã – SAA Pinhão	600 000	-	600 000	-100%
2.ª Fase AAC (Afluências Indevidas, Reutilização H2O tratada, Interligação SAA, aumento capacidade armazenamento abufeiras)	198 000	-	198 000	-100%
Abastecimento de Água à Freguesia do Vassal (SAA Rabaçal) Valpaços	-	203 464	203 464	100%
Investimento Substituição/Reabilitação Não detalhado EVEF 2.ª Quil_AA	826 028	-	826 028	-100%
Intervenções necessárias à Regularização das ESP	75 000	-	75 000	-100%
Empreitada de remoção de fibrocimento nas infraestruturas da Adnorte S.A.	370 000	-	370 000	-100%
AR0580 - Empreitada de Beneficiação da EE da Ponte Velha - Arcos de Valdevez	55 000	-	55 000	-100%
AR0584 - Empreitada de remodelação do sistema de arejamento da ETAR da Vila Real rumo à neutralidade energética	-	197 607	197 607	100%
Empreitada de beneficiação da conduta adutora de Moimenta da Beira instalada na EN226 - SAA Vilar	187 500	-	187 500	-100%
Empreitada SAA Vinhais - Beneficiação ETA e Captação	124 505	-	124 505	-100%
AR0569 - Empreitada de Execução da Remodelação da Obra de Entrada da ETAR de Lamego e da EE de Adegas dos Chãos (Lamego)	270 000	243 859	26 141	-10%
AA0419 - Empreitada de conceção-construção relativo à remodelação da Automação, das Instalações Elétricas e da Supervisão da ETA do Sordo (Vila Real)	141 967	346 402	204 435	144%
2.ª Fase AAC (Parte 2) - Desativação ETAR Figueiró e respetiva ligação ao SAR Vila Meã	275 000	-	275 000	-100%
Empreitada Geral de Construção/Reparação de Infra-estruturas das Águas do Norte, S.A. – Douro Interior	1 000 000	-	1 000 000	-100%
Empreitada Geral de Construção/Reparação de Infra-estruturas das Águas do Norte, S.A. – Minho	1 000 000	-	1 000 000	-100%
Projeto Solar III	1 051 313	-	1 051 313	-100%
Execução de Rede de Drenagem de Águas Residuais associada à ETAR do Cávado-Gerês, no Município de Vieira do Minho (SAR Cávado/Gerês)	364 500	-	364 500	-100%
PRADAfi – Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela	323 000	-	323 000	-100%
Zero - Programa Neutralidade Energética AdNorte (Extra Solar III e Mini-Hídrica Alvão)	307 146	-	307 146	-100%
O0537 - Empreitada de Remodelação do Edifício Administrativo da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	650 000	82 057	567 943	-87%
AA0646 - Empreitada de execução de caixas de medição de caudal nos Reservatórios Integrados do SAA da Lapela	-	4 905	4 905	100%
GAE-00606 - Aquisição de Serviços de Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais das Águas do Norte - Lote A - Minho	-	65 100	65 100	100%
GAE-00606 - Aquisição de Serviços de Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais das Águas do Norte - Lote B - Douro	-	53 375	53 375	100%
Empreitada para a Realização de Trabalhos de Sondagem Hidrogeológica e Execução de Captações de Água através de Furos Verticais_SMM	-	3 090	3 090	100%
AR0663 - Empreitada de instalação de FSC em Candeo e execução de BoxCulvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto)	-	14 335	14 335	100%
GAE-AR0601 - Empreitada de Reparação de Condutas na ETAR de Vilarinho das Freixas – Poiares (Peso da Régua)	-	10 450	10 450	100%
AA0719 - Empreitada de execução da laje dos filtros da ETA de São Sebastião (Paredes de Coura)	-	6 204	6 204	100%
AA0648-Emp Rem_Supervisão IE AA AdN_L1	-	29 620	29 620	100%
PRC_0312/2020_GAE - O0583 - Empreitada de reabilitação de caixas de visita no emissário IG Dorque (Viana do Castelo)	-	86 875	86 875	100%
PRC_0462/2018_EXP - Concurso Público para formação de contrato de aquisição de serviços para alteração de sistemas de automação e supervisão	-	57 228	57 228	100%
PRC_0106/2019_GAE - EB0440 - Empreitada de Reabilitação Requalificação Urbanística do Largo D. Sancho I e Zonas envolventes e da Zona Poente da Vila de Arouca (Protocolo CM Arouca)	177 019	122 191	54 828	-31%
PRC_0425/2019_GAE-AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarães, Lameelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote A	600 000	61 266	538 734	-90%
PRC_0425/2019_GAE-AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarães, Lameelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote B	720 000	53 306	666 694	-93%
AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarães, Lameelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote C	193 893	77 243	116 649	-60%
PRC_0122/2019_EXP - Aquisição de Serviços de Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão nos Subsistemas de Abastecimento de Água do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote 2 (Arouca)	109 634	75 137	34 497	-31%
PRC_0122/2019_EXP - Aquisição de Serviços de Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão nos Subsistemas de Abastecimento de Água do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote 5 (Cinfães)	22 190	33 855	11 665	53%
GAE-EB0623 - Ligação da Rede de Drenagem de AR de Canastrês, União das Freguesias de Ancede e Ribadouro (Baião)	52 907	135 576	82 669	156%

Detalhe de investimento (continuação)

Investimento constante do PAO	PAO 2021	Real 2021	Variação Real 2021 / PAO 2021	
			Valor	%
PRC_0238/2018_EXP - Aquisição de Contadores de Caudal e Equipamentos de Comunicação e Registo para a Águas do Norte, S.A - Lote 1	12 000	42 204	30 204	252%
PRC_0167/2019_EXP - Implementação do Sistema de Telegestão nas Redes Municipais - Lote 3 (Município de Santo Tirso)	6 965	11 499	4 535	65%
GAE-EB0673 - Empreitada de pavimentação de estradas municipais e nacionais afetadas pela instalação de Infraestruturas em Arouca e Cinfães	-	11 326	11 326	100%
GAE-EB0683 - Empreitada de execução de Rede de Saneamento no lugar de Jagueiros, Freguesia de Várzea (Arouca)	-	29 960	29 960	100%
Digitalização SARN Imobilizado_AA	-	16 663	16 663	100%
EGA-EB0005 - Construção de redes de drenagem de águas residuais da freguesia de Campelo (lugares de Inglês, Pinheiro e Freixeiro) - Município de Baião	-	5 185	5 185	100%
EGA-EB0106 - Construção de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais à freguesia de Tarouquela (Cinfães)	-	25 628	25 628	100%
EGA-EB0016 - Rede de drenagem de águas residuais de Gondar (2ª e 3ª Fase), em Amarante	-	1 911	1 911	100%
EGA-EB0314 - Empreitadas de fecho de redes de A.R. nos freguesias de Estorões, Formelos e Vinhós, Fafe (Fafo) e Morcha de Rei - município de Fafe	-	22 000	22 000	100%
EGA-EB0333 - Requalificação dos espaços e arruamentos públicos no lugar de Escamarião - Requalificação da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento	-	1 344	1 344	100%
EGA-EB0334 - Requalificação/Beneficiação do acesso ao centro de Boassos - Execução da Rede de Abastecimento de Água e Saneamento no lugar de Boassos	26 502	4 070	22 432	-85%
OSM-CEB-0088 - Empreitada de Execução de Ramais nas Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais em Baixa: Lote 1 - Municípios de Amarante e Celorico de Basto	-	22 347	22 347	100%
OSM-CEB-0088 - Empreitada de Execução de Ramais nas Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais em Baixa: Lote 3 - Municípios de Baião e Cinfães	-	14 541	14 541	100%
PRC_2/2017 - Reparação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais em Baixa - Lote 1 - Amarante, Celorico de Basto e Baião	-	3 792	3 792	100%
PRC_0054/2017 - Empreitada de Construção de Muros de Suporte - Celorico de Basto	-	6 125	6 125	100%
PRC_0130/2019_GAE-EB0435 - Construção da rede de drenagem de águas residuais no lugar do Peso, na freguesia de Santa Marinha do Zêzere (Baião)	-	402	402	100%
PRC_0343/2017_EXP - Empreitadas Singulares de Redes de Drenagem de Águas Residuais - Fase 2 (Concelho de Amarante)	-	1 963	1 963	100%
PRC_0337/2018_EXP - Empreitada de reparação de pavimentos nos Municípios do Sistema de Águas da Região do Noroeste (SARN) - Lote B (Município de Baião)	119 774	2 926	116 848	-98%
PRC_0337/2018_EXP - Empreitada de reparação de pavimentos nos Municípios do Sistema de Águas da Região do Noroeste (SARN) - Lote C (Municípios de Celorico de Basto e Fafo)	172 667	934	171 733	-99%
AR0378 - Empreitada de desativação da FSC do Picoto e da FSC do Fojo e de construção do Interceptor de Vila Nova - Amarante (alta+baixa) (PRC_0127/2018_GAE)	34 961	-	34 961	-100%
PRC_0347/2017_EXP - Empreitada de Reabilitação de Reservatórios de Água e Casa das Máquinas - Moides, Arouca	28 994	-	28 994	-100%
PRC_0209/2018_EXP Empreitada de reabilitação do reservatório da Fonte Coberto e respetiva casa das máquinas - Cinfães	44 737	-	44 737	-100%
PRC_0222/2018_EXP - Execução de acesso ao reservatório da Baivista - Escamarião	3 850	-	3 850	-100%
Empreitada de Beneficiação de Instalações do Sistema de Águas da Região do Noroeste	158 696	-	158 696	-100%
Empreitada de reparação de pavimentos nos Municípios do Sistema de Águas da Região do Noroeste (SARN) - (Amarante)	100 000	-	100 000	-100%
PRC_XXXX/XXXX_GAE - Empreitada de Reabilitação das Estações de Tratamento de Águas Residuais Ribeira de Mansares (Arouca), Albergaria da Serra(Arouca) e Mizarelo (Arouca)	140 000	-	140 000	-100%
PRC_XXXX/XXXX_GAE - Empreitada de Reabilitação das Estações de Tratamento de Águas Residuais de Nespereira (Cinfães) e Pala-Ribadouro (Baião)	108 000	-	108 000	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Amarante (AR)	532 571	-	532 571	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Arouca (AR)	818 182	-	818 182	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Baião (AR)	818 182	-	818 182	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Celorico de Basto (AR)	818 182	-	818 182	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Cinfães (AR)	818 182	-	818 182	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Fafo	681 818	-	681 818	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Santo Tirso	818 182	-	818 182	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município da Trofa	545 455	-	545 455	-100%
Digitalização dos serviços ambientais (Automação) - AA+AR	311 929	-	311 929	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Baião - AA (Protocolo)	90 000	-	90 000	-100%
Empreitadas de Extensão de Redes para aumento de cobertura no Município de Cinfães - AA (Protocolo)	85 000	-	85 000	-100%
Investimento de Reabilitação/Substituição de Instalações de Saneamento de Águas Residuais	2 752 000	-	2 752 000	-100%
PRC_0023/2020_EXP - Aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e registo nos Subsistemas de Abastecimento de Água do Sistema de Águas da Região do Noroeste (Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Santo Tirso-Alargamento) - (Arouca)	50 416	-	50 416	-100%
(PRC_0121/2019_EXP Lote 5)	-	-	-	-100%
Outros	15 202 708	9 394 971	464 383	-19%
TOTAL	50 506 669	27 427 692	23 078 976	-46%

Endividamento total – Real vs PAO 2021

Endividamento Financeiro Total (Bruto)	Real 2021	PAO 2021	Variação Real 2021 / PAO 2021	
			Valor	%
Empréstimos bancários e Acionista - não correntes	502 496 671	491 262 641	11 234 030	2,3%
Empréstimos bancários e Acionista - correntes	23 837 673	35 804 645	-11 966 972	-33,4%
Locação Financeira	1 235 433	1 235 482	- 49	0,0%
Endividamento total	527 569 778	528 302 768	- 732 990	-0,1%

2 Gestão do risco financeiro -

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP),

sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	Real 2021	Real 2020	Real 2019	Real 2018	Real 2017
Encargos Financeiros - EUR	11 936 428	13 123 510	13 807 612	15 814 600	17 263 335
Taxa Média de Financiamento (%)	2,23%	2,30%	2,35%	2,68%	2,60%

3 Limites de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º I do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n. 4 do artigo 159. do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019)

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros.

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005, três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão obrigacionista em 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para do Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que cerca de 70% da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, consequentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

Endividamento / Capital Social	Real 2021	Real 2020	Variação Real 2021 / Real 2020	
			Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e não Corrente)	527 569 778	545 149 213	-17 579 435	-3,2%
Capital Social	108 095 468	108 095 468	-	0,0%

$$\text{Endividamento} = \frac{(527.569.778 - 545.149.213) + (108.095.468 - 108.095.468)}{(545.149.213 + 108.095.468)} = -2,69\%$$

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril; e Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, apresentamos o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da Águas do Norte, S.A., que em 2021 se situou nos 46 dias.

PMP	2021				2020				Variação 2021/2020	
	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	1.º Trim.	2.º Trim.	3.º Trim.	4.º Trim.	Nº de dias	%
Prazo (dias)	53	49	47	46	73	69	66	59	-13	-22%

O PMP da Águas do Norte, S.A. em 2021 registou um valor inferior a 60 dias, traduzindo uma redução de 13 dias, correspondendo a menos 22% face a 2020. Desta forma verifica-se o cumprimento do disposto no parágrafo 9 do anexo da RCM 34/2008.

No quadro seguinte apresenta-se o mapa da posição a 31/12/2021 dos pagamentos em atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 maio.

	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	5 441 852	33 943	20 538	106 981	730 604
Aquisições de Capital (Investimento)	5 463 409	37 308	59 809	121 685	-544 199
Total	10 905 262	71 251	80 347	228 666	186 405

5 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6 Remunerações

A informação relativa a este ponto está disponível no Relatório do Governo Societário, devendo ser consultado o capítulo VII. Remunerações, ponto D. Divulgação das Remunerações.

7 Da aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Membro do CA	Gastos com Comunicação (EUR)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Luís Machado do Vale	80	132	
Fernanda da Conceição Abreu Lacerda	80	127	
Manuel António Cordeiro Moras	80	106	
Filipe José Araújo da Silva	80	246	
Cristiana da Costa Barbosa	80	170	
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	n.a.		
António Gonçalves Bragança Fernandes	80	83	
Total		864	

Não existem despesas associadas a telefone domiciliário.

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (EUR)				
	Plafond Mensal Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Conservação Reparação e Outros	Total
José Luís Machado do Vale	572,28	3 131	2 282	690	6 103
Fernanda da Conceição Abreu Lacerda	515,05	3 795	1 697	367	5 858
Manuel António Cordeiro Moras	457,82	1 846	746	66	2 658
Filipe José Araújo da Silva	457,82	3 367	917	70	4 353
Cristiana da Costa Barbosa	457,82	3 592	1 292	47	4 931
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	não definido				0
António Gonçalves Bragança Fernandes	não definido				0
Total					23 904

8 Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Águas do Norte, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público.

9 Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional".

10 Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datado de 1 de julho de 2009.

A empresa adotou desde 1 de julho de 2015 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet <https://www.adnorte.pt/pt/aguas-do-norte/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas/?id=82>. Já em 2022 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 13 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A. procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Norte, S.A. e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdNorte uma das empresas que subscreeveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade

A Águas do Norte, S.A. e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

II Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transaccional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habituação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158 ° do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

Eficiência Operacional	Real	PAO	Real	Real	Variação Real 2021 / Real		Variação Real 2021 / Real	
	2021	2021	2020	2019	Valor	%	Valor	%
(0) EBITDA	64 635 274	60 260 727	64 970 691	54 741 808	-335 417	-0,5%	9 893 466	18,1%
(1) CMVMC	4 216 844	4 635 997	4 015 977	4 308 787	200 867	5,0%	-91 943	-2,1%
(2) FSE	47 760 234	48 860 286	47 034 110	46 235 995	726 124	1,5%	1 524 239	3,3%
(3) Gastos com Pessoal	13 992 303	14 666 704	13 314 023	13 415 350	678 279	5,1%	576 953	4,3%
(3.I) Indemnizações pagas por rescisão	2 477	-	1 177	127 761	1 300	110,4%	-125 284	-98,1%
(3.II) Valorizações remuneratórias	89 532	147 857	106 905	335 323	-17 373	-16,3%	-245 791	-73,3%
(3.III) Impacto da aplicação dos IRCT	-	-	-	-	-	-	0	-
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos (3.I, 3.II e 3.III)	13 900 293	14 518 846	13 205 941	12 952 266	694 352	5,3%	948 028	7,3%
(5) Impacto da Pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (FSE e G Pessoal)	3 987	143 280	108 921	-	-104 934	-96,3%	3 987	100,0%
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(4)-(5)	65 873 385	67 871 849	64 147 107	63 497 048	1 726 278	2,7%	2 376 337	3,7%
(7) Volume de negócios (VN) ^(*)	131 494 851	129 338 348	129 821 166	119 622 812	1 673 685	1,3%	11 872 039	9,9%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	0	-
(8) Perda de Receita decorrente da Pandemia por COVID-19 (*)	-	-	618 026	-	-618 026	-100,0%	-	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+7.1)	131 494 851	129 338 348	130 439 192	119 622 812	1 055 658	0,8%	11 872 039	9,2%
(10) Peso dos Gastos / VN = (6) / (9)	50,10%	52,48%	49,18%	53,08%	0,9%	1,9%	-2,4%	-2,4%
(I) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	5 564	49 037	14 427	58 264	-8 863	-61,4%	-52 700	-90,4%
(II) Gastos com Ajudas de Custos (G.c./Pessoal)	815	4 000	1 219	8 443	-404	-33,1%	-7 629	-90,4%
(III) Gastos associados à frota automóvel	2 009 427	2 050 761	1 939 545	2 051 663	69 882	3,6%	-42 236	-2,1%
(11) Total = (I) + (II) + (III)	2 015 806	2 103 798	1 955 190	2 118 370	60 615	-91,0%	-102 564	-4,8%
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	111 530	114 100	126 801	131 217	-15 271	-12,0%	-2 570	-2,3%
N.º total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	609	610	599	565	10	1,7%	41	7,8%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	8	8	-1	-12,5%	-1	-12,5%
N.º Cargos de Direção (CD)	12	12	12	12	-	0,0%	0	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	590	590	579	545	11	1,9%	45	8,3%
N.º Trabalhadores/N.º CD	49	49	48	45	1	1,9%	4	8,3%
N.º de viaturas	276	276	276	270	0	0,0%	6	2,2%

Os gastos operacionais registam um aumento de 3,7% face a 2019, com destaque para os Gastos com Pessoal (tendo sido autorizado o seu aumento extraordinário através do Despacho n.º 592/2021 -SET de 07/07/2021) e FSE.

O aumento verificado nos FSE teve como origem fundamentalmente o aumento na Conservação e Reparação, no Tratamento de Lamas e Resíduos.

No global verificou-se um decréscimo, em cerca de 2,5% no peso dos gastos (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) sobre o Volume de Negócios (que apresenta o aumento de 9,9% relativamente a 2019).

Os gastos com viaturas e deslocações apresentam uma redução relativamente a 2019 de 2,1% e 90,4% respectivamente. As ajudas de custo uma redução de 90,0%, face a 2019.

Nos termos do artigo 158º do Decreto – Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o valor do GOVN é de 50,17%, apresentando face a 2019 um decréscimo no indicador de 3,3%.

Os impactos da Pandemia por COVID-19 nos gastos operacionais em 2021 não foram muito expressivos, como se pode verificar no quadro abaixo. foram sentidos não só a nível dos gastos operacionais, como também nos rendimentos operacionais, em concreto no volume de negócios. Na nota 38.1 - Outros assuntos – COVID-19 apresenta-se resumo relativamente a algumas medidas tomadas e efeitos nos gastos operacionais.

O quadro abaixo evidencia a mensuração desses impactos gerados nos gastos operacionais:

Aumento dos seguintes Gastos Operacionais:	Alta	Baixa	Total AdNorte
FSE-Segurança Trabalho	13 298	8 011	21 309
FSE-Conserv e Rep - Edifícios e outras construções	623	1 123	1 746
FSE-Conserv e Rep - Ferramentas e utensílios	742	72	814
FSE-Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	84		84
FSE-Equipamentos de telecomunicações	12 926		12 926
FSE-Limpeza Higiene e Conforto	77	2	79
FSE-Desinfecção às instalações	1 484		1 484
Total FSE	29 234	9 209	38 443
G c/ P-Out.G c/ P-Fardamento	47 786	4 725	52 511
G c/ P-Rem.Pessoal-A. excepcional COVID19	2 570		2 570
Total Gastos Com Pessoal	50 356	4 725	55 081
Total aumento (FSE + Gastos Com Pessoal)	79 590	13 934	93 524
Diminuição dos seguintes Gastos Operacionais:	Alta	Baixa	Total AdNorte
Gc/P-P-O.R.Var. - Comp. Mobilid. Geográfica (variação face a 2019)	31 195	7 135	38 330
FSE - Combustíveis (Efeito - menos kms percorridos)	3 619	665	4 284
FSE - Deslocações e estadas/portagens (Efeito - menos kms percorridos)	45 979	944	46 923
Total diminuição (FSE + Gastos c/ Pessoal)	80 793	8 744	89 537
Total impacto gastos Operacionais -	- 1 203	5 190	3 987
Impacto FSE -	20 364	7 600	- 12 764
Impacto Gastos com Pessoal	19 161	- 2 410	16 751
Impacto total - Resultados Operacionais	-1 203	5 190	3 987

14 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, em cumprimento do disposto no nº7 do artigo 49º do DLEO 2019

Nesta matéria a Águas do Norte, S.A. segue as orientações emanadas pelo Grupo AdP, conforme descrição a seguir.

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP
 - a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

(

15 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º da LOE 2021 e artigo 115º do DLEO 2019

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneo dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras da empresa, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades da empresa, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Durante o ano de 2021 a Águas do Norte, S.A. não teve aplicações financeiras.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.

Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:

- Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP

As disponibilidades junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., são as seguintes:

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	EUR	EUR	EUR	EUR
Disponibilidades	12 504	-	13 552	36 286
Depósitos à ordem - cauções	1 210 452	1 420 167	1 359 371	1 458 338
Total	1 222 955	1 420 167	1 372 924	1 494 623

As disponibilidades da Águas do Norte, S.A. (para fazer face às necessidades correntes), junto da banca comercial são apresentadas no seguinte quadro:

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
	EUR	EUR	EUR	EUR
Novo Banco*	13 194	16 433	17 258	14 073
BPI*	62 651	65 171	71 214	65 514
Santander*	54 028	30 471	20 088	51 449
Millenniumbcp*	10 977	10 599	50 570	41 333
Caixa Geral Depósitos*	61 262	131 630	79 563	72 431
Montepio Geral	648	648	640	-
Caixa Crédito Agrícola Mutuo*	1 016	805	1 347	1 693
Bankinter*	110	843	4 143	20 236
BBVA	11	-	-	-
Total	203 897	256 601	244 823	266 728

* Disponibilidades associadas a pedido de exceção da UTE

16 Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

17 Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.º da Lei .º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 junho.

A informação relativa a este ponto ser consultada nos capítulos Sustentabilidade Empresarial e Gestão do Capital Humano.

O plano para a igualdade para 2021 foi aprovado na Comissão Executiva da Águas do Norte, S.A. de 29 de dezembro de 2021 e publicado no site da Águas do Norte, S.A., tendo sido remetido para o SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado o link com o sítio da internet. O mesmo está disponível para consulta em para <http://www.adnorte.pt/pt/aguas-do-norte/trabalhar-na-aguas-do-norte/igualdade-de-genero?id=170>.

18 Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º-B ou 508.º -G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos nºs 2 dos mencionados artigos

Águas do Norte, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 dos art.º 66-B ou 508.º-G, podendo a informação ser consultada nos capítulos Sustentabilidade Empresarial e Gestão do Capital Humano, bem como no anexo I do Relatório de Governos Societário do ano 2021.

19 Quadro com informação a constar no *site* do SEE

Não aplicável. Conforme orientações da DGTF a Águas do Norte, S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

DR.

[Handwritten signatures and initials]

Perspetivas Futuras

A atividade da Águas do Norte, S.A. em 2022, apesar da continuação e agravamento da pandemia, não poderá deixar de prosseguir os objetivos traçados pela manutenção e melhoria dos níveis de qualidade de serviço já perseguidos nos anos anteriores, reforçando e melhorando no que for possível a performance global da organização.

A tarefa da empresa é muito importante para a qualidade de vida das populações servidas e para a resiliência do ambiente na região em que se insere. O ano de 2022 trará dificuldades acrescidas pelo facto da pandemia por COVID-19 ainda não ter terminado, e pela crise climática e energética que vivemos, o que levará a um esforço e dedicação maiores e a desafios ainda mais exigentes, que a comunidade envolvente irá certamente apreciar. Contudo, estamos plenamente convencidos que a Águas do Norte terá, como já demonstrou, a capacidade para acomodar e ultrapassar as adversidades, estando seguros de que este exercício se fará sem alterações no nível de qualidade e ainda melhorando a eficiência do serviço prestado.

A Águas do Norte está totalmente alinhada com os compromissos do Quadro Estratégico do Grupo Águas de Portugal, definidos para o triénio 2020-2022, para reforçar a capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular, dando seguimento aos desafios definidos neste domínio nas áreas de governação, excelência de serviço e utilidade social.

A transposição destes desígnios para a esfera da Águas do Norte, S.A. traduz-se num plano de investimentos para 2022 de cerca de 41 ME.

Neste valor estão incluídos os investimentos de construção de novas infraestruturas, designadamente os de expansão de redes de Saneamento do Sistema de Águas da Região do Noroeste apresentados na candidatura REACT-EU - Saneamento de Águas Residuais Urbanas em baixa - Programa Compete 2020.

Fazem parte também do plano de investimentos para 2022, os investimentos de renovação dos ativos existentes, da digitalização de serviços ambientais, da adaptação e resiliência dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e de sustentabilidade das infraestruturas e eficiência operacional, de economia circular e de neutralidade energética, sendo que estes últimos projetos aguardam aprovação por parte do Concedente, quer em termos físicos quer em termos de comparticipação do financiamento, nos termos do contrato de concessão.

O Plano de Eficiência e de Produção de Energia será um desígnio dos próximos anos, com a ampliação dos sistemas de produção de energia solar, do aumento da produção de biogás para produção de energia, bem como nos investimentos na produção hídrica e eólica, que são uma prioridade para a melhoria da performance energética da empresa, tendo em vista a redução significativa na fatura da energia elétrica consumida com o objetivo último de se atingir a neutralidade energética, com base na redução de consumos por via da eficiência energética e na produção própria de energia 100% renovável.

O desafio da sustentabilidade económico-financeira continuará a ser central da nossa atividade comercial e operacional. Naturalmente que aos clientes e acionistas não podemos deixar de recordar a importância de cooperarem com a Águas do Norte no sentido de manter uma tesouraria equilibrada, condição sem a qual não é possível garantir a estabilidade financeira para manter os níveis de serviço e de investimento desejados por todos.

A redução de gastos operacionais será, à semelhança dos anos anteriores, uma preocupação da gestão para a qual continuarão a manter-se em prática medidas de contenção e otimização de recursos, que permitam o cumprimento das orientações para o setor empresarial do estado.

No que respeita ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, no ano de 2022 prevê-se a materialização do alargamento do sistema de abastecimento de água no concelho de Santo Tirso, dando início à atividade nas freguesias do Vale do Leça, em resultado dos aditamentos aos contratos de Parceria de Gestão assinados em 2021.

Em matéria de eficiência hídrica, tanto no sistema em alta, cujo índice de água não faturada se encontra já dentro dos padrões de excelência de serviço, mas sobretudo nas redes em baixa, continuará a dar-se destaque à implementação do Plano de Controlo Ativo de Perdas de Água, com a incorporação de objetivos de redução ainda mais ambiciosos.

A procura de ganhos de eficiência na exploração dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas é uma tarefa nunca esgotada. A implementação de mecanismos de reporte permanentes, que permitam a comparabilidade entre instalações, terá que ser um estímulo à melhoria contínua, à inovação e à obtenção de ganhos de produtividade e eficiência. Na gestão das operações, pretende-se ir além do cumprimento da "licença de utilização", dando continuidade e desenvolvendo os mecanismos de gestão e de melhoria da eficiência e de redução de custos já implementados.

Continuará a apoiar-se o desenvolvimento de projetos inovadores, que contemplam medidas e ações que visem a melhoria e eficiência dos processos, a expansão do conhecimento e a satisfação das partes interessadas num quadro de sustentabilidade Financeira, Ambiental e Social da Empresa.

Pretende-se dar também continuidade ao plano de transição digital delineado, fundamentalmente apostado no desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras e disruptivas nos ambientes industriais, dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, orientando a Águas do Norte para a quarta revolução industrial, também conhecida como Indústria 4.0. Essas tecnologias possibilitarão aumento de produtividade, flexibilidade e adaptabilidade dos processos de negócio, e um relacionamento mais próximo com os clientes e com as demais partes interessadas.

Considerações Finais

Em face do exposto o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. considera que os objetivos listados para o exercício de 2021 foram atingidos, tendo-se cumprido as atividades previstas para esse exercício.

Os resultados alcançados tiveram o contributo de um conjunto diverso de entidades e de individualidades, que o Conselho de Administração considera de toda a justiça expressar o seu reconhecimento e o seu agradecimento, entre os quais se destacam:

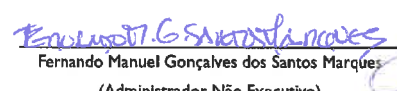
- Ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, pelo interesse, empenho, colaboração e apoio demonstrados;
- À Entidade Reguladora de Águas e de Resíduos, pelos contributos para o setor, mas sobretudo por uma ação de proximidade reforçada que, sem comprometer a sua independência, permitiu uma ação desta empresa mais dirigida e eficiente;
- Ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, entidade responsável pela gestão do Fundo de Coesão da União Europeia em Portugal, pelo importante apoio financeiro a este projeto de desenvolvimento regional e à forma construtiva com que cooperou com esta organização na busca de soluções que maximizassem a eficácia dos investimentos;
- Ao Fundo Ambiental pelo importante apoio financeiro a este projeto de desenvolvimento regional;
- À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo apoio, ajuda e orientações prestadas. Seria escasso não destacar o reforço da cooperação de proximidade com a multiplicação de participação da Administração da AdP em iniciativas da Águas do Norte, e um acompanhamento efetivo da vida da nossa organização;
- Aos Municípios, pela participação empenhada e ativa nas atividades da Empresa no decurso de 2021;
- À APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., em particular à ARH Norte, pela colaboração e apoio sempre demonstrados;
- A todos os organismos regionais, pela colaboração recebida nos diversos aspetos da nossa atividade, em particular à UM e à UTAD que têm vindo a demonstrar serem parceiros de excelência em diversos projetos;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa, pela cooperação leal e construtiva demonstrada no exercício das suas funções e competências;
- Aos Órgãos de Fiscalização (Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal), pelo modo eficiente e profissional como têm acompanhado as mais diversas atividades da Sociedade;
- A todos os Colaboradores da Águas do Norte, S.A., que contribuíram decisivamente, com a sua dedicação, competência e profissionalismo, para a concretização dos objetivos, metas e sucessos alcançados e que encontram no desígnio da melhoria contínua o estímulo para continuarem comprometidos com a missão desta organização.


Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração


José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)


Filipe José Arrêjo da Silva
(Administrador Executivo)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)


Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)


Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

100

13/11/2021
13/11/2021
13/11/2021

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 30º dos Estatutos da Sociedade, constantes do Anexo ao Decreto-lei n.º 93/2015 de 29 de maio, e ouvido o acionista maioritário, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo de 4.199.667,92 EUR tenha a seguinte aplicação:

- 209.983,40 EUR para reserva legal;
- 3.989.684,52 EUR para resultados transitados.

Relativamente aos acionistas da Categoria A e da Categoria C, a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados terá a seguinte distribuição:

Distribuição	Categoria A (EUR)	Categoria C (EUR)	TOTAL (EUR)
Reserva Legal	184 482,06	25 501,33	209 983,40
Resultados Transitados	3 505 159,21	484 525,32	3 989 684,52
TOTAL	3 689 641,27	510 026,65	4 199 667,92

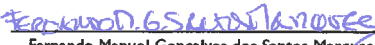
Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que a Águas do Norte, S.A. não se encontra em mora de quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal.

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração



José Luís Cameiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

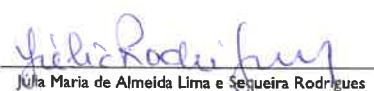

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)


Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)

Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 76.329.952 ações – sendo 67.302.952 A e 9.027.000 ações da Categoria A e C, respetivamente - com o valor nominal de 1,00 EUR (um euro), correspondentes a 68,73% do Capital Social da Águas do Norte, S.A.. Esta informação encontra-se de uma forma detalhada na Nota 16.3 deste relatório.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2021:

- Relativamente ao valor do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2021, e no que diz respeito à atividade em Alta, a Águas do Norte, S.A. enviou em janeiro transato o respetivo valor para aprovação da ERSAR. Relativamente à atividade em Baixa, a Águas do Norte, S.A. submeterá à Comissão de Parceria o respetivo valor para aprovação

A existirem ajustamentos ao DRG que o Conselho de Administração considere de probabilidade de ocorrência reduzida atendendo aos argumentos defendidos no processo de contraditório, serão limitados àquela quantia máxima.

Eventuais acertos que daqui resultem serão refletidos nas contas do exercício de 2022

- Para além do apresentado acima, não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.

Em cumprimento das disposições legais vigentes, o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. informa que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal.

HR

Parte B - Contas do Exercício de 2021

↓
B
M
&
A
↓

↓
M

R.

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

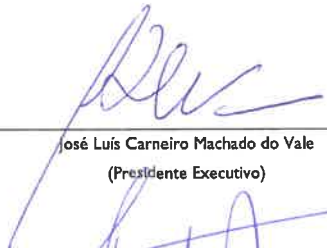
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021

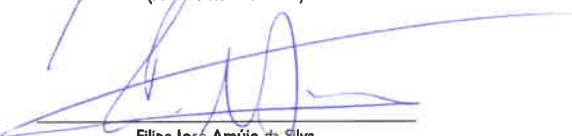
Demonstração da Posição Financeira

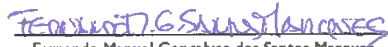
	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6.3	1 071 617 863	1 098 264 981
Ativos fixos tangíveis	7.3	952 764	697 215
Ativos sob direito de uso	8.3	4 006 003	4 899 659
Outros ativos financeiros	9	50 926	38 057
Impostos diferidos ativos	33	50 229 990	47 406 819
Desvio tarifário ativo	10	231 787 782	251 088 582
Clientes	11	694 295	1 054 503
Outros ativos não correntes	12	0	13 790
Total dos ativos não correntes		1 359 339 624	1 403 463 606
Ativos Correntes			
Inventários	13	2 026 489	1 999 719
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14	3 458 338	8 124 535
Clientes	11	91 574 511	89 668 217
Outros ativos correntes	12	28 619 900	24 309 969
Caixa e seus equivalentes	15	1 767 651	1 360 142
Total dos ativos correntes		127 446 890	125 462 582
Total do ativo		1 486 786 514	1 528 926 189
Capital próprio			
Capital social	16	108 095 468	108 095 468
Reservas e outros ajustamentos	16	2 974 724	2 752 298
Resultados transitados	16	158 178 243	153 952 134
Resultado líquido do exercício	16	4 199 668	4 448 537
Total do capital próprio		273 448 103	269 248 435
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	101 152 030	101 409 683
Subsídios ao investimento	19	466 444 350	483 116 466
Empréstimos	20	502 496 671	524 670 876
Passivos da locação	8.4	2 203 829	2 915 558
Fornecedores e outros passivos não correntes	21	6 416 883	7 709 252
Impostos diferidos passivos	33	74 641 686	79 685 516
Total dos passivos não correntes		1 153 355 451	1 199 507 351
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	23 837 673	19 118 520
Passivos da locação	8.4	866 647	1 083 451
Fornecedores e outros passivos correntes	21	34 317 118	36 288 916
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	961 523	3 679 516
Total dos passivos correntes		59 982 960	60 170 403
Total do passivo		1 213 338 411	1 259 677 753
Total do passivo e do capital próprio		1 486 786 514	1 528 926 189

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração



José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)


Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

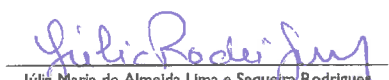

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)



Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)


Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)


Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)


Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

JR.


Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2021	2020
Vendas	23	60 809 483	60 604 033
Prestações de serviços	23	70 685 368	69 217 133
Rendimentos de construção em ativos concessionados	23	26 690 113	21 572 243
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 23	-19 300 800	-13 043 238
Gasto das vendas	24	-4 216 844	-4 015 977
Gastos de construção em ativos concessionados	24	-26 690 113	-21 572 243
Fornecimentos e serviços externos	25	-47 760 234	-47 034 110
Gastos com pessoal	26	-13 992 303	-13 314 023
Amortizações do exercício	27	-54 643 344	-57 558 047
Perdas por imparidade e reversões	28	-447 426	-1 001 799
Subsídios ao investimento	19	22 154 812	21 628 932
Outros gastos e perdas operacionais	29	-1 384 390	-1 178 975
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	494 194	692 610
Resultados operacionais		12 398 516	14 996 540
Gastos financeiros	31	-11 402 876	-12 498 822
Rendimentos financeiros	32	4 124 764	4 362 877
Resultados financeiros		-7 278 112	-8 135 945
Resultados antes de imposto		5 120 404	6 860 595
Imposto corrente	33	-8 787 737	-9 345 699
Imposto diferido	33	7 867 001	6 933 640
Resultado líquido do exercício		4 199 668	4 448 537
Rendimento integral		4 199 668	4 448 537


Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

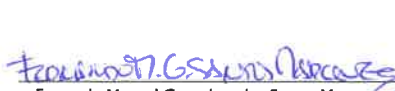
O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)



 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice-Presidente Executiva)



 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
 (Administrador Não Executivo)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)


 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado n.º 79 877)


 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

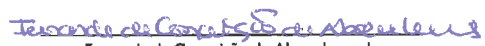
Demonstração das Alterações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2019	16	107 899 980	0	2 412 106	79 764	149 004 005	5 208 557	264 604 411
Aplicação do resultado de 2019								
AdNorte (Concessão)	16.2			236 217		4 488 120	-4 724 336	
AdNW (Parceria)	16.2			24 211		460 009	-484 220	
Realizações de Capital								
AdNorte (Concessão)								
AdNW (Parceria)	16.2	195 488						195 488
Resultado líquido de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 942 464	3 942 464
AdNW (Parceria)	16.2						506 073	506 073
Saldo a 31 de dezembro de 2020	16	108 095 468	0	2 672 533	79 764	153 952 134	4 448 537	269 248 435
Aplicação do resultado de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2			197 123		3 745 340	-3 942 464	0
AdNW (Parceria)	16.2			25 304		480 769	-506 073	0
Realizações de Capital								
AdNorte (Concessão)								0
AdNW (Parceria)	16.2							0
Resultado líquido de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 689 641	3 689 641
AdNW (Parceria)	16.2						510 027	510 027
Saldo a 31 de dezembro de 2021		108 095 468	0	2 894 960	79 764	158 178 243	4 199 668	273 448 103

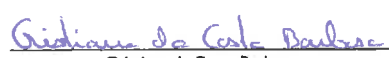
Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração


José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

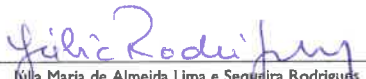

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)

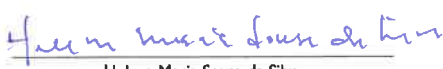

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)



Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequêira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)


Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)


Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		125 967 612	139 272 887
Pagamentos a fornecedores	-	61 434 367	-61 283 469
Pagamentos ao pessoal	-	9 308 153	-8 906 293
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	-	11 857 655	-8 519 484
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		11 328 202	10 121 595
		54 695 638	70 685 236
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis		50 825	11 163
Recebimentos de subsídios de investimento		4 691 913	3 543 110
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	871 104	-208 473
Pagamentos de ativos intangíveis	-	27 029 590	-21 520 254
	-	23 157 957	-18 174 454
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	25 830 000	30 950 000
Recebimentos de realizações de capital	16		195 488
Recebimentos de juros e rendimentos similares		932 669	1 096 492
Pagamentos de empréstimos obtidos	20.2	- 44 397 520	-70 117 517
Pagamentos Passivos da locação	8.5	- 928 533	-474 070
Pagamentos de juros e gastos similares	-	12 566 789	-13 677 135
	-	31 130 172	-52 026 743
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	1 360 142	876 102
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	1 767 651	1 360 142
		407 509	484 039


Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	6 300	5 924
Depósitos à ordem	1 761 351	1 354 218
	1 767 651	1 360 142
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	1 767 651	1 360 142


Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)



 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice- Presidente Executiva)



 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
 (Administrador Não Executivo)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)


 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado n.º 79 877)


 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

Notas às Demonstrações Financeiras

I. Atividade económica da Águas do Norte, S.A.

I.1. Introdução

A Águas do Norte, S.A. (adiante designada também por Águas do Norte, S.A. ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 29 de maio de 2015, tendo a sua sede social rua D. Pedro I A, em Vila Real. A Águas do Norte, S.A. tem como objeto a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.

A Águas do Norte, S.A. tem como principal acionista a Águas de Portugal, SGPS (68,73%) e um conjunto de municípios conforme detalhe apresentado na nota 16.2.

I.2. Atividade económica

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, tendo-lhe sido atribuída a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A Águas do Norte, S.A. resulta da agregação das sociedades Águas do Noroeste, S.A. (AdNoroeste) e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (AdTMAD), tendo-lhe sido transmitido o património global das sociedades agregadas, que integra o capital social da Sociedade na data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio, atribuindo-se aos acionistas daquelas sociedades as partes representativas do capital social da Sociedade, as quais foram fixadas em termos proporcionais, tendo por referência a participação nominal dos acionistas no capital social das entidades gestoras extintas.

A Águas do Norte, S.A. sucedeu em todos os direitos e obrigações das sociedades concessionárias referidas, que foram extintas, sem necessidade de liquidação e as operações das sociedades extintas foram consideradas, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efetuadas por conta da Águas do Norte, S.A. reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

A Águas do Norte, S.A. tem como objeto social a exploração e gestão em regime de exclusivo do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, bem como dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, resultantes de parcerias entre o Estado e os municípios celebradas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, designadamente o Sistema de Águas da Região do Noroeste.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal integra como utilizadores:

- a) No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Arcos de Valdevez, Armamar, Boticas, Bragança, Caminha, Celorico de Basto, Chaves, Esposende, Fafe, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Trofa, Valença, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais;
- b) No abastecimento de água, os municípios de Barcelos e Maia;
- c) No saneamento de águas residuais os municípios de Amarante, Amares, Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Terras de Bouro, Vila Verde e Vizela.

A atividade da Empresa vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.é, 31 de dezembro de 2045. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a Águas do Norte, S.A., à data de 30 de junho de 2015. Este contrato previsto no decreto-lei da constituição da Sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos, correspondendo estes à diferença existente, à data da extinção das concessionárias dos sistemas extintos, entre os resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, bem como à diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido

que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas que permitissem a cobertura integral dos gastos das atividades em cenário de eficiência produtiva e a remuneração adequada dos capitais próprios da concessionária.

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

O Sistema de Águas da Região do Noroeste, atrás referido, constituído ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, resulta da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013. A atividade da Empresa vigorará por um período de 50 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do quinquagésimo ano, i.e. 31.12.2063.

A intervenção prevista no contrato de gestão assenta nos seguintes objetivos estratégicos para o setor:

- A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, uma vez que a solução proposta ao nível técnico e de gestão vem reforçar as condições de universalidade, continuidade e qualidade na prestação dos serviços, numa solução de solidariedade regional;
- A sustentabilidade do setor, uma vez que as soluções técnicas e de gestão que nos propomos desenvolver com os Municípios têm associadas preocupações de melhoria da produtividade e da eficiência e a coordenação com as políticas de desenvolvimento regional;
- A proteção dos valores ambientais, nomeadamente quanto às garantias acrescidas de boas práticas ambientais, e quanto ao desenvolvimento sustentável, num quadro de reforço dos mecanismos de regulação.

Este sistema foi gerido até 30 de junho de 2015 pela Águas do Noroeste, SA, entretanto extinta, tendo a Águas do Norte, S.A. sucedido na exploração e gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste, com base no disposto na Cláusula 30.ª do contrato de parceria.

De acordo com o Contrato de Parceria o valor do DRG a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação da Comissão da Parceria.

O desenvolvimento da exploração relativa ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, tem em consideração o disposto na legislação, no contrato de parceria e no contrato de gestão, nomeadamente a adoção e a execução, tanto na construção das infraestruturas como na correspondente exploração do serviço, o modelo de financiamento constante do EVEF em vigor, devendo ser considerados o capital próprio da entidade gestora, as participações e subsídios atribuídos, as receitas provenientes das tarifas dos serviços de águas relativos ao sistema e quaisquer outras fontes de financiamento, designadamente empréstimos. Para esse efeito, e ao longo do 1.º subperíodo tarifário (2015 a 2019), foram ajustadas as tarifas constantes do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, a preços de 2013, com base na Variação Média Anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) . Ano a ano o projeto tarifário é submetido para a apreciação à ERSAR. Salienta-se que a Parceria compreende 2 períodos tarifários – um de 10 anos, que se decompõe em 2 subperíodos tarifários, cada um de 5 anos, sendo o primeiro, que corresponde ao período de realização do investimento inicial, designado por período de convergência tarifária e que atualmente se encontra finalizado e, um segundo, a decorrer entre o termo do primeiro período e o termo do contrato de gestão, dividido em subperíodos tarifários, cada um de 5 anos. Foi aprovado para o período de 2020 a 2024 o tarifário a aplicar neste 2.º subperíodo tarifário.

Refere-se ainda, que a gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste se encontra submetida à supervisão da entidade reguladora competente, nos termos legalmente previstos.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

Parte dos pressupostos utilizados estão considerados no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) pós cisão e nas alterações provenientes do processo de cisão associado ao contrato de concessão em alta, submetido à aprovação do concedente, a qual ainda não foi obtida.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração no dia 24 de fevereiro de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões e Parcerias

2.2.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Norte, S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A Águas do Norte, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2 Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos

termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão de que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à empresa é o do ativo intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.3 Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em immobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetados ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão/parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão/parceria.

As taxas de amortização no ano findo em 31 de dezembro de 2021 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram os seguintes:

Sistema	Taxa amortização 2021		Caudal remanescente dezembro		Caudal 2021	
	Abastecimento de água	Saneamento	Abastecimento de água	Saneamento	Abastecimento de água	Saneamento
Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento	4,3436%	3,8193%	1 681 218 194	2 044 406 275	76 341 960	81 182 996
Sistema de Águas da Região do Noroeste	1,6934%	2,0879%	177 510 205	221 873 725	3 057 651	4 731 171

2.2.5 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da Águas do Norte, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6 Desvio de recuperação de gastos (Déficit / Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A Águas do Norte, S.A. regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do terceiro período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do terceiro período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente,

relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.7 Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respectivas rubricas:

- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 7.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 8.2 – vida útil de locações
- Nota 10.2. – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outros rendimento integral

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2.4.1 Desvio de Recuperação de Gastos de 2021

O valor do Desvio de Recuperação de Gastos referente ao exercício de 2021 apurado, e no que diz respeito à atividade em Alta, foi submetido à aprovação da ERSAR em 31 de janeiro transato, devendo a ERSAR emitir o Projeto de Decisão até ao final de fevereiro.

No que respeita à atividade em baixa o DRG apurado será sujeito a aprovação da Comissão de Parceria.

A existirem ajustamentos ao DRG 2021 serão refletidos nas contas do exercício de 2022.

2.4.2 Ação Administrativa

No dia 10 de janeiro de 2022 a Águas do Norte, S.A. foi citada de uma ação administrativa comum instaurada pelo Município de Bragança contra a AdNorte e Estado Português (Processo nr.º 433/21.9BEMDL). O Município de Bragança vem

requerer uma indemnização no valor de 6.375.655,99 EUR, por alegados danos, decorrentes da não fixação da sede da Ex-ATMAD em Bragança. A Águas do Norte, S.A. vai apresentar contestação.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
• IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro 2023	1 de janeiro de 2021
• IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2021 e que a Águas do Norte, S.A. não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022

- Ainda não endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
• IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2022
• IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
• IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
• Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022
• IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
• IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	1 de janeiro de 2023
• IAS 1 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
• IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
• IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
• IAS 12 – Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo AdP após 1 de janeiro de 2021.

3.4 Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Informação por segmentos operacionais

4.1. Políticas contabilísticas

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos operacionais. Um segmento operacional está comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam os segmentos operacionais que operam em outros ambientes económicos. Os segmentos operacionais identificados são os seguintes:

- exploração e gestão do sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal (*alta*);
- exploração e gestão do sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento (*baixa*)

4.2. Informação por segmento

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é apresentada como se segue:

Demonstração dos Resultados	2021							
	Atividade em Alta				Atividade em Baixa			
	AA	AR	Construção	Total	AA	AR	Construção	Total
Rendimentos de construção em ativos concessionados			20 571 995	20 571 995			6 118 118	6 118 118
Gastos de construção em ativos concessionados			-20 571 995	-20 571 995			-6 118 118	-6 118 118
Vendas	53 189 911			53 189 911	7 644 722			7 644 722
Prestação de serviços		65 834 906		65 834 906		10 095 077		10 095 077
Volume de negócios	53 189 911	65 834 906		119 024 817	7 644 722	10 095 077		17 739 799
Custo das vendas	-1 872 779	-741 283		-2 614 062	-1 627 933	0		-1 627 933
Margem bruta	51 317 133	65 093 622	0	116 410 755	6 016 789	10 095 077	0	16 111 866
Fornecimentos e serviços externos	-12 925 549	-27 918 449	0	-40 843 998	-2 651 502	-9 509 348	0	-12 160 850
- Subcontratos	-446 763	-16 603 741		-17 050 504	-227 715	-7 721 947		-7 949 662
- Trabalhos Especializados	-2 401 055	-4 210 003	0	-6 611 059	-529 504	-944 091	0	-1 473 596
+ Assistência Técnica	-11 659	-63 465		-75 124	-44 254	-209 275		-253 529
+ Tratamento de Resíduos	-137 381	-1 987 222		-2 124 602	-728	-252 234		-252 962
+ Fee's	-1 314 453	-1 136 538		-2 450 991	-152 894	-201 902		-354 796
+ Restantes Trabalhos Especializados	-937 563	-1 022 778		-1 960 342	-331 627	-280 681		-612 308
- Conservação	-2 640 575	-2 439 846		-5 080 421	-956 520	-201 459		-1 157 979
- Energia Elétrica	-5 471 216	-3 104 981		-8 576 197	-275 400	-120 260		-395 661
- Combustíveis	-461 323	-269 181		-730 504	-126 483	-9 141		-135 624
- Deslocações e Estados	-53 182	-47 692		-100 874	-18 325	-8 947		-27 272
- Rendos e Aluguéis	-423 461	-354 442		-777 903	-139 345	-20 522		-159 867
- Comunicações	-146 456	-101 665		-248 120	-176 049	-260 596		-436 644
- Seguros	-298 299	-162 605		-460 904	-1 473	-18 796		-20 270
- Restantes FSE	-583 219	-624 292		-1 207 511	-200 688	-203 589		-404 277
Gastos com pessoal	-5 973 875	-5 978 408		-11 952 283	-1 132 289	-907 731		-2 040 020
Amortizações do exercício	-28 084 046	-22 594 097		-50 678 144	-1 871 500	-2 093 700		-3 965 201
Provisões e reversões do exercício	2 081	31 013		33 093	721	1 116		1 837
Perdas por imparidade e reversões	-45 033	-192 289		-237 323	-96 193	-148 841		-245 034
Subsídios ao investimento	11 541 267	10 100 476		21 641 743	201 415	311 654		513 068
Outros gastos e perdas operacionais	-467 290	-369 194		-836 485	-547 469	-436		-547 905
Outros rendimentos e ganhos operacionais	98 650,30	118 496,08		217 146	100 898	176 150		277 047
Resultados operacionais (antes de DRG)	15 463 336	18 291 170	0	33 754 506	20 870	-2 076 060	0	-2 055 190
Desvlo de recuperação de gastos (DRG)				-22 322 302				3 021 503
Resultados operacionais				11 432 203				966 312
Gastos financeiros				-10 993 319				-409 557
Rendimentos financeiros				4 058 850				65 914
Resultados financeiros				-6 934 469				-343 643
Resultados antes de Imposto (antes de DRG)				26 820 037				-2 398 833
Resultados antes de imposto				4 497 735				622 669
Imposto do exercício				-8 753 132				-34 605
Imposto diferido				1 906 767				706 467
Resultado líquido do exercício operações (antes de DRG)				19 973 672				-1 726 971
Imposto diferido do DRG				6 038 271				-784 504
Resultado líquido do exercício				3 489 441				510 027

Demonstração dos Resultados	2020							
	Atividade em Alta				Atividade em Baixa			
	AA	AR	Construção	Total	AA	AR	Construção	Total
Rendimentos de construção em ativos concessionados			15 296 850	15 296 850			6 275 393	6 275 393
Gastos de construção em ativos concessionados			-15 296 850	-15 296 850			-6 275 393	-6 275 393
Vendas	52 904 783			52 904 783	7 738 976			7 738 976
Prestitação de serviços		63 959 023		63 959 023		10 446 963		10 446 963
Volumen de negócios	52 904 783	63 959 023		116 863 807	7 738 976	10 446 963		18 185 939
Custo das vendas	-1 974 286	-436 661		-2 410 947	-1 644 756	0		-1 644 756
Margem bruta	50 930 497	63 522 363	0	114 452 860	6 094 220	10 446 963	0	16 541 183
Fornecimentos e serviços externos	-13 335 898	-27 419 714	0	-40 755 612	-2 932 846	-8 534 505	0	-11 467 351
- Subcontratos	-795 802	-16 524 113		-17 319 915	-1 007 277	-6 893 836		-7 901 113
- Trabalhos Especializados	-2 437 146	-3 840 890	0	-6 278 036	-302 810	-910 113	0	-1 212 923
+ Assistência Técnica	-252 982	-262 344		-515 326	-41 025	-208 626		-249 652
+ Tratamento de Resíduos	-201 517	-1 507 084		-1 708 601		-171 552		-171 552
+ Fee's	-1 099 395	-885 411		-1 984 805	-154 780	-208 477		-363 256
+ Restantes Trabalhos Especializados	-863 252	-1 186 051		-2 049 303	-107 005	-321 458		-428 463
- Conservação	-1 722 154	-1 704 537		-3 426 691	-709 830	-124 346		-834 176
- Energia Elétrica	-6 475 720	-3 539 629		-10 015 349	-277 590	-124 077		-401 667
- Combustíveis	-334 928	-204 668		-539 596	-77 253	-17 879		-95 131
- Deslocações e Estadas	-62 874	-54 429		-117 303	-14 528	-6 473		-21 000
- Rendas e Aluguéis	-276 898	-419 444		-696 342	-117 214	-38 857		-156 070
- Comunicações	-218 865	-195 488		-414 354	-193 572	-298 395		-491 967
- Seguros	-288 953	-174 179		-463 133	-16 981	-10 409		-27 390
- Restantes FSE	-722 558	-762 337		-1 484 894	-215 792	-110 121		-325 913
Gastos com pessoal	-5 682 586	-5 725 012		-11 407 598	-1 010 188	-896 238		-1 906 425
Amortizações do exercício	-30 080 994	-23 364 990		-53 445 984	-2 386 332	-1 725 732		-4 112 063
Provisões e reversões do exercício				0				0
Perdas por imparidade e reversões	-98 973	-411 920		-510 892	-188 922	-301 984		-490 906
Subsídios ao Investimento	11 451 039	9 821 267		21 272 306	137 246	219 381		356 627
Outros gastos e perdas operacionais	-383 567	-285 069		-668 635	-508 261	-2 079		-510 340
Outros rendimentos e ganhos operacionais	189 328,93	237 641,42		426 970	252 740	12 900		265 640
Resultados operacionais (antes de DRG)	12 988 847	16 374 567	0	29 363 415	-542 344	-781 293	0	-1 323 637
Desvio de recuperação de gastos (DRG)				-15 633 463				2 590 225
Resultados operacionais				13 729 952				1 266 588
Gastos financeiros				-11 993 217				-505 605
Rendimentos financeiros				4 295 936				66 941
Resultados financeiros				-7 697 281				-438 664
Resultados antes de imposto (antes de DRG)				21 666 134				-1 762 301
Resultados antes de imposto				6 032 671				827 924
Imposto do exercício				-8 948 451				-397 247
Imposto diferido				2 696 616				764 914
Resultado líquido do exercício operações (antes de DRC)				15 414 298				-1 394 634
Imposto diferido do DRC				4 161 628				-689 518
Resultado líquido do exercício				3 942 464				506 073

5. Políticas de gestão de risco

5.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Norte, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Águas do Norte, S.A., identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

5.2 Risco de mercado

5.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Norte, S.A. advém da contratação de empréstimos bancários. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Norte, S.A. ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Norte, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro real média incorrida foi de 2,24% em 2021 e 2,30% em 2020.

A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Águas do Norte, S.A..

		31.12.2021	31.12.2020
Juros suportados	à taxa variável	5 185 555	11 740 092
Juros suportados	Tx Média + 1%	8 176 815	17 439 910
Juros suportados	Tx Média - 1%	2 186 474	6 040 274

Os juros do BEI não integram esta simulação em 2021 uma vez que todas as tranches têm taxa fixa em 2021.

O impacto de uma eventual variação de 1%, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, teria representado em 2021 uma variação de 57,7%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

5.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Águas do Norte, S.A. em energia e combustíveis, representam aproximadamente 18,8% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

5.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Norte, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A Águas do Norte, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Norte, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivos					
Empréstimos	20	23 837 672	100 772 090	401 724 583	526 334 345
Passivos de locação (Locação Financelra)	8.4	124 758	502 639	608 037	1 235 433
Fornecedores de Investimentos - Integração património	21	3 299 095	1 699 971	2 981 346	7 980 412
Fornecedores de investimentos	21	5 084 236			5 084 236
Fornecedores gerais	21	7 179 087			7 179 087
Outras contas a pagar:					
ODC-Taxa Munic RSU	21	1 752 348			1 752 348
Cauções Fornecedores	21	4 267 866			4 267 866
Rendas de Infraestruturas	21	1 265 572	1 582 121		2 847 693
Outros credores	21	2 119 850	63 585	89 861	2 273 295
		48 930 484	104 620 405	405 403 826	558 954 714

Os Passivos de Locação aqui considerados dizem respeito à locação financeira, considerada fonte de financiamento.

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que Águas do Norte, S.A. escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2021 (nota 20.2)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2025	100 275 340	52 326 400
2026	10 725 000	6 220 560
2027	7 595 940	0
2029	49 895 760	23 125 230
2030	22 880 000	0
2032	27 345 384	0
2034	8 315 960	0
	227 033 384	81 672 190

O objetivo da Águas do Norte, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Norte, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos não correntes	20	502 496 672	524 670 876
Empréstimos correntes	20	23 837 672	19 118 520
Passivos da Locação (*)	8.4	1 235 433	1 359 818
Disponibilidades	15	-1 767 651	-1 360 142
Dívida		525 802 127	543 789 072
Subsídios ao investimento	19	466 444 350	483 116 466
Total do capital próprio	16	273 448 103	269 248 435
Capital		739 892 454	752 364 901
Dívida / Capital		0,71	0,72

(*) Locação Financeira

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros. Para este efeito deve ser tratado como *capital próprio* e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento, de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Norte, S.A. assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto da *Holding* e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

5.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Norte, S.A. que está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

5.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da Águas do Norte, S.A. tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas e de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e recolha de efluentes). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos pode vir a crescer significativamente (ver nota 11 - clientes).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente. A Empresa entende não ser necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. Os Conselhos de Administração, da Águas do Norte, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "forward looking".

ii. Grandes Clientes Industriais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

O risco de crédito a 31 de dezembro de 2021 está classificado como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"						Negócio "Baixa"					Total (*)		
	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)		Grandes clientes industriais e outras entidades		Empresas do Grupo	Total Alta	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)		Outros (3)		Empresas do Grupo	Total Baixa
		Baixo	Baixo	Médio	Médio				Baixo	Baixo				
Risco	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Baixo		Baixo	Baixo	Médio	Baixo				
Exposição bruta	83 966 074	9	9 167	2 106 168	1 108 361	87 189 779	100 354	28 024	8 740 580	9 414	8 878 372	96 068 151		
Imparidade	-1 673 437		-5 328	-103 386		-1 782 151	0	0	-2 706 202	0	-2 706 202	-4 488 353		
Exposição líquida	82 292 637	9	3 840	2 002 782	1 108 361	85 407 628	100 354	28 024	6 034 378	9 414	6 172 169	91 579 798		

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

(*) O valor do balanço total incorpora a correção entre a alta e baixa no valor de 5.286 euros

5.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Norte, S.A. a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

	nota	31/12/2021	31.12.2020
Depósitos à ordem	15	303 014	329 840
Depósitos à ordem - cauções IGCP	15	1 458 338	1 024 377
		1 761 351	1 354 218
Rating		31/12/2021	31.12.2020
A2		51 449	8 646
A3			506
Baa1		85 749	98 390
Baa2		1 610 081	
Baa3			1 045 404
Ba1			172 184
B2			27 335
B3			780
B1		14 073	
n.d.			973
		1 761 351	1 354 218

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em 18 janeiro de 2022

(*) inclui 1.458.338 euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE

5.5 Risco de exploração

5.5.1 Risco de catástrofe

A empresa Águas do Norte, S.A. está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Águas do Norte, S.A. têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

5.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e, conseqüentemente, pela Águas do Norte, S.A.. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

6. Ativos intangíveis

6.1 Políticas contabilísticas

Direito de utilização de infraestruturas ("DUI") – Concessões e Parcerias

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos

Imparidade

Os ativos da Águas do Norte, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Norte, S.A.. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas do Norte, S.A. efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%.

Na determinação do investimento contratual a Águas do Norte, S.A. utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A..

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte, S.A, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Norte, S.A.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Valor líquido	31.12.2021	31.12.2020
Despesas de desenvolvimento	1 565 718	1 631 971
Propriedade industrial e outros direitos	1 977 308	2 066 523
Direitos de utilização de infraestruturas	1 013 733 201	1 037 427 819
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	54 341 636	57 138 668
	1 071 617 863	1 098 264 981

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Valor líquido	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	1 697 294	-65 322	0	0	1 631 971	-66 253	0	1 565 718
Propriedade industrial e outros direitos	2 155 319	-88 795	0	0	2 066 523	-89 215	0	1 977 308
Direitos de utilização de infraestruturas	1 076 937 206	-38 733 790	82 694	-858 292	1 037 427 819	-39 174 421	15 479 804	1 013 733 201
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	37 530 239	19 263 141	0	345 288	57 138 668	23 678 003	-26 475 035	54 341 636
1 118 320 057	-19 624 766	82 694	-513 004	1 098 264 981	-15 651 886	-10 995 231	1 071 617 863	

Valor bruto	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	2 755 872				2 755 872			2 755 872
Propriedade industrial e outros direitos	3 365 861				3 365 861			3 365 861
Direitos de utilização de infraestruturas	1 481 222 449	2 309 101		-345 288	1 483 186 262	3 012 110	26 475 035	1 512 673 407
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	37 530 239	19 263 141		345 288	57 138 668	23 678 003	-26 475 035	54 341 636
1 524 874 420	21 572 242	0	0	1 546 446 663	26 690 113	0	1 573 136 776	

Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	1 058 578	65 322			1 123 901	66 253		1 190 154
Propriedade industrial e outros direitos	1 210 542	88 795			1 299 337	89 215		1 388 553
Direitos de utilização de infraestruturas	404 285 243	41 042 891	-82 694	513 004	445 758 443	42 186 531	10 995 231	498 940 206
406 554 363	41 197 009	-82 694	513 004	448 181 681	42 341 999	10 995 231	501 518 912	
Valor líquido	1 118 320 057	-19 624 766	82 694	-513 004	1 098 264 981	-15 651 886	-10 995 231	1 071 617 863

O investimento realizado em 2021 foi fundamentalmente em empreitadas nas componentes de Abastecimento de água e Saneamento de águas Residuais (cerca de 18,8 milhões euros), 2 milhões de euros em Fiscalizações, Estudos e Projetos e outros investimentos sob a gestão da Direção de Gestão de Ativos e Engenharia. O restante valor, cerca de 5,7 milhões de euros, refere-se a capitalizações de custos (3,1 milhões de euros), (ver notas 25, 26 e 31), integração de património e outros investimentos. Em 2021 a transferência no montante de 26.475.035 euros para a rubrica "Direito de utilização de infraestruturas" é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 10.995.231 euros (ver nota 18), Acréscimo de de gastos de investimento contratual.

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 10
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Ativos Fixos tangíveis - Out. Ativos Fixos Tangíveis	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A

quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

7.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

7.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Valor líquido	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	48 008	62 368
Equipamento Básico	5 207	6 977
Equipamento administrativo	890 640	616 209
Outro ativo fixo tangível	8 909	11 661
	952 764	697 215

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Valor líquido	31.12.2019	Aumentos	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021
Edifícios e outras construções	76 727	-14 360	62 368	-14 360	48 008
Equipamento Básico	15 362	-8 385	6 977	-1 770	5 207
Equipamento administrativo	678 014	-61 805	616 209	274 431	890 640
Outro ativo fixo tangível	14 409	-2 748	11 661	-2 752	8 909
	784 512	-87 298	697 215	255 549	952 764
Valor bruto	31.12.2019	Aumentos	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021
Edifícios e outras construções	143 598		143 598		143 598
Equipamento Básico	27 059		27 059	4 159	31 218
Equipamento administrativo	1 011 015	263 221	1 274 236	733 420	2 007 656
Outro ativo fixo tangível	27 589		27 589		27 589
	1 209 261	263 221	1 472 482	737 579	2 210 061
Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021
Edifícios e outras construções	66 871	14 360	81 231	14 360	95 590
Equipamento Básico	11 697	8 385	20 082	5 929	26 010
Equipamento administrativo	333 000	325 026	658 027	458 989	1 117 016
Outro ativo fixo tangível	13 180	2 748	15 928	2 752	18 680
	424 748	350 519	775 267	482 030	1 257 297
Valor líquido	784 512	-87 298	697 215	255 549	952 764

8. Locações

8.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a Águas do Norte, S.A. é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A Águas do Norte, S.A. reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Águas do Norte, S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Águas do Norte, S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a Águas do Norte, S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos (descontado de quaisquer incentivos de locação recebidos) e variáveis (baseados em índices ou taxas), futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expeável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 14
Equipamentos de transporte	1 - 4
Outros equipamentos	1 - 2

A Águas do Norte, S.A. é locatário num contrato de locação que prevê opção de compra, tendo a mesma sido considerada na determinação do valor do ativo sob direito de uso e do passivo da locação.

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Águas do Norte, S.A. mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela Águas do Norte, S.A. enquanto locatário

A Águas do Norte, S.A. utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Águas do Norte, S.A. é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

C) Contabilização nos locadores

As locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional:

- i) Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- ii) Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um proveito de forma linear os recebimentos da locação.

A Águas do Norte, S.A é locador apenas em locações operacionais.

8.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. O edifício de Viana do Castelo encontra-se a ser amortizado pelo critério das taxas de depleção, não obstante o contrato de locação financeira ter um prazo total de 20 anos. A Administração tem a expectativa de exercer a opção de compra do edifício no final do contrato de locação financeira, razão pela qual foi considerada a taxa de amortização referida.

8.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Valor líquido	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Terrenos	643 996	-748 170	181 858	77 685	-12 641	-614	64 430
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções	2 975 050	-2 243 252	374 853	1 106 652	1 197	0	1 107 849
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	1 547 470	-684 751	70 039	932 758	-569 420	0	363 337
Ativos sob direito de uso - Licenças	0	659 299	0	659 299	-226 045	0	433 254
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	0	712 467	-181 836	530 631	-21 526	0	509 105
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções LF	0	2 137 371	-544 735	1 592 635	-64 607	0	1 528 028
	5 166 517	-167 036	-99 821	4 899 659	-893 042	-614	4 006 003
Valor bruto	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Terrenos	840 280	-733 744		106 537	838	-614	106 760
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções	3 663 353	-2 254 632		1 408 721	177 826		1 586 547
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	2 190 118	-19 963		2 170 155	10 030		2 180 185
Ativos sob direito de uso - Licenças	0	678 136		678 136			678 136
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	0	733 688		733 688			733 688
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções LF	0	2 201 063		2 201 063			2 201 063
	6 693 751	604 547	0	7 298 299	188 694	-614	7 486 379
Amortizações acumuladas	31.12.2019	Aumentos	Reclassificação	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021
Ativos sob direito de uso - Terrenos	196 284	14 426	-181 858	28 852	13 479		42 331
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções	688 302	-11 380	-374 853	302 069	176 629		478 698
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	642 648	664 788	-70 039	1 237 397	579 450		1 816 847
Ativos sob direito de uso - Licenças	0	18 837	0	18 837	226 045		244 883
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	0	21 221	181 836	203 057	21 526		224 583
Ativos sob direito de uso - Edif. Outras Construções LF	0	63 692	544 735	608 427	64 607		673 035
	1 527 235	771 583	99 821	2 398 639	1 081 736	0	3 480 376
Valor líquido	5 166 517	-167 036	-99 821	4 899 659	-893 042	-614	4 006 003

8.4 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Passivos da Locação	31.12.2021	31.12.2020
Correntes	866 646	1 083 451
Não correntes	2 203 829	2 915 558
	3 070 475	3 999 009
Dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios (Locação Financeira)	1 235 433	1 359 818
Edifícios (Arrendamento)	1 228 083	1 225 967
Viaturas	380 754	962 795
Licenças Informáticas	226 205	450 430
	3 070 476	3 999 009
Futuros pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	866 646	1 083 451
De 1 a 5 anos	1 271 146	1 709 120
Superior a 5 anos	932 684	1 206 438
	3 070 476	3 999 009
Juros	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	45 563	65 289
De 1 a 5 anos	95 004	115 128
Superior a 5 anos	36 864	51 009
	177 431	231 426
Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	821 084	1 018 162
De 1 a 5 anos	1 176 142	1 593 992
Superior a 5 anos	895 820	1 155 429
	2 893 045	3 767 583

8.5 Pagamentos da locação

i) Enquanto locatário

	2021			2020		
	Pagamento Capital Passivos de Locação	Pagamento Juros e gastos similares	Total Pagamentos (Capital, juros e gastos similares)	Pagamento Capital Passivos de Locação	Pagamento Juros e gastos similares	Total Pagamentos (Capital, juros e gastos similares)
Edifícios locação financeira	120 435	3 949	124 384	124 012	4 281	128 293
Edifícios (Arrendamento)	-37 390	35 273	-2 117	192 092	0	192 092
Viaturas	559 069	22 972	582 041	608 395	0	608 395
Licenças Informáticas	220 412	3 813	224 224	-450 430	0	-450 430
Total	862 526	66 007	928 533	474 070	4 281	478 351

9. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Participação financeira (Museu do Douro)	5 000	5 000
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	45 926	33 057
Total dos Outros Ativos financeiros	50 926	38 057

O atual Contrato de Concessão da Águas do Norte, S.A. (clausula 23.^a), dispensa a Empresa de manter quaisquer fundos de reconstituição de capital, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas concessionárias extintas.

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

	31.12.2020	Aumentos	Alienações	31.12.2021
Participação financeira (Museu do Douro)	5 000			5 000
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	33 057	12 869		45 927
Total dos investimentos financeiros	38 057	12 869	0	50 927

10. Desvio de recuperação de gastos

10.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.6

10.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos do Contrato de Concessão, a Águas do Norte, S.A deve enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

10.3 Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem o seguinte detalhe:

Ativo regulatório - desvio tarifário bruto	31.12.2021	31.12.2020
DRG - Alta	192 148 783	214 471 085
DRG - Baixa	39 638 999	36 617 496
	231 787 782	251 088 582

O movimento ocorrido no desvio de recuperação e gastos no exercício findo em 2021 e no exercício de 2020 foi como segue:

	31.12.2019	Movimento 2020	31.12.2020	Movimento 2021	31.12.2021
DRG - Alta	230 104 548	-15 633 463	214 471 085	-22 322 302	192 148 783
DRG - Baixa	34 027 271	2 590 225	36 617 496	3 021 503	39 638 999
	264 131 819	-13 043 238	251 088 582	-19 300 800	231 787 782

A Águas do Norte, S.A. remeteu no passado dia 31 de janeiro de 2022 à ERSAR o pedido de aprovação do DRG 2021 da atividade em Alta, de natureza superavitária, apurado com base nas regras consagradas no Contrato de Concessão no montante de 22.322.302 EUR.

Quanto à atividade em Baixa o desvio de recuperação de gastos de natureza deficitária apurado com base nas regras consagradas no Contrato de Parceria ascende a 3.021.503 EUR, a remeter à aprovação da Comissão da Parceria.

A reconciliação entre o rendimento garantido e o resultado líquido antes de desvio de recuperação de gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
OT 10 anos + 3%	3,30%	3,41%
	nota	31.12.2021
Resultado líquido		18 246 701
Rendimento garantido		4 199 668
Desvio líquido		-14 047 033
Desvio bruto	23.2	-19 300 800
Imposto diferido		5 253 767
Efeito em resultados		-14 047 033

II. Clientes

II.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

A Águas do Norte, S.A. apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 14).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Águas do Norte, S.A. valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à sua atividade a Águas do Norte, S.A. apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Águas do Norte, S.A. recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Águas do Norte, S.A. no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A Águas do Norte, S.A. reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a Águas do Norte, S.A. aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que

reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a Águas do Norte, S.A. não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a Águas do Norte, S.A. alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será

ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

11.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Norte, S.A..

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da Águas do Norte, S.A. para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da Águas do Norte, S.A.

11.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Clientes é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes Alta:						
Municípios	11 539 490		11 539 490	13 834 014		13 834 014
Municípios TRH	257 253		257 253	455 714		455 714
Municípios Acordos	410 623	694 295	1 104 918	528 909	1 054 503	1 583 412
Municípios Injunções	55 490 858		55 490 858	52 213 947		52 213 947
Municípios Juros de Mora ^(a)	1 596 153		1 596 153	1 619 031		1 619 031
Total Municípios	69 294 377	694 295	69 988 672	68 651 615	1 054 503	69 706 118
Outros Clientes alta	2 862 483		2 862 483	6 227 821		6 227 821
Outros Clientes Injunções	259 458		259 458	239 958		239 958
Imparidades Alta acumuladas	-1 782 151		-1 782 151	-2 781 548		-2 781 548
Acres. de Rendimentos (Água e Saneamento)	14 773 462		14 773 462	11 633 164		11 633 164
Total Clientes Alta	85 407 629	694 295	86 101 924	83 971 011	1 054 503	85 025 514
Clientes Baixa:						
Clientes C/C	8 119 102		8 119 102	7 385 211		7 385 211
Juros de Mora Clientes C/C	0		0			
Imparidades Baixa acumuladas	-2 706 202		-2 706 202	-2 463 006		-2 463 006
Acres. de Rendimentos (Água e Saneamento)	753 983		753 983	775 001		775 001
Total Clientes Baixa	6 166 882		6 166 882	5 697 206		5 697 206
Total Clientes	91 574 511	694 295	92 268 806	89 668 217	1 054 503	90 722 720

(a) débito dos juros de mora decorre do incumprimento do pagamento do serviço prestado dentro do prazo contratual

Detalhe de Clientes – acordos (não correntes e correntes) em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31.12.2021		31.12.2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Município de Lamego	0	0	47 482	
Município de Mesão Frio	37 686	0	36 391	37 686
Município de Tabuaço	0	0	89 105	
Município de Tarouca	127 681	300 963	109 441	410 404
Vila Pouca de Aguiar	24 282	0	25 776	24 282
Vimagua	204 533	393 332	204 533	582 131
Washedcolors	16 441		16 181	
	410 623	694 295	528 909	1 054 503

Detalhe de Clientes – injunções em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Águas de S. João, EM, SA	0	5 471
Camara Municipal de Amares	287 157	287 157
EMAR Vila Real	5 185 167	5 185 167
Indaqua Matosinhos	1 249	1 249
Indáqua Santo Tirso/ Trofa	51	51
Município de Armamar	33 290	33 290
Município de Boticas	3 645 101	3 026 055
Município de Bragança	14 424 636	12 025 677
Município de Caminha	63 663	
Município de Chaves	1 949 257	1 949 257
Município de Freixo de Espada à Cinta	375 916	394 835
Município de Lamego	4 219 508	4 219 508
Município de Macedo de Cavaleiros	258 442	258 442
Município de Mirandela	2 522 263	2 522 263
Município de Mogadouro	5 563 948	4 668 712
Município de Monção	134 863	140 301
Município de Mondim de Basto	216 178	216 178
Município de Montalegre	2 487 869	2 487 869
Município de Murça	0	156 729
Município de Peso da Régua	4 003 746	4 003 746
Município de Ponte da Barca	5 454	5 454
Município de Ponte de Lima	36 905	36 905
Município de Resende	3 068 899	3 068 899
Município de S. João da Pesqueira	14 536	14 536
Município de Sernancelhe	27 532	27 811
Município de Tabuaço	420 859	1 161 123
Município de Tarouca	1 159 468	1 159 468
Município de Valença	36 174	8 690
Município de Valpaços	3 231 406	3 231 406
Município de Vieira do Minho	228 481	17 872
Município de Vila Nova de Cerveira	85 971	112 775
Município de Vila Pouca de Aguiar	15 818	
Município de Vila Nova de Famalicão	936 050	936 050
Município de Vinhais	643 647	643 647
Serviços Municipalizados de Água de Mirandela	207 353	207 353
Total Municípios	55 490 858	52 213 947
Outros Clientes não Municipais	259 458	239 958
Total Geral	55 750 316	52 453 905

Sobre os montantes acima referidos são estimados juros de mora à taxa legal, valores esses também peticionados nas injunções e nas ações declarativas, não sendo emitidas notas de débito, uma vez que estes serão calculados e liquidados por via judicial.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

	Vencido até 2019	Vencido em 2020	Vencido em 2021	Total vencido	Não vencido	Total
ADB - ÁGUAS DE BARCELOS S.A.	-352			-352	196 393	196 042
ÁGUAS DE GAIA, EM, SA	-2 756			-2 756		-2 756
ÁGUAS DE S.JOÃO,EM,SA	-1 057		40	-1 017		-1 017
ÁGUAS DO INTERIOR NORTE				0	564 492	564 492
AMBISOUSA E.I.M.T.G.R.S., EIM				0	18 501	18 501
CAMARA MUNICIPAL AMARES	286 166			286 166		286 166
CÂMARA MUNICIPAL ARCOS DE VALDEVEZ	-621			-621		-621
CAMARA MUNICIPAL DA TROFA	53 063			53 063		53 063
CÂMARA MUNICIPAL PONTE DA BARCA			581 616	581 616	106 984	688 599
EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE EM -SOCIE	154 620	-144	138	154 614	184 149	338 763
EMARVR,ÁGUA E RESÍDUOS DE VILA REAL	283 601			283 601		283 601
INDAQUA VILA DO CONDE - GESTÃO DE Á				0	-9 119	-9 119
MOTA-ENGIL, ENG. E CONSTRUÇÃO, SA	10 468		0	10 468		10 468
MUNICIPIO CAMINHA			-8 731	-8 731		-8 731
MUNICIPIO DA PÓVOA DE LANHOSO				0	-315	-315
MUNICIPIO DE ÁLFANDEGA DA FÉ			49 636	49 636	99 520	149 155
MUNICIPIO DE AROUCA		-2 056		-2 056		-2 056
MUNICIPIO DE BOTICAS			622 837	622 837		622 837
MUNICIPIO DE BRAGANÇA	-65 013	274 444	2 777 509	2 986 940	53 237	3 040 177
MUNICIPIO DE CASTELO DE PAIVA	-4 453			-4 453		-4 453
MUNICIPIO DE CELORICO DE BASTO	131			131		131
MUNICIPIO DE CHAVES				0	127 297	127 297
MUNICIPIO DE LOUSADA	-10 277		-156 623	-166 900		-166 900
MUNICIPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS				0	116 934	116 934
MUNICIPIO DE MIRANDELA	-944			-944	169 791	168 847
MUNICIPIO DE MOGADOURO			903 272	903 272		903 272
MUNICIPIO DE MOIMENTA DA BEIRA	0		80 757	80 757	147 219	227 976
MUNICIPIO DE MONDIM DE BASTO	269 321			269 321	35	269 356
MUNICIPIO DE MURÇA	364			364		364
MUNICIPIO DE PAREDES	-91			-91		-91
MUNICIPIO DE PONTE DE LIMA	-65 592			-65 592		-65 592
MUNICIPIO DE TABUAÇO	38 925	9 342	5 282	53 550	77 424	130 974
MUNICIPIO DE TAROUCA		191 583	435 434	627 018	67 678	694 696
MUNICIPIO DE TERRAS DE BOURO	469			469	26 871	27 340
MUNICIPIO DE TORRE MONCORVO	-3			-3		-3
MUNICIPIO DE VIEIRA DO MINHO		35 835	287 717	323 551	86 039	409 590
MUNICIPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR				0	34 957	34 957
MUNICIPIO DE VILA VERDE			101	101	130 522	130 623
MUNICIPIO DE VINHAIS	-13 395			-13 395		-13 395
MUNICIPIO DE VIZELA	58 888			58 888		58 888
MUNICIPIO MELGAÇO	21 598	-5 690	259 243	275 151	73 892	349 044
MUNICIPIO MONÇÃO	362 752		427 475	790 227	141 333	931 560
MUNICIPIO V. N. CERVEIRA	-537	-1 036		-1 573	-85 971	-87 544
MUNICIPIO. S. JOÃO DA PESQUEIRA	0	0	-1	-1		-1
SERV. MUN. ÁGUA SANEAM. V. CASTELO				0	1 060	1 060
VIMÁGUA-EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENT	-12 555			-12 555	902 054	889 499
INDAQUA FAFE -	-6		-54	-60		-60
INDAQUA FEIRA - INDUSTRIA DE AGUAS		-517		-517		-517
ÁGUAS DO MARCO				0	1 840	1 840
ÁGUAS DE FAFE				0	175 725	175 725
OUTROS (Juntas de freguesia)	-325	0	750	425	403	827
TOTAL	1 362 390	501 761	6 266 397	8 130 548	3 408 942	11 539 490

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber de Outros clientes apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
	Outros				Estado, Setor Público e outros			
Tipologia de clientes	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	2 359 538		0%	2 359 538	2 768 543		0%	2 768 543
Vencida até 180 dias	489 506		0%	489 506	949 884		0%	949 884
Vencida há mais de 180 dias	374 661	-108 714	29%	265 947	5 059 591	-2 706 202	53%	2 353 389
	3 223 705	-108 714	3%	3 114 992	8 778 018	-2 706 202	31%	6 071 815

Nota: neste quadro não está apresentada a antiguidade da dívida municipal uma vez que está apresentada no quadro anterior

O movimento ocorrido na imparidade para clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 foi como segue:

	nota	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"			Grandes clientes Industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	Total
		Municípios	Outros	Grandes clientes Industriais e outras entidades	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)			
Saldo em 31 de dezembro 2019		(1 702 285)	(645 007)	(104 465)			(1 972 100)		(4 423 857)	
Aumento			-335 709				-677 370		-1 013 079	
Reversão		4 840		1 079			186 464		192 383	
Utilização									0	
Transferência entre classes de clientes									0	
Outras transferências									0	
Diferenças de conversão cambial									0	
Saldo em 31 de dezembro 2020		(1 697 445)	(980 716)	(103 386)	0	0	(2 463 006)		(5 244 553)	
Aumento	28		-144 400				-245 034		-389 434	
Reversão	28	24 009	758	8 326			1 837		34 930	
Utilização									0	
Transferência entre classes de clientes	12		1 119 030	-8 326					1 110 704	
Outras transferências									0	
Diferenças de conversão cambial									0	
Saldo em 31 de dezembro 2021		(1 673 437)	(5 328)	(103 386)	0	0	(2 706 202)	0	(4 488 353)	

12. Outros ativos

12.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 11.1 – Clientes
- 19.1 – Subsídios ao investimento

12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Diferimento de encargos da concessão				13 790		13 790
Contas a receber diversas:						
Outros devedores (1)		1 963 798	1 963 798		2 943 003	2 943 003
Subsídios ao investimento (A)		2 273 478	2 273 478		1 482 695	1 482 695
Adiantamento a Fornecedores (2)		2 504 584	2 504 584		67 194	67 194
Acréscimos de rendimentos:						
Acréscimos de rendimentos - juros a receber (3)		22 682 042	22 682 042		19 457 196	19 457 196
Acréscimos de rendimentos - redêbito energia		60 000	60 000		124 149	124 149
Gastos a reconhecer - diversos		116 296	116 296		124 863	124 863
Estado e outros entes públicos (B)		855 485	855 485		835 947	835 947
	0	30 455 682	30 455 682	13 790	25 035 047	25 048 837
Imparidade (C)		-1 835 782	-1 835 782		-725 078	-725 078
Total Outros Ativos	0	28 619 900	28 619 900	13 790	24 309 969	24 323 759

(1) Em termos líquidos o valor de Outros devedores totaliza 443.876 EUR (ao valor total devemos deduzir 1.519.922 EUR relativos a Perdas por Imparidade (incluído na nota (C)). Cerca de 182.244 EUR dizem respeito ao débito ao Fundo Ambiental (encargos incorridos no âmbito da seca -184.244 EUR), os restantes 259.632 EUR referem-se a diversos devedores

(2) Está incluído nesta rubrica o valor pago à AMAVE (2.416.106 EUR) por conta de integração futura das infraestruturas SIDVA, e 88.478 EUR referente a outros adiantamentos por conta de integração de infraestruturas.

(3) O valor na rubrica Acréscimos de proveitos – juros a receber diz respeito a juros de mora estimados e não faturados.

A) Subsídios ao investimento

Reconciliação de Subsídios a receber:

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Valores a receber de subsídio - saldo inicial		1 482 695	2 022 784
Reconhecimento de direito a fundo	19	5 482 696	1 880 155
Recebimentos do período		4 691 913	3 543 110
Outras correções			1 122 866
Valores a receber de subsídio - saldo final		2 273 478	1 482 695

B) Estados e outros entes públicos

	31.12.2021	31.12.2020
IVA a receber	855 485	835 947

C) Perdas por imparidade para outros ativos

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial		-725 078	-729 821
Reforço		0	0
Reversões		0	4 743
Transferências	11.3	-1 110 704	
Saldo final		-1 835 782	-725 078

O valor das transferências diz respeito às Perdas por imparidade de outros devedores anteriormente registadas em Clientes.

13. Inventários

13.1 Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

13.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Matérias -subsidiárias	376 438	379 103
Peças de manutenção e Outros	1 650 052	1 620 616
	2 026 489	1 999 719

O movimento ocorrido nas matérias-primas no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Matérias-primas subsidiárias e de consumo	nota	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial		1 999 719	1 953 984
Compras		4 243 614	4 061 712
Gasto com mercadorias e matérias consumidas	24	-4 216 844	-4 015 977
Saldo final		2 026 489	1 999 719

14. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

14.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e
- As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a Águas do Norte, S.A. não tivesse efetuado a transação.

Mensuração subsequente

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
- As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
- As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela Águas do Norte, S.A., a empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

14.2 Estimativas e julgamentos

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela Águas do Norte, S.A. correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD, sendo a cedência feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD corresponde ao seu valor nominal.

Em consequência dessas negociações, foi possível, em julho de 2021, concretizar-se a celebração de um acordo de regularização de dívida com o Município de Tabuaço, no valor total de cerca de 3,4 milhões de euros.

Por outro lado, na sequência do acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado entre a Águas do Norte e o Município de Caminha no ano de 2020, no ano de 2021 foi igualmente possível concluir-se o processo que permitiu a esta concessionária concretizar a cessão dos respetivos Créditos ao BEI – Banco Europeu de Investimentos, com o consequente adiantamento da totalidade do respetivo valor (cerca de 6,4 milhões de euros) por parte desta entidade bancária.

14.3 Detalhe

O detalhe dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.20201	31.12.2020
Município de Tarouca	48 617	57 733
Município de Mirandela		276 260
Município de Caminha		6 382 079
Município de Tabuaço	3 409 721	1 395 985
Município de Vila Pouca de Aguiar		12 478
	3 458 338	8 124 535

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo de aí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

A Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março), no seu artigo 128.º, estabelece que durante o ano 2020, podem ser celebrados novos ARD's nos mesmos termos definidos no DL 5/2019, de 14 de janeiro: (i) dívidas vencidas e reconhecidas até 31 de dezembro de 2019; (ii) perdão de 30% dos juros de mora vencidos até 31 de dezembro de 2019 caso os ARD's sejam celebrados até 28 de setembro de 2020; (iii) celebração de ARD's possível até 31 de dezembro de 2020 (mas sem perdão de juros); (iv) prazo máximo de ARD até 25 anos; e (v) dispensa da exigibilidade do visto do Tribunal de Contas ao ARD. A Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro) no seu artigo 129.º, estabelece para 2021 o mesmo regime previsto na LOE 2020, com as devidas alterações nas datas de referência da dívida.

Em 7 de abril de 2020, foi publicado o Decreto-Lei n.º 14-B/2020 que estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à COVID-19: (i) diferimento no pagamento das prestações de junho e setembro de 2020 dos ARD celebrados ao abrigo do DL 5/2019, para data posterior a 30 de setembro de 2020, por um prazo máximo de 2 anos a contar da data de cada prestação; (ii) no período que medeia entre a data de produção de efeitos do DL 14-B/2020 e o dia 30 de setembro de 2020 ou a data de cessão de créditos, consoante o evento que ocorrer primeiro, não são devidos ao Grupo AdP os juros financeiros previstos nos ARD celebrados; e (iii) foi prorrogado até ao dia 30 de setembro de 2020 o prazo para a cessão de ARD celebrados em 2019 ao abrigo do DL 5/2019.

Em 7 de maio de 2020, foi publicada a Lei n.º 11/2020 que estabelece um regime excepcional e transitório para a celebração de ARD: (i) até ao dia 31 de dezembro de 2020, as dívidas relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020, podem ser regularizadas mediante a celebração de ARD nos termos definidos no DL 5/2019; (ii) o valor do ARD não pode exceder mais do que 50% do montante devido pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais naquele período, devendo os restantes 50 % ser integralmente liquidados junto da respetiva entidade gestora até à data de celebração do acordo; (iii) as entidades utilizadoras deveriam notificar a entidade gestora até 30 de junho de 2020 da intenção de celebração de ARD.

15. Caixa e equivalentes de caixa

15.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

15.2 Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	6 300	5 924
Depósitos à ordem	303 014	329 840
Depósitos à ordem - cauções IGCP	1 458 338	1 024 377
	1 767 651	1 360 142

16. Capital próprio

16.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

16.2 Detalhe

	31.12.2021	31.12.2020
Capital Social	108 095 468	108 095 468
Reservas e outros ajustamentos	2 974 724	2 752 298
Resultados transitados	158 178 243	153 952 134
Resultado líquido do exercício	4 199 668	4 448 537
	273 448 103	269 248 435

16.3 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

O capital total da Águas do Norte, S.A. é de 111.061.732 euros, sendo constituído por 111.061.732 ações com valor nominal de 1 (um) euro. À data de 31 de dezembro de 2021 estão realizados 95.162.655 euros Categoria A e 12.939.813 euros Categoria C, encontrando-se por realizar o valor de 2.966.264 euros (2.649.522 euros Categoria A e 316.742 euros Categoria C).

Acionistas	31.12.2021				31.12.2020			
	% de Capital Realizado	Capital Realizado		Total do Capital Realizado	% de Capital Realizado	Capital Realizado		Total do Capital Realizado
		Categoria A	Categoria C			Categoria A	Categoria C	
Águas de Portugal SGPS, SA	70,61%	67 302 952	9 027 000	76 329 952	70,74%	67 302 952	9 027 000	76 329 952
Município de Alândega de Fé	0,10%	106 119	0	106 119	0,10%	106 119	0	106 119
Município de Alijó	0,22%	240 010	0	240 010	0,22%	240 010	0	240 010
Município de Amarante	1,64%	341 240	1 430 290	1 771 530	1,64%	341 240	1 430 290	1 771 530
Município de Amares	0,10%	109 500	0	109 500	0,10%	109 500	0	109 500
Município de Arcos de Valdevez	0,21%	224 285	0	224 285	0,21%	224 285	0	224 285
Município de Amaral	0,11%	118 386	0	118 386	0,11%	118 386	0	118 386
Município de Arouca	0,40%	0	434 945	434 945	0,40%	0	434 945	434 945
Município de Baião	0,31%	0	338 705	338 705	0,31%	0	338 705	338 705
Município de Barcelos	1,44%	1 560 000	0	1 560 000	1,45%	1 560 000	0	1 560 000
Município de Boadica	0,11%	121 985	0	121 985	0,11%	121 985	0	121 985
Município de Bragança	0,99%	1 070 867	0	1 070 867	0,99%	1 070 867	0	1 070 867
Município de Cabeceiras de Basto	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0
Município de Caminha	0,52%	563 190	0	563 190	0,52%	563 190	0	563 190
Município de Celorico de Basto	0,52%	167 995	390 975	558 970	0,34%	167 995	390 975	558 970
Município de Cinfães	0,22%	0	241 955	241 955	0,22%	0	241 955	241 955
Município de Esposende	0,65%	700 000	0	700 000	0,65%	700 000	0	700 000
Município de Fafe	2,25%	2 073 110	361 705	2 434 815	2,26%	2 073 110,00	361 705	2 434 815
Município de Felgueiras	0,47%	507 270	0	507 270	0,47%	507 270	0	507 270
Município de Freixo de Espada à Cinta	0,08%	84 213	0	84 213	0,08%	84 213	0	84 213
Município de Guimarães	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0
Município de Lamego	0,51%	551 934	0	551 934	0,51%	551 934	0	551 934
Município de Lousada	0,29%	318 720	0	318 720	0,30%	318 720	0	318 720
Município de Macedo de Cavaleiros	0,31%	330 217	0	330 217	0,31%	330 217	0	330 217
Município de Maia	1,28%	1 380 000	0	1 380 000	1,28%	1 380 000	0	1 380 000
Município de Melgaço	0,15%	157 450	0	157 450	0,15%	157 450	0	157 450
Município de Mesão Frio	0,08%	90 119	0	90 119	0,08%	90 119	0	90 119
Município de Mirandela	0,57%	618 721	0	618 721	0,57%	618 721	0	618 721
Município de Moimenta da Beira	0,20%	217 661	0	217 661	0,20%	217 661	0	217 661
Município de Monção	0,38%	410 995	0	410 995	0,38%	410 995	0	410 995
Município de Mondim de Basto	0,00%	0	0	0	0,00%	0	0	0
Município de Montalegre	0,14%	146 878	0	146 878	0,14%	146 878	0	146 878
Município de Moura	0,10%	102 979	0	102 979	0,10%	102 979	0	102 979
Município de Paredes de Coura	0,12%	129 540	0	129 540	0,12%	129 540	0	129 540
Município de Peso da Régua	0,43%	467 528	0	467 528	0,43%	467 528	0	467 528
Município de Ponte da Barca	0,12%	133 420	0	133 420	0,12%	133 420	0	133 420
Município de Ponte de Lima	0,44%	470 305	0	470 305	0,44%	470 305	0	470 305
Município de Póvoa do Varzim	1,65%	1 780 210	0	1 780 210	1,65%	1 780 210	0	1 780 210
Município de Resende	0,14%	154 885	0	154 885	0,14%	154 885	0	154 885
Município de Ribeira de Pena	0,08%	86 994	0	86 994	0,08%	86 994	0	86 994
Município de Sabrosa	0,11%	115 288	0	115 288	0,11%	115 288	0	115 288
Município de Santa Maria de Penaguão	0,11%	113 605	0	113 605	0,11%	113 605	0	113 605
Município de Santo Tirso	2,71%	2 615 755	316 743	2 932 498	2,72%	2 615 755	316 743	2 932 498
Município de São João da Pesqueira	0,16%	170 463	0	170 463	0,16%	170 463	0	170 463
Município de Sernancelhe	0,10%	105 664	0	105 664	0,10%	105 664	0	105 664
Município de Tabuaço	0,10%	103 720	0	103 720	0,10%	103 720	0	103 720
Município de Tarouca	0,19%	208 988	0	208 988	0,19%	208 988	0	208 988
Município de Terras de Bouro	0,16%	177 400	0	177 400	0,16%	177 400	0	177 400
Município de Torre de Moncorvo	0,14%	154 552	0	154 552	0,14%	154 552	0	154 552
Município de Trofa	0,79%	464 505	390 495	855 000	0,79%	464 505	390 495	855 000
Município de Valença	0,41%	448 140	0	448 140	0,42%	448 140	0	448 140
Município de Valpaços	0,27%	291 396	0	291 396	0,27%	291 396	0	291 396
Município de Viana do Castelo	1,24%	1 343 775	0	1 343 775	1,25%	1 343 775	0	1 343 775
Município de Vieira do Minho	0,61%	661 385	0	661 385	0,61%	661 385	0	661 385
Município de Vila do Conde	2,02%	2 179 830	0	2 179 830	2,02%	2 179 830	0	2 179 830
Município de Vila Flor	0,12%	126 973	0	126 973	0,12%	126 973	0	126 973
Município de Vila Nova de Cerveira	0,23%	243 900	0	243 900	0,23%	243 900	0	243 900
Município de Vila Nova de Foz Côa	0,11%	115 890	0	115 890	0,11%	115 890	0	115 890
Município de Vila Pouca de Aguiar	0,19%	203 779	0	203 779	0,19%	203 779	0	203 779
Município de Vila Real	0,89%	962 543	0	962 543	0,89%	962 543	0	962 543
Município de Vila Verde	0,18%	196 908	0	196 908	0,18%	196 908	0	196 908
Município de Vinhais	0,14%	148 863	0	148 863	0,14%	148 863	0	148 863
Município de Vizela	1,08%	1 169 655	0	1 169 655	1,08%	1 169 655	0	1 169 655
TOTAL	100,00%	95 162 655	12 932 813	108 095 468	100,00%	95 162 655	12 932 813	108 095 468

16.4 Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado líquido	4 199 668	4 448 537
Número médio de ações	108 095 468	107 997 724
	0,0389	0,0412

16.5 Reservas e outros ajustamentos

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva Legal	2 894 960	2 672 533
Reserva Livre	18 100	18 100
Doações	61 664	61 664
	2 974 724	2 752 298

17. Provisões, ativos e passivos contingentes

17.1 Políticas contabilísticas

Provisões

Não existem Provisões registadas na Empresa

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Águas do Norte, S.A.. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Águas do Norte, S.A. procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Águas do Norte, S.A. procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

17.2 Estimativas e julgamentos

A Águas do Norte, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Norte, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Processos judiciais em curso

No final de 2021 encontram-se pendentes um conjunto de processos judiciais, conforme caracterização apresentada de seguida.

Processos Administrativos

No quadro seguinte são exibidos os processos administrativos pendentes no final de 2021:

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Arbitral	TRATAVE - Tratamento de Águas Residuais do Ave, S.A.	Águas do Norte, S.A.	1	38 530 442
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Bragança	Águas do Norte, S.A.	23	23 142 824
Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Indaqua Matosinhos	Águas do Norte, S.A.	1	8 200 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Conduril/Ramalho Rosas	Águas do Norte, S.A.	1	5 218 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	SADE, SA	Águas do Norte, S.A.	1	5 028 029
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Grabriel Couto e Isolux	Águas do Norte, S.A.	1	2 822 767
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	1	1 542 637
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Gabriel Couto e Isolux	Águas do Norte, S.A.	1	732 791
Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	Município de Resende	Águas do Norte, S.A.	1	490 219
Central Cível do Porto - Juiz 7	Cariz - Promoção imobiliária, Lda	Águas do Norte, S.A. e outros	1	364 291
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	AT Santa Marta de Penagüão	Águas do Norte, S.A.	1	294 076
Balcão Nacional de Injunções (BNI)	Zacarias de Carvalho & Associados - Soc. de Advogados, R.L.	Águas do Norte, S.A.	7	168 895
Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	GIntegral - Gestão Ambiental, S.A.	Águas do Norte, S.A.	2	60 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	GIntegral - Gestão Ambiental, S.A.	Águas do Norte, S.A.	1	59 839
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Vila Pouca de Aguiar	Águas do Norte, S.A.	1	50 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Armando Norberto Novais Filipe	Águas do Norte, S.A.	1	45 128
Vários	Vários	Águas do Norte, S.A.	27	451 670
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Bragança	18	15 652 099
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	EMAR - Água e Resíduos de Vila Real, EM, S.A.	9	6 384 997
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mogadouro	7	5 902 039
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Lamego	5	5 874 275
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mirandela	5	4 899 501
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Peso da Régua	5	4 423 623
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Boticas	8	4 005 159
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Valpaços	6	3 927 199
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Chaves	4	3 339 877
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Resende	6	3 310 634
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Montalegre	6	2 587 168
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Tabuaço	10	2 049 162
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Tarouca	3	1 049 750
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	SADE	1	982 814
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Vila Nova de Famalicão	1	805 145
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Freixo de Espada à Cinta	3	791 225
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Vinhais	6	647 353
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Município de Vieira do Minho	2	537 999
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Macedo de Cavaleiros	4	442 897
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Município de Amares	1	316 697
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mondim de Bastos	1	289 347
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Município de Vila Nova de Famalicão	1	249 554
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Alfandega da Fé	1	232 257
Vários	Águas do Norte, S.A.	Vários	13	399 842

Processos judiciais

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	Plandor - Produção e Distribuição de Plantas Ornamentais	Águas do Norte, S.A.	1	170 865
Tribunal Judicial da Comarca de Braga	João Paulo Andrade Ribeiro da Cunha	Águas do Norte, S.A.	1	54 934
Tribunal da Comarca de Braga - Juízo Local de Braga	Luís Gonzaga Fonte Loureiro	Águas do Norte, S.A.	1	30 000
Juízo de Trabalho do Porto - Juiz 3	Rui Manuel Henriques Vilaverde	Águas do Norte, S.A.	1	30 000
Trib. Judicial da Comarca do Porto - Maia - Juízo Execução - Juiz 1	Armanda Maria Araújo da Costa e marido, Abílio da Silva Dias	Trofáguas - Serviços Ambientais, E.M. (Águas do Norte, S.A.; Interessada INF-0122/2019)	1	15 000
Tribunal Judicial Comarca de Braga - J.L. Cível de Fafe	Manuel Joaquim Rodrigues Teixeira e outro	Águas do Norte, S.A.	1	7 755
Tribunal Judicial Comarca de Aveiro - Juízo de Competência Genérica de Arouca	Dário Sérgio Reimão Vaz Pereira	Águas do Norte, S.A.	1	5 000
Juízo do Trabalho de Vila Real - Juiz 2	Sérgio Daniel Teixeira Oliveira	Águas do Norte, S.A.	1	2 996
Juízo Local Cível de Amarante	Arminda Maria Moreira Ribeiro	Águas do Norte, S.A. e Dizconstrução, Lda.	1	1 426

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Juízo de Trabalho de Viana do Castelo	Águas do Norte, S.A.	Eleutério Manuel Cardoso Esteves	1	30 000
Tribunal Judicial Comarca de Braga - VN Famalicão	Águas do Norte, S.A.	WASHEDCOLORS, SERVIÇOS LDA.,	1	10 180
Comarca Porto- Juízo Local santo Tirso	Águas do Norte, S.A.	Carlos Mouco	1	5 096
Tribunal Judicial Comarca de Braga - J.L. Cível de Fafe	Águas do Norte, S.A.	EDOO PORTUGUESA – FÁBRICA DE MEIAS LDA	1	2 884

Contra – Ordenações

No quadro seguinte são exibidos processos de contraordenações pendentes no final de 2021.

Matéria	Entidade em que corre termos / Tribunal	Autor	Nº Processos	Valor da Coima
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	2	Coimas entre 200.000€ e 2.500.000€
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	1	Coima entre 30.000€ e 40.000€
Contraordenação Ambiental	Ministério Ambiente do Ordenamento e do Território Regional	GNR	1	Coima de 2.510€
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	GNR	1	Coima de 4.600€
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	GNR	1	Coima de 38.500 €
Contraordenação (outras)	Município da Póvoa de Lanhoso	Mun.da Póvoa de Lanhoso	1	Coima entre 1.500€ e 450.000€
Contraordenação (outras)	Município da Póvoa de Lanhoso	Mun.da Póvoa de Lanhoso	1	Coima entre 1.500€ e 200.000€
Contraordenação (outras)	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	Coima entre 50€ e 150€ a título de negligência; Coima entre 100€ e 300€ a título de dolo
Contraordenação Ambiental	ERSAR	ERSAR	1	Coima entre 1.250€ e 22.445€ a título de negligência e entre 2.500€ e 44.890€ a título de dolo
Contraordenação (outras)	ERSAR	ERSAR	1	Coima entre 1.250€ e 25.000€
Contraordenação (outras)	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	Coima entre 400€ e 1.200€
Contraordenação (outras)	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	Coima entre 1.000€ e 3.000€
Contraordenação (outras)	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	Coima entre 1.000€ e 4.500€
Contraordenação Ambiental	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	Coima entre 1.500€ e 4.500€
Contraordenação Ambiental	GNR - Destacamento Territorial Fafe	GNR	1	Coima entre 700€ e 3.500€ / Sanção acessória
Contraordenação (outras)	ERSAR	ERSAR	1	Coima entre 2.500€ e 44.890€ para dolo. Em caso de negligência estes montantes são reduzidos a metade. (são imputadas 3 contraordenações)
Contraordenação Ambiental	IGAMAOT	IGAMAOT	1	Coima entre 12.000€ e 72.000€ em caso de negligência e entre 36.000€ e 216.000€ em caso de dolo
Contraordenação Ambiental	ICNF	ICNF	1	Coima entre 12.000€ e 72.000€ em caso de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	41	Coima entre 24.000€ e 144.000€ a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	14	Coima entre 24.000€ e 144.000€ a título de negligência e entre 240.000€ e 5.000.000€ a título de dolo
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	11	Coima entre 24.000€ e 144.000€ a título de negligência e entre 240.000€ e 5.000.000€ a título de dolo
Contraordenação Ambiental	IGAMAOT	IGAMAOT	5	Coima entre 24.000€ e 144.000€ a título de negligência e entre 240.000€ e 5.000.000€ a título de dolo
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	5	Coima entre 38.500€ e 70.000€ em caso de negligência e entre 200.000€ e 2.500.000€ a título de dolo
Contraordenação Ordenamento do Território	CCDR-N	CCDR-N	1	Coima entre 2.000€ e 18.000€
Contraordenação rodoviária / estrada	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	Guarda Nacional Republicana (GNR) Posto Territorial de Paredes de Coura	1	Coima entre 700,00 e 3500,00
Contraordenação rodoviária / estrada	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)	Guarda Nacional Republicana (GNR), Posto Territorial de Amarante	1	Coima entre 700,00 € a 3.500,00 €

Processos expropriativos

No quadro seguinte são exibidos os processos expropriativos pendentes no final de 2021

N.º Processo	Tribunal	Expropriante	Expropriado	Valor da Ação
1578/06	S. João da Madeira	Cabral & Filhos	ATMAD	598 098
413/09.2 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Albino Pereira e Somingos Dias	198 351
358/14.4 T8BGC	Comarca de Bragança	ATMAD	Baldios de Montezinho e Baldios de Souzao	174 111
342/10.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Maria M Correia e Olinda Tavares	104 240
30/09	Moimenta da Beira	Delfim Sobral	ATMAD	103 798
68/08.1 TBAFE	Comarca de Bragança - Macedo de Cavaleiros	ATMAD	Amândio Rodrigues	72 722
416/09.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo	50 000
425/09.6 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	47 425
410/09	Lamego	Manuel Morgado	ATMAD	39 375
924/08.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Aniceto da Costa Saavedra	33 852
69/08	A. Da Fé	Jorge Carvalho	ATMAD	31 999
110/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	31 835
627/08	Lamego	Aniceto Saavedra	ATMAD	31 748
452/21.5BEPNF	Administrativo e Fiscal de Mirandela	Cristina Carneiro Pacheco Bluemel	Águas do Norte, S.A.	30 000
1971/2.9T8STS	Judicial da Comarca do Porto	Águas do Norte, S.A.	Armanda Maria Araújo da Costa	30 000
721/12.5BEBRG	Administrativo e Fiscal de Braga	Valter Correia Fernandes e Águeda Maria Torres Barbosa Lima Fernandes	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e Águas do Noroeste, S.A.	30 000
53/13.8 T8THC	Comarca de Bragança - Torre Moncorvo	ATMAD	António Louças, António Trindade e outros	25 185
407/19.0T8PVL	Administrativo e Fiscal de Mirandela	José António Rodrigues e Teresa Rodrigues da Cunha	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Frades e a A	21 650
400/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	20 515
165/09	Castro Daire	ATMAD	Ildio Gonçalves	20 362
76/2007	Sa-Marta Penaguão	M.Mécia	ATMAD	15 000
31/09	Moimenta da Beira	Luis Queiroz	ATMAD	12 040
747/08.3 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	10 591
582/08.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo Dias Costa e Esposa	9 370
167/09	Castro Daire	ATMAD	Albino Pereira	9 104
401/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	7 890
396/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo Dias Costa e Esposa	7 587
99/08	Moimenta da Beira	REN	ATMAD	6 703
109/09 (869/08)	Lamego	Herd. A. Fonseca	ATMAD	6 259
111/09 (871/08)	Lamego	Herd. A. Fonseca	ATMAD	5 901
670/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 516
767/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 516
3256/16.3T8STS	Comarca Porto- Juízo Local santo Tirso	Águas do Norte, S.A.	Carlos Mouco	5 096
670/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 000
932/08	Lamego	Junta Freg. Pretarouca	ATMAD	5 000

É convicção da administração da Empresa que não existem riscos financeiros associados a estes processos, para além dos registados nas demonstrações financeiras.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no valor de 4.046.649 EUR assim discriminadas:

Beneficiário	CGD	BPI	Santander	NBanco	BKI	IGCP	Dep. Caução	Montante
Infraestruturas de Portugal, SA	1 701 956	27 900	921 173	5 000	1 153 599		35 470	3 845 098
Tribunais	6 209		76 867	14 084				97 160
Auto-Estradas Norte Litoral			100 000					100 000
Município de Santo Tirso						4 391		4 391
TOTAL	1 708 165	27 900	1 098 040	19 084	1 153 599	4 391	35 470	4 046 649

18. Acréscimo de gastos de investimento contratual

18.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.5

18.2 Detalhe e movimento

O detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Saldo em 1 de janeiro		101 409 683	86 683 750
Acréscimo do período	27	10 737 579	15 238 937
Realização do investimento	6.3	-10 995 231	-513 004
		101 152 030	101 409 683

19. Subsídios ao investimento

19.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Norte, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

19.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de Coesão - (i)	440 417 727	453 349 691
Outros subsídios	1 772 712	1 852 896
Integração de património	24 253 911	27 913 879
	466 444 350	483 116 466

- (i) O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

	nota	31.12.2021	31.12.2020
Subsídios ao investimento saldo inicial		453 349 691	469 498 561
Reconhecimento de direito a fundo	12.2 A)	5 482 696	1 880 155
Reconhecimento de proveito		-18 414 660	-18 029 025
Subsídios ao investimento saldo final		440 417 727	453 349 691

Valores reconhecidos em resultados

	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de Coesão	18 414 660	18 029 025
Outros subsídios	80 184	33 340
Integração de património	3 659 968	3 566 567
	22 154 812	21 628 932

20. Passivos Financeiros

20.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Águas do Norte, S.A. liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

20.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos empréstimos é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários BEI	212 904 995	14 128 390	227 033 384	227 033 384	12 592 156	239 625 540
Encargos com montagem da operação BEI	-291 817		-291 817			0
Empréstimos - empresa-mãe	290 000 000	8 687 364	298 687 364	297 637 492	6 526 364	304 163 855
Encargos com montagem da operação empréstimo	-116 505		-116 505			
Acrésc. Gastos - Encargos Financeiros - BEI (1)		479 099	479 099			0
Acrésc. Gastos - Encargos Financeiros - empresa Mãe (1)		542 820	542 820			0
Total de empréstimos	502 496 672	23 837 672	526 334 345	524 670 876	19 118 520	543 789 395

(1) Em 31 de dezembro de 2020 os Acréscimos de Gastos – Encargos Financeiros – BEI e Acréscimos de Gastos – Encargos Financeiros – empresa mãe, estavam apresentados em Outros passivos correntes.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	524 670 876	19 118 519	543 789 395	545 301 641	37 557 517	582 859 158
Reclassificação de não corrente para corrente	-25 622 263	25 622 263	0	-20 728 519	20 728 519	0
Obtenção de empréstimos		25 830 000	25 830 000		30 950 000	30 950 000
Outros	90 550		90 550	97 754		97 754
Reembolso de capital de empréstimos	-4 500 000	-39 897 520	-44 397 520	-70 117 517	-70 117 517	-70 117 517
Varição na especialização de juros		1 021 919	1 021 919			0
Saldo final	494 639 163	31 695 182	526 334 345	524 670 876	19 118 519	543 789 395

O valor de Empréstimos registado na linha "Outros" diz respeito a correção do custo amortizado.

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BEI e acionista (empresa -mãe) em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte maturidade:

Por maturidade	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	23 837 672	19 118 520
De 1 a 2 anos	19 255 109	17 674 203
De 2 a 3 anos	20 102 657	19 330 348
De 3 a 4 anos	42 900 930	20 091 167
De 4 a 5 anos	18 513 393	42 885 678
Superior a 5 anos	401 724 583	424 689 479
	526 334 345	543 789 395

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os empréstimos BEI e e acionista (empresa -mãe) apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:tem a seguinte maturidade:

Taxa de juro variável	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	9 230 183	6 526 364
De 1 a 2 anos	3 577 517	3 545 814
De 2 a 3 anos	3 614 557	3 553 349
Superior a 3 anos	282 691 421	290 538 329
	299 113 678	304 163 855

Taxa de juro fixa	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	14 607 489	12 592 156
De 1 a 2 anos	15 677 592	14 128 390
De 2 a 3 anos	16 488 101	15 777 000
Superior a 3 anos	180 447 485	197 127 995
	227 220 667	239 625 540
	526 334 345	543 789 395

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela Águas do Norte, S.A. correspondem a empréstimos BEI (227.220.667 Euros) e a empréstimo acionista (299.113.678 Euros). Atendendo ao facto de não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI a Águas do Norte, S.A. se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não sendo possível desta forma determinar a que taxas a Águas do Norte, S.A. se poderia financiar atualmente para as maturidades contratadas; não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

21. Fornecedores e outros passivos

21.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a Águas do Norte, S.A. adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

21.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Fornecedores:						
Fornecedores de investimentos - Integração património	4 681 317	3 299 095	7 980 412	4 688 668	2 031 706	6 720 374
Fornecedores de Investimentos		5 084 236	5 084 236	3 020 584	1 989 520	5 010 105
Fornecedores gerais		7 179 087	7 179 087		7 125 819	7 125 819
Outras conta a pagar:						
ODC-Taxa Munic RSU		1 752 348	1 752 348		1 551 922	1 551 922
Cauções Fornecedores		4 267 866	4 267 866		4 592 642	4 592 642
Rendas de Infraestruturas (1)	1 582 121	1 265 572	2 847 693		2 271 687	2 271 687
Outros credores (2)		2 119 850	2 119 850		3 284 570	3 284 570
Acréscimos de gastos e diferimentos:						
Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal (3)		1 751 721	1 751 721		1 684 888	1 684 888
Credores por acréscimos de juros		665 645	665 645		2 772 087	2 772 087
Outros Credores por acréscimo de gastos (4)		2 486 632	2 486 632		5 929 364	5 929 364
Rendimentos a reconhecer (5)	153 445	2 428 051	2 581 497		1 220 196	1 220 196
Estado e outros entes públicos (A)		2 017 015	2 017 015		1 834 515	1 834 515
Total de Fornecedores e outros passivos	6 416 883	34 317 118	40 734 001	7 709 252	36 288 916	43 998 168

(1) O valor das rendas de infraestruturas diz respeito à EMAR no âmbito do acordo celebrado.

(2) O valor de Outros credores é constituído fundamentalmente por Juros de mora clientes Billing (623.977 EUR), Imparidades de devedores diversos (798.441 EUR), contrato de fornecimento/prestação de serviços manutenção o e instalação equipamentos eletrobombas (210.000 EUR), bem como do valor de 210.895 EUR referente à aplicação ao município de Bragança de juros de mora pelo atraso na realização de capital social.

(3) Esta rubrica inclui valores referentes a acréscimos de férias do ano n a liquidar no ano n+1

(4) A rubrica Outros Credores por acréscimo de gastos é constituída fundamentalmente por acréscimos de gastos com Energia (696.371 EUR), Fees de Gestão (235.340 EUR), Aquisição de água (295.034 EUR), Subcontratos (406.702 EUR), Outros trabalhos Especializados (465.136 EUR)

(5) Na rubrica Rendimentos a reconhecer, Corrente, está incluído o valor de: 1.953.757 EUR relativo ao subsídio do Fundo Ambiental atribuído em 2020 e em 2021 ao Sistema de Águas da Região do Noroeste a reconhecer ao longo do período do contrato de gestão da Parceira, 224.004 EUR referente a Recebimento Subsídio "Life Pateiras". O valor do não corrente (153.445 EUR), inclui 113.302 EUR referentes a Castro Daire (ajustamento por contrapartida de outros gastos operacionais) e 40.143 EUR referente a indemnização da seguradora.

A) Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

	31.12.2021	31.12.2020
Retenções - IRS	129 582	126 379
Retenções Segurança social, ADSE, CGA	212 728	198 625
Outras tributações - TRH	1 674 706	1 509 512
Estado e outros entes públicos passivos	2 017 015	1 834 515

22. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2021	nota	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	9	50 926			50 926
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14		3 458 338		3 458 338
Clientes	11	91 574 511			91 574 511
Outros ativos correntes e não correntes	12	6 741 859			6 741 859
Caixa e seus equivalentes	15	1 767 651			1 767 651
		100 134 948	3 458 338	0	103 593 286
Empréstimos	20			526 334 345	526 334 345
Fornecedores e outros passivos não correntes	21			6 416 883	6 416 883
Fornecedores correntes	21			15 562 418	15 562 418
Outros passivos correntes	21			7 653 288	7 653 288
		0	0	555 966 933	555 966 933

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2020		Ativos financeiros pelo custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros		38 057			38 057
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral			8 124 535		8 124 535
Clientes		89 668 217			89 668 217
Outros ativos correntes e não correntes		4 822 317			4 822 317
Caixa e seus equivalentes		1 360 142			1 360 142
		95 888 733	8 124 535	0	104 013 268
Empréstimos				543 789 395	543 789 395
Fornecedores e outros passivos não correntes				7 709 252	7 709 252
Fornecedores correntes				11 147 045	11 147 045
Outros passivos correntes				10 007 441	10 007 441
		0	0	572 653 133	572 653 133

23. Rédito de contratos com clientes

23.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Águas do Norte, S.A.. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca

dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a Águas do Norte, S.A. avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Águas do Norte, S.A., existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verificarem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Componente Tarifária Acrescida (CTA)

Nos termos do Artigo 12º, nº 9 e seguintes, do Decreto-Lei nº 16/2017, de 1 de fevereiro, foi definido que a Águas do Douro e Paiva, S.A. na faturação mensal aos seus clientes, fatura uma parcela com a denominação "Componente Tarifária Acrescida" (CTA), por conta da Águas do Norte, S.A..

A cobrança da CTA é efetuada pela Águas do Douro e Paiva, sendo entregue/repassada à Águas do Norte, S.A. mediante faturação trimestral da Águas do Norte, S.A. à Águas do Douro e Paiva.

A Águas do Norte, S.A. especializa mensalmente na rubrica "Clientes" o rédito da CTA que é faturada pela Águas do Douro e Paiva. O rédito é registado na rubrica "Vendas". O valor efetivamente cobrado em cada trimestre pela Águas do Douro e Paiva é faturado pela Águas do Norte, S.A. àquela empresa.

Fundo Ambiental

Nos termos do Artigo 59º, n.º 8 e seguintes, do Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, ficou definido que a partir de 2017 e pelo período de 5 anos, a Águas do Norte, S.A. passaria a beneficiar de uma indemnização compensatória afeta à atividade em alta por parte do Estado, sob a forma de apoio do Fundo Ambiental, prevista na alínea c) do n.º 4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, totalmente afeta à alta.

A Águas do Norte, S.A. especializa mensalmente na rubrica "Prestações de Serviços" o valor anual dessa transferência.

Em 2021, e nos termos do Despacho n. 1897/2021 de 15 de fevereiro, foi atribuído ao sistema de Águas da Região do Noroeste o valor de 1.000.000 euros, valor a considerar até ao final do Contrato de Parceria. Mensalmente a Águas do Norte, S.A. especializa na rubrica Prestações de Serviços o valor correspondente ao período.

Neste sentido, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental a receber em cada ano, tem por objetivo compensar o rédito que seria cobrado anualmente através da tarifa e que estava previsto na trajetória de aumento tarifário das empresas cindidas, pelo que, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental, é registada anualmente como rédito na rubrica "Prestação de Serviços".

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.7.

23.2 Detalhe

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 apresenta o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Vendas						
Vendas de água	42 150 975	7 644 722	49 795 696	41 261 849	7 738 976	49 000 825
Vendas internas à baixa	25 150			39 726		
Valores contratualmente garantidos (*)	3 466 599	0	3 466 599	3 787 442	0	3 787 442
CTA	7 547 187	0	7 547 187	7 815 766	0	7 815 766
	53 189 911	7 644 722	60 809 483	52 904 783	7 738 976	60 604 033
Prestação de serviços						
Saneamento	49 858 155	10 048 287	59 906 442	48 141 342	10 423 842	58 565 184
Prestação de serviços interna à baixa	5 244 615			5 188 853		
Valores contratualmente garantidos (*)	326 062		326 062	319 726		319 726
Fundo Ambiental	10 406 074	46 790	10 452 864	10 309 103	23 121	10 332 224
	65 834 906	10 095 077	70 685 368	63 959 023	10 446 963	69 217 133
Rédito de contratos com clientes	119 024 817	17 739 799	131 494 851	116 863 806	18 185 939	129 821 166
Rendimentos de construção em ativos concessionados	20 571 995	6 118 118	26 690 113	15 296 850	6 275 393	21 572 243
Desvio de Recuperação de Gastos	-22 322 302	3 021 503	-19 300 800	-15 633 463	2 590 225	-13 043 238
	117 274 510	26 879 419	138 884 164	116 527 193	27 051 557	138 350 171

(*) Neste item foram considerados os valores referentes a todos os utilizadores municipais que violaram o direito de exclusividade prevista na cláusula 22ª do Contrato de Concessão.

O valor das vendas da água resulta do produto das quantidades fornecidas (m³) pelas tarifas em vigor.

Na atividade em alta foram faturados 76.801.300 m³ em 2021 e 75.801.300 m³ em 2020. Na atividade em baixa foram faturados 3.057.651 m³ em 2021 e 3.088.964 m³ em 2020.

O valor das prestações de serviço resulta do produto das quantidades tratadas (m³) expurgadas das infiltrações de pluviais pelas tarifas em vigor.

Na atividade em alta foram faturados 81.182.996 m³ em 2021 e 79.153.464 m³ em 2020. Na atividade em baixa foram faturados 4.731.170 m³ em 2021 e 4.937.572 m³ em 2020.

Em 2021 e à semelhança dos períodos anteriores, está incluído no valor das prestações de serviços o valor relativo ao Fundo Ambiental - Indemnização compensatória por parte do Estado (referido na nota 2.16.5) - n.º 8 do art.º 59 do DL 16/2017, de 1 de fevereiro, a que acresceu na atividade da baixa o valor 46.790 euros. Este último diz respeito à anualidade do valor atribuído (1.000.000 euros) pelo Fundo Ambiental ao sistema de Águas da Região do Noroeste (Despacho n.º 6559/2020, de 16 de junho).

24. Gastos das vendas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
CMVMC - Matérias - primas	709 992	1 597 453	2 307 445	707 840	1 637 426	2 345 266
Aquisição de água à Alta (vendas internas)		25 150			39 726	
CMVMC - Matérias - subsidiárias	1 904 069	5 329	1 909 398	1 703 107	7 330	1 710 437
Gastos das vendas	2 614 062	1 627 933	4 216 844	2 410 947	1 644 756	4 055 703
Gastos de construção em ativos concessionados	20 571 995	6 118 118	26 690 113	15 296 850	6 275 393	21 572 243
	23 186 057	7 746 051	30 906 957	17 707 797	7 920 149	25 627 946

25. Fornecimentos e serviços externos

25.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

25.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Subcontratos	17 050 504	2 705 047	19 755 551	17 319 915	2 712 260	20 032 175
Subcontratos (Prestação de serviços interna)		5 244 615			5 188 853	
Trabalhos especializados (1)	6 611 059	1 473 596	8 084 654	6 278 036	1 212 923	7 490 958
Energia e outros fluídos (2)	9 413 559	545 953	9 959 512	10 604 710	496 798	11 101 508
Conservação e reparação	5 080 421	1 157 979	6 238 400	3 426 691	834 176	4 260 867
Comunicação	248 120	436 644	684 765	414 354	491 967	906 321
Seguros	460 904	20 270	481 174	463 133	27 390	490 523
Outros FSE's	2 165 946	631 053	2 797 000	2 488 669	579 389	3 068 058
	41 030 513	12 215 157	48 001 055	40 995 507	11 543 757	47 350 411
FSE capitalizados	-186 515	-54 306	-240 821	-239 895	-76 405	-316 301
	40 843 998	12 160 850	47 760 234	40 755 612	11 467 351	47 034 110

(1) – A rubrica de Trabalhos especializados é composta fundamentalmente pelos gastos com Análises e monitorizações, Assistência técnica, Assistência informática, Fees de Gestão, Tratamento de lamas, tratamento de efluentes e resíduos. O aumento verificado face a 2020 deve-se fundamentalmente ao aumento dos gastos com o tratamento de lamas, resíduos e efluentes, que no global registaram uma variação de mais 497.412 EUR. Na origem deste aumento está o aumento dos preços unitários

(2) – A rubrica Energia e outros fluídos resulta do somatório dos seguintes gastos:

- Eletricidade (com 8.971.858 EUR), apresentando um desvio de menos 13,9% face a 2020 e como resultado fundamentalmente da conjugação de medidas de otimização e eficiência energética e revisão de preços;
- Combustíveis (com 866.128 EUR), apresentando um desvio de mais 36,5% face a 2020 como resultado do aumento de preço média e pelo facto de em 2020 se ter verificado uma diminuição nas deslocações no âmbito do maior recurso a trabalho remoto;
- Água e outros fluídos, num total de 121.526 EUR, mais 120% face a 2020. O valor de 2020 está influenciado por acertos.

26. Gastos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o gasto com pessoal tem o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Remunerações OS	411 984	947	412 931	469 417	365	469 782
Remunerações pessoal	9 795 018	1 915 079	11 710 097	9 204 765	1 840 274	11 045 039
Indemnizações	2 477	0	2 477	1 177	0	1 177
Encargos sociais com remunerações	2 239 225	399 977	2 639 203	2 130 068	382 939	2 513 007
Outros custos com pessoal	275 251	64 318	339 569	406 018	91 596	497 614
Seguro de vida e de saúde	692 753	97 750	790 503	551 514	46 877	598 391
	13 416 707	2 478 073	15 894 780	12 762 958	2 362 051	15 125 009
Gastos com pessoal capitalizados	-1 464 425	-438 053	-1 902 477	-1 355 360	-455 626	-1 810 986
	11 952 283	2 040 020	13 992 303	11 407 598	1 906 425	13 314 023

Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	2021	2020
Órgãos sociais	7	8
Trabalhadores efetivos e outros	604	556
	611	564

Número de colaboradores	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos sociais	7	8
Trabalhadores efetivos e outros	602	591
	609	599

No ano de 2021 verificou-se a admissão de 6 colaboradores nas última semana do ano.

27. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	nota	2021	2020
Amortizações de ativos intangíveis	6.3	42 341 999	41 197 009
Amortizações de ativos fixos tangíveis	7.3	482 030	350 519
Acréscimo de gastos de investimento contratual	18	10 737 579	15 238 937
Amortizações de ativos sob direito uso	8.3	1 081 736	771 583
		54 643 344	57 558 048

28. Perdas por imparidade e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as perdas por imparidade e reversões têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Reforço	Reversões	Efeito em resultados	Reforço	Reversões	Efeito em resultados
Imparidade Clientes - Alta	144 400	-33 093	111 307	335 709,2	-5 919,0	329 790
Imparidade Clientes - Baixa	245 034	-1 837	243 196	677 370,5	-186 464,1	490 906
Imparidade Outros Devedores	0		0		-4 743,2	-4 743
Imparidade - Adiantamento por conta Ativo Fixo Tang. (Integração património)	92 923		92 923	185 845,4		185 845
	482 356	-34 930	447 426	1 198 925	-197 126	1 001 799

29. Outros gastos e perdas operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Impostos	763 851	7 220	771 071	734 090	7 925	742 016
Perdas em imobilizado	14 277	6 125	20 402	3 009		3 009
Descontos de pp concedidos	11 662	0	11 662	11 650		11 650
Donativos	0	0	0	4 000		4 000
Outros gastos operacionais	46 695	534 560	581 255	-84 114	502 415	418 301
	836 485	547 905	1 384 390	668 635	510 340	1 178 976

Na rubrica Impostos estão incluídos 721.593 euros em 2021 e 702.478 euros em 2020 referente às Taxas ERSAR

Na rubrica Outros gastos operacionais está incluído o valor de 342.964 euros em 2021 e 335.292 euros em 2020 referentes à componente tarifária acrescida.

30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Subsídios à exploração	0	0	0	38 872	1 825	40 697
Rendimentos suplementares	31 316	277 032	308 348	58 072	263 752	321 824
Ganhos em imobilizado - sinistros	29 225		29 225	108 099		108 099
Outros rendimentos e ganhos operacionais	156 606	15	156 621	221 927	62	221 990
	217 146	277 047	494 194	426 970	265 640	692 610

Na rubrica Rendimentos Suplementares estão incluídos 277.032 euros em 2021 e 263.752 euros em 2020, relativos a encargos administrativos e custas judiciais, no âmbito de processos de injeção de dívidas, faturados pela baixa.

Em Outros rendimentos e ganhos operacionais estão considerados os valores relativos a rendas pela cedência de espaço do Pólo de Viana do Castelo no valor de 140.400 euros em 2021 e 128.700 euros em 2020.

31. Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Juros suportados	10 057 771	850 852	10 908 622	10 899 204	840 887	11 740 092
Comissões de grupo	1 500 402		1 500 402	1 580 009		1 580 009
Outros gastos financeiros	0	77	77	10	0	10
	11 558 172	850 929	12 409 101	12 479 224	840 887	13 320 111
Gastos financeiros capitalizados	-564 853	-441 372	-1 006 225	-486 007	-335 283	-821 290
	10 993 319	409 557	11 402 876	11 993 217	505 605	12 498 822

Verificou-se uma diminuição de 831 milhares de euros (-7%), face ao exercício de 2020, como resultado da diminuição do endividamento (nota 20).

32. Rendimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2021			2020		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Juros bancários	0	170	170		848	848
Juros de mora	3 943 209	65 744	4 008 953	4 063 185	66 094	4 129 279
Outros juros	115 641		115 641	232 751		232 751
	4 058 850	65 914	4 124 764	4 295 936	66 941	4 362 877

O valor registado em Outros juros diz respeito ao cálculo de juros financeiros referentes aos acordos de pagamento.

33. Imposto sobre o rendimento

33.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A Águas do Norte, S.A. encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Águas do Norte, S.A. cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. O Grupo AdP entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a Águas do Norte, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo corresponde ao valor do IRC a pagar referente a 2020 e 2021. Não existem dívidas em mora para as entidades fiscais.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

31.12.2020	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos			
	1 500 000	22,50%	337 500
	5 360 595	25,50%	1 366 952
	6 860 595	24,84%	1 704 452
Diferenças permanentes:			
. Provisões	1 001 799	3,63%	248 888
. Multas, coimas e juros compensatórios	1 485	0,04%	369
. Benefícios fiscais	-402 309	-1,46%	-99 950
. Outros	16 600	0,06%	4 124
Diferenças temporárias sem impostos diferidos reconhecidos:			
Diferença entre a taxa de tributação esperada e a taxa usada em cada empresa		7,66%	525 448
Tributação Autónoma		1,00%	68 777
Excesso de estimativa de imposto de anos anteriores		-0,58%	-40 049
Carga Fiscal (Imposto corrente e Imposto diferido)	7 478 170	35,19%	2 412 059
31.12.2021	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos			
	1 500 000	22,50%	337 500
	3 620 404	25,50%	923 203
	5 120 404	24,62%	1 260 703
Diferenças permanentes:			
. Provisões	447 426	2,15%	110 162
. Correções relativas a exercícios anteriores			
. Multas, coimas e juros compensatórios	1 526	0,01%	376
. Benefícios fiscais	-364 220	-1,75%	-89 675
. Outros	4 353	0,02%	1 072
Diferenças temporárias sem impostos diferidos reconhecidos:			
Diferença entre a taxa de tributação esperada e a taxa usada		0,77%	39 392
Tributação Autónoma		1,78%	91 369
Excesso de estimativa de imposto de anos anteriores		-9,62%	-492 661
Carga Fiscal (Imposto corrente e Imposto diferido)	5 209 489	17,98%	920 736

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 e o movimento ocorrido no em 2021 é como segue:

	31.12.2020			reforços/reversões em resultados			Reclassificação reforços/reversões			Correção		31.12.2021		
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Tx	Base	Tx	Imposto	
Ativos por Impostos Diferidos														
Efeito IFRIC 12														
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento amortização firme	6 212 434	26,62%	1 653 750				-6 212 434	26,57%	-1 650 644	-3 106	0		0	
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento subsídio firme	12 694 676	26,62%	3 379 323				-12 694 676	26,57%	-3 372 975	-6 347	0		0	
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	21 361 194	26,62%	5 686 350				-21 361 194	26,57%	-5 675 669	-10 681	0		0	
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento subsídio futuro	5 555 263	26,62%	1 478 811	-222 211	26,57%	-59 041				-2 778	5 333 053	26,57%	1 416 992	
Efeito IFRIC 12 Exercício - amortização IFRIC 12 VS fiscal	6 884 353	26,62%	1 832 613	389 178	26,57%	103 405	75 127 678	26,57%	19 961 424	-3 442	82 401 209	26,57%	21 894 001	
Efeito IFRIC 12 Exercício - Investimento futuro	125 273 826	26,62%	33 347 893	10 737 579	26,57%	2 852 975	-34 859 375	26,57%	-9 262 136	-62 637	101 152 030	26,57%	26 076 094	
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio IFRIC 12 VS fiscal	105 479	26,62%	28 079	55 991	26,57%	14 877				-53	161 470	26,57%	42 903	
Imposto ativo	178 087 225	26,62%	47 406 819	10 960 537	26,57%	2 912 215	0	0	-89 044	189 047 762	26,57%	50 229 990		
Passivos por Impostos diferidos														
Devio de recuperação de gastos (nota 10.3)	-251 088 582	26,62%	-66 839 780	19 300 800	26,57%	5 128 223	-	-	-	125 544	-231 787 782	26,57%	-61 586 014	
Efeito IFRIC 12														
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento amortização firme							-	-	-	-				
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento subsídio firme							-	-	-	-				
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	-39 503 962	26,62%	-10 515 955	1 580 158	26,57%	419 848	-	-	-	19 752	-37 923 804	26,57%	-10 076 355	
Efeito IFRIC 12 (Transição) - Investimento subsídio futuro							-	-	-	-				
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio IFRIC 12 VS fiscal	-189 894	26,62%	-50 550	-254 961	26,57%	-67 743	-	-	-	95	-444 855	26,57%	-118 198	
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio futuro	-8 562 328	26,62%	-2 279 232	-2 206 135	26,57%	-586 170	-	-	-	4 281	-10 768 463	26,57%	-2 861 121	
Imposto passivo	-299 344 766	26,62%	-79 685 517	18 419 863	26,57%	4 894 158				149 672	-280 924 903		-74 641 687	
Imposto líquido	-121 257 541	26,62%	-32 278 697	29 380 400	26,57%	7 806 372				60 629	-91 877 141	26,57%	-24 411 696	

34. Saldos e transações com partes relacionadas

34.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 as partes relacionadas da Águas do Norte, S.A. são as seguintes:

- Águas de Portugal, SGPS
- Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A
- Águas do Alto Minho, SA
- AdP Internacional, SA
- EPAL, SA
- Águas do Vale do Tejo, SA
- Águas da Região de Aveiro, SA
- Águas do Douro e Paiva, SA
- AdP Energias, SA
- Simdouro, SA, e
- Municípios acionistas e entidades relacionadas

34.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Rendimentos 2021	Gastos 2021	Rendimentos 2020	Gastos 2020
Águas de Portugal, SA - (1)		9 368 765		9 665 442
Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A		14 718		488 339
Águas do Alto Minho, SA	13 659 660	4 965	13 143 416	10 534
EPAL, SA	480	113 720		113 791
Águas do Vale do Tejo, SA	10 573	706 094	12 641	709 274
Águas da Região de Aveiro, SA	16 855		23 069	
AdP Internacional, SA				
Águas do Douro e Paiva, SA		1 578 614		1 591 323
AdP Energias, SA	500	5 838		8 246
Simdouro, SA	19 331	1 487 600	16 065	1 404 321
Municípios acionistas e entidades relacionadas	60 500 142	874 584	55 982 097	894 981
	74 207 542	14 154 899	69 177 289	14 886 251

	Ativos 31.12.2021	Passivos 31.12.2021	Ativos 31.12.2020	Passivos 31.12.2020
Águas de Portugal, SA - (2)	5 272	300 199 567	16 039	306 371 096
Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A		20 108		182 079
Águas do Alto Minho, SA	2 227 868		3 319 718	21 816
AdP Internacional, SA	10 032		6 725	
EPAL, SA		22 132		24 957
Águas do Vale do Tejo, SA	33 894	169 399	23 321	164 564
Águas da Região de Aveiro, SA	19 004		50 565	
Águas do Douro e Paiva, SA - (3)	2 708 923	288 502	3 000 563	285 216
AdP Energias, SA		79 738		79 804
Simdouro, SA	1 523	287 040		328 584
Municípios acionistas e entidades relacionadas	54 651 811	4 534 062	74 091 203	3 907 208
	59 658 326	305 600 549	80 508 134	311 365 324

Com exceção das notas 1, 2 e 3, os restantes valores expressos nesta nota são referentes a vendas de água e prestações de serviços entre as partes relacionadas.

- (1) gastos relativos a Fees de Gestão e Encargos Financeiros;
- (2) saldo passivo refere-se essencialmente à linha de Apoio de Tesouraria e Suprimentos;
- (3) saldo ativo referente à CTA

35. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos Águas do Norte, S.A. não relevados no balanço, decorrentes da celebração do contrato de concessão e contrato de gestão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão são os seguintes:

- Sistema Multimunicipal (*Alta*):
 - ✓ Os Investimentos reversíveis incluídos no contrato de concessão, para a atividade em alta, perfazem, na sua mais recente versão constante do EVEF anexo ao contrato de concessão 1.729.462.353 EUR (preços correntes), dos quais 1.501.381.255 EUR já se encontram realizados:
- Sistema de Águas da Região do Noroeste (*Baixa*):
 - ✓ Os Investimentos reversíveis incluídos no contrato de gestão, para a atividade em baixa, perfazem, na sua mais recente versão constante do EVEF anexo ao contrato de gestão 222.231.322 EUR (preços correntes), dos quais 73.717.373 EUR já se encontram realizados.

36. Rendimento garantido

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Norte, S.A., (operação em alta), os capitais próprios aplicados na Empresa (ações categoria A) serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde (até ao final do primeiro subperíodo do terceiro período tarifário) à aplicação ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Nos termos do Contrato de Gestão (anteriormente em vigor na AdNoroeste) referente ao sistema de Águas da Região do Noroeste (operação em baixa), os capitais próprios aplicados na Empresa (ações categoria C) serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde à aplicação ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O valor da remuneração do capital social, reserva legal e dividendos em dívida calculado nos termos dos Contratos de Concessão e Contrato de Gestão é o seguinte:

	2021			
	Categoria A		Categoria C	TOTAL
	AdTMAD	AdNW	AdNW	AdNorte
Capital social realizado a 01-01-2021	27 812 177	67 350 478	12 932 813	108 095 467
Capital a 31-12-2021	27 812 177	67 350 478	12 932 813	108 095 467
Taxa de juro OT 10 anos	0,30%	0,30%	0,30%	0,30%
Spread 3pp	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de remuneração acionista	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%
Remuneração do capital realizado	917 802	2 222 566	426 783	3 567 150
Reserva legal em 01-01-2021	698 565	1 876 475	97 493	2 672 533
- Reforço da Reserva legal				
data	nº dias			
22/03/2021	285	57 611	139 512	197 123
01/01/2021	365		25 304	25 304
Reserva legal a 31-12-2021	756 176	2 015 988	122 797	2 894 960
Taxa de juro OT 10 anos	0,30%	0,30%	0,30%	0,30%
Spread 3pp	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de remuneração acionista	3,30%	3,30%	3,30%	3,30%
Remuneração da Reserva legal	27 776	62 280	4 052	94 108
Dividendos em dívida em 01-01-2021	43 828 511	106 319 720	1 918 971	152 067 202
- Aumento dos dividendos em dívida				
data	nº dias			
22/03/2021	285	1 094 611	2 650 730	3 745 340
01/01/2021	365		480 769	480 769
Dividendos em dívida a 31-12-2021	44 923 122	108 970 450	2 399 741	156 293 312
Taxa de juro OT 10 anos	0,30%	0,30%	0,30%	0,30%
Spread 3pp	0,00%	0,00%	3,00%	3,00%
Taxa de capitalização dos dividendos em dívida	0,30%	0,30%	3,30%	3,30%
Capitalização dos Dividendos em dívida	134 050	325 168	79 192	538 410
	1 076 389	2 613 253	510 027	4 199 668

37. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da Águas do Norte, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

	Revisão legal de contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços	Total
PricewaterhouseCooper & Associados - Sociedade de Revisores de Contas, Lda	13 182			13 182
	13 182			13 182

38. Outros assuntos – COVID-19

Apesar destes anos terem sido atípicos e desafiantes, a Adnorte prosseguiu a sua missão, garantindo a qualidade e a quantidade dos serviços que presta à população residente nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal em alta, e pela parceria do sistema de águas da região do Noroeste em baixa, dando continuidade à sua aposta na eficiência interna e na melhoria sustentada dos serviços prestados.

Neste seguimento, a AdNorte foi confrontada com a necessidade de dar continuidade ao plano de contingência no ano anterior, procedendo a permanentes ajustamentos em resposta à evolução da pandemia.

Assim, a transformação digital assumiu um papel determinante, dada a dispersão geográfica da respetiva concessão, tendo a AdNorte recorrido ao regime de trabalho remoto para um número considerável de colaboradores, mantendo os restantes na linha da frente, aos quais disponibilizou equipamentos e ferramentas informáticas inovadoras para permitir a realização do trabalho remoto e promover a realização de reuniões virtuais.

De acordo com o plano de contingência para a Covid-19, reorganizou equipas, ajustou procedimentos, alterou hábitos de trabalho, reforçou os planos de limpeza e de higienização dos espaços, reforçou os stocks dos produtos, materiais e equipamentos típicos para o desempenho das atividades da empresa e para a proteção das pessoas, e os espaços de atendimento aos clientes, refeitórios e cantina foram alvo de medidas de prevenção e de organização do espaço específico. Estabeleceu ainda um conjunto de regras de cumprimento obrigatório pelos colaboradores e prestadores de serviços.

A aplicação destas medidas gerou efeitos no investimento e nos gastos operacionais, em ambos os sentidos, desagravando sobretudo no que respeita à adoção do trabalho remoto, e agravando no que respeita a novas aquisições de bens e serviços inerentes ao combate da pandemia.

No que diz respeito ao volume de atividade, e em concreto no volume industrial, verificou-se nos primeiros meses da pandemia, em 2020, uma redução dos volumes na sequência da diminuição da atividade industrial, nomeadamente durante o período coincidente com o designado primeiro confinamento, no entanto este facto não se refletiu no ano de 2021.


No ano de 2021 o impacto gerado pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 regista um valor de montante imaterial, conforme quadro a seguir:

Efeitos da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2 - Impacto em Resultados (€)			
Aumento dos seguintes Gastos Operacionais:	Alta	Baixa	Total AdNorte
FSE-Segurança Trabalho	13 298	8 011	21 309
FSE-Conserv e Rep - Edifícios e outras construções	623	1 123	1 746
FSE-Conserv e Rep - Ferramentas e utensílios	742	72	814
FSE-Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	84		84
FSE-Equipamentos de telecomunicações	12 926		12 926
FSE-Limpeza Higiene e Conforto	77	2	79
FSE-Desinfecção às instalações	1 484		1 484
Total FSE	29 234	9 209	38 443
G c/ P-Out.G c/ P-Fardamento	47 786	4 725	52 511
G c/ P-Rem.Pessoal-A, excepcional COVID19	2 570		2 570
Total Gastos Com Pessoal	50 356	4 725	55 081
Total aumento (FSE + Gastos Com Pessoal)	79 590	13 934	93 524
Diminuição dos seguintes Gastos Operacionais:	Alta	Baixa	Total AdNorte
Gc/P-P-O.R.Var. - Comp. Mobilid. Geográfica (variação face a 2019)	31 195	7 135	38 330
FSE - Combustíveis (Efeito - menos kms percorridos)	3 619	665	4 284
FSE - Deslocações e estadas/portagens (Efeito - menos kms percorridos)	45 979	944	46 923
Total diminuição (FSE + Gastos c/ Pessoal)	80 793	8 744	89 537
Total Impacto gastos Operacionais	- 1 203	5 190	3 987
Impacto FSE	- 20 364	7 600	- 12 764
Impacto Gastos com Pessoal	19 161	- 2 410	16 751
Impacto total - Resultados Operacionais	-1 203	5 190	3 987


Não é expectável que em 2022 a Águas do Norte, S.A. venha a apresentar problemas de continuidade dos seus serviços, sendo convicção da empresa que, apesar das contrariedades e com as necessárias adaptações, seja levado a cabo a missão com eficiência interna e a melhoria sustentada dos serviços prestados, tal como se verificou em 2020 e 2021.

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

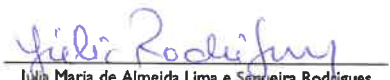
O Conselho de Administração

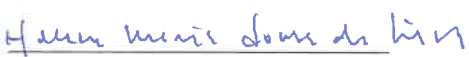

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

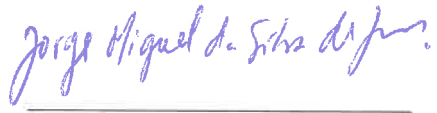

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)

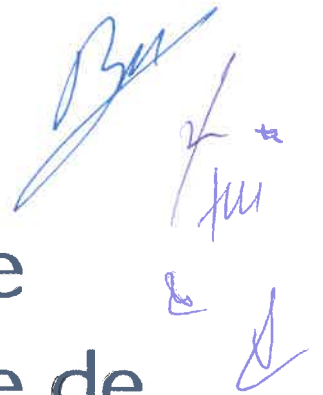

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)


Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

13/11/2021
13/11/2021
13/11/2021
13/11/2021

Parte C -

Sistema Multimunicipal de
Abastecimento de Água e de
Saneamento do Norte de
Portugal

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

100

[Handwritten signature]

Introdução

A Parte C do Relatório & Contas do ano de 2021 destina-se a dar cumprimento ao previsto no n.º 3 do art.º 18.º dos Estatutos da Águas do Norte, S.A. que dispõe "As deliberações das assembleias especiais das categorias A e B, por um lado, e da categoria C, por outro incidem exclusivamente sobre matérias relativas a cada uma das categorias de ações em causa, nomeadamente:

- a) Deliberar sobre contas operacionais da sociedade, reportando-se cada uma às atividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º dos presentes estatutos;
- b) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento das atividades exercidas pela sociedade e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;"

Nesse sentido serão apresentadas de seguida as atividades operacionais e as contas operacionais relativas à gestão e exploração do sistema multimunicipal.

Relatório das Atividades Operacionais

Investimento

No sentido de assegurar a realização do plano de investimentos previsto para o Sistema Multimunicipal e o cumprimento das obrigações inerentes às operações cofinanciadas pelo POSEUR, durante o ano de 2021 foram lançados 61 concursos de empreitadas e assinados 34 contratos, no montante de cerca de 19,1 milhões de euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o investimento realizado durante o ano de 2021 no Sistema Multimunicipal e nas componentes de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Estrutura.

Investimento no ano de 2021

Área de Atividade	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos ⁽¹⁾ (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Abastecimento de Água	7 561	3 743	11 304
Saneamento de Águas Residuais	5 610	2 633	8 243
Área Gestão / Estrutura	-	643	643
TOTAL	13 171	7 019	20 190

⁽¹⁾ Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos

Associada à componente de Investimentos, o ano de 2021 destaca-se pelas seguintes ações:

Empreitadas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de 2021, deu-se continuidade aos processos administrativos tendo em vista a construção/reabilitação das infraestruturas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

Desta forma, listam-se nos quadros seguintes os concursos de empreitada lançados, com indicação do Preço Contratual (Preço Base ou de adjudicação), bem como o Tipo de Procedimento adotado.

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2021 – Abastecimento de Água

Designação	Preço Contratual ⁽²⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽³⁾
PRC_0192/2020_GAE - AA0581 - Empreitada de pavimentação de estradas municipais afetadas pela instalação de Infraestruturas de abastecimento de água (Vieira do Minho)	197	CP
PRC_0012/2021_GAE - AA0639 - Empreitada de execução do subsistema de abastecimento de água de Lapela - Ligação ao reservatório de Azenhas (Valença)	249	CP
PRC_0045/2021_GAE - AA0647 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Reabilitação da conduta de Berlandos (Viana do Castelo)	3 485	CP
PRC_0069/2021_GAE - AA0646 - Empreitada de execução de caixas de medição de caudal nos Reservatórios integrados do SAA da Lapela	5	ADs
PRC_0111/2021_GAE - AA0654 - Empreitada de substituição e reforço do Sistema Adutor desde o RR do Cossourado e do RR de Formariz até à ETA de Insalde, incluindo ligação do furo das Porreiras - SAA DE INSALDE (Paredes de Coura)	3 264	CP
PRC_0323/2020_GAE - O0604 - Aquisição de Serviços de Limpeza dos Terrenos das Barragens da Águas do Norte	34	AQ
PRC_0190/2021_GAE - AA0668 - Empreitada de Execução da Ligação do SAA Pinhão – SAA Vila Chã (Vila Real, Sabrosa e Alijó)	4 200	CP
PRC_0191/2021_GAE - AA0669 - Empreitada de Execução da Ligação do SAA Alto Rabagão – SAA Arcossó (Chaves)	1 550	CP
PRC_0237/2021_GAE - AA0679 - Empreitada de Reabilitação da ETA de Fonte Fria (Murça)	130	CPPrévia
PRC_0336/2021_GAE - AA0680 - Empreitada de Remodelação dos Banheirões da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	103	CP
PRC_0222/2021_GAE - AA0681 - Reabilitação das captações: Porreiras, Freande, Codessede e Cavaleiros – Subsistema de Castanheira / Insalde (Paredes de Coura)	43	ContEXCL
PRC_0307/2021_GAE - AA0687 - Empreitada de substituição da conduta elevatória R6-RABOIM – SAA S. Jorge (Arcos de Valdevez) - Lote A	300	CP
PRC_0307/2021_GAE - AA0687 - Empreitada de substituição da conduta adutora na EN226 - SAA Vilar (Moimenta da Beira) - Lote B – CONCURSO DESERTO	250	CP
PRC_0285/2021_GAE - AA0685 - Empreitada de ampliação/reabilitação do edifício da estufa de secagem de lamas da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	349	CP
PRC_0026/2021_GAE - AA0719 - Empreitada de execução da laje dos filtros da ETA de São Sebastião (Paredes de Coura)	6	ADs
AA0632 - Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela – CONCURSO DESERTO	690	CP
AA0648 - Empreitada de remodelação de sistemas de supervisão e controlo de algumas Infraestruturas da AdN - Lote 1	395	CP
AA0648 - Empreitada de remodelação de sistemas de supervisão e controlo de algumas infraestruturas da AdN - Lote 2 – CONCURSO DESERTO	20	CP
AA0661 - Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela (Fafe)	900	CP
P0610 - Projeto de Reabilitação das Barragens da Cumieira e Fundeira – Alvão (Vila Real)	28	CP
PRC_0260/2021_GAE - O0682 - Empreitada de Conceção - Execução das instalações da Automação e da Supervisão do Subsistema de Abastecimento de São Jorge - CEX Minho e e Lima – CONCURSO DESERTO	350	CP
PRC_0320/2021_GAE - O0733 - Aquisição de Juntas de Desmontagem para o Subsistema de Abastecimento de Águas do Alto Rabagão (Montalegre) – CONCURSO DESERTO	10	ADs
PRC_0387/2021_GAE - O0758 - Aquisição de Juntas de Desmontagem para o Subsistema de Abastecimento de Águas do Alto Rabagão (Montalegre)	10	ADs
PRC_0428/2021_GAE - O0763 - Empreitada para fornecimento e instalação de módulo pré-fabricado com A/C para a captação de Freande, Paredes de Coura	3	ADs
PRC_0478/2021_GAE - O0795 - Empreitada de Conceção-Construção das Instalações Elétricas, da Automação e da Supervisão do Subsistema de Abastecimento de São Jorge – CEX Minho e Lima- Procedimento 2	350	CP
PRC_0520/2021_GAE - O0811 - Aquisição de Material Hidráulico para o Subsistema de Abastecimento de Águas do Alto Rabagão (Montalegre)	11	ADs
TOTAL	16 898	—

² Preço Base ou Valor de Adjudicação

³ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2021 – Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ⁽⁴⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽⁵⁾
PRC_0272/2021_GAE - AR0580 - Empreitada de Beneficiação da EE da Ponte Velha - Arcos de Valdevez	49	CP
PRC_0487/2020_GAE - AR0598 - Empreitada de instalação de FSC em Canedo e execução de Box-Culvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto)	120	CP
PRC_0508/2020_GAE - AR0630 - Reparação de defeitos/insuficiências da Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Douro Sul_Lote 2	118	CP
PRC_0064/2021_GAE - AR0636 - Empreitada de Execução de Trabalhos de Reabilitação/ Reparação da ETAR do AVE - Vila do Conde	157	CP
PRS_0008/2021_GAE - AR0653 - Sondagens Geológicas/Geotécnicas: Remodelação da ETAR de Viana do Castelo – Cidade	7	ADs
PRC_0101/2021_GAE - AR0657 - Sistema Elevatório de Vila de Punhe (Viana do Castelo)	790	CP
PRC_0090/2021_GAE - AR0658 - Empreitada para a aquisição e montagem de um Ozonizador na ETAR de Serzedo (Guimarães)	280	CP
PRC_0255/2021_GAE - AR0662 - Empreitada de Execução do Intercetor de Loureiro (Vila Verde)	316	CP
PRC_0119/2021_GAE - AR0663 - Empreitada de instalação de FSC em Canedo e execução de BoxCulvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto)	169	CP
PRC_0475/2021_GAE - AR0675 - Remodelação do sistema de aproveitamento de biogás da ETAR de Vila Real, rumo a Neutralidade Energética	520	CP
PRC_0327/2021_GAE - AR0721 - Execução de travessia da EN13, ao Km 48+155, por perfuração horizontal, no Intercetor de Vila Chã, Marinhas (Esposende)	22	CP
PRC_0409/2021_GAE - AR0723 - Reparação de defeitos/insuficiências da Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Douro Sul_Lote 2 - (Procedimento 2) – CONCURSO DESERTO	118	CP
PRC_0535/2021_GAE - AR0727 - Reparação da tubagem num troço de 72 metros no Intercetor da Aparecida II (EGA-AR0255)	46	CPrévia
PRC_0286/2021_GAE - AR0728 - Empreitada de Beneficiação da tubagem de recirculação de lamas na ETAR de Serzedo (Guimarães) – CONCURSO DESERTO	9	CP
PRC_0464/2021_GAE - AR0793 - Empreitada de Beneficiação da Estação Elevatória da Folha (RMS) - (Melgaço)	80	CP
PRC_0510/2021_GAE - AR0800 - Empreitada de Execução de poços de grossos nos SAR da AdNorte S.A.	300	CP
PRC_0505/2021_GAE - AR0801 - Intercetor de Laúndos Nascente - parte B – Estações Elevatórias de Laúndos e Cíclovia (Póvoa de Varzim)	750	CP
PRC_0454/2021_GAE - AR0874 - Empreitada de Beneficiação da tubagem de recirculação de lamas na ETAR de Serzedo (Guimarães)	9	CP
PRC_0040/2021_GAE - O0643 - Aquisição de Válvula de Guilhotina e Junta de Desmontagem para a EE Molhe Sul, Vila do Conde	12	CPURGENTE
PRC_0413/2021_GAE - O0726 - Empreitada de Conceção – Execução da Agregação e Atualização da Automação e da Supervisão dos Subistemas de Águas Residuais do Minho e Lima - CEX do Minho Interior	400	CP
PRC_0494/2021_GAE - O0804 - Empreitada de execução de muro de vedação na ETAR de Vila Nova de Cerveira	7	ADs
PRC_0508/2021_GAE - O0806 - Serviços de desobstrução de tubagem e inspeção vídeo - emissário Torneiro/Tourinhas	6	ADs
TOTAL	4 284	—

⁴ Preço Base ou Valor de Adjudicação

⁵ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2021 – Empreitadas “Mistas” (Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)

Designação	Preço Contratual ⁽⁶⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽⁷⁾
PRC_0468/2021_GAE - O0615 - Empreitada para Intervenções de Reparação de Adutoras e Emissários em Alta da Águas do Norte, S.A. nas Regiões do Minho, Lima e Cávado	423	CP
PRC_0037/2021_GAE - O0635 - Empreitada de Remoção de Coberturas com Amianto nas Infraestruturas da AdNorte	114	CP
PRC_0060/2021_GAE - O0650 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo - Lote 1	2 000	CP
PRC_0060/2021_GAE - O0650 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo - Lote 2	1 150	CP
PRC_0080/2021_GAE - O0652 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação nos SAA e SAR em Alta da Águas do Norte, S.A. e Outras intervenções - Douro Sul	84	CP
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote A - Douro Norte e Alto Tâmega	1000	AQ
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Trás-os-Montes, Douro Superior e Douro Sul – CONCURSO DESERTO	1000	AQ
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Tâmega, Sousa e Ave – CONCURSO DESERTO	1000	AQ
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote D - Minho, Lima e Cávado	1000	AQ
PRC_0507/2021_GAE - O0760 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote A - Trás-os-Montes, Douro Superior e Douro Sul	1000	AQ
PRC_0507/2021_GAE - O0760 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote B - Tâmega, Sousa e Ave	1000	AQ
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 1 - Barcelos: Edifício do Polo de Areias de Vilar	86	AQ
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 2 - Guimarães: Edifício do Polo de Guimarães	21	AQ
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 3 - Vila Real: Edifício da Sede e Edifício do Armazém de Vila Real	43	AQ
TOTAL	9920	--

⁶ Preço Base ou Valor de Adjudicação

⁷ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Paralelamente ao lançamento de concursos de empreitada foram assinados 34 contratos de empreitada que se resumem nos quadros seguintes.

Contratos de empreitada assinados em 2021 – Abastecimento de Água

Designação	Preço Contratual ⁽⁹⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽⁹⁾
PRC_0551/2019_GAE - AA0362 - Empreitada Conceção/Construção de Beneficiação do SAA de Vila Chã - RE Cruzeiro (Murça)	563	CP
PRC_0425/2019_GAE - AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarel, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Alborn (Santo Tirso) - Lote C - SMM	1361	CP
PRC_0174/2020_GAE - AA0577 - Empreitada de Execução do Abastecimento ao Reservatório da Serra de Santa Isabel (Valpaços)	260	CP
PRC_0178/2020_GAE - AA0578 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Ligação ao reservatório de Mangoeiro (V. N. Cerveira) - Lote 2	672	CP
PRC_0192/2020_GAE - AA0581 - Empreitada de pavimentação de estradas municipais afetadas pela instalação de Infraestruturas de abastecimento de água (Vieira do Minho)	197	CP
PRC_0012/2021_GAE - AA0639 - Empreitada de execução do subsistema de abastecimento de água de Lapela - Ligação ao reservatório de Azenhas (Valença)	249	CP
PRC_0045/2021_GAE - AA0647 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Reabilitação da conduta de Berdandos (Viana do Castelo)	3485	CP
PRC_0111/2021_GAE - AA0654 - Empreitada de substituição e reforço do Sistema Adutor desde o RR do Cossourado e do RR de Formariz até à ETA de Insalde, incluindo ligação do furo das Porreiras - SAA DE INSALDE (Paredes de Coura)	3264	CP
PRC_0237/2021_GAE - AA0679 - Empreitada de Reabilitação da ETA de Fonte Fria (Murça)	130	CP ^{Prévia}
PRC_0222/2021_GAE - AA0681 - Reabilitação das captações: Porreiras, Freande, Codessed e Cavaleiros - Subsistema de Castanheira / Insalde (Paredes de Coura)	43	ContEXCL
PRC_0285/2021_GAE - AA0685 - Empreitada de ampliação/reabilitação do edifício da estufa de secagem de lamas da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	349	CP
AA0648 - Empreitada de remodelação de sistemas de supervisão e controlo de algumas infraestruturas da AdN - Lote 1	395	CP
AA0661 - Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela (Fafe)	900	CP
PRC_0387/2021_GAE - O0758 - Aquisição de Juntas de Desmontagem para o Subsistema de Abastecimento de Águas do Alto Rabagão (Montalegre)	28	CP
TOTAL	11 897	--

⁸ Preço Base ou Valor de Adjudicação

⁹ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; C^{Prévia} – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Contratos de empreitada assinados em 2021 – Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ⁽¹⁰⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽¹¹⁾
PRC_0147/2020_GAE - AR0488 - Empreitada de Execução do Intercetor do Tâmega – 2ª Fase (Parte I) (Amarante)	1 096	CP
PRC_0126/2020_GAE - AR0569 - Empreitada de Execução da Remodelação da Obra de Entrada da ETAR de Lamego e da EE de Adega dos Chãos (Lamego)	209	CP
PRC_0168/2020_GAE - AR0561 - Reabilitação do Intercetor do Pelhe - Troço entre a rua D. Sancho e a EE de Queimados (antiga EN14) - (V.N. Famalicão)	635	CP
PRC_0272/2021_GAE - AR0580 - Empreitada de Beneficiação da EE da Ponte Velha - Arcos de Valdevez	49	CP
PRC_0258/2020_GAE - AR0584 - Empreitada de remodelação do sistema de arejamento da ETAR de Vila Real rumo à neutralidade energética	382	CP
PRC_0293/2020_GAE - AR0600 - Empreitada de Execução da Estação Elevatória de Redondelo e Trabalhos Complementares do Sistema Intercetor de Terras de Bouro	349	CP
PRC_0064/2021_GAE - AR0636 - Empreitada de Execução de Trabalhos de Reabilitação/ Reparação da ETAR do AVE - Vila do Conde	157	CP
PRC_0101/2021_GAE - AR0657 - Sistema Elevatório de Vila de Punhe (Viana do Castelo)	790	CP
PRC_0090/2021_GAE - AR0658 - Empreitada para a aquisição e montagem de um Ozonizador na ETAR de Serzedo (Guimarães)	280	CP
PRC_0255/2021_GAE - AR0662 - Empreitada de Execução do Intercetor de Laureiro (Vila Verde)	316	CP
PRC_0119/2021_GAE - AR0663 - Empreitada de instalação de FSC em Canedo e execução de BoxCulvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto)	169	CP
PRC_0327/2021_GAE - AR0721 - Execução de travessia da EN13, ao Km 48+155, por perfuração horizontal, no Intercetor de Vila Chã, Marinhãs (Esposende)	22	CP
PRC_0040/2021_GAE - O0643 - Aquisição de Válvula de Guilhoduina e Junta de Desmontagem para a EE Melhe Sul, Vila do Conde	12	CPURGENTE
PRC_0362/2021_GAE - O0757 - Aquisição de Serviços para Substituição de Tela e Gravilha nas Áreas com Jardim na ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial	11	CP
TOTAL	4 476	--

¹⁰ Preço Base ou Valor de Adjudicação

¹¹ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Contratos de empreitada assinados em 2021 – Empreitadas “Mistas”
(Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais)

Designação	Preço Contratual ⁽¹²⁾ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ⁽¹³⁾
PRC_0141/2020_GAE - O0537 - Empreitada de Remodelação do Edifício Administrativo da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	517	CP
PRC_0037/2021_GAE - O0635 - Empreitada de Remoção de Coberturas com Amianto nas Infraestruturas da AdNorte	114	CP
PRC_0080/2021_GAE - O0652 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação nos SAA e SAR em Alta da Águas do Norte, S.A. e Outras intervenções - Douro Sul	84	CP
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote A - Douro Norte e Alto Tâmega	1000	AQ
PRC_0208/2021_GAE - O0667 - Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote D - Minho, Lima e Cávado	1000	AQ
PRC_0193/2021_GAE - O0676 - Empreitada de beneficiação das infraestruturas da Águas do Norte coincidentes com a obra em curso do Município de Amarante	52	ContEXCL
TOTAL	2 767	—

¹² Preço Base ou Valor de Adjudicação

¹³ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Clientes

Contingente de Utentes

As tabelas abaixo evidenciam o universo dos Utilizadores do Sistema Multimunicipal que estiveram ativos durante o ano de 2021. Os números apresentados respeitam a utilizadores municipais e utilizadores finais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e efluentes proveniente da limpeza de fossas sépticas):

Sistema Multimunicipal	Municípios	Utilizadores Municipais (*)
Abastecimento de Água	2	2
Saneamento de Águas Residuais	9	8
Abastecimento de Água + Saneamento de Águas Residuais	52	36
Total	63	46

(*) Embora se verifique que muitos dos Utilizadores Municipais coincidem com o Município que é servido pela Águas do Norte no âmbito do Sistema Multimunicipal, verifica-se igualmente que alguns dos Utilizadores Municipais incluem, e representam, simultaneamente vários Municípios que também integram este Sistema Multimunicipal.

Sistema Multimunicipal	Utilizadores Finais		
	Águas do Norte	Tratave	Total
Abastecimento de Água	6	0	6
Saneamento de Águas Residuais - com ligação	28	284	312
Saneamento de Águas Residuais - autoportantes	40	93	133
Descarga de Fossas Sépticas	120	21	141
Total	194	398	592

Vendas e Serviços Prestados

Volumes de Vendas e de Serviços Prestados

Os volumes apresentados respeitam ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2021, e dizem respeito a faturação emitida e a volumes especializados.

Em 2021 a atividade da Águas do Norte, S.A. caracterizou-se pela faturação os seus clientes em 2021 um total de 76.341.960 m³ de água, pela recolha de 81.133.811 m³ de águas residuais e faturação de 49.185 m³ de fossas sépticas.

Abastecimento de Água – Volume faturado aos Municípios ou entidades Equiparadas

Verificou-se um acréscimo do volume de água abastecida a Municípios e Entidades Equiparadas de cerca de 0,7% face a 2020.

Municípios e Outros Utilizadores	Total 2020	Total 2021
Alfândega da Fé	546 438	622 430
Alijó	929 834	873 128
Armamar	476 747	483 657
Barcelos	4 359 414	4 404 925
Bragança	144 252	130 021
Chaves	3 014 048	3 063 198
Esposende	2 405 005	2 507 279
Fafe (*)	1 922 902	1 911 248
Lamego	1 995 479	2 102 520
Macedo de Cavaleiros	2 642 025	2 327 178
Maia	2 942 466	2 364 211
AVT (Mêda) (**)	22 987	19 071
Melgaço	328 389	293 455
Mirandela	2 091 959	2 163 986
Mogadouro	22 950	21 390
Moimenta da Beira	892 143	1 014 618
Monção	390 741	829 594
Montalegre	228 561	267 033
Ponte da Barca	749 188	800 143
Póvoa de Lanhoso	930 398	998 212
Póvoa de Varzim	3 832 762	3 875 320
Resende	486 665	463 958
Indáqua Santo Tirso/Trofa	2 953 944	2 970 498
São João da Pesqueira	761 581	762 135
Sernancelhe	216 770	233 570
Tabuaço	503 603	562 453
Tarouca	338 067	360 053
Valpaços	652 212	718 639
Vieira do Minho	728 180	841 938
Vila do Conde	4 273 483	4 265 259
Vila Flor	598 965	619 371
Vila Nova de Famalicão	7 305 996	7 618 166
Vila Nova de Foz Côa	965 912	964 362
Vinhais	409 965	446 920
Águas do Alto Minho	13 932 156	14 624 281
Águas do Interior Norte	7 793 164	7 720 056
Outras Entidades(***)	3 011 948	2 097 684
Total	75 801 300	76 341 960

(*) Indáqua Fafe e Águas de Fafe a partir de setembro 2021

(**) Volumes Estimados

(***) Em 2021 estão incluídos 79.312 m³ de faturação interna.

Abastecimento de Água – Volume faturado a outras entidades

Foram faturados a diversos utilizadores industriais em 2021 e 2020, respetivamente, 2.097.684 m³ e 3.011.948 m³.

Recolha de Águas Residuais - Volume faturado aos Municípios ou entidades Equiparadas

Verificou-se um aumento do volume de efluente faturado relativo a Municípios e Entidades Equiparadas de cerca de 2,6% face a 2020.

Unidade: m³

Municípios e Outros Utilizadores	Total 2020	Total 2021
Alfândega da Fé	285 599	297 369
Alijó	494 713	501 922
Amarante (*)	1 255 514	1 338 301
Amares	774 894	803 328
Arcos de Valdevez	539 049	541 588
Armamar	199 385	235 566
Bragança	2 280 556	2 099 745
Caminha	1 352 765	1 300 293
Celorico de Basto (*)	381 950	411 768
Chaves	3 335 474	3 244 737
Esposende	1 840 070	1 762 657
Fafe (*)	1 172 354	1 178 327
Felgueiras	1 239 199	1 456 441
Freixo Espada à Cinta	122 669	127 130
Guimarães	8 182 060	7 804 716
Lamego	1 576 422	1 459 893
Lousada	1 597 321	1 307 280
Macedo de Cavaleiros	640 144	602 862
Melgaço	410 287	428 036
Mesão Frio	202 955	200 629
Mirandela	1 200 835	1 303 775
Moimenta da Beira	617 551	655 718
Monção	574 663	614 172
Montalegre	232 942	220 949
Murça	190 461	206 768
Paredes de Coura	217 143	219 820
Peso da Régua	838 202	843 482
Ponte da Barca	294 934	311 969
Ponte de Lima	1 225 743	1 134 246
Póvoa de Lanhoso	845 841	932 966
Póvoa de Varzim	2 298 141	2 598 319
Resende	209 861	241 640
Ribeira de Pena	195 201	191 583
Sabrosa	125 999	103 413
Santa Marta de Penaguião	289 272	294 753
Santo Tirso (*)	2 409 734	2 478 899
São João da Pesqueira	316 271	325 113
Sernancelhe	353 455	351 195
Tabuaço	207 823	225 243
Tarouca	387 753	405 262
Terras de Bouro	259 918	261 195
Torre de Moncorvo	266 838	273 326
Trofa (*)	2 530 249	2 375 004
Valença	850 556	992 607
Valpaços	527 090	529 676
Viana do Castelo	3 660 663	3 411 208
Vieira do Minho	318 647	291 046
Vila do Conde	3 324 514	3 620 044
Vila Flor	135 728	141 635
Vila Nova de Cerveira	580 558	590 921
Vila Nova de Famalicão	7 483 531	7 752 491
Vila Nova de Foz Côa	542 172	494 447
Vila Pouca de Aguiar	890 459	868 808
Vila Real	2 662 875	2 646 396
Vila Verde	1 230 251	1 458 432
Vinhais	164 602	163 495
Vizela	1 083 397	1 092 255
Industrial Tratave	10 468 047	12 124 855
Outras Entidades	1 258 005	1 333 282
Total	79 153 305	81 182 996

(*) Nestes Municípios foi incluído volume correspondente a faturação interna.

Recolha de Águas Residuais - Volume faturado a outras entidades

O caudal faturado pela Águas do Norte, S.A., através da Tratave, relativo a utilizadores finais do Sistema Multimunicipal que se encontram localizados no território que constituía o anterior SIDVA e que, por isso, possuem um contrato de recolha celebrado diretamente com a Tratave, ascendeu em 2021 a 12.124.951 m³.

Foram ainda faturados a diversos outros utilizadores finais do Sistema Multimunicipal, em 2021, 1.199.552 m³.

Ocorreu ainda em 2021 uma imputação entre Sistema Multimunicipal e o Sistema de Águas da Região do Noroeste de 7.782.299 m³, relativa à recolha de efluente nos municípios servidos pela rede em baixa, Amarante, Celorico, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Os serviços de limpeza de fossas atingiram em 2021 um volume total de 51.491 m³.

Avaliação da Satisfação dos Utilizadores Municipais

O Procedimento da Águas do Norte, S.A. para Avaliação da Satisfação dos Utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal encontra-se em vigor desde 2019.

Em 2021, este procedimento sofreu alterações, nomeadamente com a inclusão dos Utilizadores Finais no sistema de avaliação da respetiva satisfação. Deste modo, este foi o primeiro ano em que se efetivou esta avaliação.

Sendo o contributo dos Utilizadores Municipais e Finais servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal fundamental para a melhoria contínua do serviço prestado, a Águas do Norte, S.A. realizou um Inquérito de Avaliação da Satisfação, através do qual se pretendeu não só auscultar o grau de satisfação dos referidos Utilizadores Municipais, como tentar perceber as suas expectativas e identificar eventuais oportunidades de melhoria.

Apesar de no ano de 2020, devido à crise pandémica vivida no país, não se ter considerado prioritária a realização da auscultação da satisfação dos Utilizadores Municipais, o mesmo já não se aplicou a 2021, em que foi realizado, mais uma vez para os Utilizadores Municipais e a primeira vez para os Utilizadores Finais, o respetivo Inquérito de Avaliação da Satisfação.

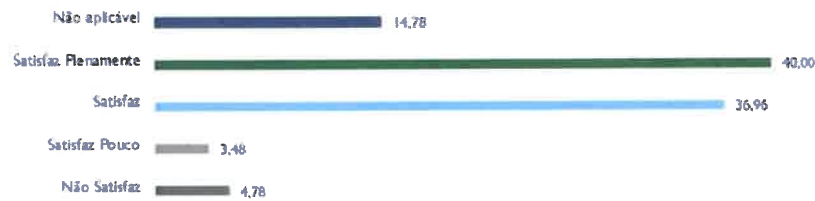
A taxa de resposta aos inquéritos enviados para os Utilizadores Municipais foi de 53,8% e para os Utilizadores Finais foi de 36,5%.

De um modo genérico, através dos resultados pode fazer-se a leitura que os Utilizadores Municipais e Utilizadores Finais estão, regra geral, satisfeitos ou plenamente satisfeitos com o desempenho da Águas do Norte, S.A.

Índice de Satisfação dos Utilizadores Municipais (%)



Índice de Satisfação dos Utilizadores Finais (%)



Exploração

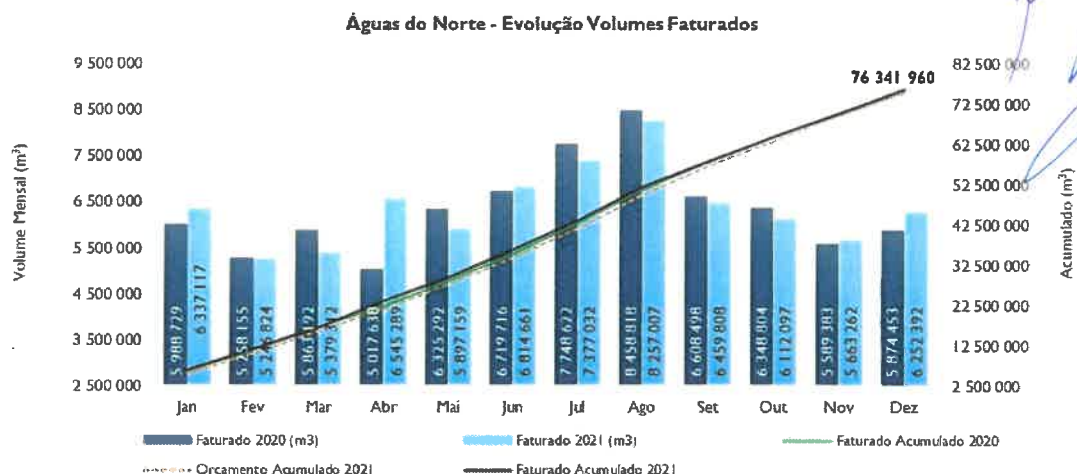
A exploração visa a operação e manutenção dos sistemas com vista à sua gestão eficiente.

Neste âmbito, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- Abastecimento contínuo de água em quantidade e qualidade ao utilizador final;
- Recolha e tratamento de águas residuais e a sua descarga nos meios recetores com qualidade compatível e no estrito cumprimento legal;
- Qualidade da água fornecida com padrões de excelência, promovendo a otimização dos processos de tratamento quer a nível técnico quer económico;
- Qualidade da água residual devolvida aos meios recetores em conformidade com as exigências regulamentares, promovendo a otimização dos processos de tratamento quer a nível técnico quer económico;
- Procura contínua de uma gestão eficiente dos recursos hídricos, principalmente através de programas de redução de perdas;
- A Gestão de Resíduos, incluindo lamas de ETA e ETAR, privilegiando soluções de valorização em detrimento de destino final em aterro.
- Gestão eficiente dos recursos energéticos que, para além da certificação energética das instalações mais representativas a nível de consumo, visou manter o controlo generalizado dos consumos e custos de energia. Potenciação da produção de energia, minimizando a pegada ecológica da Águas do Norte, S.A.;
- Gestão da Manutenção com vertente operacional e de melhoria de desempenho de equipamentos. Procura de uma manutenção preventiva eficiente que promova o aumento de tempo de vida útil dos equipamentos e a redução de constrangimentos decorrentes de indisponibilidade e mau funcionamento.

A. Serviço de Abastecimento de Água

A gestão do Serviço de Abastecimento de Água é realizada através da divisão por Centros de Exploração subdivididos em Subsistemas de Abastecimento de Água. A empresa verificou um crescimento de 0,7% do volume de água faturado no ano de 2021 face ao registado no ano anterior.



Verifica-se uma tendência de aumento dos volumes abastecidos em concordância com os previstos em orçamento para o ano de 2021, tendo sido registado um diferencial positivo de 1,4%.

Eficiência na utilização dos recursos hídricos

A Águas do Norte, S.A. está a cumprir as metas estabelecidas para os indicadores de eficiência hídrica. Há, no entanto, alguns subsistemas que apresentam ainda valores elevados de perdas.

No indicador "Ineficiência dos Recursos Hídricos" atingiu-se um valor de 1,91%, o que representa um aumento de 11,4% face ao ano anterior, ficando abaixo do limite estabelecido pela ERSAR.

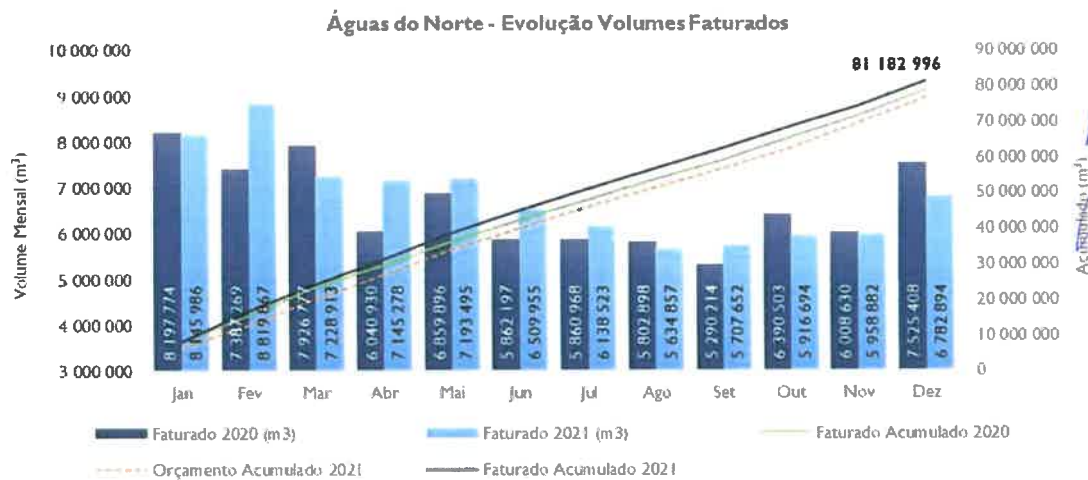
No indicador "Água Não Faturada" atingiu-se um valor de 3,06%, o que representa uma redução de 20,2% face ao ano anterior, ficando abaixo do limite estabelecido pela ERSAR.

Indicador	Meta AdNorte para 2021	Valor 2020	Valor 2021
Ineficiência de utilização dos recursos Hídricos (%)	< 5,0%	1,71	1,91
Água não faturada (%)	< 5,0%	3,87	3,06

B. Serviço de Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2021 verifica-se um crescimento na ordem dos 2,5% do volume de águas residuais faturadas face ao ano transato.

Os volumes apresentam um diferencial positivo de 5,5% em relação ao previsto em orçamento.



Sustentabilidade Empresarial

Qualidade do Produto

Vigilância da Qualidade da Água (Alta)

A segurança da água abastecida para consumo humano constitui uma preocupação central na Águas do Norte, S.A.. É dada permanente atenção à verificação da conformidade do produto, à proteção da saúde do consumidor e à gestão dos riscos em todas as fases do sistema de abastecimento que possam pôr em causa a segurança do produto.

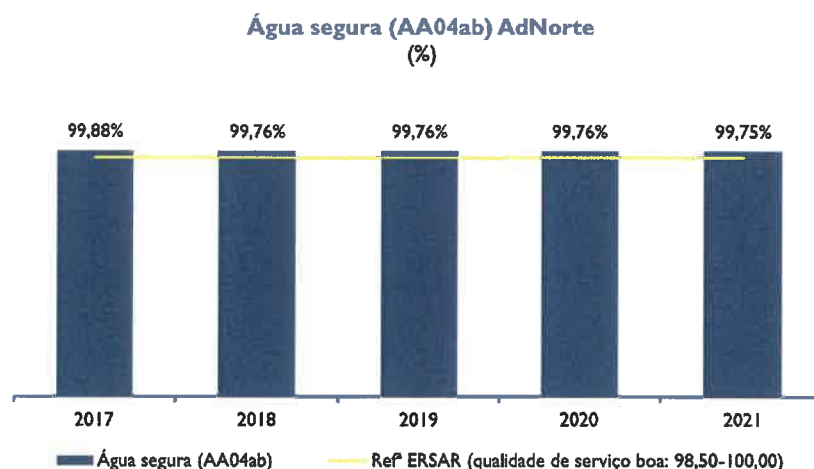
Para assegurar o controlo da qualidade da água abastecida, a Águas do Norte, S.A. tem implementado um Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que cumpre integralmente os requisitos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro, diploma legal que regula a qualidade da água para consumo humano.

Este PCQA é aprovado anualmente pela entidade competente, ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e consiste na avaliação da conformidade dos requisitos de qualidade definidos na legislação em vigor, através de análises efetuadas em pontos de entrega a outras entidades gestoras, estes são locais selecionados de modo a obter uma amostragem representativa da água fornecida. As análises à qualidade da água são realizadas em laboratórios acreditados, tal como o Laboratório da Águas do Norte, S.A., cuja aptidão é também aprovada pela entidade reguladora, ERSAR.

A monitorização da qualidade da água efetuada pela Águas do Norte, S.A. em 2021 foi muito para além do estritamente exigido por lei, quer em número de análises, quer em parâmetros pesquisados. A empresa implementou um Plano de Controlo Operacional para verificar a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento (captação, tratamento, reserva, adução e entrega) e detetar, atempadamente, eventuais alterações da qualidade de modo a desencadear a eficaz tomada de ações.

No ano de 2021, a Águas do Norte realizou 14.554 determinações na água tratada, de acordo com Plano Controlo Qualidade aprovado pela ERSAR.

Das análises efetuadas dentro do contexto do plano de controlo aprovado pela ERSAR, 99,75% cumpriram com os limites estipulados na legislação o que comprova a elevada qualidade da água distribuída pela empresa.



Sempre que se deteta uma não conformidade relacionada com a qualidade da água é registada uma constatação no sistema informático de gestão da Águas do Norte, S.A., na qual a ocorrência é descrita e onde são atualizadas as iniciativas de investigação do problema e a tomada de ações de correção ou corretivas. Estas ocorrências só são encerradas após confirmação da eficácia das ações e do pleno restabelecimento da qualidade da água abastecida.

Em situações de incumprimento dos valores paramétricos da legislação relativa à qualidade da água para consumo humano, estas são comunicadas, no prazo de um dia útil, à ERSAR, aos Clientes e à Autoridade de Saúde. Posteriormente, terminada a investigação sobre as causas e resolvida a situação, é dado conhecimento às entidades referidas anteriormente das ações corretivas adotadas e do resultado das mesmas.

A AdNorte aprovou em Conselho de Administração no dia 28/12/2018 o Plano de Comunicação Plano de Comunicação para emergências na qualidade e quantidade da água.

Este documento tem como objetivo estabelecer um modelo de comunicação interna e externa, a implementar perante uma situação de emergência, que coloque em causa a qualidade da água para o consumo humano e o serviço de fornecimento assegurado pela Águas do Norte, S.A., de modo a que se consiga uma rápida e adequada atuação, e por inerência, a mitigação de eventuais impactos nas condições de abastecimento de água para consumo humano, dando cumprimento ao requisito legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro.

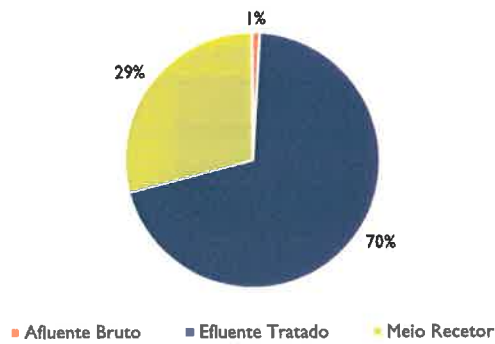
Este plano de comunicação aplica-se a potenciais situações de emergência, que possam ocorrer ao longo do sistema de tratamento, na distribuição, nas instalações ou áreas contíguas, que possam causar a contaminação da água ou impedir o abastecimento de água, e que constituam um risco para a saúde humana, indo de encontro ao disposto na legislação em vigor.

Vigilância da Qualidade das Águas Residuais (*Alta*)

Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos das várias ETAR da Águas do Norte, S.A., onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a cumprir no caso da água residual tratada, antes de esta ser descarregada no meio hídrico. O controlo realizado em todos os subsistemas geridos pela Águas do Norte, S.A. foi executado recorrendo a laboratórios externos acreditados, para demonstração da conformidade da qualidade dos efluentes tratados e descarregados.

Em 2021, no âmbito do PCQAR, foram realizadas cerca de 15 mil análises distribuídas da seguinte forma:

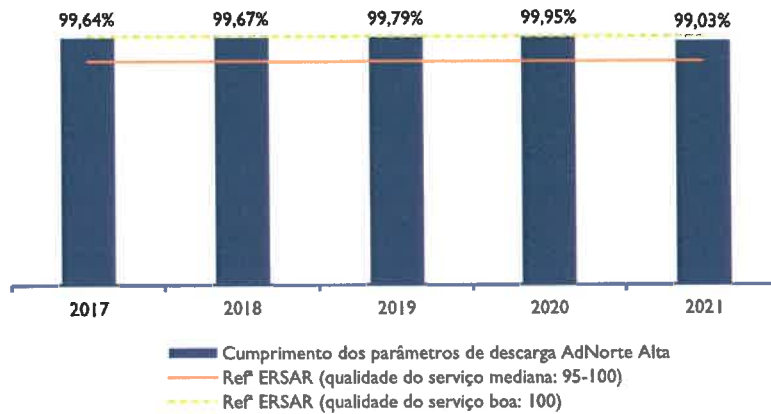
Distribuição das Análises realizadas PCQAR - Alta (%)



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'B. J. M.' and other illegible marks.

No que respeita a população servida com tratamento satisfatório (ver Nota 1), em 2021 verifica-se uma diminuição do cumprimento dos parâmetros de descargas estipulados nos respetivos títulos de utilização de recursos hídricos, para os 99%.

Cumprimento licença de descarga (AR13ab) AdNorte - Alta (%)



Nota 1: Foram tidos em conta as considerações da ERSAR – AR13ab - Percentagem da população equivalente que é servida com estações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga. Para o cálculo deste indicador apenas foram consideradas as ETAR com Licença de descarga em vigor.

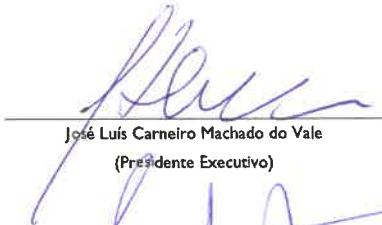
Contas Operacionais – Alta

Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Ativos Não Correntes			
Ativos Intangíveis	6.3	1 002 892 592	1 034 204 005
Ativos fixos tangíveis	7.3	861 662	595 046
Ativos sob direito de uso	8.3	3 913 134	4 716 797
Outros ativos financeiros	9	36 230	27 157
Impostos diferidos ativos	33	40 559 343	38 495 181
Desvio tarifário ativo	10	192 148 783	214 471 085
Clientes	11	694 295	1 054 503
Outros ativos não correntes	12		13 790
Total dos ativos não correntes		1 241 106 040	1 293 577 565
Ativos Correntes			
Inventários	13	1 776 863	1 813 089
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14	3 458 338	8 124 535
Clientes	11	85 407 629	83 971 011
Outros ativos correntes	12	27 799 948	24 043 550
Caixa e seus equivalentes	15	1 652 251	1 335 968
Total dos ativos correntes		120 095 029	119 288 153
Total do ativo		1 361 201 068	1 412 865 718
Capital próprio			
Capital social	16	95 162 655	95 162 655
Reservas e outros ajustamentos	16	2 851 928	2 654 804
Resultados transitados	16	155 778 503	152 033 162
Resultado líquido do exercício	16	3 689 641	3 942 464
Total do capital próprio		257 482 726	253 793 085
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	82 143 279	84 748 513
Subsídios ao investimento	19	447 178 045	467 334 119
Empréstimos	20	466 496 671	488 670 876
Passivos da locação	8.4	2 174 108	2 819 734
Fornecedores e outros passivos não correntes	21	6 416 883	7 709 252
Impostos diferidos passivos	33	63 925 859	69 806 734
Total dos passivos não correntes		1 068 334 845	1 121 089 227
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	8 812 313	6 304 215
Passivos da locação	8.4	799 201	990 883
Fornecedores e outros passivos correntes	21	24 922 617	27 439 899
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	849 367	3 248 409
Total dos passivos correntes		35 383 497	37 983 406
Total do passivo		1 103 718 342	1 159 072 633
Total do passivo e do capital próprio		1 361 201 068	1 412 865 718

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

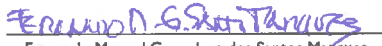
O Conselho de Administração



José Luis Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)




Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)



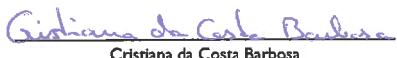
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)



Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)




Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)




Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)



António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)



Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)




Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)


Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2021	2020
Vendas	23	53 189 911	52 904 783
Prestações de serviços	23	65 834 906	63 959 023
Rendimentos de construção em ativos concessionados	23	20 571 995	15 296 850
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 23	-22 322 302	-15 633 463
Gasto das vendas	24	-2 614 062	-2 410 947
Gastos de construção em ativos concessionados	24	-20 571 995	-15 296 850
Fornecimentos e serviços externos	25	-40 843 998	-40 755 612
Gastos com pessoal	26	-11 952 283	-11 407 598
Amortizações do exercício	27	-50 678 144	-53 445 984
Perdas por imparidade e reversões	28	-204 230	-510 892
Subsídios ao investimento	19	21 641 743	21 272 306
Outros gastos e perdas operacionais	29	-836 485	-668 635
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	217 146	426 970
Resultados operacionais		11 432 203	13 729 952
Gastos financeiros	31	-10 993 319	-11 993 217
Rendimentos financeiros	32	4 058 850	4 295 936
Resultados financeiros		-6 934 469	-7 697 281
Resultados antes de imposto		4 497 735	6 032 671
Imposto corrente	33	-8 753 132	-8 948 451
Imposto diferido	33	7 945 038	6 858 244
Resultado líquido do exercício		3 689 641	3 942 464
Rendimento integral		3 689 641	3 942 464

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)



 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice- Presidente Executiva)



 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marquês
 (Administrador Não Executivo)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequerra Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)


 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado nº 79 877)



 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração das Variações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2019	16	95 162 655	0	2 338 823	79 764	147 545 043	4 724 336	249 850 622
Aplicação do resultado de 2019								
AdNorte (Concessão)	16.2			236 217		4 488 120	-4 724 336	0
Realizações de Capital								
AdNW (Concessão)	16.2							0
Resultado líquido de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 942 464	3 942 464
Saldo a 31 de dezembro de 2020	16	95 162 655	0	2 575 040	79 764	152 033 162	3 942 464	253 793 085
Aplicação do resultado de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2			197 123		3 745 340	-3 942 464	0
Realizações de Capital								
AdNW (Concessão)	16.2							0
Resultado líquido de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 689 641	3 689 641
Saldo a 31 de dezembro de 2021	16	95 162 655	0	2 772 163	79 764	155 778 503	3 689 641	257 482 726

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração


José Luis Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)



Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)


Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)



Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)


Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marqués
(Administrador Não Executivo)


António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)


Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)


Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		107 340 278	120 801 417
Pagamentos a fornecedores	-	51 365 509	-51 585 931
Pagamentos ao pessoal	-	7 639 113	-7 448 225
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	-	11 504 140	-8 529 508
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		16 533 756	15 042 037
		53 365 272	68 279 791
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis		50 825	10 727
Recebimentos de subsídios de investimento		1 299 915	2 214 505
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	844 416	-192 111
Pagamentos de ativos intangíveis	-	20 912 323	-16 328 137
	-	20 405 998	-14 295 016
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	15 027 040	22 223 518
Recebimentos de juros e rendimentos similares		442 288	825 687
Pagamentos de empréstimos obtidos	20.2 -	35 805 577	-63 411 184
Pagamentos Passivos da locação	8.5 -	837 308	-381 125
Pagamentos de juros e gastos similares	-	11 469 434	-12 664 174
	-	32 642 992	-53 407 278
Variação de caixa e seus equivalentes		316 282	577 497
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	1 335 968	758 471
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	1 652 250	1 335 968
		316 282	577 497

H2
me
BK
do
L

H
qu

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	5 150	5 236
Depósitos à ordem	1 647 101	1 330 732
	1 652 251	1 335 968
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	1 652 251	1 335 968

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração



José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)



Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)




Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)



Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)



Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)



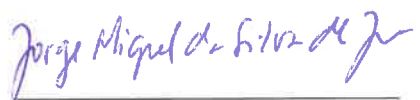
António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)



Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)



Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)



Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Parte D - Sistema de Águas da Região do Noroeste

Handwritten notes and signatures in blue ink:
2
B
M
J
J
J
J

CP

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relatório das Atividades Operacionais

Introdução

A Parte D do Relatório & Contas do ano de 2021 destina-se a dar cumprimento ao previsto no n.º 3 do art.º 18.º dos Estatutos da Águas do Norte, S.A. que dispõe "As deliberações das assembleias especiais das categorias A e B, por um lado, e da categoria C, por outro incidem exclusivamente sobre matérias relativas a cada uma das categorias de ações em causa, nomeadamente:

- a) Deliberar sobre contas operacionais da sociedade, reportando-se cada uma às atividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º dos presentes estatutos;
- b) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento das atividades exercidas pela sociedade e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;"

Nesse sentido serão apresentadas de seguida as atividades operacionais e as contas operacionais relativas à gestão e exploração do sistema de águas.

Sistemas Municipais

As atividades da Direção de Sistemas Municipais centraram-se no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos, tendo como principal missão a melhoria dos serviços prestados ao cliente, de forma a atingir um elevado grau de excelência. Com este pressuposto, procedeu-se ao melhoramento dos diversos canais de comunicação no sentido de incrementar uma relação de proximidade, cada vez mais estreita, com os nossos clientes, sendo que o Portal do Cliente se configurou como um dos grandes veículos dessa relação de proximidade. Outra ferramenta que foi disponibilizada aos clientes, no decorrer de 2021, respeita á aplicação MyAQUA, que permite maior fluidez e maior agilização no acompanhamento, por parte do cliente, no que respeita aos seus contratos

Uma das grandes preocupações da DSM prende-se, também, com o levantamento cadastral, uma vez que continua a exigir uma especial atenção no sentido da melhoria da qualidade dos dados. Neste sentido, temos vindo a melhorar a fiabilidade dos dados e as melhorias conseguidas continuam a refletir-se em aperfeiçoamentos na qualidade do serviço prestado.

Como meio de agilização, flexibilização e simplicidade do processo e porque a Águas do Norte, S.A. prima pelo cumprimento de questões ambientais, foi disponibilizada ao cliente, de forma gratuita, a adesão à Fatura Eletrónica, contando até final de 2021 com 7 621 clientes aderentes. Encontra-se também disponível o Portal do Cliente e aplicação MyAQUA onde de forma cómoda e rápida o cliente poderá aceder aos seus dados pessoais, de faturação, leituras, solicitar esclarecimentos e efetuar reclamações.

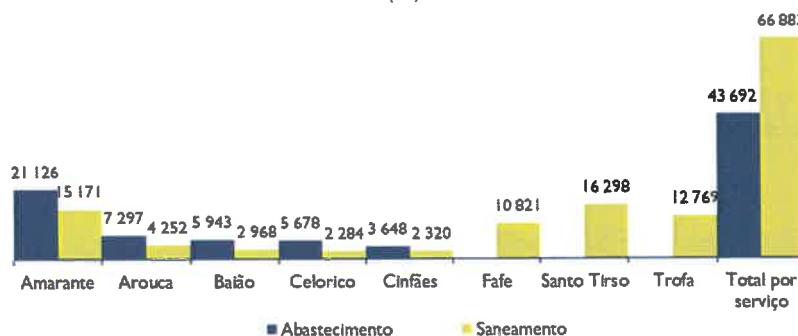
Contingente de Clientes

No que respeita à evolução de clientes servidos por água ou saneamento a evolução relativamente a 2021 é de 826 e 2.295 clientes, respetivamente.

N.º Clientes	2016	2017	2018	2019	2020	2021
AA	39 214	40 419	41 288	42 128	42 866	43 692
AR	52 846	57 268	58 773	61 961	64 588	66 883
AdN (AA + AR)	70 724	75 443	77 031	79 801	81 998	84 376

Os quadros abaixo evidenciam o universo dos clientes ativos a 31 de dezembro de 2021, por cada município do Sistema de Águas da Região do Noroeste, tendo em conta que existem clientes que utilizam simultaneamente os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

Clientes por Serviço Prestado e por Município
(n.º)



No quadro seguinte, apresenta-se a evolução do número de novos contratos celebrados por Municípios, e por componente, durante o ano de 2021,

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Contratos AA	384	127	116	141	58	N/A	N/A	N/A	826
Contratos AR	442	116	102	61	26	288	906	354	2 295

AMT - Amarante; ARC - Arouca; BAI - Baião; CEL - Celorico de Basto; CNF - Cinfães; FAF - Fafe; STS - Santo Tirso e TRF - Trofa

Atendimento e Assistência a Clientes

Lojas de Atendimento a Clientes

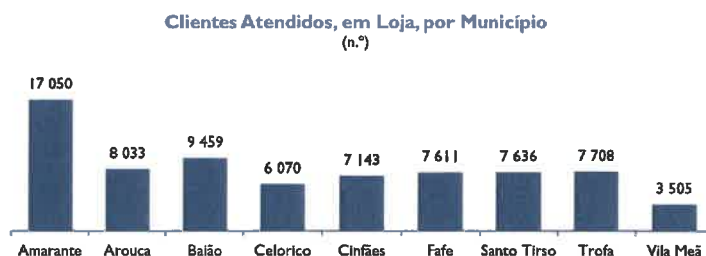
A Águas do Norte, S.A. apetrechou as suas Lojas de Atendimento a Clientes com um sistema de gestão de filas de espera, permitindo uma melhor gestão no atendimento por ordem sequencial, obtendo dados para monitorização e implementação de ações de melhoria.

De forma a minorar o efeito do tempo de espera foi implementada, também, a TV corporativa com conteúdos especificamente elaborados para apresentação da entidade gestora e divulgação de boas práticas na utilização da água.

Devido ao atual momento, de pandemia, e por forma a diminuir os possíveis contactos de contágio, procedeu-se à suspensão deste serviço, pelo que a informação prestada concernente com os atendimentos presenciais, no presente ano, apenas se baseia nos registos de atendimento efetuados em Aquamatrix, não sendo possível, desta forma, disponibilizar a informação dos tempos médios de espera e de atendimento.

Atendimento Presencial	2021
Atendimento Presencial (nº)	74 215
Tempo médio atendimentos (min)	N/D
Tempo médio espera (min)	N/D

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição do número total de atendimentos presenciais em loja, por Município, para o período acima referido. No que respeita a este indicador, e apesar de em algumas lojas os dispensadores de senhas terem ficado desativados durante algum tempo, tem-se verificado uma tendência crescente para a diminuição da deslocação dos clientes às lojas de atendimento a clientes, o que demonstra uma melhoria na prestação de serviços e nos esclarecimentos prestados por outras vias disponíveis. Exemplo disso é o Portal do Cliente, que entre 2020 e 2021 teve um aumento de 1438 registos, passando de 6 749 clientes com acesso ao Portal para 8 187 clientes com registo validado.



Handwritten notes in blue ink:
 B
 H
 H
 J

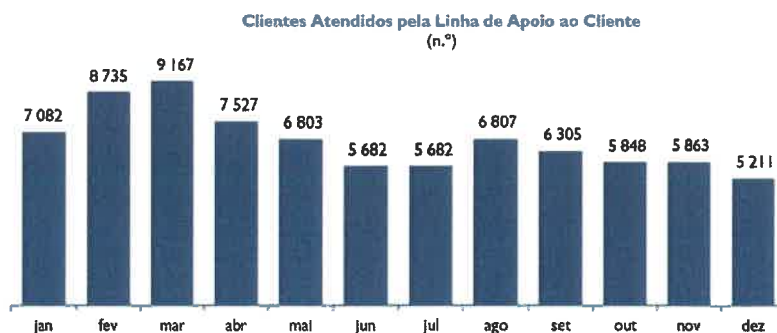
Centro de Contacto do Norte

O Centro de Contacto do Norte (CCN) está instalado no Pólo de Guimarães, em sala preparada tecnologicamente para esse efeito. Este Centro atende as chamadas comerciais, bem como as gerais da Águas do Norte, S.A.. O atendimento telefónico efetuado cumpre os guiões de atendimento estabelecidos e ocorre das 8h às 20h. A esta disponibilidade acresce ainda a possibilidade de atendimento para comunicação de leituras, roturas e outros problemas num ciclo de 24 horas durante os 7 dias da semana.

Para um atendimento telefónico célere e eficiente, a Águas do Norte, S.A. dispõe de uma plataforma que permite apoiar nas tarefas administrativas relacionadas com os clientes. A qualidade do serviço prestado por este meio é cada vez mais exigente e rigoroso, atendendo ao crescente número de chamadas recebidas, num total de 80.712 chamadas atendidas, em 2021, menos 4.356 que em 2020.

Atendimento Telefónico	2021
Total de clientes atendidos (n.º)	80 712
Tempo médio atendimentos (min)	4:20
Tempo médio espera (min)	2:29

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição do número total de atendimentos telefónicos por mês:



Reclamações

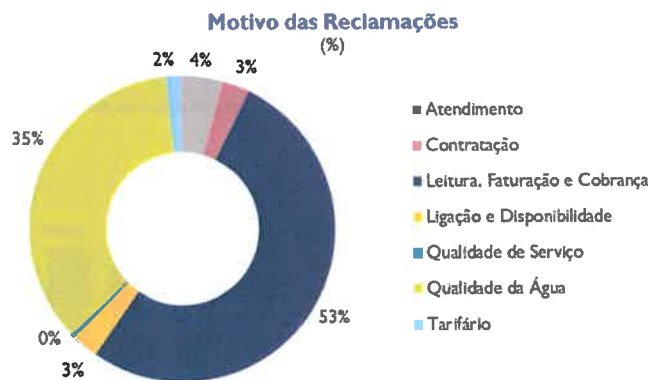
A imagem de uma empresa é cada vez mais valorizada pela qualidade do serviço que presta, sendo um fator decisivo para a diferenciação de outras imagens competitivas.

Assim, na Águas do Norte, S.A. as reclamações constituem uma fonte de informação importante sobre o grau de satisfação dos seus clientes, tornando possível identificar as áreas que carecem de intervenção e aplicar medidas corretivas e preventivas em tempo útil. A reclamação é vista como uma oportunidade e não como um problema. Só assim, o desempenho global da Empresa poderá ser melhorado significativamente através da ação direta sobre os pontos fracos identificados na análise das reclamações.

Assim, no decurso de 2021, a Águas do Norte, S.A., no que respeita ao serviço prestado pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste, tratou 495 reclamações escritas, tendo as mesmas sido devidamente respondidas dentro do prazo legalmente definido, pela equipa de BackOffice que gere o processo.

Motivo das Reclamações	número
Atendimento	22
Contratação	14
Leitura, Faturação e Cobrança	260
Ligação e Disponibilidade	14
Qualidade de Serviço	2
Qualidade da Água	175
Tarifário	8
Total	495

Os principais motivos de reclamação de clientes, em 2021, prendem-se, de acordo com a tipologia definida no indicador ERSAR, com "Leitura, Faturação e Cobrança", correspondendo a 53% do total de reclamações recebidas, estando essencialmente associadas a questões de preço e faturação em excesso derivado de roturas.



Faturação e Cobrança

Volumes e Valores por Município

A Águas do Norte, S.A. faturou aos seus clientes em 2021 um total de 3.045.629 m³ de água e 4.731.170 m³ de saneamento, o equivalente a um total de 7.644.721 EUR e 10.048.287 EUR, respetivamente.

Água

Segue reporte da quantidade (m³) de água faturada e respetivo valor (EUR), durante o ano de 2021, por Município:

	AMT (*)	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Unidade: m ³ Total
Água Faturada									
2021	1 537 627	484 201	422 629	319 867	278 170				3 042 494
Água a Faturar (Δ Estimativa)									
2021	6 231	-2 465	-27	-495	-108				3 135

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

(*) Inclui 36.849 m³ de fornecimento interno à Alta (vendas internas), para abastecimento do Município de Marco de Canaveses.

	AMT (*)	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Unidade: euros Total
Água Faturada									
2021	3 821 767	1 227 096	1 061 218	818 943	698 408				7 627 432
Água a Faturar (Estimativa)									
2021	20 536	-2 596	234	-1 436	552				17 289

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

(*) Inclui 18.975 euros de fornecimento interno à Alta (vendas internas), para abastecimento do Município de Marco de Canaveses.

Saneamento

Segue reporte da quantidade (m³) de águas residuais faturadas e respetivo valor (EUR) durante o ano de 2021, por Município:

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Unidade: m ³ Total
Saneamento Faturado									
2021	963 047	277 240	213 925	144 155	160 962	853 259	1 163 366	961 510	4 737 463
Saneamento a Faturar (Estimativa)									
2021	2 144	-611	-983	-284	260	-541	-3 657	-2 622	-6 293

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Unidade: euros Total
Saneamento Faturado									
2021	2 153 140	609 884	473 916	342 491	372 848	1 762 692	2 453 004	1 920 677	10 088 653
Saneamento a Faturar (Estimativa)									
2021	1 777	-941	-2 130	-920	698	-7 306	-19 863	-11 682	-40 366

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

Outros Serviços

As quantidades e valores apresentados nos quadros acima incluem outros serviços auxiliares que foram prestados e faturados ao longo de 2021, nomeadamente, serviços de limpeza de fossas sépticas, entre outros.

Em paralelo com a atividade exercida, a Águas do Norte, S.A. colabora com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico e Santo Tirso no que respeita à faturação e cobrança do serviço de Resíduos Sólidos Urbanos, para o qual foi celebrado um acordo de prestação de serviços.

Leituras

A faturação de água e saneamento nos municípios de Amarante, Arouca, Baião Celorico de Basto e Cinfães requerem a realização de leituras por uma equipa de leitores contratada para o efeito. Nos municípios exclusivos de saneamento, Fafe, Santo Tirso e Trofa as leituras dos clientes são adquiridas à concessionária do serviço abastecimento de água – INDAQUA.

Em alternativa, os clientes podem em loja, via telefone ou através do *Portal do Cliente* comunicar a sua leitura.

Portal do Cliente

O Portal do Cliente consiste num serviço inovador disponibilizado a todos os clientes, que permite o acesso, de forma cómoda, autónoma e sem qualquer necessidade de mobilidade, a todos os dados de consumo e faturação, bem como efetuar a solicitação de diversos serviços e outras ações, desde acompanhar os seus consumos, consultar as faturas, gerir os seus próprios dados e ainda comunicar leituras ou anomalias.

Cobrança

No que respeita às modalidades de cobranças disponibilizadas pela AdNorte para a liquidação do serviço prestado, encontram-se disponíveis as modalidades de Débito Direto, pagamento por SIBS, Pagaqui, numerário em loja ou cheque, não se encontrando disponibilizada a modalidade de transferência bancária, pela dificuldade de se descobrir a quem respeita cada uma das transações recebidas.

Para situações esporádicas, nomeadamente, dívida em injunção, está a ser estudada a hipótese do pagamento por MBWay.

O Débito Direto é a modalidade de pagamento mais eficiente e cómoda, quer para o cliente, quer para a gestão do serviço, uma vez que todo o processo é automático, pelo que têm sido feitas campanhas de adesão a esta modalidade.

Em sequência das mesmas, no final de 2021, existiam 21.196 clientes com esta modalidade de pagamento ativa, que equivale a uma percentagem de aproximadamente 25% relativamente ao nº de clientes ativos.

A modalidade de pagamento por SIBS, continua a ser a modalidade de pagamento mais utilizada.

Investimento

No sentido de assegurar a realização do plano de investimentos previsto para o Sistema de Águas da Região do Noroeste, e o cumprimento das obrigações inerentes às operações cofinanciadas pelo POSEUR, durante o ano de 2021, foram lançados 13 concursos de empreitadas e assinatura de 14 contratos, no montante de cerca de 7,4 milhões de euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o investimento realizado durante o ano de 2021 no Sistema de Águas da Região do Noroeste e nas componentes de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Estrutura.

Investimento no ano de 2021

Área de Atividade	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos ⁽¹⁾ (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Abastecimento de Água	2 748	928	3 676
Saneamento de Águas Residuais	2 886	667	3 553
Área Gestão / Estrutura	-	9	9
TOTAL	5 634	1 604	7 238

⁽¹⁾ Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos

Empreitadas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de 2021, deu-se continuidade aos processos administrativos tendo em vista a construção/reabilitação das infraestruturas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

Desta forma, listam-se nos quadros seguintes os concursos de empreitada lançados, com indicação do Preço Contratual (Preço Base ou de adjudicação), bem como o Tipo de Procedimento adotado..

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2021 - Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ¹⁵ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ¹⁶
PRC_0102/2021_GAE - EB0656 - Empreitada de execução de infraestruturas de drenagem de águas residuais nos concelhos de Santo Tirso (ÁGUA LONGA) - Lote 1	1000	CP
PRC_0102/2021_GAE - EB0656 - Empreitada de execução de infraestruturas de drenagem de águas residuais nos concelhos de Trofa (SAR AGRA) - Lote 2	1000	CP
PRC_0233/2021_GAE - EB0683 - Empreitada de execução de Rede de Saneamento no lugar de Jueguelros, Freguesia de Várzea (Arouca)	30	ADs
PRC_0289/2021_GAE - EB0716 - Execução das redes domésticas de drenagem de águas residuais do SAR de Rabada, nas freguesias de Burgães e Sequeirô (Santo Tirso)	1529	CP
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote A - Municípios de Santo Tirso e Trofa	150	AQ
TOTAL	3 709	—

¹⁵ Preço Base ou Valor de Adjudicação

¹⁶ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2021 - Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ¹⁷ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ¹⁸
PRC_0162/2021_GAE - EB0673 - Empreitada de pavimentação de estradas municipais e nacionais afetadas pela instalação de infraestruturas em Arouca e Cinfães	150	CP
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote B - Municípios de Celorico de Basto e Fafe	150	AQ
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote C - Municípios de Amarante e Baião	150	AQ
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote D - Municípios de Arouca e Cinfães	150	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote A - Municípios de Amarante e Baião	460	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote B - Municípios de Arouca e Cinfães	300	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote C - Municípios de Celorico de Basto e Fafe	300	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote D - Municípios de Santo Tirso e Trofa	300	AQ
TOTAL	1 960	—

¹⁷ Preço Base ou Valor de Adjudicação

¹⁸ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Paralelamente ao lançamento de concursos de empreitada foram assinados 14 contratos de empreitada que se resumem nos quadros seguintes.

Contratos de empreitada assinados em 2021 - Abastecimento de Água

Designação	Preço Contratual ¹⁹ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ²⁰
PRC_0425/2019_GAE - AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote A	1 115	CP
PRC_0425/2019_GAE - AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote B	1 623	CP
PRC_0425/2019_GAE - AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote C - SARN	282	CP
TOTAL	3 020	--

¹⁹ Preço Base ou Valor de Adjudicação

²⁰ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Contratos de empreitada assinados em 2021 - Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ²¹ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ²¹
PRC_0237/2020_GAE - EB0540 - Empreitada de construção de rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Fervença (Celorico de Basto) - Lote I	1 059	CP
PRC_0359/2020_GAE - EB0599 - Repavimentação da EM754, e Abastecimento e Saneamento de Águas Residuais Urbanas na EM754 (Vila Chã do Marão) e na EM750 (Fridão)	581	CP
PRC_0399/2020_GAE - EB0612 - Extensões das redes de drenagem de águas residuais nas freguesias de Santa Eulália e Urró (2ª Fase) (Arouca)	185	CP
PRC_0431/2020_GAE - EB0623 - Ligação da rede de drenagem de águas residuais de Canastrês, União das Freguesias de Ancede e Ribadouro (Baião)	252	CP
PRC_0233/2021_GAE - EB0683 - Empreitada de execução de Rede de Saneamento no lugar de Jagueiros, Freguesia de Várzea (Arouca)	30	ADs
PRC_0289/2021_GAE - EB0716 - Execução das redes domésticas de drenagem de águas residuais do SAR de Rabada, nas freguesias de Burgães e Sequeiró (Santo Tirso)	1 529	CP
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote A – Municípios de Santo Tirso e Trofa	150	AQ
TOTAL	3 786	---

²¹ Preço Base ou Valor da Adjudicação

²² ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Contratos de empreitada assinados em 2021 - Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual ²³ (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento ²⁴
PRC_0162/2021_GAE - EB0673 - Empreitada de pavimentação de estradas municipais e nacionais afetadas pela instalação de infraestruturas em Arouca e Cinfães	150	CP
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote B - Municípios de Celorico de Basto e Fafe	150	AQ
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote C - Municípios de Amarante e Baião	150	AQ
PRC_0306/2021_GAE - EB0722 - Empreitada geral de substituições / renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote D - Municípios de Arouca e Cinfães	150	AQ
TOTAL	600	—

²³ Preço Base ou Valor da Adjudicação

²⁴ ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente.

Exploração

A Águas do Norte, S.A., durante o ano 2021, no âmbito das suas funções de gestão do Contrato de Parceria celebrado entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Cinfães, Celorico de Basto, Fafe, Santo Tirso e Trofa para a gestão da exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (os três últimos apenas na componente do saneamento de águas residuais), efetuou melhorias e alterações nas infraestruturas com dimensão e impacto visível.

As ações desenvolvidas incluem a realização de operação e manutenção das diferentes componentes das infraestruturas integradas e a sua reabilitação e beneficiação, bem como a instalação de ramais de ligação de água e de saneamento, gestão operacional do parque de contadores, reformulações e reajustamentos de funcionamento operacional (hidráulico, mecânico e estrutural), controlo operacional de fugas e de afluências indevidas, reparação de roturas e desobstruções, bem como as desmatações e eliminação das pragas.

As infraestruturas que asseguram a prestação de um serviço público, como é o caso do abastecimento de água e drenagem de águas residuais, devem manter-se funcionais e em condições de operacionalidade adequada à satisfação dos níveis de serviço pretendidos.

Principais intervenções nas infraestruturas

A equipa das Redes Municipais participou de forma ativa na definição e acerto das zonas de abastecimento (ZA) para os municípios de Amarante, Celorico de Basto, Baião, Arouca e Cinfães a integrar no Sistema de Informação Geográfica (SIG).

As intervenções mais relevantes no ano de 2021 são as descritas seguidamente:

Município de Amarante

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de Serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Campanhas de deteção de fugas;
- Beneficiação da Fossa da Valinha (construção de caixa e reparação de fuga no poço sumidouro);
- Reabilitação e substituição de hidróxido de sódio por brita calcária para a correção de pH no Reservatório de Ansiães/Póvoa;
- Execução de acesso, substituição de hidróxido de sódio por brita calcária para a correção de pH, construção de edifício e instalação de Central Hidropneumática no Reservatório de Ansiães;
- Substituição de hidróxido de sódio por brita calcária para a correção de pH no Reservatório da Granja (Candemil);
- Reabilitação e nicho para baixada elétrica (BTE) na Estação Elevatória de Abastecimento de Água de Padronelo;
- Reabilitação e instalação do quadro elétrico nas Estações Elevatórias de Saneamento da Carreira e do Muro;
- Implementação do sistema de desinfecção na distribuição do Subsistema Vilela – Gondar;
- Reabilitação e substituição de hidróxido de sódio por brita calcária para a correção de pH no Reservatório de Gião (Candemil VI);
- Substituição do troço na tubagem na descarga de fundo no Reservatório da Serra de Água e Leite;
- Reformulação e Instalação de Equipamentos na Estação Elevatória de saneamento de S. Simão;
- Reabilitação da câmara de manobras e reformulação das condutas no Reservatório de Lufrei;
- Execução de nicho para baixada elétrica na Estação Elevatória de Abastecimento de Água de Vilela;
- Reformulação e montagem de equipamento na Estação Elevatória das Cerdeirinhas;
- Reparação de conduta na Estação Elevatória de Sete Casas;

- Instalação de transdutor de pressão no Reservatório de Gião;
- Reabilitação e montagem de bomba na Estação Elevatória de Abastecimento de Água da Faia;
- Beneficiação da válvula redutora de pressão VRP 269 em Mancelos;
- Substituição da conduta elevatória (câmara de manobras) no Reservatório do Salvador;
- Reabilitação câmara de manobras e reparação de Central Hidropressora no Reservatório de Salvador;
- Reformulação e reparação da conduta na Estação Elevatória das Sete Casas;
- Instalação de medidor de caudal DN 125 mm (entrada) no Reservatório de S. Domingos;
- Instalação de altimétrica e medidor de caudal DN 100 mm (entrada) no Reservatório de Pidre;
- Desativação do Reservatório de Ansiães Fervença (clientes ligados ao subsistema de Ansiães).

Município de Arouca

- Implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;
- Prolongamento de rede AA e AR;
- Reabilitação/remodelação de rede de AA e AR;
- Substituição rede arejamento ETAR de Ribeira-Mansores;
- Remodelação do Reservatório de Cabreiros;
- Instalação do sistema de tratamento de pH em Gamarão, Vilarinho e Covelo de Paivô;
- Limpeza preventiva coletor junto ao lugar da Chieira;
- Campanha de pesquisa focos poluição entre a Cascata das Agueiras e Míudal;
- Instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Instalação de suporte painel solar no Reservatório de St^a Maria do Monte;
- Instalação de nichos de telegestão, de cloragem e suporte painel solar no Reservatório Pousadouro;
- Instalação de nicho de telegestão e suporte de painel solar nos reservatórios de Cabreiros e de Chãos;
- Reabilitação, implementação de sistema de correção de pH, instalação de nicho para telegestão e painel solar no Reservatório de Paradinha.

Município de Cinfães

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;
- Prolongamento de rede AA e AR;
- Reabilitação/remodelação de rede de AA e AR;
- Desativação do Reservatório da Zona Industrial;
- Desativação do Reservatório da Rua da Volta (Pindelo);
- Limpeza preventiva coletor;
- Reabilitação do sistema arejamento da ETAR de Nespereira;

- Entrada em serviço / ligação progressiva de ramais (AA + AR) na zona de abastecimento de S. Cristóvão de Nogueira;
- Entrada em serviço / ligação progressiva de ramais (AA + AR) na zona de abastecimento de Tarouquela e Espadanedo;
- Instalação de válvulas redutoras de pressão.

Município de Baião

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Utilização de geofone para deteção de fugas;
- Implementação de correção de pH com brita calcária nos Reservatórios de Arieiros, Monte Gordo e Valadares;
- Extensão de rede de abastecimento de água no Mesquinhata;
- Extensão de rede de abastecimento de água no lugar da Costa, freguesia de Loivos da Ribeira e Tresouras.

Município de Celorico de Basto

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;
- Prática recorrente de utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;
- Instalação de sistema de bombagem na Estação Elevatória de Saneamento de Codeçoso;
- Instalação de suporte para painel solar nos Reservatórios de Codeçoso, Veade, Raza, Gémeos, Ladário;
- Reabilitação e instalação de baixada elétrica no Reservatório de Caçarilhe;
- Reabilitação e instalação de suporte painel solar no Reservatório de Lourido;
- Ligação do Reservatório de Vilar ao Sistema Principal AdNorte (Rabagão).

Município de Fafe

- Desativação da fossa séptica coletiva do Loteamento das Senras;
- Entrada em serviço da Estação Elevatória de Regadas;
- Entrada em serviço da Estação Elevatória da Urbanização de Ferreiros;
- Entrada em serviço da rede de drenagem de águas residuais executada no âmbito da empreitada EGA-EB0149 – Caminho do Saibro – Regadas;
- Entrada em serviço das redes de drenagem de águas residuais executada no âmbito da empreitada EGA-EB0315 – Fecho de Redes nas freguesias de Arões (S. Romão), Golães, Fafe (Santo Ovídio) e Fornelos;
- Reabilitar interior de câmaras de visita e substituição de tampas.

Município de Santo Tirso

- Entrada em serviço da Estação Elevatória da Rua de São Miguel (Lama);
- Entrada em serviço das redes de drenagem de águas residuais executada no âmbito da empreitada EGA-EB0323 – SAR Água Longa;
- Entrada em serviço parcial das redes de drenagem de águas residuais executada no âmbito da empreitada EGA-EB0324 – Subsistema de Tratamento de Águas Residuais de Rabada e Subsistema de Tratamento de Águas Residuais de Lordelo/Aves;

- Instalação de torre de ventilação em S. Tomé de Negrelos;
- Substituição de tampas de caixa de visita na rua da Visitação, Vila das Aves;
- Substituição de tampas de caixa de visita na rua da Pinguela, Vila das Aves;
- Reabilitar interior de câmaras de visita.

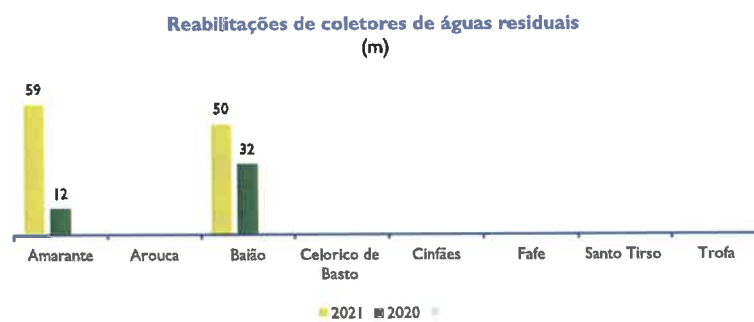
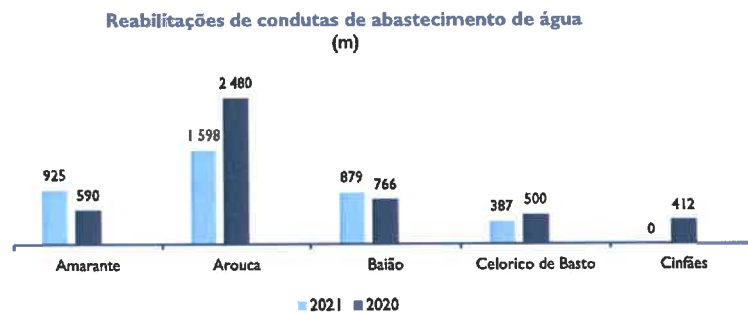
Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

Município de Trofa

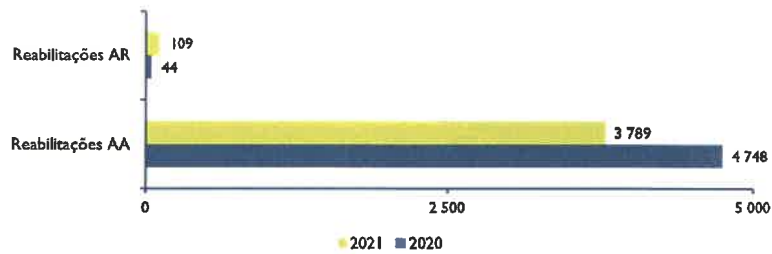
- Reabilitação das Estações Elevatórias de Saneamento de Camilo Castelo Branco e da ZI do Soeiro;
- Substituição de tampas de caixa de visita na EN104;
- Substituição de tampas de caixa de visita na EN14;
- Reabilitação do interior de câmaras de visita.

Reabilitação de Condutas

No que se refere à reabilitação de conduta os principais dados, que dizem respeito aos trabalhos executados pelas redes municipais, por administração direta, são apresentados de seguida:



Evolução das reabilitações de condutas e coletores metros (m)



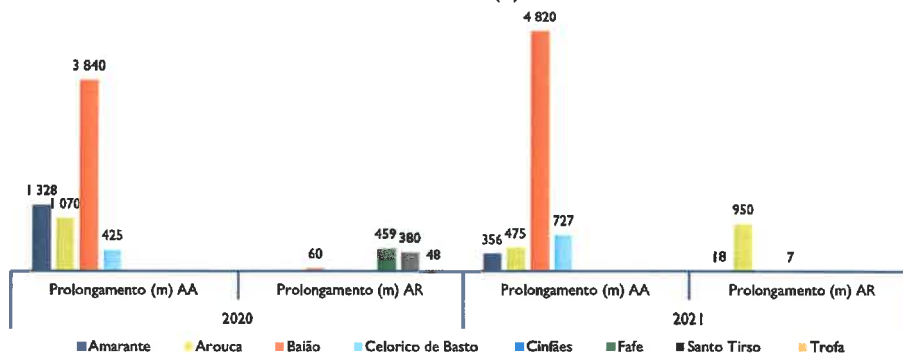
Handwritten notes in blue ink:
 B
 a
 pu
 R
 e

Extensão de Redes

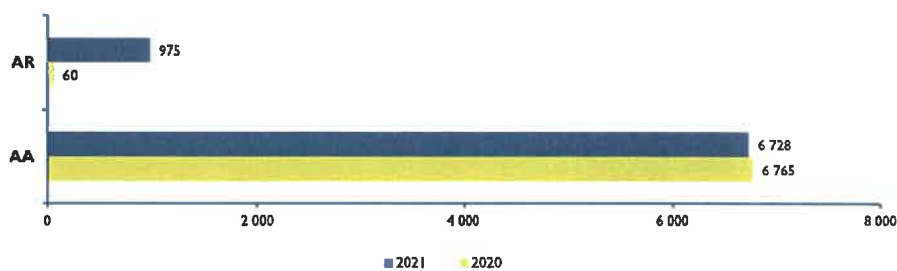
O prolongamento das redes de distribuição e de drenagem existentes faz parte da estratégia de alargamento do serviço às populações e consequente melhoria dos indicadores de serviço.

No gráfico seguinte apresentam-se os dados referentes ao comprimento de condutas e coletores executados em 2021, que dizem respeito aos trabalhos executados pelas redes municipais, por administração direta e por município.

Extensões de redes de abastecimento de água e de águas residuais metros (m)



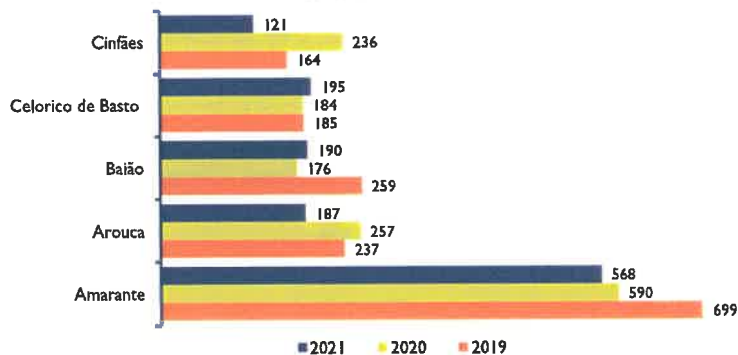
Evolução das extensões de condutas e coletores



Instalação de Contadores

No gráfico seguinte compara-se o número de contadores instalados nos anos de 2019, 2020 e 2021 em cada um dos municípios que integram o Sistema de Águas da Região do Noroeste.

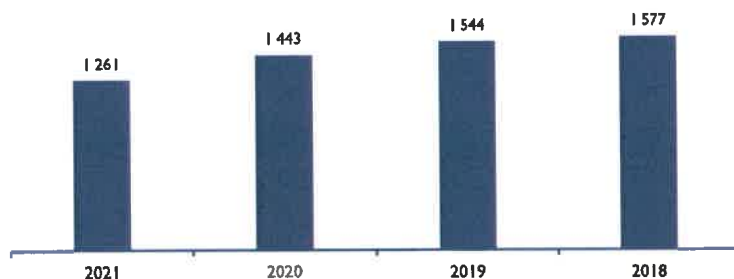
Instalação de contadores



Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten initials 'dr' in blue ink.

Evolução total das instalações de contadores



Substituição de Contadores

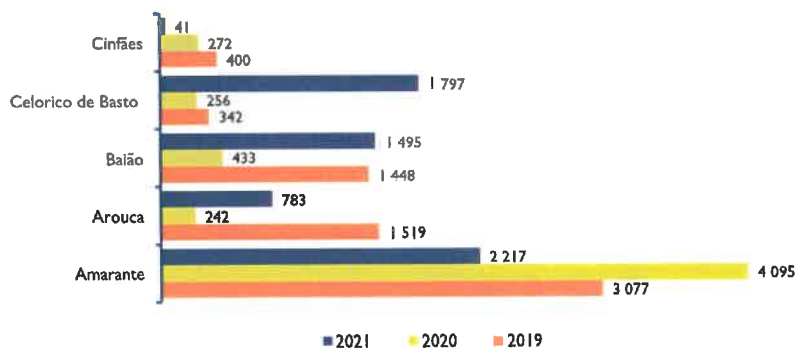
No início de 2021, a idade média dos contadores era de 5,81 anos, sendo que 5.989 necessitavam de ser substituídos.

No final do ano de 2021 a idade média do parque de contadores é de 4,44 anos, existindo ainda 2.927 contadores que necessitam de ser substituídos.

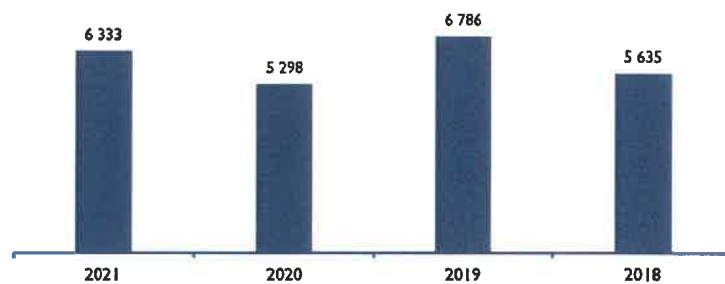
O parque de contadores existentes apresenta já uma idade média cujo valor permite reduzir as perdas aparentes significativamente, persistem no entanto alguns contadores mais antigos por substituir.

No gráfico seguinte compara-se o número de contadores substituídos entre os anos de 2019 e 2021 por cada um dos municípios que integram o Sistema de Águas da Região do Noroeste.

Substituição de contadores



Evolução das substituições de contadores

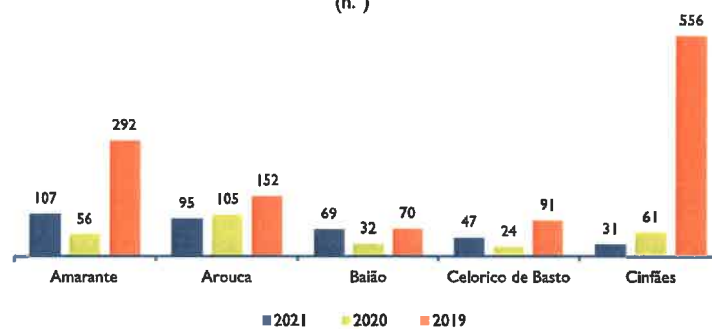


Handwritten signatures and initials in blue ink.

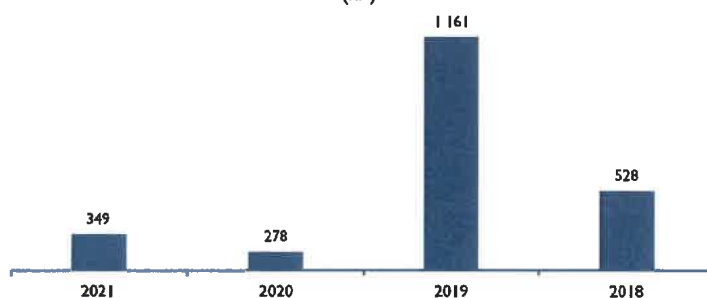
Construção de Ramais de Ligação

De seguida apresenta-se a evolução da execução dos ramais de abastecimento e saneamento que dizem respeito aos trabalhos executados pelas redes municipais, por administração direta.

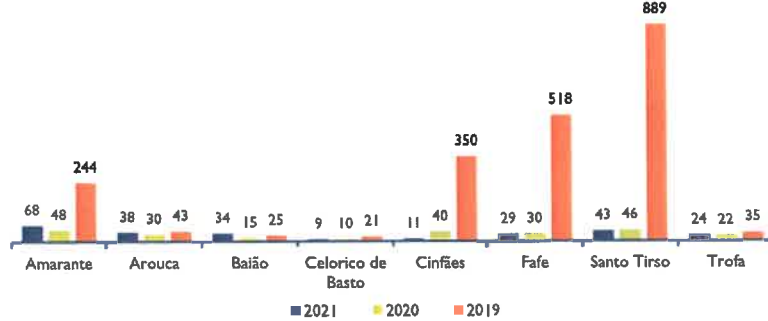
Ramais de Abastecimento de Água executados (n.º)



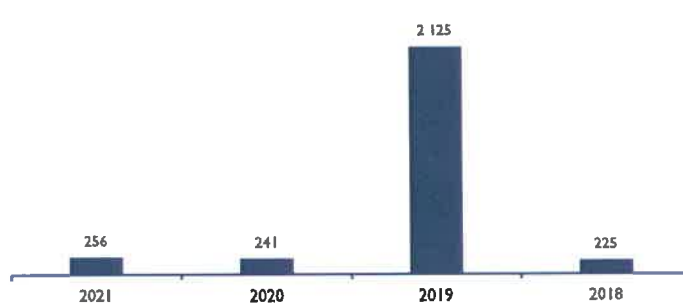
Evolução dos ramais de Abastecimento de Água (n.º)



Ramais de Águas Residuais realizados (n.º)



Evolução dos ramais de Águas Residuais realizados (n.º)



Controlo Operacional de Perdas de Água

Das ações desenvolvidas durante o ano 2021 a mais importante foi, sem dúvida, a implementação do Plano de Controlo Ativo de Perdas de Água. Este instrumento sintetiza um conjunto de ações, modos e estratégias, que são fundamentais à concretização de um sistema de controlo de perdas de água. Os principais objetivos são a melhoria da informação e a conceção da matriz organizativa.

As campanhas noturnas para deteção de fugas tornaram-se uma prática recorrente, utilizando os equipamentos adquiridos (Geofone e Correladores), ação decisiva na identificação das causas de consumos anómalos. Os resultados obtidos até à data são consequência da especialização das equipas dedicadas à monitorização, avaliação e deteção de fugas.

Iniciou-se a instalação de equipamentos de medição de caudal e registo de comunicações, tendo sido integrados no sistema de monitorização e controlo e a aquisição e instalação de válvulas redutoras de pressão, que permitirá melhorar o desempenho no controlo de perdas.

Desenvolveu-se o projeto piloto de telemetria em duas ZMC de Amarante (ZMC04 e ZMC44).

Para além da localização de roturas em resultado da aquisição dos equipamentos referidos, da identificação de consumos ilícitos e do controlo de pressões, destaca-se a redução da "Água Entrada no Sistema", como materialização da estratégia adotada.

Do ponto de vista da gestão operacional, foram consolidadas as práticas das equipas especializadas na Gestão de Pressões e Pesquisa de Fugas e Perdas de Água.

Criação de Ordens de Trabalho da utilização do geofone e correladores e para a manutenção das válvulas redutoras por zonas de influência – AQUAWORKS.

Destaque ainda, para a redução das zonas de abastecimento ao longo do tempo, que se deve à contínua reestruturação da rede de abastecimento, eliminando-se zonas autónomas e a sua ligação ao sistema principal, permitindo garantir a qualidade da água servida aos utentes.

Resumidamente, por Município, temos:

a) Pesquisas com Geofone e Patrulhas Noturnas

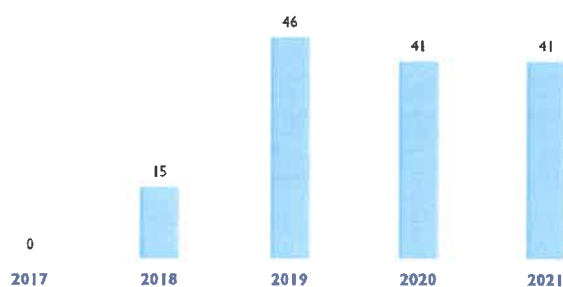
Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Município/Sistema	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna
Cinfães	--	2	36	28	15
Baião	--	3	17	35	10
Arouca	--	32	57	63	38
Amarante	1	71	109	282	467
Celorico de Basto	--	0	23	91	156
TOTAL	1	108	242	499	686

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'B. J. M.' and other illegible marks.

Pesquisas com Geofone - AA (GLOBAL)



Registo de Patrulhas Noturnas - AA (GLOBAL)

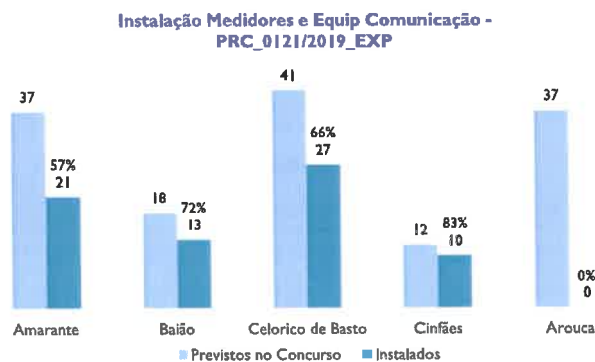


b) Válvulas redutoras de pressão e válvulas altimétricas existentes

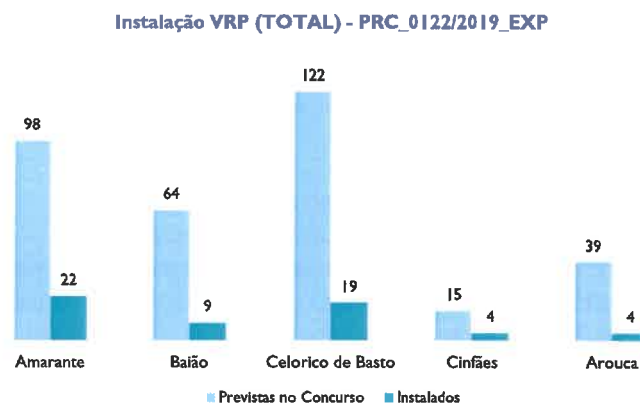
Ano	2019	2020	2021
Município/Sistema	VRP	VRP	VRP
Amarante	260	272	287
Celorico de Basto	118	136	149
Baião	117	121	124
Arouca	210	210	216
Cinfães	124	101	148
TOTAL	829	840	924

Ano	2020	2021
Município/Sistema	Válv Alt	Válv Alt
Amarante	17	17
Celorico de Basto	2	2
Baião	4	6
Arouca	0	0
Cinfães	4	6
TOTAL	27	31

c) Aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação



d) Aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão



De seguida expõe-se, por Município, as principais ações desenvolvidas.

Município de Amarante

1. Detecção de fugas:

- Identificação/confirmação de roturas/fugas antes/depois do contador;
- Utilização do Geofone para localização de fugas:
 - o Utilização de aproximadamente 455 vezes, percorrendo cerca de 121,71 km;
- Utilização dos correladores para deteção de fugas;
- Realização de 12 pesquisas de fugas através do sectionamento da rede e do uso do geofone;

2. Monitorização de caudais e volumes:

- Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
 - o Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
 - o Receção dos equipamentos a instalar:
 - Contadores de caudal e *datalogger's* da Vodafone – Water reader;
 - o Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
 - 19 reservatórios e 2 estações elevatórias.
- Instalação de 6 novos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
 - o 4 reservatórios, 1 estação elevatória e 1 ponto de entrega de água.
- Criação de 2 sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação.
- Monitorização da temporária de clientes (despiste de caudais):
 - o Reclamações de excesso de consumo e suspeitas de avaria na rede predial.
- Monitorização de clientes (normalmente grandes consumidores);
- Continuação do procedimento de aquisição de uma solução de gestão e leitura de contadores de água (implementação do projeto piloto de telemetria na ZMC4 e ZMC44 de Amarante):
 - o Continuação da visita aos locais de instalação por parte do adjudicatário e instalação do equipamento;
 - o Análise e desenvolvimento da respetiva plataforma e incorporação na plataforma Biwater;

- Análise de situações de não instalação de equipamento;
- Reporte das situações de fuga identificadas e auxílio na deteção da fuga na rede predial.

3. Gestão da pressão na rede de distribuição:

- Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
 - Visita aos locais de instalação;
 - Instalação de 8 novas válvulas redutoras de pressão;
 - Substituição de 14 válvulas redutoras de pressão;
- Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;
- Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 3 novas válvulas redutoras;
- Substituição de 3 câmaras de perda de carga por válvulas redutoras de pressão;
- Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
- Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
- Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
- Análise da criação de novos patamares de pressão;
- Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
 - Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.

4. Gestão da rede / alterações dos circuitos hidráulicos:

- Alterações nos circuitos da rede:
 - Reservatório de Salvador / Novo da ETA;
 - Reservatório de Ansiães – Fervença / Ansiães;
- Construção de armários pré-fabricados nas infraestruturas das válvulas redutoras.

Município de Arouca

1. Deteção de fugas:

- Realização de diversas ações de combate às perdas de água (step testing e vistorias noturnas) nos diferentes pontos de entrega "em alta" (PE Abelheira, PE Provisende, PE Souto Redondo, PE Ameixeira, PE Forcada e PE Moldes) e em ZMC específicas (p. ex.: Reservatório S. Pedro, Conduta da Ponte Telhe, Reservatório Pernouzela, Reservatório Porto Escuro, Reservatório Vila Nova, Reservatório Pousadouro, Reservatório Cimo da Inha, Reservatório Santa Maria do Monte);
- Utilização do Geofone para localização de fugas:
 - Utilizado aproximadamente 30 vezes, percorrendo cerca de 4,63km;
- Realização de 7 pesquisas noturnas de fugas através do seccionamento da rede e do uso do geofone distribuídas pelos seguintes pontos de entrega:
 - Pontos de Entrega de Moldes, Abelheira e Provisende;
- Realização de 1 pesquisa noturna com o método de fecho sequencial de válvulas e patrulhamento com o geofone para deteção e localização de fugas. Uma ação decisiva na identificação das causas de consumos anómalos e aumento do nível dos reservatórios, na ZMC do Reservatório de Espírito Santo (Alvarenga), com deteção de rotura em conduta;

2. Monitorização de caudais e volumes (com transmissão ao BIWATER):

- Início do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:

- o Visita aos locais de instalação;
 - Instalação de medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação para monitorização:
 - o Reservatório de Portela (Linha zona industrial São Domingos II) e Reservatório de Vila Nova (Saída).
3. Gestão da pressão da rede de distribuição:
- Início do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
 - o Visita aos locais de instalação;
 - o Instalação de duas VRP's novas e substituição de outras duas:
 - Aldeia (Moldes), Jagueiros (Santa Eulália), Barreiros (Santa Eulália) e Farrapa (Chave);
 - Atualização cadastral e das características das válvulas redutoras de pressão;
 - Criação de novos patamares de pressão com a construção de novas condutas e a instalação de 9 VRP's:
 - o Ponto de Entrega de Abelheira – Rua das Oliveiras;
 - o Ponto de Entrega de Souto Redondo: Vergadelas, Castanheira, São João, Jagueiros e Malafaia;
 - o Ponto de Entrega de Moldes – Portela (Burgo), Rua Almeida Garrett e Rua São Pedro;
 - Substituição de VRP existentes, avariadas por novas/reabilitadas;
 - Reabilitação em oficina das VRP existentes;
 - Criação de circuitos de manutenção de VRP;
 - Gestão de pressões na rede de distribuição de água (monitorização e controlo de VRP);
 - Análise da substituição das câmaras de perda de carga por VRP;
 - Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos através da medição sistemática de pressões (p. ex. logger de pressão).
4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:
- Alterações nos circuitos da rede (zona de influência dos reservatórios) com o objetivo da otimização da rede de distribuição.

Município de Cinfães

1. Deteção de fugas:
 - Realização de uma pesquisa noturna com o método de fecho sequencial de válvulas e patrulhamento com o geofone para deteção e localização de fugas na ZMC do Reservatório de Boassas, com deteção de 2 roturas em conduta;
 - Utilização do Geofone para localização de fugas de aproximadamente 14 vezes, percorrendo cerca de 1,41 km;
2. Monitorização de caudais e volumes:
 - Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
 - o Visita aos locais de instalação;
 - o Receção dos equipamentos a instalar;

- Contadores de Caudal e *dataloggers* da Vodafone – Water reader;
- Instalação de medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
 - 1 Reservatório e 3 sub-ZMC;

3. Gestão da pressão da rede de distribuição:

- Início do procedimento de aquisição de serviços de instalação de válvulas redutoras de pressão:
 - Visita aos locais de instalação;
 - Instalação de 3 novas válvulas redutoras de pressão;
 - Substituição de 1 válvula redutora de pressão;
- Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
- Instalação de VRP na Rua da Seara (VRP nº 179) para eliminação do Reservatório de Zona Industrial;
- Instalação de VRP na Rua da Volta (Pindelo) (VRP nº 180) para eliminação de reservatório em mau estado de conservação;
- Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 1 nova válvula redutora;
- Atualização cadastral e das características das válvulas redutoras de pressão.

4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:

- Entrada em serviço/ligação progressiva de ramais nas zonas de abastecimento de São Cristóvão de Nogueira, Tarouquela e Espadanedo.

Município de Baião

1. Deteção de fugas:

- Identificação/confirmação roturas depois do contador;
- Utilização do Geofone para localização de fugas:
 - Utilização de aproximadamente 10 vezes, percorrendo cerca de 1km.

2. Monitorização de caudais e volumes:

- Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
 - Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
 - Receção dos equipamentos a instalar:
 - Contadores de caudal e *dataloggers* da Vodafone – Water reader;
 - Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
 - 13 reservatórios;
- Criação de 2 sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação.

3. Gestão da pressão na rede de distribuição:

- Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
 - Visita aos locais de instalação;
 - Instalação de 1 nova válvula redutora de pressão;

- o Substituição de 8 válvulas redutoras de pressão;
 - Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;
 - Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 2 novas válvulas redutoras;
 - Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
 - Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
 - Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
 - Análise da criação de novos patamares de pressão;
 - Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
 - o Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.
4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:
- Alterações nos circuitos da rede:
 - o Reservatório de Valadares/ Tresouras;
 - Construção de armários pré-fabricados nas infraestruturas das válvulas redutoras, medidores de caudal e bocas-de-incêndio.

Município de Celorico de Basto

1. Detecção de fugas:
- Identificação/confirmação de roturas/fugas antes e depois do contador;
 - Utilização do Geofone para localização de fugas:
 - o Utilização de aproximadamente 136 vezes, percorrendo cerca de 41,07 km;
 - Utilização dos correladores para deteção de fugas;
 - Realização de 20 pesquisas de fugas através do seccionamento da rede.
2. Monitorização de caudais e volumes:
- Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
 - o Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
 - o Receção dos equipamentos a instalar:
 - Contadores de caudal e *datalogger's* da Vodafone – Water reader;
 - o Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
 - 27 reservatórios
 - Instalação de 2 novos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação;
 - Criação de 1 sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação;
 - Monitorização da temporária de clientes (despiste de caudais):
 - o Reclamações de excesso de consumo;
 - o Suspeitas de avaria na rede predial.
3. Gestão da pressão na rede de distribuição:
- Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
 - o Visita aos locais de instalação;
 - o Instalação de 10 novas válvulas redutoras de pressão;
 - o Substituição de 9 válvulas redutoras de pressão;
 - Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;

- Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 2 novas válvulas redutoras;
- Substituição de 3 câmaras de perda de carga por válvulas redutoras de pressão;
- Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
- Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
- Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
- Análise da criação de novos patamares de pressão;
- Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
 - o Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.

4. Gestão da rede / alterações dos circuitos hidráulicos:

Análise de alterações nos circuitos da rede (zona de influência dos reservatórios) com o objetivo da otimização da rede de distribuição nos Reservatórios de Cerqueda e de Salmães.

Desenvolvimento de Indicadores

Desenvolveu-se um conjunto de indicadores, que permitam sinalizar as ZMC, definir o seu posicionamento, nomeadamente na definição de valor das Perdas Recuperáveis, Perdas Inevitáveis, ILI e ainda Fatores de Pesquisa.

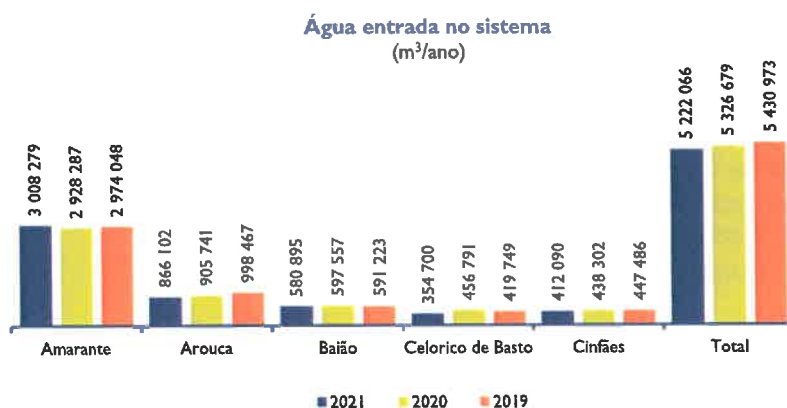
Demos início à determinação de outro indicador que se prende com o cálculo da Água Não Faturada por Ramal por Município.

Infraestruturas das Redes Municipais

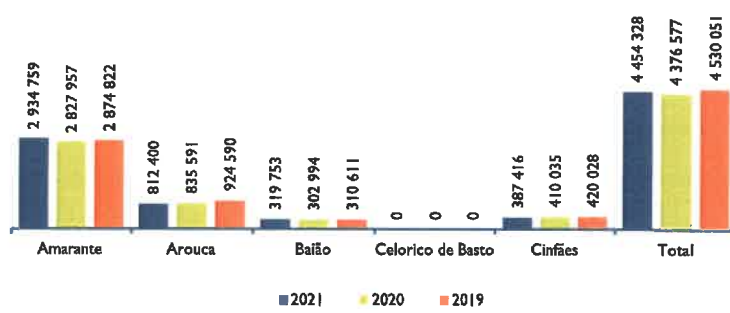
Desenvolveu-se um conjunto de indicadores que permitem sinalizar as ZMC, definir o seu posicionamento, nomeadamente na definição de valor das perdas recuperáveis, perdas inevitáveis, ILI, fatores de pesquisa. Determinou-se um outro indicador que se prende com o cálculo da água não faturada por ramal por Município.

Cálculo dos diversos componentes do Balanço Hídrico e seus procedimentos

O estabelecimento de procedimentos para registo de dados e cálculo de cada uma das componentes do balanço hídrico é essencial para uma maior sistematização desta abordagem no controlo de perdas. Desta forma, definiu-se e apuraram-se as componentes do balanço hídrico global por subsistema, podendo comparar-se o ano de 2021 com os anos 2020 e 2019.

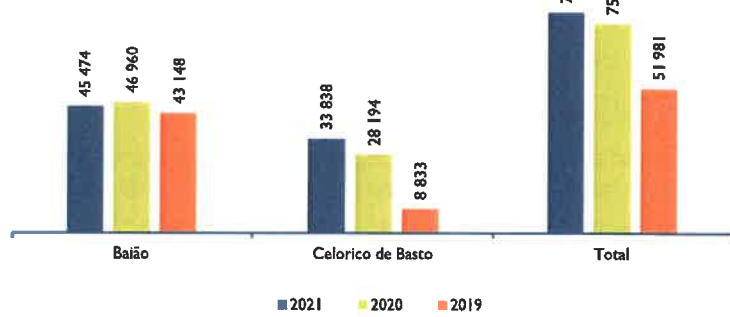


Água comprada AdDP
(m³/ano)

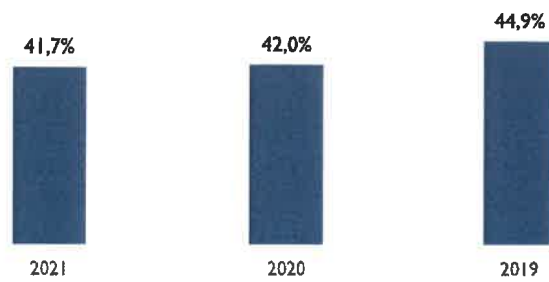


Handwritten signatures and initials in blue ink.

Água comprada AdN
(m³/ano)



Água não faturada



Modelação

O cadastro de infraestruturas tem sido atualizado, com a estruturação do modelo hidráulico, necessário à implementação da modelação. Nomeadamente, correção de traçados, características de materiais, diâmetros, definição de altimetria e ajuste das fronteiras de cada ZMC. Com a melhoria do cadastro e o registo de clientes será possível a realização da modelação das Zonas de Medição e Controlo (ZMC).

Controlo Operacional de Afluências Indevidas

As afluências indevidas estão identificadas como um dos principais problemas na gestão da exploração dos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais e pluviais, contribuindo largamente para um desempenho insatisfatório e aumento dos custos de exploração das entidades gestoras. A Águas do Norte, S.A. enquanto entidade gestora de um Sistema Multimunicipal e de um Contrato de Parceria, não é exceção e reconhece as afluências indevidas como uma causa importante para a deterioração do desempenho funcional dos sistemas, com reflexos na qualidade do serviço prestado.

Do ponto de vista da gestão operacional serão consolidadas as práticas das equipas especializadas no controlo das afluências indevidas.

Vamos proceder à criação de Ordens de Trabalho para utilização de equipamento de inspeção vídeo ou solicitação deste tipo a trabalho a terceiros, a utilização de equipamento de deteção de afluências indevidas (fumos) e para eliminação de ligações indevidas detetas – AQUAWORKS.

Participação no Programa iAFLUI 2019 | 2021

A equipa do Centro de Exploração das Redes Municipais integrou o iAFLUI (programa promovido pelo LNEC), teve início em maio de 2019 e terminou em junho de 2021, com a participação num seminário (Webinar) onde se expôs o trabalho desenvolvido.

Foram objetivos do iAFLUI, a disseminação das melhores e mais recentes metodologias e ferramentas de boa prática neste domínio, a capacitação de um número crescente de técnicos que, por si, potenciam a divulgação e promoção das melhores práticas nesta área de conhecimento e da exploração deste tipo de sistemas.

Com esta iniciativa, a Águas do Norte, S.A. tem pela frente vários desafios cruciais, entre eles, a capacitação e motivação da empresa na área das afluências indevidas e a definição de um "Plano para o Controlo de Afluências Indevidas" (PCAI) e sua implementação.

Para o desenvolvimento do projeto foi proposto que a área de intervenção integrasse o Município da Trofa, mais concretamente o subsistema Parada da Maia. Este subsistema possui redes com uma extensão de cerca de 250 km, tendo a zona de estudo envolvida aproximadamente 50 km, esta zona de estudo contempla medição existente.

O plano tem uma abrangência global a todas as áreas da empresa, sendo definido um plano estratégico global, com um conjunto de objetivos critérios e métricas, que permitam avaliar o sistema da empresa Águas do Norte, S.A., na sua globalidade, para o instante inicial.

Feita a análise global e setorial (caso de estudo) do sistema de drenagem da Águas do Norte, S.A., estabeleceu-se, para cada sistema de drenagem em baixa, um sistema de avaliação.

Dada a complexidade do sistema de drenagem da Águas do Norte, S.A., que abrange sistemas drenagem em alta e baixa, e a sua dimensão, propôs-se para este plano, uma abordagem inicial para os sistemas em alta global. Para o sistema em baixa, efetuou-se uma análise global aos oito municípios, uma análise ao município onde se encontra o nosso caso de estudo (Trofa), ao nosso caso de estudo Subsistema TRF- Parada da Maia, e às Bacia de drenagem Nascente e Poente.

A avaliação setorial do sistema, que permite a determinação da dimensão do problema em cada área setorial, é efetuada através do cálculo das métricas, para a situação de referência (2018/2020), em cada área. É feita comparação com os valores de referência e uma apreciação dos resultados obtidos.

São patentes nos resultados, as afluências excessivas de águas pluviais, o deficiente conhecimento infraestrutural e operacional, que se pretende ver resolvido no horizonte do plano tático (2023), conforme as metas definidas.

Ligações Indevidas

Com a implementação do "Plano para o Controlo de Afluências Indevidas" (PCAI), pretende-se eliminar ligações indevidas, nomeadamente, a separação de ligações de drenagem de águas pluviais a águas residuais:

Município/Sistema	Eliminar ligação indevida
Cinfães	0
Baião	0
Arouca	0
Amarante	0
Celorico de Basto	0
Fafe	2
Trofa	1
Sto. Tirso	0
TOTAL	3

Inspecções vídeo

A inspeção vídeo é recomendada para avaliar o estado da rede, localização de possíveis entupimentos, zonas danificadas ou colapsadas, no entanto, esta intervenção pode ser utilizada como forma independente, para serviços de manutenção, minimizando custos de problemas que venham a surgir futuramente.

Estes equipamentos permitem ainda o registo de todo um conjunto de informação relacionada com o coletor, compilada em relatórios de inspeção e que são essenciais para posterior análise do estado do coletor e decisão da melhor solução para intervenção. No ano de 2021 foram realizadas as seguintes inspeções:

Município/Sistema	Número das inspeções vídeo	Km inspecionados
Cinfães	0	0,000
Baião	1	0,100
Arouca	2	0,050
Amarante	4	0,580
Celorico de Basto	2	0,100
Fafe	17	1,150
Trofa	12	1,363
Sto. Tirso	25	2,672
TOTAL	63	6,015

Equipamento de fumos

No final do ano de 2021 adquiriu-se o equipamento de deteção de aflúências indevidas.

Com o resultado dos ensaios de fumos a realizar espera-se detetar se as redes prediais cumprem ou não o consagrado na legislação em vigor, designadamente no que respeita à separação dos sistemas prediais de drenagem de águas pluviais e de águas residuais (n.º I, do artigo 198.º, do DR 23/95, de 23 de agosto).

Município/Sistema	Utilização de equipamento de fumos
Cinfães	0
Baião	0
Arouca	0
Amarante	0
Celorico de Basto	0
Fafe	0
Trofa	1
Sto. Tirso	0
TOTAL	1

Instalação de outros equipamentos e desenvolvimento da plataforma de monitorização de varáveis

Procedeu-se ainda à instalação de datalogger's e um odómetro para a monitorização de caudais e precipitação.

Está em execução o trabalho de desenvolvimento da plataforma de indicadores (BIWATER), na área de monitorização da rede de AR. Foi efetuada a análise da plataforma e envio de sugestões de melhoria.

Outros Destaques

Participação no ENEG, no ENASB, nas Jornadas de Engenharia e no Fórum iAFLUI.

Realização do Seminário do iAFLUI, que contou com a participação de cerca de 150 técnicos provenientes das entidades gestoras do setor da água de todo o país.

Diversas notícias publicadas.

Sustentabilidade Empresarial

Qualidade do Produto

Vigilância da Qualidade da Água (Baixa)

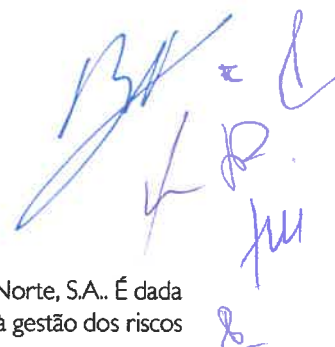
A segurança da água abastecida para consumo humano constitui uma preocupação central na Águas do Norte, S.A.. É dada permanente atenção à verificação da conformidade do produto, à proteção da saúde do consumidor e à gestão dos riscos em todas as fases do sistema de abastecimento que possam pôr em causa a segurança do produto.

Para assegurar o controlo da qualidade da água abastecida, a Águas do Norte, S.A. tem implementado um Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que cumpre integralmente os requisitos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro, que é o diploma legal que regula a qualidade da água para consumo humano.

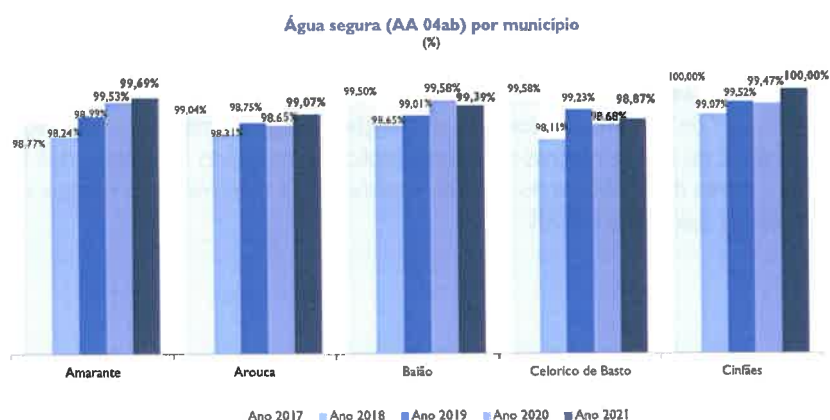
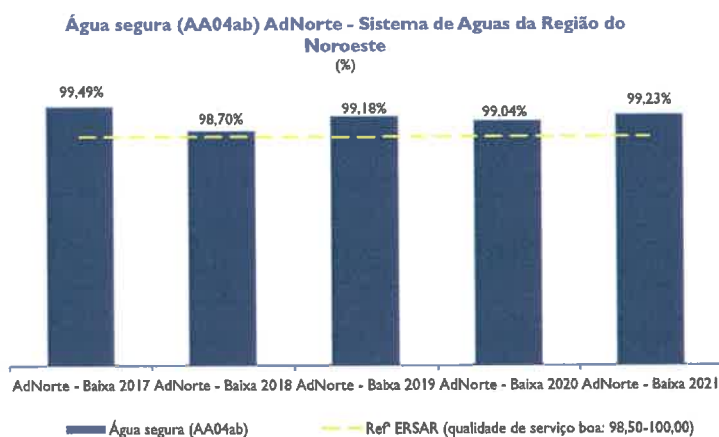
Este PCQA é aprovado anualmente pela entidade competente, ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), e consiste na avaliação da conformidade dos requisitos de qualidade definidos na legislação, através de análises efetuadas na torneira do consumidor, em pontos selecionados de modo a obter uma amostragem representativa da água abastecida. As análises à qualidade da água são realizadas em laboratórios acreditados, cuja seleção é também aprovada pela entidade reguladora, ERSAR.

O controlo da qualidade da água aqui apresentado refere-se ao cumprimento do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) em Baixa, aprovado pela ERSAR para 2021, o qual contempla 5 Municípios, num total de 88 Zonas de Abastecimento sendo que destas 9 são Fontanários.

Os fontanários que constituem "origem única" de água localizam-se: 5 em Baião, 3 em Celorico de Basto, 1 em Amarante. De notar que, por força da entrada em vigor do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro o controlo da qualidade da água fornecida à população através de fontanários que constituem origem única de água em zonas sem rede pública foi integrado no âmbito dos PCQA aprovados pela ERSAR. No ano de 2021, a área da Qualidade do Produto realizou 9.524 determinações na água tratada, de acordo com Plano Controlo Qualidade aprovado pela ERSAR.



No controlo da rede em baixa, obtivemos no ano de 2021 uma conformidade da qualidade da água de 99,23%, o que corresponde a uma "qualidade da água boa", segundo os critérios ERSAR para água segura, o que comprova a elevada qualidade da água distribuída pela empresa. Em 2021, prevê-se uma subida no indicador Água Segura motivada pela redução do número de incumprimentos, em particular no parâmetro pH como consequência da implementação de sistema de tratamento, com aplicação de brita calcária, para a correção deste parâmetro.



De notar que grande parte das análises realizadas imediatamente a seguir a se terem detetado os incumprimentos, estavam em conformidade com os limites legais. Sempre que ocorre uma não conformidade relacionada com a qualidade da água é registada uma constatação no sistema informático de gestão da Águas do Norte, S.A. onde a situação vai sendo acompanhada e onde são descritas as ações de correção ou corretivas implementadas, até se considerar a ocorrência como encerrada.

Em situações de incumprimento dos valores paramétricos da legislação relativa à qualidade da água para consumo humano, são comunicadas à ERSAR e à Autoridade de Saúde da zona abastecida, até ao final do dia útil seguinte. Posteriormente, é dado conhecimento das ações corretivas adotadas e o resultado das mesmas.

A AdNorte aprovou em Conselho de Administração no dia 28/12/2018 o Plano de Comunicação Plano de Comunicação para emergências na qualidade e quantidade da água.

Este documento tem como objetivo estabelecer um modelo de comunicação interna e externa, a implementar perante uma situação de emergência, que coloque em causa a qualidade da água para o consumo humano e o serviço de fornecimento assegurado pela Águas do Norte, S.A., de modo a que se consiga uma rápida e adequada atuação, e por inerência, a mitigação de eventuais impactos nas condições de abastecimento de água para consumo humano, dando cumprimento ao requisito legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro.

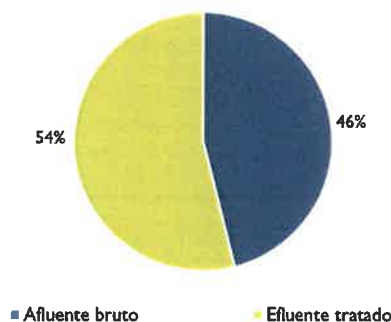
Este plano de comunicação aplica-se a potenciais situações de emergência, que possam ocorrer ao longo do sistema de tratamento, na distribuição, nas instalações ou áreas contíguas, que possam causar a contaminação da água ou impedir o abastecimento de água, e que constituam um risco para a saúde humana, indo de encontro ao disposto na legislação em vigor.

Vigilância da Qualidade das Águas Residuais (Baixa)

Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos das várias ETAR, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser descarregada no meio hídrico. Este controlo realizado em todos os subsistemas geridos pela Águas do Norte, S.A. recorrendo-se a laboratório acreditado para demonstração da conformidade da qualidade dos efluentes tratados e descarregados.

No global das ETAR em Exploração, em 2021 foram realizadas, cerca de 1.500 distribuídas da seguinte forma:

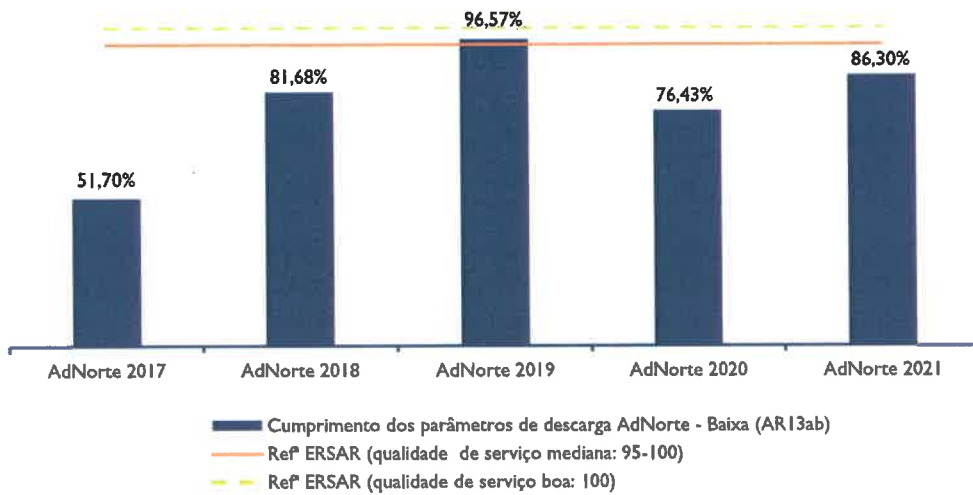
Distribuição das Análises realizadas PCQAR - Baixa (%)



De acordo com os critérios de cálculo da ERSAR, no ano de 2021, o cumprimento dos parâmetros de descarga (indicador AR 13 ab) foi de 86%, verificando-se um considerável aumento deste indicador.

Ao longo do ano de 2021 a AdNorte num esforço conjunto com a entidade licenciadora APA promoveu o licenciamento/renovação de mais 1 ETAR.

Cumprimento dos parâmetros de descarga (AR13ab) AdNorte - Baixa (%)



Nota 1: Foram tidos em conta as considerações da ERSAR - AR13ab - Percentagem da população equivalente que é servida com estações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga. Para o cálculo deste indicador apenas foram consideradas as ETAR com Licença de Descarga válida.

Contas Operacionais – Baixa

Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6.3	68 725 271	64 060 976
Ativos fixos tangíveis	7.3	91 102	102 168
Ativos sob direito de uso	8.3	92 869	182 862
Outros ativos financeiros	9	14 696	10 900
Impostos diferidos ativos	33	9 670 647	8 911 639
Desvio tarifário ativo	10	39 638 999	36 617 496
Total dos ativos não correntes		118 233 584	109 886 042
Ativos Correntes			
Inventários	13	249 627	186 630
Clientes	11	6 172 169	5 698 269
Outros ativos correntes	12	937 670	354 317
Caixa e seus equivalentes	15	115 401	24 207
Total dos ativos correntes		7 474 866	6 263 422
Total do ativo		125 708 451	116 149 464
Capital próprio			
Capital social	16	12 932 813	12 932 813
Reservas e outros ajustamentos	16	122 797	97 493
Resultados transitados	16	2 399 741	1 918 971
Resultado líquido do exercício	16	510 027	506 073
Total do capital próprio		15 965 377	15 455 350
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	19 008 752	16 661 170
Subsídios ao investimento	19	19 266 306	15 782 348
Empréstimos	20	36 000 000	36 000 000
Passivos da locação	8.4	29 721	95 824
Impostos diferidos passivos	33	10 715 828	9 878 782
Total dos passivos não correntes		85 020 606	78 418 123
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	15 025 360	12 814 338
Passivos da locação	8.4	67 446	92 568
Fornecedores e outros passivos correntes	21	9 517 506	8 937 977
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	112 155	431 107
Total dos passivos correntes		24 722 468	22 275 990
Total do passivo		109 743 074	100 694 113
Total do passivo e do capital próprio		125 708 451	116 149 464

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

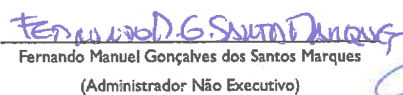
[Handwritten signature in blue ink]

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

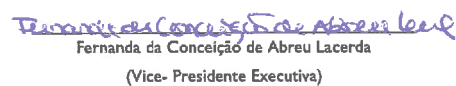
O Conselho de Administração

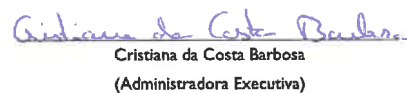

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

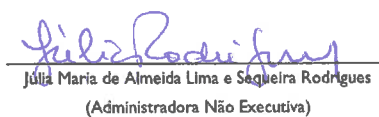

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

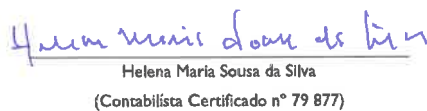

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

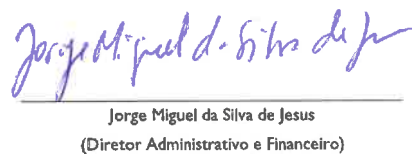

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)


Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice- Presidente Executiva)


Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)


Júlia Maria de Almeida Lima e Segueira Rodrigues
(Administradora Não Executiva)


Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado n.º 79 877)



Jorge Miguel da Silva de Jesus
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral


	Notas	2021	2020
Vendas	24	7 644 722	7 738 976
Prestações de serviços	24	10 095 077	10 446 963
Rendimentos de construção em ativos concessionados	24	6 118 118	6 275 393
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 24	3 021 503	2 590 225
Gasto das vendas	25	-1 627 933	-1 644 756
Gastos de construção em ativos concessionados	25	-6 118 118	-6 275 393
Fornecimentos e serviços externos	26	-12 160 850	-11 467 351
Gastos com pessoal	27	-2 040 020	-1 906 425
Amortizações do exercício	28	-3 965 201	-4 112 063
Perdas por imparidade e reversões	29	-243 196	-490 906
Subsídios ao investimento	19	513 068	356 627
Outros gastos e perdas operacionais	30	-547 905	-510 340
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	277 047	265 640
Resultados operacionais		966 312	1 266 588
Gastos financeiros	32	-409 557	-505 605
Rendimentos financeiros	33	65 914	66 941
Resultados financeiros		-343 643	-438 664
Resultados antes de imposto		622 669	827 924
Imposto corrente	34	-34 605	-397 247
Imposto diferido	34	-78 037	75 396
Resultado líquido do exercício		510 027	506 073
Rendimento integral		510 027	506 073

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022


O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)


 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
 (Administrador Não Executivo)


 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado n.º 79 877)


 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice-Presidente Executiva)


 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)



 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração das Variações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo final - 31 de dezembro de 2019	16	12 737 325	0	73 282	0	1 458 962	484 220	14 753 790
Aplicação do resultado de 2019								
AdNW (Parceria)	16.2			24 211		460 009	-484 220	0
Realizações de Capital								
AdNW (Parceria)	16.2	195 488						195 488
Resultado líquido de 2020								
AdNW (Parceria)	16.2						506 073	506 073
Saldo final - 31 de dezembro de 2020	16	12 932 813	0	97 493	0	1 918 971	506 073	15 455 350
Aplicação do resultado de 2020								
AdNW (Parceria)	16.2			25 304		480 769	-506 073	0
Realizações de Capital								0
AdNW (Parceria)	16.2							0
Resultado líquido de 2021								0
AdNW (Parceria)	16.2						510 027	510 027
Saldo final - 31 de dezembro de 2021	16	12 932 813	0	122 797	0	2 399 741	510 027	15 965 377

Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

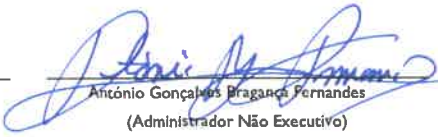
O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)


 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
 (Administrador Não Executivo)



 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado n.º 79 877)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice- Presidente Executiva)


 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequira Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)


 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		18 627 333	18 471 469
Pagamentos a fornecedores	-	10 068 859	-9 697 538
Pagamentos ao pessoal	-	1 669 040	-1 458 068
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	-	353 515	10 024
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	-	5 205 554	-4 920 443
		1 330 366	2 405 445
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis			435
Recebimentos de subsídios de investimento		3 391 997	1 328 605
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	26 688	-16 362
Pagamentos de ativos intangíveis	-	6 117 268	-5 192 116
	-	2 751 959	-3 879 438
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	10 802 960	8 726 482
Recebimentos de realizações de capital	16		195 488
Recebimentos de juros e rendimentos similares		490 382	270 804
Pagamentos de empréstimos obtidos	20,2 -	8 591 942	-6 706 333
Pagamentos Passivos da locação	8.5 -	91 225	-92 945
Pagamentos de juros e gastos similares	-	1 097 355	-1 012 961
		1 512 820	1 380 535
Varição de caixa e seus equivalentes		91 227	-93 458
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	24 173	117 631
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	115 400	24 173
		91 227	-93 458

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '34' and various initials.

Handwritten signature in blue ink.


Decomposição de Caixa e seus Equivalentes


	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	1 150	688
Depósitos à ordem	114 251	23 485
	115 401	24 174
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	115 401	24 174


Vila Real, 24 de fevereiro de 2022

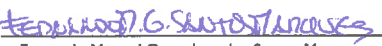
O Conselho de Administração


 José Luís Carneiro Machado do Vale
 (Presidente Executivo)



 Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
 (Vice- Presidente Executiva)


 Filipe José Araújo da Silva
 (Administrador Executivo)



 Cristiana da Costa Barbosa
 (Administradora Executiva)


 Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
 (Administrador Não Executivo)


 António Gonçalves Bragança Fernandes
 (Administrador Não Executivo)


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues
 (Administradora Não Executiva)


 Helena Maria Sousa da Silva
 (Contabilista Certificado n.º 79 877)


 Jorge Miguel da Silva de Jesus
 (Diretor Administrativo e Financeiro)

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature that appears to be 'B. J. M.' and several smaller initials.

Parte E - Pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

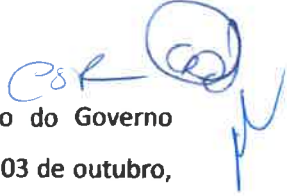
2.

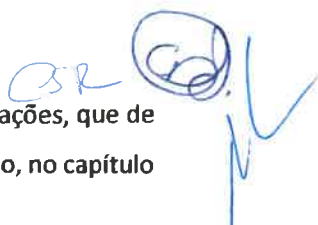
h
BT
m
d



SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2021

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420º e do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Norte, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2021.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Norte, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado sempre que necessário com a presença do membro do Conselho de Administração responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2022, aprovado pela Secretaria de Estado do Tesouro em 28.01.2022 e pela Tutela através do Despacho n.º 22/SEAMB/2021 datado de 30.01.2022.
5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

- 
6. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário previsto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido pela Águas do Norte de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM.
 7. Em observância do artigo n.º 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2021, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.
 8. A entidade apresenta os impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da pandemia associada ao vírus COVID-19.
 9. Relativamente às divulgações constantes na Nota 10 das Notas às Demonstrações Financeiras, no que diz respeito ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) da alta, no dia 28 de fevereiro de 2022 a ERSAR emitiu o projeto de decisão referente aos Desvios de Recuperação de Gastos (DRG) para o ano de 2021, tendo o valor proposto pela entidade sido aceite na totalidade. No que diz respeito ao DRG da baixa, o montante reconhecido no exercício de 2021 será ainda objeto de aprovação pela Comissão de Parceria.
 10. A entidade apresenta, em 2021, um nível de execução do investimento inferior em 45,7% ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado para 2021 pela UTAM após ter registado em 2020 um investimento inferior em 22,9% face ao previsto no PAO desse exercício.
 11. Exceto quanto às exceções referidas no ponto seguinte, a empresa cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular n.º 359, de 20 de janeiro de 2022, da DGTF, relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2021.
 12. Exceções quanto ao cumprimento das orientações legais previstas no ofício-circular n.º 359, de 20 de janeiro de 2022, da DGTF:

- 
- 12.1. A empresa procedeu à divulgação da matéria relativa às remunerações, que de acordo com o Apêndice 1 do Ofício deveria constar do Relatório de Gestão, no capítulo VII do Relatório do Governo Societário.
- 12.2. A entidade continua sem proceder à elaboração e divulgação no seu sítio da internet do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens incumprindo a obrigação constante do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 de 7 de março. No Relatório e Contas referente a 2021, a entidade indica que a informação referida será disponibilizada através do seu relatório anual de sustentabilidade.
13. A empresa divulgou no Relatório do Governo Societário as informações exigidas referentes à Demonstração não Financeira.
14. Em 12 de julho de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos de gestão que vigoram para o triénio 2021-2023, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da empresa e a tutela.
- A análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo a determinação do seu cumprimento realizada em colaboração com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e tendo no que respeita aos objetivos fixados, estes indicadores sido globalmente superados, tendo em 2021, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido a 2,7.
- Decorrente da sua análise, e no âmbito da competência na avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal da Águas do Norte, S.A., concluiu que nada chegou ao seu conhecimento que o levasse a concluir que o grau de execução e cumprimento dos objetivos fixados, não é adequado à correta avaliação do desempenho do Conselho de Administração.
15. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, as matérias relevantes de auditoria e os outros requisitos legais, que se dão como aqui reproduzidos, e obteve destes, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.
16. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização emitido pelo Revisor Oficial de Contas, para dar cumprimento ao disposto nos números 1, 2 e 6 do artigo 24º do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA) - Lei n.º 148/2015 de

9 de setembro e no número 1 do artigo 63º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei nº 140/2015, de 7 de setembro.

17. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
18. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções.

Parecer do Conselho Fiscal

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Norte, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2021.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Vila Real, 03 de março de 2022

O Conselho Fiscal



Maria Albertina Barreiro Rodrigues
(Presidente)



Carlos Sousa Ribeiro
(Vogal)



Nuno Linhares da Silva
(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Norte, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.486.786.514 euros e um total de capital próprio de 273.448.103 euros, incluindo um resultado líquido de 4.199.668 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das alterações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Norte, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e dos investimentos contratuais associados à concessão e parceria

Divulgações relacionadas com a mensuração dos direitos de utilização de infraestruturas e do investimento contratual associado à concessão e parceria apresentadas nas notas 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 6, 18, 19, 27 e 35.

O direito de utilização de infraestruturas, que em 31 de dezembro de 2021 ascende a 1.068.075 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 1.094.566 milhares de euros), assim como os subsídios correspondentes, no montante de 466.444 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 483.116 milhares de euros), são amortizados numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora (ERSAR) na atividade em alta e pela Comissão de Parceria na atividade em baixa.

As amortizações são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados e os caudais que se estima faturar até ao final da concessão e parceria, os quais se encontram previstos no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) anexos a cada contrato de concessão/parceria.

Tal como referido na nota 1.2, o EVEF da concessão foi revisto no âmbito do processo de cisão, encontrando-se na presente data em aprovação por parte do Concedente.

Adicionalmente, em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão, nos contratos de gestão das parcerias e demais regras regulatórias, é anualmente registada a quota parte dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais futuros. Este acréscimo, cujo valor acumulado, conforme referido na nota 18, ascende a 31 de dezembro de 2021 a 101.152

A nossa abordagem a esta matéria relevante consistiu em:

- análise da coerência dos caudais estimados e do montante do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o montante de investimento que consta dos respetivos EVEF aprovados pelo Concedente ou Comissão de Parceria, quer se trate do Contrato de Concessão ou Contrato de Parceria;
- comparação dos caudais reais utilizados no cálculo das amortizações com a informação produzida pela área comercial da Entidade;
- reexecução matemática das amortizações dos direitos de utilização e dos respetivos subsídios de acordo com os critérios estabelecidos;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação que existiu até à data entre a Entidade, a ERSAR e a Comissão de Parceria, em particular no que respeita ao nível de atividade e investimento a realizar ao abrigo de cada Contrato de Concessão / Contrato de Parceria; e
- inquirir o Conselho de Administração sobre os motivos pelo qual o Aditamento ao Contrato de Concessão da atividade da alta não se encontra ainda aprovado.

Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes investimentos.



Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 101.410 milhares de euros), é calculado com base nos respetivos EVEF, documento onde consta a estimativa dos investimentos a realizar.

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da materialidade dos montantes associados aos direitos de utilização de infraestruturas e aos investimentos contratuais da concessão e parceria nas demonstrações financeiras, que impactam a amortização dos direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12, a reciclagem dos respetivos subsídios e o acréscimo de gastos de investimento contratual.

Reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos

Divulgações relacionadas com o reconhecimento e mensuração dos Desvios de Recuperação de Gastos apresentadas nas notas 2.2.6, 5.5.2 e 10.

Os Desvios de Recuperação de Gastos (DRG) correspondem à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão/Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas, tendo em consideração, no caso da concessão, os gastos permitidos em cenário de eficiência com base nos indicadores aprovados previamente pela Entidade Reguladora (ERSAR). O montante reconhecido na Demonstração dos resultados na rubrica de “Desvio de Recuperação de Gastos” apresenta a 31 de dezembro de 2021 um superavit de 19.301 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: superavit de 13.043 milhares de euros).

A estimativa dos DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das

Os procedimentos de auditoria realizados incluíram:

- análise da fundamentação das métricas calculadas pela Entidade e avaliação do cumprimento das mesmas;
- reexecução matemática da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos no Contrato de Concessão/Parceria;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação relevante que existiu até à data do nosso relatório entre a Entidade e a ERSAR, em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e a apreciação do DRG da atividade em alta por parte da ERSAR;
- obtenção e análise da correspondência e troca de informação relevante que existiu até à data do nosso relatório entre a Entidade e a Comissão de Parceria, em particular no que respeita à apreciação do DRG da atividade em baixa por parte da Comissão de Parceria.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>demonstrações financeiras, devendo a Entidade, nos termos do Contrato de Concessão, enviar à ERSAR o cálculo do DRG para que esta o aprove, e, nos termos do Contrato de Parceria, enviar os documentos de prestação de contas à Comissão de Parceria para que esta aprecie e posteriormente delibere no sentido de aprovação do DRG.</p> <p>A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta da complexidade e do nível de julgamento inerente à apreciação da estimativa dos DRG, assim como ao nível de incerteza associado à respetiva aprovação.</p>	<p>Procedemos, igualmente, à revisão das divulgações relacionadas com estes desvios, tendo por base o disposto no normativo contabilístico aplicável.</p>

Recuperabilidade dos saldos a receber de Municípios e entidades municipais

Divulgações relacionadas com a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios e entidades municipais apresentadas na nota 5.4.1 e 11.

Em 31 de dezembro de 2021 a Entidade apresenta registado no Ativo, corrente e não corrente, saldos a receber de Municípios e entidades municipais que ascendem a 69.989 milhares de euros (31 de dezembro de 2020: 69.706 milhares de euros).

Tal como evidenciado na nota 11, os referidos saldos apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos Municípios e/ou a existência de divergências quanto a faturação emitida. Adicionalmente, são registados acréscimos de rendimentos relativos aos juros de mora, os quais são determinados de acordo com a legislação aplicável.

Genericamente a Entidade não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência é remoto.

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- executar procedimentos de revisão analítica para as principais subcontas das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expectativas e à atividade contratada/orçamentada;
- confirmação externa de uma amostra de saldos com os Municípios e entidades municipais e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável;
- obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação dos processos judiciais em curso a cargo dos advogados externos;
- teste à antiguidade de saldos, com foco nos prazos previstos de prescrição do direito de cobrança, comparando-a com as respostas obtidas dos advogados;

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>Na avaliação efetuada quanto à necessidade de registo de perdas por imparidade, o Conselho de Administração adota medidas possíveis tendentes a assegurar a recuperabilidade dos saldos, entre as quais, a ativação do mecanismo associado ao privilégio creditório (o qual incide sobre as dívidas correntes), a realização de acordos de regularização de dívida e a interposição de injunções/ações judiciais. São também consideradas situações particulares de incumprimento e de prescrições do direito a cobrar.</p> <p>Considerando a relevância do saldo no total do ativo da Entidade, a não recuperação do montante em dívida poderá colocar em causa o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e consequentemente o cumprimento das responsabilidades contratuais. Por este motivo, consideramos esta uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • leitura dos acordos de regularização de dívida celebrados com os Municípios e análise ao seu cumprimento; • reexecução do cálculo de juros de mora, face aos pressupostos constantes dos contratos de regularização de dívida e à legislação vigente, considerando a antiguidade dos saldos; <p>Analizamos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras, assim como a correta apresentação em Ativo corrente e não corrente.</p>

Atividade em baixa – estimativas associadas a vendas de água e prestação de serviços de saneamento

Divulgações relacionadas com as vendas de água e prestação de serviços de saneamento apresentadas na nota 23.

O reconhecimento do rédito relativo à atividade em baixa de venda de água e prestação de serviços de saneamento ocorre no momento da entrega da água e incorpora vendas de água efetuadas com base em consumos efetivos, assim como vendas de água efetuadas com base em consumos estimados com base no histórico de cada cliente.

O apuramento dos consumos estimados para efeitos de faturação de vendas de água e prestação de serviços em baixa é realizado essencialmente através do sistema Aquamatrix com recurso a um algoritmo produzido de acordo com os critérios definidos pela Entidade,

A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- identificação e teste ao desenho e à eficácia operacional dos controlos chave relacionados com o reconhecimento do rédito associado à atividade da baixa de venda de água, nomeadamente no sistema Aquamatrix e, em particular, dos relacionados com as vendas estimadas no final de cada período;
- obtenção do algoritmo com os cálculos relativos aos volumes estimados tendo sido verificado, numa base amostral para cada tipo de cliente e tarifa, o cumprimento dos critérios definidos pela Entidade e a razoabilidade dos ajustamentos efetuados;

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>baseados no consumo médio diário de cada cliente, ponderado de acordo com os perfis históricos de consumo. O referido algoritmo é testado com recurso à contagem de uma amostra de consumos, sendo ainda efetuada à posteriori uma análise de “rollback” dos consumos reais.</p> <p>As quantidades estimadas são valorizadas tendo por base a tarifa definida.</p> <p>A estimativa de vendas de água foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta a elevada complexidade da metodologia utilizada pela Entidade para estimar os consumos de água dos seus clientes e o grau de julgamento envolvido, nomeadamente no que respeita a volumes de consumo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • obtenção do balanço hídrico e avaliada a razoabilidade face ao histórico das diferenças apuradas entre a entrada de água na rede e a água faturada e estimada; • execução de procedimentos de revisão analítica para as principais componentes das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços, incluindo a análise das variações significativas face ao exercício anterior e face às expectativas e à atividade contratada/orçamentada; • reexecução do cálculo da estimativa de água consumida e não faturada em 31 de dezembro de 2021 com base nos históricos de faturação. <p>Analisamos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

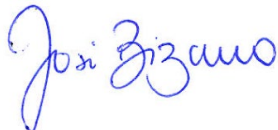
- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 10 de abril de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.



- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 3 de março de 2022.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- e) Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

3 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC n.º 1957
Registado na CMVM com o n.º 20200003